

HERNANI PEREIRA DOS SANTOS

ATENÇÃO, RELEVÂNCIA, MUNDO DA VIDA:

Estudos fenomenológicos sobre a atenção na sociedade contemporânea a partir de Aron Gurwitsch e Alfred Schütz

ASSIS

2020

HERNANI PEREIRA DOS SANTOS

ATENÇÃO, RELEVÂNCIA, MUNDO DA VIDA:

Estudos fenomenológicos sobre a atenção na sociedade contemporânea a partir de Aron Gurwitsch e Alfred Schütz

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e sociedade)

Orientador: Dr. Danilo Saretta Verissimo

ASSIS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S237a Santos, Hernani Pereira dos
Atenção, relevância, mundo da vida: estudos
fenomenológicos sobre a atenção na sociedade
contemporânea a partir de Aron Gurwitsch e Alfred Schütz. /
Hernani Pereira dos Santos. Assis, 2020.
299 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Danilo Saretta Veríssimo

1. Atenção. 2. Fenomenologia. 3. Percepção. 4.
Psicologia fenomenológica. 5. Distúrbio da falta de atenção
com hiperatividade. I. Título.

CDD 150.192

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: ATENÇÃO, RELEVÂNCIA, MUNDO DA VIDA: Estudos fenomenológicos sobre a atenção na sociedade contemporânea a partir de Aron Gurwitsch e Alfred Schütz

AUTOR: HERNANI PEREIRA DOS SANTOS

ORIENTADOR: DANILO SARETTA VERISSIMO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. DANILO SARETTA VERISSIMO
Departamento de Psicologia Social / UNESP/Assis

Prof. Dr. CLAUDINEI APARECIDO DE FREITAS DA SILVA
Departamento de Filosofia / UNIOESTE/Toledo

Profa. Dra. LUCIANA VIEIRA CALIMAN
Departamento de Psicologia / UFES/Vitória

Prof. Dr. REINALDO FURLAN
Departamento de Psicologia e Educação / USP/Ribeirão Preto

Prof. Dr. SÁVIO PASSAFARO PERES
USP/Ribeirão Preto

Assis, 03 de setembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Fazer pesquisa no Brasil é um grande desafio, por várias razões. O percurso de uma pesquisa também é marcado por vários percalços e várias dificuldades. Por sorte, pude contar com pessoas muito valiosas em meu caminho, que tornaram a minha experiência possível e me deram o necessário suporte para concluir esta jornada.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha amada Débora por todo o apoio afetivo e verdadeiramente existencial para a realização deste trabalho. Sem você, teria sido inimaginável dedicar-me a esta tarefa e enfrentar os meus medos e entraves durante todo o processo. Por sorte, pude contar com você mais do que eu poderia exigir.

Aos meus pais, minha irmã e sobrinha, que me apoiaram durante todo o processo. Obrigado por terem compartilhado de meus sonhos.

Gostaria de agradecer, também, a meus amigos de viagens e doutorado, Paulo e Fábio. Com eles, dividi não somente as viagens de Londrina a Assis, mas, também, as experiências e as esperanças. Especialmente ao Paulo que também me ajudou em outras dificuldades e acompanhou minhas angústias no momento de conclusão deste trabalho.

Agradecimentos também a meus amigos de Assis e do grupo de pesquisa, Pedro, Lucas, Samuel, Rafaela, Flávia, Bruno e os mais novos integrantes. Com vocês, aprendi muita coisa, troquei muitas ideias e experiências e pude compartilhar parte importante de meu projeto. Vocês contribuíram com várias ideias. Pedro, em especial, foi um interlocutor importante deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho da PUCPR, que quebraram alguns galhos em momentos importantes, quando tive de me dedicar às atividades do doutorado e precisei de sua ajuda. E, também, aos estudantes da instituição, com os quais pude dividir, em vários momentos, algumas das ideias que desenvolvi ao longo do doutorado e que contribuíram, mesmo em outros momentos e aulas, com questionamentos importantes e com uma forma de pensar diferente daquela à qual estava habituado.

Também agradeço a todo o suporte institucional da UNESP de Assis, sobretudo à seção técnica de pós-graduação e aos professores com os quais tive o prazer de cruzar em minha trajetória na instituição e de aprender. A história desta

instituição localizada no árido oeste do interior paulista e os sonhos de diferentes trabalhadores que a constituem e animam, isto tudo sempre refletiu, para mim, no amor pela docência e pela pesquisa, apesar de todas as condições adversas. Os vários colegas que fiz nesta instituição também me marcaram, definitivamente, com as suas experiências e ideias.

Agradeço aos professores Sávio Passafaro Peres e Claudinei Aparecido de Freitas da Silva, que honrosamente participaram de minha banca de qualificação e deram indicações valiosas para a melhoria da pesquisa. Os seus ensinamentos se fazem presentes na versão final do texto. Agradeço-os, também, por terem aceitado fazer parte da banca de defesa.

Aos professores membros da banca de defesa, Luciana Caliman, Reinaldo Furlan, Leonardo Lemos, Paulo Evangelista e Eduardo José Marandola Júnior, por terem aceitado o convite de compartilhar o seu tempo para a leitura deste trabalho e para poderem dividir suas próprias ideias sobre o tema e a pesquisa. É uma grande honra e um grande prazer poder contar com vocês!

E, finalmente, agradeço a meu orientador, Danilo Saretta Verissimo, pelo apoio dado ao longo de todo o doutorado e pelas ideias e interesses compartilhados. Como não poderia ser diferente, os nossos vários diálogos, de uma forma ou de outra, fazem-se presentes neste texto.

SANTOS, Hernani Pereira dos. **Atenção, relevância, mundo da vida**: estudos fenomenológicos sobre a atenção na sociedade contemporânea a partir de Aron Gurwitsch e Alfred Schütz. 2020. 299p. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo sistematizar as análises da atenção, da relevância e do mundo da vida a partir das obras de Aron Gurwitsch e de Alfred Schütz e aplicá-las ao estudo dos problemas atencionais da sociedade contemporânea, tendo em vista o desenvolvimento de uma psicologia social de orientação fenomenológica para o estudo da atenção. Considera-se, desta forma, o intercâmbio e a complementaridade das análises destes dois autores e o sistema de problemas que foi por eles investigado. A fenomenologia da atenção aborda este fenômeno psíquico de maneira descritiva e a partir de uma concepção do mundo como uma rede de significações que garante que cada ato atencional posicione um objeto com sentido. A atenção não é estudada a partir de marcadores objetivos encontrados no comportamento ou nos resultados de processos cerebrais, tal como no estudo neurofisiológico do foco visual e de seus correlatos processos neurocognitivos, mas no tema subjetivo e em seu ambiente. Como tal, entende-se que a fenomenologia da atenção pode ser um esquema de interpretação alternativo aos esquemas correlacionados à cultura do desempenho e pode ajudar a colocar este cenário em perspectiva e enxergar, nele, alguns pontos cegos. O método adotado consistiu em um estudo teórico e filosófico, baseado na leitura sistemática dos textos centrais dos autores e buscando destacar os seus problemas, conceitos e argumentos centrais. O trabalho foi dividido em oito capítulos. No primeiro capítulo, busca-se apresentar os princípios da teoria fenomenológica da relevância a partir da teoria do campo de consciência de Gurwitsch. No segundo, busca-se analisar um conjunto de fenômenos atencionais a partir da teoria de Gurwitsch, assim demonstrando-se que o conceito fenomenológico de atenção é mais amplo do que aquele de atenção seletiva. No terceiro, são apresentados os princípios pelos quais Schütz elabora a sua teoria da ação significativa, demonstrando a sua correlação com uma teoria da atenção e da reflexão. No quarto, é apresentada a posição de Schütz quanto ao problema da relevância; a sua teoria dos sistemas de relevância é apresentada, tendo-se por foco a reformulação dos conceitos de fundo e de margem. No quinto, são estudadas as análises de Gurwitsch e de Schütz sobre o mundo da vida, tendo como pano de fundo a teoria das províncias finitas de significado. No sexto, é apresentada uma discussão sobre a existência encarnada do agente a partir das teorias de Gurwitsch e de Schütz, destacando-se as dimensões da corporeidade e da passividade. No sétimo, são discutidas algumas transformações do mundo da vida moderno, tendo por foco os conceitos de diferenciação e de especialização do mundo da vida e os efeitos da aceleração sobre ele. No oitavo e último capítulo, propõe-se a análise sobre como as tipificações sociais podem se tornar ingredientes da experiência subjetiva, enquanto normas perceptivas ou de referência cultural e intersubjetiva, para, então, propor-se uma compreensão de psicopatologia fenomenológica do TDAH, tomando por eixo as narrativas em primeira pessoa e as teorias do transtorno. Conclui-se com uma compreensão sistêmica da atenção, da desatenção e da dessincronização na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Atenção. Fenomenologia. Percepção. Psicologia fenomenológica. Transtorno da falta de atenção com hiperatividade.

SANTOS, Hernani Pereira dos. **Attention, relevance, lifeworld: phenomenological studies on attention in contemporary society from Aron Gurwitsch e Alfred Schütz.** 2020. 298p. Thesis (Doctorate in Psychology). – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

This work aimed to systematize the analyzes about attention, relevance and the lifeworld from the works of Aron Gurwitsch and Alfred Schütz and apply them to the study of the attentional problems of contemporary society, based on the development of a phenomenologically oriented social psychology to the study of attention. Based on that, it is considered the exchange and complementarity of the analyzes of these two authors and the system of problems that they investigated. The phenomenology of attention addresses this psychic phenomenon in a descriptive manner and from a conception of the world as a network of meanings that ensures that each attentional act places an object with meaning. Consequently, attention is not studied stem from objective markers found in behavior or in the results of brain processes, such as in the neurophysiological study of visual focus and its related neurocognitive processes, but in relation to the subjective theme and in its environment. Therefore, it is understood that the phenomenology of attention can be an alternative interpretational scheme to the actual schemes related to the culture of performance and thus can help to put this scenario in perspective and check its blind spots. The adopted method consisted of a theoretical and philosophical study, based on the systematic reading of the central texts of the authors and seeking to highlight their problems, concepts and central arguments. The work was divided into eight chapters. In the first chapter, it is presented the principles of the phenomenological theory of relevance based on Gurwitsch's field of consciousness theory. In the second, it is analyzed a set of attentional phenomena based on Gurwitsch's theory, thus demonstrating that the phenomenological concept of attention is broader than that of selective attention. In the third, the principles by which Schütz elaborates his theory of significant action are presented, demonstrating its correlation with a theory of attention and reflection. In the fourth, Schütz's position regarding the problem of relevance is presented; his theory of the systems of relevance is presented, focusing on the reformulation of the background and margin concepts. In the fifth, the analyzes of Gurwitsch and Schütz on the lifeworld are studied, having as a background the theory of finite provinces of meaning. In the sixth, a discussion about the incarnated existence of the agent is presented based on the theories of Gurwitsch and Schütz, highlighting the dimensions of corporeality and passivity. In the seventh, some transformations of the modern lifeworld are discussed, focusing on the concepts of differentiation and specialization of the lifeworld and the effects of acceleration on it. In the eighth and last chapter, we propose an analysis of how social typifications can become ingredients of subjective experience, as perceptual norms of cultural and intersubjective reference, and so propose an understanding of phenomenological psychopathology of ADHD, taking as axis first-person narratives and the theories of the disorder. It concludes with a systemic understanding of attention, inattention and desynchronization in contemporary society.

KEYWORDS: Attention. Attention deficit disorder with hyperactivity. Perception. Phenomenological Psychology. Phenomenology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	página
Esquema 1 – A metáfora do campo de consciência	42
Esquema 2 – A interpenetração dos sistemas de relevâncias	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Os interlocutores privilegiados deste estudo	17
O problema de pesquisa: atenção, relevância e mundo da vida	19
Existe um método para a pesquisa teórica e filosófica em psicologia?	28
Visão de conjunto	29
1 A CONEXÃO ÍNTIMA DAS COISAS: A TEORIA DO CAMPO DE CONSCIÊNCIA	32
1.1 O problema da segregação e a construção da hipótese gestáltica	34
1.2 Fratura e conexão das coisas	43
1.3 A unidade do contexto como relevância	51
1.4 A copresença da margem	59
1.5 Conclusões parciais	62
2 A LUZ PARA ALÉM DO HOLOFOTE: UMA CRÍTICA GESTÁLTICA DA FUNÇÃO ATENTIVA	65
2.1 O contexto de uma fenomenologia da atenção	66
2.2 Para uma crítica da metáfora do holofote e do eu puro	69
2.3 Uma análise gestáltica das modificações atencionais	78
2.4 O processo perceptivo na teoria do campo de consciência	83
2.5 Organizando as fronteiras entre fenomenologia e ciências cognitivas	86
2.6 Conclusões parciais	90
3 EM BUSCA DO TEMPO SIGNIFICATIVO: TEMPO, ATENÇÃO E AÇÃO SIGNIFICATIVA NA OBRA INICIAL DE ALFRED SCHÜTZ	93
3.1 Temporalidade, atenção e constituição de sentido	97
3.2 A teoria da ação significativa e a atenção reflexiva	103
3.3 Estoque de conhecimento e esquemas de interpretação	107
3.4 A problematização do estoque de conhecimento e a motivação	111
3.5 Conclusões parciais	119
4 A COMPOSIÇÃO DA ATITUDE NATURAL: A ANÁLISE DOS SISTEMAS DE RELEVÂNCIA	121
4.1 Schütz e Gurwitsch em torno da hipótese gestaltista	123
4.2 A análise dos sistemas de relevância	128
4.3 O voluntário e o involuntário	138
4.4 A estrutura social do estoque de conhecimento	146
4.5 Conclusões parciais	154
5 A MULTIPLICIDADE DO MUNDO DA VIDA: ORDENS DE EXISTÊNCIA E PROVÍNCIAS FINITAS DE SIGNIFICADO	156
5.1 Gurwitsch e Schütz em torno da relevância	157
5.2 Gurwitsch e Schütz em torno das análises do mundo da vida	163
5.3 Os subuniversos e a experiência de realidade	169
5.3.1 A perspectiva de Schütz sobre as províncias finitas de significado	170
5.3.2 A análise de Gurwitsch sobre as ordens de existência	179
5.4 Conclusões parciais	184
6 A DUPLA FACE DO EU: IRRELEVÂNCIA E PASSIVIDADE	189
6.1 Problematizações sobre a irrelevância e o Eu somatopsíquico	191
6.2 A problemática da intencionalidade não-temática e a divisão do Eu	195
6.2.1 A consciência marginal e seu duplo sentido	196
6.2.2 A teoria do “eu esquizofrênico” e a “estrutura contrapontual da mente”	199
6.3 A existência encarnada e seu caráter marginal	204
6.3.1 A existência encarnada em Gurwitsch	204

6.3.2 O corpo e o tempo como condição ontológica em Schütz	208
6.3.3 Direções diferenciais.....	210
6.4 A passividade em Husserl	213
6.4.1 O método regressivo em Husserl.....	215
6.4.2 A dupla face do eu	217
6.4.3 A dimensão da afetividade.....	220
6.5 Conclusões parciais	224
7 O MUNDO DA VIDA NA MODERNIDADE TARDIA E OS REGIMES DE ATENÇÃO: UMA VARIEDADE DE EXPERIÊNCIAS ATENTIVAS	228
7.1 Os processos de modernização e o mundo da vida	230
7.2 O entrelaçamento da subjetividade tardo-moderna com a economia e os regimes de atenção	235
7.3 A “autotematização” como parte do processo de individualização....	242
7.4 Conclusões parciais	247
8 PARA UMA PSICOPATOLOGIA DAS EXPERIÊNCIAS DE DESENCAIXE ATENCIONAL: NORMALIDADE, OTIMIZAÇÃO E DESSINCRONIZAÇÃO.....	250
8.1 As normas na percepção e na atenção	252
8.2 A percepção diferencial do próprio desempenho	259
8.3 Da psicopatologia da desatenção à psicopatologia dos desencaixes temporais e atencionais	263
8.3.1 A autoexperiência dos indivíduos com TDAH	264
8.3.2 Da psicopatologia do TDAH à psicopatologia fenomenológica.....	267
8.3.3 Anomalias temporais e dessincronização	271
8.4 Conclusões parciais	275
CONCLUSÃO.....	278
REFERÊNCIAS	282

INTRODUÇÃO

Ser atento à multiplicidade de informações com as quais somos bombardeados o tempo todo em nosso modo de vida contemporâneo tem sido um imperativo cada vez mais significativo, porém mais vulnerável ao fracasso. É importante notar, contudo, que este termo pelo qual entendemos parte importante de nosso modo de viver contemporâneo – a “atenção” – tem uma história relativamente recente. A compreensão científica sobre o funcionamento da atenção tem um interesse importante em nossa sociedade desde há poucos séculos e veio acompanhada de uma série de transformações sociais e culturais fundamentais (CALIMAN, 2008a; 2008b; CRARY, 1992; 2001). Os estudos culturais em torno do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) destacam que uma leitura social é imprescindível para a compreensão do fenômeno (CRARY, 2016; HAN, 2015; TÜRCKE, 2016). Afinal, a manutenção de uma atenção concentrada e responsiva a múltiplas tarefas é uma demanda colocada para os agentes das sociedades pós-industriais e mesmo como uma tarefa técnica para a psicologia. A atenção pode ser interpretada, assim, como uma chave de leitura para a compreensão de nossa época. Baseada em interpretações técnicas do mundo social e do homem, a contemporaneidade colocou a questão do ser de maneira a dele procurar extrair, à exaustão, tudo o que está contido a fim de transformá-lo em item produtivo e otimizável. Esta interpretação não poupa, portanto, a compreensão de ser humano que se desdobra a partir de nossa cultura ocidental moderna e, em sua linha, a autocompreensão que os agentes sociais podem desenvolver em sua vida cotidiana de trocas, comunicações e interiorizações. A psicologia moderna, sem dúvida, desempenha um papel central na construção desta visão de mundo.

Sujeitos otimizáveis, do desempenho, constituem-se em referência a esta cultura (CALIMAN, 2008a). Compreender o percurso histórico de constituição dos diferentes feixes de sentido desta cultura é uma tarefa fundamental para uma compreensão de nosso tempo (CALIMAN, 2008b). Parte destes feixes de sentido é constituída, pois, pelos discursos científicos oriundos da psicologia, das neurociências e de outras áreas afins. Estas têm sido as formas de interpretação privilegiadas para a compreensão da atenção em nossa cultura. Neste trabalho, contudo, gostaríamos de dar privilégio a uma abordagem alternativa desta questão. Talvez a referência a uma forma interpretação alternativa possa nos ajudar a colocar

este cenário em perspectiva e enxergar, nele, alguns pontos cegos, impercebidos, que, contudo, são importantes para a montagem da cena completa. Neste sentido, defendemos que a fenomenologia pode nos fornecer uma interpretação de fundamental para a compreensão destas questões e que, por fornecer um caminho antinaturalizante, fornece-nos recursos que, embora dialoguem com a tradição da pesquisa psicológica, colocam-na em perspectiva e denunciam alguns de seus preconceitos filosóficos.

Defendemos que uma compreensão adequada da atenção em nossa cultura não pode ser filosoficamente desinformada, pois, desta forma, correria o risco de repetir e reproduzir preconceitos impensados que, contudo, são constituintes da rede de referências indicativas de nossa cultura. Sendo assim, temos por base a ideia de que a pesquisa sobre a atenção, como a pesquisa em humanidades em geral, deve ser conduzida a partir do privilégio plural de um campo colaborativo e interdisciplinar. Fenomenólogos propõem o estudo do mundo da vida¹ enquanto campo pré-predicativo e pré-científico que permite uma elaboração a respeito de nossas perspectivas de sentido que são, em origem, múltiplas (GURWITSCH, 1974; HUSSERL, 2012a; SCHÜTZ; LUCKMAN, 1974; 1989). Estas análises permitem “desentrelaçar” aquilo que já está dado como contexto de sentido elaborado e, portanto, como solo, base, para as operações intencionais dos agentes em um determinado momento histórico e em determinado contexto social e cultural. Desta forma, permite reconfigurar as fronteiras e os campos das disciplinas científicas a partir de novos horizontes.

Uma fenomenologia da atenção deve permitir abordar este fenômeno psíquico de maneira descritiva e a partir de uma concepção do mundo como uma rede de significações que garante que, em cada ato subjetivo, além de tudo aquilo que uma vivência pode conter, posiciona-se algo com sentido. A atenção demonstra, desde o início, estar conectada com uma teoria da intencionalidade, de modo que a atenção deixa de ser a simples designação de uma operação cognitiva ou mental, estudada em termos de seu desempenho, e passa a integrar uma análise de como os agentes dão sentido às suas experiências concretas em sua lida com o mundo. Com efeito, a tese básica de uma perspectiva fenomenológica é a de que

¹ O conceito de mundo da vida (*Lebenswelt*) remonta às análises de Husserl sobre o mundo intersubjetivo e pré-científico, sobretudo conforme seu livro “*A crise das ciências europeias*”. Neste trabalho, seguiremos o emprego que Gurwitsch e Schütz fazem deste conceito.

o comportamento humano envolve necessariamente a interação significativa com outras entidades (pessoas, coisas, situações, etc.) que foram constituídas como significativas em um ambiente já carregado de significado (MORAN, 2013, p. 318).

Deste ponto de vista, a experiência e as ações humanas estão enredadas em uma “rede de intencionalidade” (*network of intentionality*) (MORAN, 2013, p. 318), que as constituem de maneira estruturante. Nesta rede, o sujeito é o “portador de mira”, o polo intencional, que visa, justamente, não a natureza, mas um campo de significações (RICOEUR, 1988)².

Por isto, nesta perspectiva, a atenção não é estudada através de marcadores objetivos e mensuráveis que poderiam ser encontrados no comportamento do agente ou no resultado de seus processos mentais, tal como, por exemplo, no estudo neurofisiológico do “foco visual” (WEHRLE; BREYER, 2016) e dos correlatos processos neurocognitivos (ARVIDSON, 2003). Esta seria uma perspectiva “em terceira pessoa” do processo em questão. O estudo fenomenológico da atenção está, por sua vez, focado em saber como é desempenhar-se atentivamente e qual é a estrutura desta experiência a partir da perspectiva do próprio agente, ou seja, “em primeira pessoa”. À fenomenologia da atenção importa destacar “o tema subjetivo da atenção e o seu ambiente” (WEHRLE; BREYER, 2016, p. 48). Com isso, se a intencionalidade consiste na propriedade de nossa consciência ou experiência de estar sempre se dirigindo a algum objeto, de ser “consciência de...”, a atenção é descrita como uma modulação desta direcionalidade no campo da doação de objetos, onde determinados objetos se tornam figura contra um fundo mais ou menos indistinto. Na teoria de Husserl (1913/1976), por exemplo, a atenção é comparada a um feixe de luz que ilumina o objeto e que deixa na penumbra aquilo que está fora do foco (GURWITSCH, 1929/2009a; 1964/2010a).

A fenomenologia da atenção dedica-se a descrever como um determinado objeto se destaca do campo de experiência e se torna “temático”, conforme a terminologia de Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a), para o ato atencional do agente e todas as suas conexões de significado. As perguntas centrais são: Como algo se torna temático para a consciência e se segrega de um fundo? Qual é a

² Segundo Ricoeur (1988), de um ponto de vista histórico, a fenomenologia pode ser considerada “como a primeiríssima contestação do objectivismo, visto que aquilo a que ela chama de fenômenos são precisamente os correlatos da vida intencional, as unidades de significação, provenientes dessa vida intencional” (p. 10).

concepção fenomenológica de “tema” e do fundo do qual ele se segrega? Como se estrutura a conexão entre o tema e o fundo? Esta é uma experiência que acontece necessariamente com a participação da consciência de si e da vontade? Se não, que outros aspectos ou constituintes experienciais podem ser destacados na análise da atenção? Como a formação de um tema na consciência se relaciona com a história do agente? E com a história de sua sociedade e cultura? Este tema é sempre um objeto de percepção ou pode ser um objeto referido a outras esferas de experiência, tais como a fantasia ou a memória?

Todos estes problemas foram formulados, dentro da tradição filosófica e científica, como o problema da “seletividade” da mente (COX, 1978; GURWITSCH, 1964/2010a; SCHÜTZ, 2011). Em uma fenomenologia da atenção, eles são reformulados a partir de uma concepção crítica e fundamentada não somente sobre o conceito de intencionalidade, mas também em conexão com o estudo do mundo da vida, naquilo a que se referiram tanto Gurwitsch quanto Schütz a partir do conceito de “relevância”. Nas palavras de Schütz (1928/1996a, p. 4 “o problema básico da relevância diz respeito a uma seleção da totalidade do mundo que é pré-dado à vida, bem como ao pensamento”. O problema da seletividade é resolvido, portanto, no estudo da relevância e do mundo da vida. O estudo fenomenológico da atenção dá bases para demonstrar a presença de outras conexões significativas “no fundo” do foco visual e de sua operação. A estrutura destas conexões é analisada, precisamente, pela teoria da relevância que pode ser encontrada nos trabalhos dos referidos autores.

Desta feita, este trabalho consiste na tese de que a análise fenomenológica da relevância e do mundo da vida nas obras de Gurwitsch e de Schütz podem contribuir para o estudo fenomenológico da atenção no cenário contemporâneo. O seu objetivo é, portanto, sistematizar as análises da atenção, da relevância e do mundo da vida dos dois autores e aplicá-las ao estudo dos problemas atencionais na sociedade contemporânea, assim vislumbrando contribuir para o desenvolvimento de uma psicologia social de orientação fenomenológica para o estudo da atenção. Considera-se, para tanto, o intercâmbio e a complementaridade dos estudos destes dois autores. Conforme Cox (1978, p. 8), “Gurwitsch e Schutz estavam, claramente, como ambos se deram conta, arando o mesmo terreno; e os seus trabalhos devem, eventualmente, ser estudados um à luz do outro”.

Os interlocutores privilegiados deste estudo

Este interesse pelo estudo do mundo da vida e por desenvolver a pesquisa fenomenológica em âmbito interdisciplinar, marca os projetos colaborativos com os quais trabalharam Aron Gurwitsch e Alfred Schütz. Sabe-se que estes dois autores, cuja condição de migrante e refugiado era compartilhada por ambos, mantiveram um profundo e profícuo diálogo ao longo de suas vidas. Alfred Schütz (1899-1959) estudou Direito em Viena, onde participou ativamente de debates sobre filosofia, direito e economia. Emigrou para os Estados Unidos da América (EUA) em 1939, onde trabalhou como bancário e pesquisou os assuntos de seu interesse até o fim de sua vida. De origem lituana, Aron Gurwitsch (1901-1973) vinha de uma formação filosófica e científica na Alemanha, onde estudou sob a tutela de Carl Stumpf, em Berlim, teve contato direto com E. Husserl e com o biólogo e teórico da Gestalt Kurt Goldstein; posteriormente, permaneceu por um breve período na França, onde conheceu M. Merleau-Ponty; e, por fim, com sua esposa, migrou para os EUA em 1941, onde viveu e trabalhou até o fim de sua vida. Juntamente com outros pesquisadores exilados, Schütz e Gurwitsch fundaram uma instituição de pesquisa social em Nova York, a “Universidade no Exílio” (*University in Exile*) na “*The New School for Social Research*” (em tradução direta, “*A Nova Escola para a Pesquisa Social*”), instituição que passou a abrigar, em 1966, os “*Arquivos Husserl*” nos EUA, onde ficam disponíveis os manuscritos não publicados de Husserl e são desenvolvidas diferentes atividades de pesquisa e estudo relacionadas à fenomenologia. Os dois autores também trocaram várias cartas ao longo dos anos sobre os seus projetos particulares e colaborativos (GRATHOFF, 1989). As cartas trocadas entre eles são particularmente significativas, pois nos permitem compreender não apenas a coincidência de trajetórias, mas, sobretudo, a formulação conjunta de problemas filosóficos e científicos de amplo alcance e de grande profundidade. Apesar de possuírem visões distintas quanto a determinados problemas e suas soluções, a confluência no tratamento das questões sobre a fenomenologia, em particular sobre a importância de desenvolver-se um programa dedicado à análise do mundo da vida e da atitude natural, é um assunto que merece

destaque em suas biografias e que não deixa de constituir parte essencial da história da fenomenologia (SPIEGELBERG, 1972).

Os dois autores trabalharam intensamente em seus projetos filosóficos já em território estadunidense. Schütz dedicava-se, particularmente, ao estudo da fundamentação epistemológica das ciências sociais, de problemas específicos da pesquisa fenomenológica e da pesquisa aplicada em ciências sociais. Dentre os seus estudos notáveis, pode-se destacar, além de seu livro *“A construção significativa do mundo social”* (1932/2018), o único publicado em vida, também os seus ensaios: *“Dom Quixote e o problema da realidade”*, *“O estrangeiro”*, *“O retornado”*³, *“Sobre as realidades múltiplas”*, *“Reflexões sobre o problema da relevância”*, dentre outros. Estes ensaios e estudos foram coletados e publicados em volumes da coletânea que recebeu o nome de *“Ensaaios coligidos de Alfred Schütz”* (*Colleted Papers*). Postumamente, Thomas Luckmann reuniria os rascunhos de uma obra vindoura, porém inacabada, que Schütz preparava em um livro de dois volumes intitulado *“As estruturas do mundo da vida”* (*Strukturen der Lebenswelt*) (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1974; 1989), do qual ele aparece, por esta razão, como coautor. Este livro registra o amplo leque de interesses de pesquisa de Schütz e reúne uma grande quantidade de análises descritivas bastante detalhadas sobre a constituição de sentido considerada desde uma perspectiva da atitude natural, ou “personalista” (HUSSERL, 2012a), contrastando-se, sem, com isto, opor-se, à abordagem transcendental adotada por seu mestre intelectual Edmund Husserl. Gurwitsch, por sua vez, mais alinhado à perspectiva transcendental, dedicava-se a aprofundar os estudos sobre a percepção desde este ponto de vista. Porém, algo notável em suas investigações é a sua habilidade e predileção pelo confronto com a pesquisa empírica, em especial com a psicologia (desde William James até a Psicologia da *Gestalt* e outros contemporâneos). Publicou, também, vários ensaios notáveis em inglês e francês. Sublinhe-se, por exemplo, a importância histórica de seu ensaio intitulado *“Algumas notas sobre a Psicologia da Gestalt”*, publicado em francês, antes de sua migração, e de sua tese de doutorado, defendida em 1928 e publicada em 1929, intitulada *“Fenomenologia da temática e do eu puro”*, onde já se encontra uma confrontação direta entre fenomenologia e Psicologia da *Gestalt*. Alguns destes

³ Esta é a uma tradução literal do título inglês *“The homecomer”*. O estudo trata da condição sociopsicológica daqueles indivíduos que, uma vez tendo migrado para grupos estrangeiros, retornam a seu grupo de origem.

textos foram reunidos e publicados, primeiro, em uma coletânea intitulada “*Studies on Phenomenology and Psychology*” e, depois, em número maior, reunidos nos três volumes de “*As Obras Coligadas de Aron Gurwitsch*” (*The Collected Works of Aron Gurwitsch*). O registro de sua elegância e precisão analítica encontra-se publicado em sua obra “*O campo da consciência*”, curiosamente publicada primeiramente em francês, em 1957, e, depois, em inglês, em 1964. Neste livro, Gurwitsch defende uma concepção gestáltica da consciência – logo, da intencionalidade –, a qual se apoia em uma crítica bastante densa sobre o dualismo de percepção (enquanto ato intelectual) e sensação (enquanto material sensível informe e destituído de significação) e promove uma reconsideração das articulações de sentido enquanto formas autóctones de significação no interior do campo de consciência.

O problema de pesquisa: atenção, relevância e mundo da vida

Entre as questões abordadas por ambos os autores, gostaríamos de dar especial ênfase ao que é chamado de “problema da relevância” para, então, costurar a sua significação com relação às análises da atenção e do mundo da vida. De fato, “o problema da relevância” é parte do título de um dos ensaios de Schütz citado anteriormente. Neste trabalho, o autor endossa o conceito e a problemática central que nos interessa para o desenvolvimento de uma teoria fenomenológica capaz de abranger, de maneira consistente, um conjunto de fenômenos relativos à experiência subjetiva. Em particular, “relevância” é um nome para o processo pelo qual o ator social interpreta e age com relação a uma determinada problemática significativa (chamada de “tema” ou “tópico”) com a qual se defronta em uma determinada situação a partir dos referenciais de sua cultura e sociedade. Neste processo, não apenas o tema se destaca como um problema relevante que exige uma solução como também o expediente de ação a ser esboçado é segregado a partir de um fundo de saber de que dispõe o ator social naquele momento. Um item se destaca de um fundo perceptivo como algo relevante para o ator social e ganha, assim, um contorno próprio tanto porque existem certas “leis de essência” – na terminologia de Husserl – que estruturam a percepção. E porque, no próprio processo de percepção, está implicado um saber que necessita de uma explicitação fenomenológica. Compreender este processo de segregação de um fundo e de formação de um

quadro perceptivo internamente articulado, coerente e significativo em si e para si, é a tarefa de uma fenomenologia da atenção ou de uma teoria da relevância. Ao fazê-lo, esta teoria tem de ser capaz de articular a perspectiva singular do agente, com as camadas de significação que se originam na experiência subjetiva, e o horizonte histórico determinado no qual ele se situa, com os esquemas simbólicos de interpretação que são social e historicamente variáveis, pois a significação concreta não pode ser entendida sem esta dependência mútua.

Nas obras de Schütz e de Gurwitsch, a relevância denota um fenômeno ambíguo ou, pelo menos, um fenômeno que pode ser abordado por dois diferentes vieses que, apesar de díspares, podem ser complementares (EMBREE, 2015). Em um dos primeiros textos de cunho fenomenológico de Schütz, o autor declara explicitamente que “o conceito de relevância é o conceito central da sociologia e das ciências humanas [*Geisteswissenschaften*]” (SCHÜTZ, 1928/1996a, p. 4). Apesar de ser tamb[em] pressuposto na maior parte seu livro “*A construção significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018), o tema é ali tratado de maneira bastante reticente e indireta, como um “conjunto de problemas [que] ultrapassa em muito os limites do campo de estudos próprio às ciências sociais” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 385) e, portanto, das análises de seu estudo. Além deste caso, o problema da relevância é pressuposto em vários outros trabalhos de Schütz, apesar de não ser tratado em detalhe em nenhum deles, exceto em seus textos póstumos “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011) e “*As estruturas do mundo da vida*” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1974; 1989). O leitor fica, assim, em posse de um “conceito central” para as ciências humanas, mas que “ultrapassa” os seus limites e para o qual não se encontra uma formulação precisa nos principais trabalhos do autor.

Quando o autor trata especificamente da relevância, ela é formulada como uma forma de segregação do saber que o agente possui de seu mundo a fim de solucionar um problema com o qual é defrontado em sua lida cotidiana. Este saber é uma função social, que, na vida cotidiana, é compartilhado na forma de receitas típicas e comunicado por meio de recursos simbólicos (sinais, símbolos, marcas e indicações). Ao mesmo tempo, apresenta uma sobreposição com a história de vida (o seu “estoque de conhecimento”) e com a situação definida pelo ator naquele momento dado (ou seja, o resultado interpretativo ao qual chegou e as possibilidades de ação abertas por ele). Por exemplo, quando uma criança se

depara com um gesto de outra pessoa, possivelmente mais velha, cuja significação ela desconhece, ela necessita considerar outros indicativos em seu comportamento e mobilizar aquilo que já conhece sobre gestos e acenos típicos ou sobre outras expressões (corporais e faciais) para interpretar corretamente se este é um gesto amigável ou se, pelo contrário, trata-se de um aceno de desprezo ou de uma afronta; e para, assim, agir da maneira como lhe parecer mais conveniente. Este é um processo que, embora envolva aspectos predicativos, não é inteiramente discursivo.

A dinâmica da emergência desta solução interpretativa é o que interessa, mais precisamente, às análises de Schütz sobre a relevância. A segregação envolvida neste caso consiste em um processo de seleção e de interpretação do mundo da vida no qual e a partir do qual todos nós vivemos enquanto sujeitos efetuidores de sentido. Assim concebida, a relevância é um fenômeno que envolve, por um lado, um aspecto subjetivo daquilo que é relevante para mim enquanto um sujeito situado no mundo e, por outro, um aspecto objetivo daquilo que constitui o mundo como correlato de meus e nossos atos intencionais (COX, 1978). Por conseguinte, aquilo que é relevante é um setor específico do mundo da vida. Conforme escreve o autor em um ensaio intitulado “*O problema da realidade social*”:

Este mundo – o nosso *Lebenswelt*⁴ – possui um significado e uma estrutura de relevância particulares para nós, seres humanos, que vivemos, pensamos e agimos aí. Nós pré-selecionamos e pré-interpretamos este mundo por uma série de construtos do senso-comum da realidade da vida diária e são estes objetos-de-pensamento que determinam o nosso comportamento, definem os objetivos de nossas ações, os meios disponíveis para alcançá-los, e assim por diante. (SCHUTZ, 1996b, p. 72).

Ao lado desta definição de Schütz, Gurwitsch faz uso do que chama de “princípio de relevância” tanto em sua tese de doutorado (GURWITSCH, 1929/2009a) quanto em seu estudo intitulado “*O campo de consciência*” (GURWITSCH, 1964/2010a) para dar conta da articulação interna do campo de consciência em torno de um tema. Em sua tese de doutorado, Gurwitsch criticou duramente, primeiro, a dualidade entre percepção e sensação, argumentando, resumidamente, que não é possível separar, como na teoria clássica, os dados dos sentidos, supostamente informes e destituídos de significação, de um ato intencional

⁴ Termo alemão utilizado pela primeira vez na filosofia fenomenológica por Edmund Husserl e que pode ser traduzido como “mundo da vida”.

de nível superior – a “percepção” ou “interpretação” – que proveria significação às experiências. Em sua teoria, todo objeto perceptivo (ou “*percepto*”) já se apresenta, de imediato, como uma totalidade internamente articulada, ou seja, como uma “*Gestalt*”. Em segundo lugar, também criticou a ideia, mais ou menos derivada desta primeira, de que a atenção seria um ato de nível superior que operaria sobre as sensações informes uma espécie de seleção de material para, então, dar a este estofo articulação e clareza para a consciência, como se a atenção fosse uma lanterna a iluminar um objeto contra um fundo de penumbra que, no mais, permaneceria obscuro. Argumentou, contra isto, que, uma vez que o objeto percebido é uma unidade de sentido internamente articulada junto com o seu fundo e dependendo dele, as mudanças que um ato atencional pode provocar sobre esta unidade nada mais são do que reconfigurações deste jogo, já articulado e mutuamente dependente, de figura e fundo. Por conseguinte, o que importa analisar de um ponto de vista fenomenológico são, precisamente, as articulações possíveis entre uma figura (chamada pelo autor de “tema”) e as múltiplas configurações que ele apresenta com o seu fundo e do qual depende (ou seja, com o seu “campo temático”). A metáfora da lanterna deixa de ser operativa nesta nova teoria; nenhum objeto pode ser concebido como significativo exceto com e a partir de um campo. Eis o motivo por que Gurwitsch elege falar de um “campo de consciência”.

Nesta teoria do campo de consciência, a relevância designa não tanto a segregação do estoque de conhecimento a fim de solucionar-se um problema com o qual o sujeito tem de lidar, mas o princípio pelo qual o sentido de um determinado tema é constituído em função do campo ou contexto no qual se insere – e que é chamado pelo autor de “unidade pela relevância” (GURWITSCH, 1929/2009a). Um dos corolários desta tese é o argumento de que uma modificação no campo acarreta, necessariamente, uma mudança no tema. Gurwitsch estudará diferentes variações em que isto ocorre e as condições nas quais o significado do tema depende do campo no interior do qual emerge. Por exemplo, um garfo poderá ser tomado como um utensílio para comer em conexão com este contexto de significado – ou “campo temático” – que é a cozinha ou a mesa de jantar ou a própria comida, porém poderá ser percebida como condição para a aparição de uma forma humana em uma escultura (como tal, em um contexto artístico). Contudo, neste exemplo como em qualquer outro, o campo de consciência é suficientemente amplo de forma a incluir não somente esta percepção neste dado momento, mas um conjunto de

outros itens que são dados simultaneamente: a chave do carro em cima da mesa de jantar, as minhas memórias sobre a conversa com o chefe horas atrás, o meu projeto de estudar antropologia nas horas vagas, a minha ansiedade quanto ao futuro incerto, a postura de meu corpo, os cômodos da casa que estão fora de vista e fora de meu alcance, os ruídos de carro lá fora etc. Acontece que, explica-nos Gurwitsch, estes itens codados, apesar de serem dados simultaneamente ao tema e, por isto, genuinamente vivenciados por mim, não são relevantes para constituir a significação do tema. São, portanto, itens irrelevantes e que pertencem a outra “esfera” do campo de consciência, nomeada por Gurwitsch como “margem”. Eles não apresentam contribuição para a significação do tema ou, dito de outra forma, a significação do tema não depende destes itens para constituir-se.

Schütz e Gurwitsch formulam as questões relativas ao fenômeno da relevância, portanto, de maneira distinta. De um lado, Schütz apresenta o problema da relevância como uma forma de dar conta sobre a maneira como o agente social “traduz” os esquemas interpretativos de origem social em sua experiência subjetiva para lidar com os problemas que se destacam de seu entorno e, para tanto, faz referência às motivações e a outras experiências subjetivas para explicitar a ancoragem da cultura e as suas variações, por assim dizer, microscópicas (ou “microsociológicas”). Por outro, Gurwitsch apresenta o problema da relevância para elaborar uma concepção de intencionalidade mais apropriada a uma compreensão gestáltica da “apreensão” e para demonstrar que, em qualquer análise intencional, o contexto (“campo temático”) está sempre pressuposto e que, sendo assim, todo objeto intencional projeta-se para além de si mesmo, envolvendo um campo de referências significativas. Com isso, fornece-nos um conceito mais abrangente de cognição.

A este respeito, os próprios autores chegaram a manifestar as suas posições com relação à teoria um do outro. Em seu livro *“O campo de consciência”*, Gurwitsch (1964/2010a, p. 333) se posiciona a respeito da obra de seu colega:

de acordo com Schutz, a relevância denota uma relação na qual os objetos e os itens se colocam ao Eu com relação aos planos e projetos do eu, e não, como para nós, uma relação de mútuas referências de indicação destes itens.

Em uma carta a Gurwitsch, Schütz⁵, por sua vez, ao criticar a posição de seu colega quanto à subsunção da ideia de realidade à percepção⁶ e ao apresentar alguns problemas em sua obra⁷, sublinhou a equivalência entre o conceito de relevância de Gurwitsch e o conceito de “coerência gestáltica”, dando a estes conceitos o nome, aos seus olhos mais adequado, de “pertinência”. Segundo o conceito de pertinência, em comentário de Schütz, “tudo permanece conectado com tudo, está em um contexto com ele” (GRATHOFF, 1989, p. 157). Com isto, indicou o fato de que o seu conceito de relevância abrange um escopo diferente daquele de Gurwitsch.

Esta diferença de posições, contudo, só pode ser considerada uma oposição caso deixemos de considerar o quadro geral da teoria da intencionalidade. De acordo com Embree (2015), estes dois pontos de vista podem ser reunidos como aspectos parciais de um mesmo *continuum* que abrange três elementos: *ego-cogito-cogitatum*. Enquanto a teoria de Gurwitsch centra-se sobre o par *cogito-cogitatum*, configurando-se, por isto, como uma teoria noemática, a abordagem de Schütz privilegia o par *ego-cogito* e, com isto, configura-se como uma teoria noética ou mesmo psicológica do fenômeno em questão. Outras diferenças podem ser acrescentadas a estas, sem dúvida, e este é um assunto ao qual voltaremos ao longo do trabalho. Porém, para nossos propósitos de introduzir o assunto, esta é uma forma suficientemente clara de colocar em perspectiva estas duas formulações sobre o problema da relevância e de antecipar a nossa tese. Ora, se é possível que estas análises sobre a relevância e a atenção possuam uma coerência interna e formem uma unidade, esta é uma questão fundamental para dar seguimento à sua

⁵ Esta carta é datada de 25 de janeiro de 1952. Ela se encontra no contexto em que Gurwitsch, por um lado, prepara o seu texto de *O campo de consciência*, que viria a ser publicado primeiro em francês, em 1952, com o título “*Théorie du champ de la conscience*”, e, depois, em 1964, em inglês, com o título mais conciso de “*Field of consciousness*”, e no qual Schutz, por outro lado, redige partes substantivas de seu “*Reflexões sobre o problema da relevância*”.

⁶ “Eu não vejo que a realidade do mundo da vida possa estar fundada em seu caráter de mundo perceptivo. Por que, então, o mundo da alucinação não é um mundo real, o transcorrer do filme na tela não é real? Eu acredito que a realidade do mundo da vida diária é baseada em sua estrutura como o mundo do trabalho (*Wirkwelt*)” (GRATHOFF, 1989, p. 154).

⁷ O trecho completo: “Eu gostaria que você tivesse mostrado como um elemento da margem muda para o campo, de lá para o centro; a sua visão da modificação de um tema em outro ou de uma ordem existencial para outra; como uma figura [*Gestalt*] pode se tornar fundo [*Grund*] e o fundo, figura; qual é a relação entre ‘pertinência’ (a sua relevância) e a coerência gestáltica; por que as análises noemáticas predominam sobre as noéticas em seu trabalho etc.” (GRATHOFF, 1989, p. 154).

sistematização teórica e para avaliar as suas possíveis contribuições para a pesquisa tanto teórica quanto empírica.

A teoria fenomenológica da relevância é, pois, um caminho para a análise fenomenológica da atenção, assim abarcando as questões da seletividade e do interesse. Conforme um importante estudo sobre a teoria da relevância em Schütz, “[...] o próprio conceito de relevância pode ser visto como uma tentativa de resolver o problema do interesse e da atividade seletiva da mente” (COX, 1978, p. 148). Podendo ela contribuir para a pesquisa empírica, é importante determinar em qual sentido ela pode fazê-lo. Certamente, esta teoria não segue o mesmo fio dos modelos teóricos utilizados em grande parte dos estudos atuais sobre a atenção, das áreas da psicologia cognitiva, psicologia experimental e neurociências. Ao contrário, a sua principal vantagem metodológica consiste em que ela é capaz de explicitar a perspectiva do próprio sujeito e de relacioná-la a outras variáveis importantes, sem reduzir a sua experiência subjetiva a processos cerebrais, por exemplo (GALLAGHER, 1997; WERHLE; BREYER, 2016). Para ser consistente, ela deve, então, ser capaz de informar os estudos de perspectiva em primeira pessoa sobre a atenção e fenômenos cognitivos correlatos na forma de uma fenomenologia da atitude natural ou “naturalizada” (RAMSTEAD, 2014; ZAHAVI, 2004; 2018), ou seja, de uma psicologia fenomenológica. Atualmente, a perspectiva de ênfase neurocognitiva, majoritária nos estudos sobre o assunto, pressupõe que o cérebro explique a experiência vivida – que nada mais seria do que um epifenômeno – e que os modelos explicativos devam seguir uma linguagem impessoal baseada no processamento de informação (GALLAGHER, 1997; FUCHS, 2018). Porém, a perspectiva fenomenológica parte de um princípio distinto quanto ao que é estudado e que está mais voltado para os atos intencionais, cognitivos, pelos quais o sujeito imbui seu ambiente de significação. Se, para os modelos neurofisiológicos, o objeto de estudo é “o foco visual objetivamente mensurável e a sua periferia” (WEHRLE; BREYER, 2016, p. 48), a teoria fenomenológica implica, diferentemente, que seu objeto de estudo, “o tema subjetivo da atenção e o seu ambiente”, jamais coincide com ele. Pelo contrário, a atenção e a relevância estudadas nas teorias de Gurwitsch e de Schütz se mostram como sendo dependentes de uma “rede de intencionalidade”, de tal forma que o agente, por sua vez, é concebido não como um simples organismo respondente a um mundo de estímulos, mas como o “polo intencional”, o “portador de mira”, que visa um campo de significações (RICOEUR,

1988). Em outros termos, a relevância e a atenção sempre se desdobram a partir de um “quadro ou contexto experiencial” (COX, 1978, p. 73), cuja análise deve seguir uma orientação fenomenológica. Sendo assim, os argumentos e princípios metodológicos desta análise podem prescindir dos compromissos epistemológicos e metafísicos de boa parte dos estudos neurofisiológicos.

As investigações sobre a relevância e a atenção que interessam a este estudo possuem, ainda, importantes conexões com fenômenos sociais e intersubjetivos. Conforme Schütz (2011), o estoque de conhecimento por meio do qual um sujeito direciona a sua atenção para um tema relevante da situação na qual participa só é possível por meio de recursos de natureza social e histórica, como, por exemplo, a linguagem e os conhecimentos objetivados e socialmente compartilhados. Na linguagem mais técnica do autor, estes conhecimentos se referem a tipificações e aos sistemas de relevância compartilhados entre o agente e a sociedade. Nas palavras de Peters (2011, p. 89), “a corda atada entre a subjetividade individual e a realidade social objetiva é o domínio de tipificações e relevâncias intersubjetivamente partilhadas”. Por esta razão, a psicologia social fenomenológica de Alfred Schütz e as suas investigações sobre a relevância fornecem um importante caminho metodológico que, embora se centrando no estudo da experiência vivida individual (*Erlebnis*), demonstra que a ordem e a significação dos contextos sociais objetivos dependem, também, das realizações subjetivas (*Leistungen*). Assim, parece nos fornecer um importante e valioso instrumental teórico e metodológico para os estudos sobre o encaixe entre os sistemas sociais (as estruturas) e a perspectiva subjetiva (a agência) (PETERS, 2011). Para provar-se, neste aspecto, como uma teoria sistemática e significativa para o estudo destes encaixes, esta teoria precisa, portanto, apresentar, de maneira suficiente, também a capacidade de nos ajudar a compreender o atual cenário social da “crise da atenção” e dos “regimes de atenção” contemporâneos (CALIMAN, 2012; 2008a; 2008b; VERISSIMO, 2019a; 2019b). É necessário compreender de que modo as estruturas sociais e a sua dinâmica são apropriadas pelos atores sociais e geram modificações importantes em seus modos de vida, o que significa dar conta desta “refração secundária na perspectiva dos sujeitos” (ROSA, 2019), com as suas experiências de “sincronização” ou de “crise”. Assim, a análise fenomenológica da relevância e do mundo da vida se complementam em uma análise do mundo da vida contemporâneo.

O que nós propomos é a tese de que os princípios e as categorias empregados nas análises sobre a atenção, a relevância e o mundo da vida nos trabalhos de Gurwitsch e Schütz podem ser elaborados como uma teoria compreensiva sobre a atenção em uma dimensão simultaneamente individual e social, conforme preceitos fenomenológicos. Em nossa interpretação, ela consiste em uma psicossociologia fenomenológica apropriada para a explicitação de, utilizando-se de uma linguagem mais psicológica, um conjunto de variáveis relevantes relacionadas à atenção. Deste modo, esta tese pode ser caracterizada como uma abordagem de psicologia filosófica ou teórica. Não consiste em uma pesquisa empírica, por mais que citemos, ao longo do trabalho, alguns estudos empíricos para fundamentar os nossos argumentos. O método adotado consistiu, portanto, em um estudo teórico e filosófico, baseado na leitura sistemática dos textos centrais dos autores sobre a temática e buscando destacar os seus problemas, conceitos e argumentos centrais⁸. Para tanto, consideramos como base os textos de Gurwitsch e de Schütz, mas também alguns textos de Husserl. Foram considerados textos auxiliares aqueles que apresentaram comentários a estas obras ou que consistiam em pesquisas em fenomenologia e em psicologia, psiquiatria, neurociências cognitivas e ciências sociais, que apresentavam conexão com o tema estudado.

É necessário fazer um breve comentário a respeito dos textos selecionados e de seu uso ao longo do trabalho. Nós demos preferência aos textos originais dos principais autores trabalhados, sempre que estes nos foram acessíveis. Para o português, há pouca coisa traduzida de Husserl, menos ainda de Schütz e nada de Gurwitsch. Desta forma, consultamos algumas traduções para o português e as citamos quando o material foi bem avaliado⁹. Em todos os demais casos, citamos os seus textos originais em inglês ou alemão. Para todos os casos de citação direta destes autores, e de todos os outros trabalhos em língua estrangeira, a tradução fornecida é de nossa autoria. Por esta razão, e tendo-se em conta este aviso prévio, optamos por suprimir a convencional expressão “tradução nossa” após as citações,

⁸ Esta é a concepção de Porta (2007, p. 25), a qual subscrevemos: “o núcleo essencial da filosofia não é constituído de crenças tematicamente definidas e racionalmente fundadas, senão de problemas e soluções”.

⁹ O livro “*Fenomenologia e relações sociais*”, da autoria de Schütz, organizado por H. Wagner, traduzido para o português, não foi utilizado neste trabalho em razão não de ser uma tradução má avaliada, mas de ter passado por um processo de organização textual que obscurece a própria autoria. Wagner organizou o material a partir de vários compilados e não deixou um registro preciso de suas fontes.

entre parênteses. Para uma leitura mais criteriosa dos autores, os originais podem ser consultados através das referências às páginas, que procuramos deixar sempre bem claras ao longo do texto.

Existe um método para a pesquisa teórica e filosófica em psicologia?

Uma preocupação importante na condução de um trabalho de natureza teórica e filosófica é, certamente, a garantia do rigor analítico. Importante também para esta questão é saber se a própria fenomenologia, enquanto projeto filosófico, pode fornecer caminhos para sanar esta preocupação imperativa. Em primeiro lugar, o método de elaboração e de desenvolvimento dos problemas por nós estudado pode ser definido como uma dialética filosófica, na medida em que este método consiste em um processo de “crescente sofisticação e complexificação” (RESCHER, 2006, p. 93) de teorias, através da clarificação e do confronto de diferentes argumentos e conceitos e de seus horizontes de sentido próprios a fim de, com isso, elaborar-se um panorama ou quadro geral que forme um significado. Com base nesta compreensão, procuramos apresentar os problemas específicos com os quais lidaram os seus autores no desenvolvimento de suas pesquisas para, então, dar um sentido próprio a eles com o acúmulo de diferentes argumentos e conceitos. A cada capítulo, sintetizamos no início e no fim os argumentos e conceitos centrais a fim de contribuir para a consolidação desta compreensão também para o leitor. Em segundo lugar, acreditamos, de fato, que este princípio metodológico se aproxima tanto da ideia de clarificação fenomenológica de Husserl (1986a, §§18-20), que se assenta sobre os recursos descritivos da linguagem e no rigor analítico perante aquilo que se mostra tal como se mostra, quanto dos métodos fenomenológicos específicos de variação imaginativa e de exemplificação, tais como foram preconizados por Husserl (1913/1976) e sistematizados por Sowa (2013; 2014). Nenhuma análise fenomenológica pode prescindir desta estratégia de fazer passar pelos testes imaginativos e exemplificativos os próprios conceitos, posto que esta seja uma maneira de falsear argumentos que é própria à teorização fenomenológica (SOWA, 2014). Por esta razão, a cada momento de análise procuramos identificar o

conceito central analisado e elaborar e variar diferentes exemplos para ele. Vale dizer que este exercício também foi muito importante para o processo de construção do texto.

Ao mesmo tempo, este tipo de análise descritiva é capaz de nos fazer ver itens contingentes de nossa vida cotidiana através das lentes de um novo sistema de relevâncias e, assim, de nos permitir formar um novo conhecimento sobre eles (GENDLER, 2010). Em última instância, sustento que a análise de fenômenos concretos exige um rigoroso trabalho analítico também sobre os próprios conceitos por meio dos quais é realizada a tarefa de compreender criticamente ou de interpretar uma determinada circunstância histórica. Assim, uma análise conceitual deste tipo pode nos ajudar a estar em melhores condições de analisar criticamente a nossa própria realidade social.

Visão de conjunto

Para cumprir com seu objetivo de demonstrar a sistematicidade das investigações fenomenológicas sobre a relevância e o mundo da vida no mundo contemporâneo a partir das obras de Gurwitsch e Schütz, este trabalho segue uma estrutura de oito capítulos divididos em quatro partes principais, cada uma contendo dois capítulos.

Na primeira parte, procuramos apresentar os princípios das análises e da teoria de Aron Gurwitsch sobre a relevância, com base em sua teoria do campo de consciência. Estes capítulos nos darão base para reconceituar o foco de atenção e seu contexto a partir da análise da estrutura do campo de consciência. No primeiro capítulo, *“A conexão íntima das coisas: a teoria do campo de consciência”*, buscamos apresentar, de maneira mais sistemática, o que podem ser considerados os princípios da teoria fenomenológica da relevância a partir de Gurwitsch. Analisamos a sua teoria do campo de consciência, com o seu princípio de organização autóctone do campo de consciência e sua distinção entre tema, campo temático e margem. Demonstramos como este princípio de organização autóctone implica em uma reformulação do problema da seleção perceptiva. No segundo capítulo, *“A luz para além do holofote: uma crítica gestáltica da função atensiva”*, analisamos um conjunto de fenômenos atencionais a partir da teoria de Gurwitsch e,

seguindo algumas das direções já exploradas por Arvidson (2006), exploramos a sua interface com as pesquisas das neurociências cognitivas, a fim de traduzir alguns de seus conceitos principais para uma linguagem fenomenológica. Buscamos demonstrar que o conceito fenomenológico de atenção imbricado na noção de campo de consciência é mais amplo do que o de “atenção seletiva” e exige uma elaboração consistente da noção de “fundo”.

Na segunda parte, apresentamos as análises de Schütz sobre a ação significativa e a atenção, dando maior enfoque à sua teoria dos sistemas de relevância. Estes capítulos, por sua vez, nos darão base para demonstrar outras conexões significativas do campo de consciência. Assim, no terceiro capítulo da tese, *“Em busca do tempo significativo: tempo, atenção e ação significativa na obra inicial de Alfred Schütz”*, apresentamos os princípios pelos quais Schütz elabora a sua teoria da ação significativa, em seu projeto de fundamentação crítica dos conceitos propostos por Max Weber. Demonstramos como a sua teoria da ação social depende de uma teoria da atenção e da reflexão e, também, de uma concepção da temporalidade interna da consciência. No quarto capítulo, *“A composição da atitude natural: a análise dos sistemas de relevância”*, apresentamos a posição de Schütz quanto ao problema da relevância e exploramos a sua teoria dos sistemas de relevância, que parte de uma leitura gestáltica do fenômeno e se desdobra a partir de um diálogo crítico com Gurwitsch. A sua teoria sobre a segregação de um tópico coloca em cena o agente encarnado que opera sobre o mundo social e envolve uma reformulação dos conceitos de “fundo” e de “margem” de modo a incluir as habitualidades do agente e sua história intencional.

Na terceira parte do trabalho, desenvolvemos algumas análises comparativas entre alguns dos problemas estudados por Gurwitsch e Schütz a fim de ampliar as análises em torno da relevância e do mundo da vida. Assim, as conexões significativas para o estudo do ato atencional são ampliadas ainda mais. Desta forma, no quinto capítulo, *“A multiplicidade do mundo da vida: ordens de existência e províncias finitas de significado”*, analisamos a concepção de cada autor sobre o mundo da vida e sua análise e, depois, tendo como pano de fundo a teoria das províncias finitas de significado, destacamos as proximidades e os distanciamentos das posições dos dois autores. Ao mesmo tempo, procuramos mostrar a conexão entre a análise do mundo da vida e da atenção e dar visibilidade para a pluralidade de experiências atentas no mundo da vida. No sexto capítulo, *“A dupla face do eu:*

irrelevância e passividade”, apresentamos uma discussão sobre a existência encarnada do agente a partir das teorias de Gurwitsch e de Schütz. Analisamos como, para cada autor, a dimensão da corporeidade e da afetividade é conceituada. Ainda, a partir das elaborações Husserl sobre a passividade, estudamos como estas dimensões ancoram os atos atentos do agente e permitem compreender a atenção integrada ao “arco intencional”.

Na quarta e última parte do trabalho, aplicamos os princípios de análise da relevância e do mundo da vida ao cenário contemporâneo, em diálogo com os estudos culturais da atenção, na direção de uma psicologia social de orientação fenomenológica. As conexões significativas para o desempenho da atenção no mundo da vida contemporâneo serão elucidadas a partir de sua referencialidade concreta e contingente. Com isso, no sétimo capítulo, *“O mundo da vida na modernidade tardia e os regimes de atenção: uma variedade de experiências ativas”*, discutimos as modulações necessárias para o conceito de mundo da vida a fim de abarcar as transformações da experiência social moderna. São apresentados os conceitos de diferenciação e de especialização, dando destaque à tecnologia. Também discutimos os conceitos de “regime da atenção” e de “economia da atenção” à luz destas transformações. E discutimos o conceito de “sociedade do desempenho” (ou do “cansaço”) e suas correlações com a atenção e com os imperativos de autotematização. O conceito de “aceleração” (ROSA, 2018) é entendido como central para guiar estas análises. Com base nisso, no oitavo capítulo, *“Para uma psicopatologia das experiências de desencaixe temporal: normalidade, otimização e dessincronização”*, por fim, analisamos como as tipificações sociais podem se tornar ingredientes normativos da experiência subjetiva, em especial em seu viés atento. Para tanto, entendemos o conceito de “normalidade” enquanto norma perceptiva e enquanto referência cultural e intersubjetiva. Culminamos com a proposta de uma compreensão de psicopatologia fenomenológica sobre o TDAH, tomando por eixo as narrativas em primeira pessoa e as teorias sobre o transtorno.

1 A CONEXÃO ÍNTIMA DAS COISAS: A TEORIA DO CAMPO DE CONSCIÊNCIA

Gurwitsch desenvolveu as suas análises com base nas pesquisas da Psicologia da Gestalt de autores como Koffka, Köhler e Wertheimer (ASH, 1998; SANTOS, 2015). Esta escola de Psicologia tem raízes na psicologia descritiva de matiz fenomenológico (de origem brentaniana) e se caracteriza, especialmente, pela defesa da tese de que os fenômenos perceptivos possuem uma articulação interna própria e que esta organização não requer qualquer outra função que a explique, seja ela de natureza intelectual ou sensorial (SANTOS, 2015). Esta tese será fundamental para a condução de sua pesquisa. Caracterizando-a, aliás, o autor escreve:

O objetivo de nosso estudo é o de avançar determinados problemas fenomenológicos com a ajuda de teses gestalt-teoréticas, de complementar as análises de Husserl por meio de compreensões (insights) alcançadas pela teoria da Gestalt, bem como corrigir alguns de seus princípios e, em geral, avançar a fenomenologia ao longo destas linhas para além do estágio alcançado pelas Ideias de Husserl (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 195).

Sobre esta base, formulou o que chamou de “teoria do campo da consciência” para tratar de uma reconceituação da ideia de intencionalidade e de consciência no interior de um paradigma gestáltico, isto é, que privilegia as relações conectivas entre os fenômenos e não os decompõe em elementos separados para, depois, reconstruir a sua estrutura de forma somativa. Esta reconceituação passa, primeiro, por uma crítica das teses naturalistas da psicologia de sua época, sobretudo as suas teses elementaristas e dualistas sobre a consciência. A mesma crítica se estende, também, para determinadas teses de Husserl (1913/1976) sobre a intencionalidade, as quais, na visão de Gurwitsch, estão assentadas em uma visão dualista do processo perceptivo. Enquanto o elementarismo pressupõe que o processo perceptivo seja formado por dados dos sentidos, os elementos, desconexos entre si, o dualismo o completa por meio da concepção de que somente uma função intelectual garantiria a conexão significativa dos dados dos sentidos. Logo, esta teoria elementarista-dualista repousa sobre a ideia de que aquilo que é um objeto para a consciência seria, em princípio, uma conjunção de dados de sentidos desconexos entre si e simultaneamente presentes à consciência.

Ao avaliar criticamente esta concepção de consciência, a teoria do campo de consciência, por outro lado, propõe que o campo de fenômenos que se apresenta para cada sujeito em sua mirada singular possui uma organização autóctone, ou imanente, e que, portanto, não é necessário pressupor nenhum tipo de dualidade e nenhum tipo de agente especial neste processo. Para o autor, esta organização autóctone é um dado fenomenológico originário, quando consideramos a estrutura de nosso fluxo experiencial. Tudo isto que está presente em um determinado momento à consciência apresenta um entrelaçamento característico que pode ser descrito fenomenologicamente e analisado em suas estruturas típicas, às quais Gurwitsch dará, convenientemente, os nomes de tema, campo temático e margem. Mesmo aqueles fenômenos mais distantes, implícitos, vagos, imprecisos, indistintos, inarticulados, que se apresentam conjuntamente ao despontar de uma figura (tema) apresentam uma estrutura própria e um tipo peculiar de conexão com o restante do campo de consciência. E é esta conexão íntima das coisas – dos codados presentes à consciência em um dado momento – que será o objeto das análises fenomenológicas de Gurwitsch.

Neste capítulo, procuramos analisar os princípios da teoria do campo de consciência de Gurwitsch e apresentar como ela contribui para uma análise fenomenológica da atenção e, em especial, para o estudo do problema da relevância. Para tanto, começamos com a contextualização da posição teórica do autor em face a outras teorias a respeito de como um fenômeno se segrega e se destaca a partir de um campo no qual se apresentam outros fenômenos simultaneamente. Basicamente, neste percurso, fazemos referência à concepção clássica da atividade seletiva da consciência. Segundo esta concepção, a consciência seria encarregada de realizar a operação de selecionar os dados dos sentidos e torná-los significativos – na terminologia clássica, claros e distintos. Então, apresentamos a hipótese gestáltica da organização autóctone da consciência, que é subscrita por Gurwitsch, como seu contraponto. Na sequência, definimos mais claramente a posição de Gurwitsch e apresentamos as suas ideias de tema (a figura segregada do campo) e de campo temático, que formam as duas zonas primárias do campo de consciência como um todo organizado e internamente articulado (como *Gestalt*). Focamo-nos no dado fenomenológico, por ele apresentado, de que há sempre uma conexão de sentido entre o tema e outros fenômenos codados e que esta conexão pode ser analisada em termos da

relevância que estes codados possuem quanto ao tema. A partir disto, será necessário definir, com mais precisão, a qualidade da conexão de relevância, dado que ela se diferencia entre a relevância e a irrelevância. Os fenômenos irrelevantes para o tema, por sua vez, agrupam-se em uma terceira zona de codados que é chamada por Gurwitsch de “margem”, apresentando outras características como a simultaneidade, a intrusividade e a difusão. Ao fim, teremos uma visão geral de sua teoria do campo de consciência, que parte da hipótese de uma organização autóctone ao campo experiencial e que é conduzida para a análise fenomenológica de três princípios de organização que correspondem, respectivamente, a tema, campo temático e margem. Esta compreensão nos permitirá, no capítulo seguinte, explorar as consequências da teoria do campo de consciência para a fenomenologia da atenção.

1.1 O problema da segregação e a construção da hipótese gestáltica

O livro *“O campo da consciência”* (GURWITSCH, 1964/2010a) começa com a apresentação de um problema sobre o modo de doação das coisas à consciência, como segregadas de um conjunto maior de fenômenos ou, para utilizar uma metáfora de Husserl, a partir de uma “fratura”¹⁰ no próprio campo de apresentações. A pergunta diz respeito ao modo como surge uma experiência na qual algo se destaca de modo diferenciado de um fundo indiferenciado. Basicamente, trata da distinção entre uma figura, ou a saliência perceptiva correlativa a um ato salientador positivo, e um fundo indistinto, não-intencionado ou não-noticiado, do qual ela se destaca. Neste contexto, o campo de consciência consiste no conjunto total de dados de experiência que estão presentes à consciência em um determinado momento. E, dentre estes dados, alguns deles se destacam e formam uma figura com significado, ou seja, um objeto saliente, coerente e significativo. Na fenomenologia de Gurwitsch, esta figura recebe o nome de “tema” e, como tal, é o correlato do processo de tematização. Em outros termos, o tema é o correlato noemático de um processo noético, normalmente associado ao funcionamento da atenção.

¹⁰ Esta fratura é, particularmente, analisada por Husserl em “Percepção e atenção” (HUSSERL, 2004, especialmente *Beilage XV*).

A questão para a qual Gurwitsch busca uma resposta é a de saber como esta saliência se constitui em nossa experiência e quais são os pressupostos assumidos na compreensão deste processo. Nos seus termos, trata-se de entender como se constitui aquilo que é temático e aquilo que é marginal e quais são os diferentes casos em que podemos falar de um ou de outro e de suas relações. Este pode ser enunciado, ainda, como o problema da “segregação de grupos fechados ou domínios de dados, coerentes e consolidados em si mesmos e destacados do restante do campo [de consciência]” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 50). E é com a finalidade de descrever a diferença estrutural que surge a partir desta segregação e da constituição de algo como temático que o princípio de relevância será elaborado por Gurwitsch. Para entender o percurso argumentativo do autor, será necessário compreender que lugar tem a sua posição no interior das discussões sobre o assunto.

Cabe pontuar que o problema da segregação perpassa a história da filosofia e da psicologia moderna. Esta teoria remete a e repousa sobre uma teoria sobre o processo perceptivo. É necessário esclarecer, por um lado, quais são as funções em jogo para o destacamento de uma saliência perceptiva e como é concebido o fundo a partir do qual ela se destaca. Esta saliência se destaca por meio de uma operação intelectual? Qual é a função dos demais itens não salientes, como os dados dos sentidos, nesta experiência? Por outro lado, cabe tornar claro, também, como é concebida a relação entre os dados de experiência. Afinal, como se conectam os dados do fundo e a saliência perceptiva? Existe entre eles alguma relação de significado? Como é garantida a unidade da consciência? Ora, embora sejam diferentes, estes dois conjuntos de questões contribuem à sua maneira para a delimitação da questão sobre a segregação do tema e sobre a forma de organização do campo de experiência que é aí pressuposta.

Em seus estudos anteriores, Gurwitsch (1929/2009a; 1936/2009b; 1955/2009c) já havia destacado que a psicologia tradicional, que tem longas raízes históricas e filosóficas, apoia a sua visão de mundo em um pressuposto naturalista segundo o qual o sujeito psicológico não seria nada além de um ente situado em um “mundo de estímulos objetivos” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 213). Sem dúvida, esta é uma ideia que se torna mais aguda com os avanços dos métodos experimentais em psicologia e fisiologia. Em todo caso, é possível dizer que os seus princípios se encontram já em germe, por exemplo, no empirismo inglês. Deste

ponto de vista, o mundo com o qual este sujeito se relaciona, por sua vez, seria apenas uma composição ou constelação de estímulos interpretados segundo a linguagem da física. Por sua vez, o sujeito é concebido como um organismo mecânico que responde passivamente a este mundo (GURWITSCH, 1940/2009d); em uma palavra, é concebido como um “sistema físico que é afetado por eventos físicos” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 157). Nesta visão, as percepções seriam o produto secundário da ação dos estímulos sobre os órgãos dos sentidos do organismo. Secundário, porque as percepções acompanhariam processos fisiológicos subjacentes, que teriam a mesma natureza dos eventos físicos.

Nesta visão de mundo, é exigida uma formulação mais precisa a respeito da conexão entre estes eventos físicos e os processos psicofisiológicos resultantes. Acompanhando os psicólogos da teoria da *Gestalt*, Gurwitsch (1955/2009c) identificará uma das formulações mais importantes na história da psicologia moderna a respeito deste problema como “hipótese de constância” (doravante, HC). O termo “hipótese” visa designar, aqui, uma tese não-óbvia, mas assumida como autoevidente por parte relevante das pesquisas em psicologia até então. Segundo esta tese, os dados sensoriais seriam “coordenados, elemento a elemento, de maneira estritamente unívoca, aos estímulos objetivos correspondentes” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 213). Consiste em uma versão naturalizada da teoria da correspondência entre a representação mental e o objeto externo, porém pressupondo, ainda mais, que a estimulação local explica o surgimento das manifestações psíquicas. “Sempre que a mesma área bem circunscrita de um órgão sensorial (p.ex., a retina) é estimulada pelo mesmo processo físico externo”, afirma Gurwitsch, “o mesmo dado sensorial não falha em aparecer” (GURWITSCH, 1955/2009c, p. 113). Supõe-se, assim, que haja um paralelismo constante entre (a) a estimulação sensorial local e (b) a imagem mental decorrente dela (KATZ, 1967), de tal forma que a mudança em um dos polos acarretaria a mudança continua no outro polo correspondente (GURWITSCH, 1955/2009c), o que, aliás, poderia ser representado em um esquema muito simples como $A \rightarrow B$.

Contudo, existe uma série de exemplos, estudados particularmente pelos psicólogos da Escola de Berlim, que não se deixam assimilar facilmente por este princípio (GURWITSCH, 1929/2009a; 1936/2009b; 1955/2009c). Casos de “figuras multiestáveis” (ARVIDSON, 2013), tais como, por exemplo, a conhecida Figura de Rubin – onde se vê ou um cálice ou duas faces –, são explicados, em acordo com a

HC, como “perturbações” ou “desvios” da constância perceptiva normal (GURWITSCH, 1936/2009b; 1955/2009c). Para dar conta da explicação de tais perturbações, autores alinhados à HC, tais como Benussi, Ameseder, Meinong e outros psicólogos da Escola de Graz, recorrem a fatores externos ou supervenientes. Afinal, a estrita correspondência entre os estímulos objetivos e as sensações deve ser preservada, conforme os princípios da teoria. Por conseguinte, deve haver funções ou operações extrassensoriais que acrescentam algo de novo aos dados dos sentidos. Estas funções só poderiam ser “independentes das excitações neurais nos órgãos sensoriais” e “dos estímulos” (GURWITSCH, 1936/2009b, p. 11).

Isso se aplica para todos os fenômenos perceptivos que extrapolam as “sensações puras”, o que passará a incluir “todos os tipos de formas de organização, articulação, estrutura, agrupamento, coerência interna, e assim por diante” (GURWITSCH, 1955/2009c, p. 113). Desta forma, adotar a HC implica em assumir a premissa de que não há estímulos discretos e bem determinados que correspondam a determinadas experiências perceptivas, como as percepções destas formas: melodias, figuras espaciais, dentre outros. As operações extrassensoriais responsáveis por produzir estas propriedades complexas das experiências perceptivas corresponderiam a funções psíquicas de ordem superior, como uma função intelectual ou volitiva, por exemplo (AMESEDER, 1904; ANTONELLI, 1994). Por sua vez, nesta teoria, as sensações, ou os dados dos sentidos, consistiriam em uma espécie de “matéria-prima” para a produção destas experiências, a qual, contudo, seria desprovida de organização e de sentido por si própria. Logo, aquela função extrassensorial interviria sobre esta matéria prima, dando a ela organização, agrupamento, articulação, estrutura, em uma palavra, sentido. O sentido seria, portanto, uma camada posterior e superior adicionada aos meros dados dos sentidos.

Do ponto de vista da teoria que sustenta a HC, aquilo que é percebido tal como é percebido consiste em nada além de um produto produzido por dois fatores, um de origem externa (o estímulo) e outro de origem interna (a produção subjetiva), e constituído em dois estratos diferentes, um de ordem inferior (as sensações) e outro de ordem superior (a atividade intelectual) (GURWITSCH, 1936/2009b). Contudo, esta teoria não satisfaz uma descrição mais atenta da experiência perceptiva. A experiência imediata sempre nos fornece um produto complexo.

Quando percebo, por exemplo, uma figura geométrica, eu não percebo as linhas e seus ângulos e, depois, dou-me conta de um fator interveniente que lhe dá profundidade e organização. Na verdade, eu não tenho consciência nem da ação deste fator de ordem superior, nem mesmo dos dados sensoriais elementares, que, para a HC, seriam, supostamente, mais genuínos. Por esta razão, a HC também nos leva a supor que existem “dados impercebidos” (*unnoticed data*) (GURWITSCH, 1936/2009b, p. 20) e que, da mesma forma, a operação do fator de ordem superior não é dado de maneira imediata, apesar de estar operando em minha vida mental. Logo, deve-se admitir a existência de dados psíquicos inconscientes.

Metodologicamente, esta teoria também se alicerça sobre a ideia de que, apesar de nos serem dadas formas complexas onde operam estes fatores e onde estão presentes os dados impercebidos, é possível que as formas complexas que me são dadas na percepção, em primeira pessoa, possam ser decompostas e analisadas em uma atitude analítica (GURWITSCH, 1936/2009b). A atitude analítica, deste ponto de vista, corresponde às técnicas de laboratório que, supostamente, permitiriam a inibição dos fatores organizadores de ordem superior e o acesso à experiência direta dos dados sensoriais autênticos e genuínos. Isso seria possível porque a minha atenção, entendida como uma função intelectiva livre, poderia operar sobre a minha própria experiência e permitir um discernimento a respeito dos dados sensoriais que se encontram subjacentes à forma complexa pronta e acabada e que, anteriormente, eram impercebidos. Pressupondo-se que há sempre uma adequação entre sensações e estímulos, este método garantiria o acesso à experiência perceptiva “tal como ela é”, ou seja, àqueles fenômenos que são esperados em face dos estímulos atuais e reais. As formas complexas, organizadas e coerentes, seriam, deste ponto de vista, sempre formações equívocas, variações das experiências mais reais e diretas.

Gurwitsch (1964/2010a) encontra problemas semelhantes aos desta concepção do processo perceptivo também no que é conceituado como a seletividade da mente e que tem importantes implicações sobre a forma como concebemos a atenção. Da mesma forma como a HC, também a teoria de W. James sobre a formação das “saliências” perceptivas pressupõe uma “agência seletiva”, que é por ele também chamada de “interesse” (GURWITSCH, 1964/2010a). Segundo esta teoria, esta agência seletiva operaria sobre os dados caóticos e inarticulados fornecidos pelos órgãos dos sentidos e garantiria a eles uma

organização de segunda ordem, sobreposta ao fluxo de sucessões de dados mentais. A segregação deste objeto a partir do fluxo de experiências caberia à atenção, entendida como a “faculdade de cortar, delimitar e destacar partes do fluxo contínuo concreto de experiência” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 27). Nesta teoria, da mesma forma, a organização não seria um fator imanente, autóctone, ao campo de consciência, mas uma função secundária que serviria a propósitos pragmáticos (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 27). Aquele conjunto de experiências mais básico, o fluxo concreto e primitivo de experiências, por sua vez, seria desprovido de qualquer fronteira e demarcação, cuja forma de ser poderia ser somente “artificial”, colocada do exterior. A organização do fluxo caótico e inarticulado de dados dos sentidos que compõem, para James, o campo de consciência viria, portanto, do interesse seletivo, desta operação intelectual e superior vinculada à atenção e aos propósitos pragmáticos de orientação do organismo.

Nota-se que a HC acarreta algumas consequências importantes sobre a concepção que se mantém sobre a percepção e sobre a organização do campo de consciência. Em primeiro lugar, pressupõe um dualismo entre sensação e percepção (ato intelectual) no próprio processo perceptivo. Ou seja, supõe-se que este processo é composto, por um lado, por sensações puras concebidas como multiplicidades desconexas e amorfas, correlatas aos estímulos objetivos que afetam os órgãos dos sentidos – quer dizer, como “pura impressão qualitativa desprovida de forma e de relação” (LECLERCQ, 2012, p. 133); e, por outro lado, por funções intelectivas, extrassensoriais e supervenientes, que dariam a este estofo sensível uma organização ou um sentido. Em segundo lugar, a HC extrapola a descrição pura da experiência imediata ao querer traçar a diferença de origem entre aquilo que é puramente sensorial e correspondente aos estímulos objetivos e aquilo que é extrassensorial e está associado a uma função estritamente psicológica. Assim, impede que o dado fenomenal seja tomado tal como ele é imediatamente dado e que todas as suas propriedades e características sejam “reconhecidas como dados e fatos da experiência sensorial genuína” (GURWITSCH, 1955/2009c, p. 115). Em terceiro lugar, e igualmente importante, a HC implica que a mudança na maneira de perceber o objeto não acarreta uma mudança no próprio objeto percebido. Isso porque, assumindo-se que a matéria-prima, ou estofo sensível, da percepção está em uma concordância estrita com a estimulação objetiva, ao mesmo tempo assume-se que toda variação e variabilidade na percepção recaem sobre o

sujeito e a subjetividade da percepção. O dado objetivo, deste ponto de vista, é invariável; e, como tal, ele permanece idêntico em todas as variações subjetivas, as quais, por sua vez, dizem respeito a aparências e produtos secundários. Supõe-se haver uma clara linha divisória entre o campo de experiências e a objetividade. Ao mesmo tempo, quando um determinado tema emerge de um fundo de experiência, supor-se-ia que nada ele altera quanto àquilo que são “dados impercebidos” pertencentes ao fundo.

Partindo da perspectiva fenomenológica, constata-se que este argumento contraria os princípios de uma psicologia descritiva, que, por definição, deveria ater-se às manifestações fenomênicas sem fazer apelo a instâncias de outra ordem para explicá-las. Desta perspectiva, a referência a “coisas”, “estados de coisa”, “eventos tomados pura e simplesmente”, “objetos no sentido de entidades transcendentais” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 213), tudo isto é suspenso ou neutralizado durante a realização da descrição. Por conseguinte, aquilo que é considerado “dado objetivo” passa a ter outro peso e significado: em vez de considerar a “realidade objetiva” como correspondência à coisa física, passa-se a considerar o objetivo como correlato do *noema* em um estudo descritivo que parte das correlações noético-noemáticas (GURWITSCH, 1929/2009a).

Portanto, o argumento em questão falha em fornecer os elementos para uma compreensão descritiva de como uma forma perceptiva se torna estabilizada, isto é, adequada e coerente. Pois, em uma descrição fenomenológica deste assunto, dever-se-ia salvaguardar o campo contra o recurso a fatores extrafenomenológicos. Com base nestas premissas, as teorias baseadas na HC não são capazes de enxergar a unidade da consciência senão como uma copresença ou uma sucessão de dados experienciais, centrados, ademais, nas sensações que vêm e que vão. Deste viés, somente em determinados momentos nos quais uma atividade mental é convocada a intervir é que a coerência e o sentido surgem neste campo de multiplicidades amorfas e desorganizadas.

É contra a HC enquanto princípio metodológico, base da psicologia tradicional, que se colocará Gurwitsch em posição compartilhada com os psicólogos da Escola de Berlim. É justamente pela derrogação deste princípio e de suas consequências para o desenvolvimento de uma psicologia descritiva que o autor aproximará a Psicologia da *Gestalt* da fenomenologia husserliana (GURWITSCH, 1929/2009a). Pois, abandoná-la significa (i) tomar a apresentação como o dado tal

como se apresenta à consciência, ou seja, restringir-se à esfera descritiva da experiência imediata; e (ii) a neutralização de construções teóricas que apelem a dados explicativos que transcendem o dado imediato e que, em vez de descrevê-lo, explicam-no, como produto secundário, assim deixando-se de guiar pela interpretação destes dados por relação aos estímulos objetivos e outras orientações explicativas. É por esta razão que a revogação da HC será aproximada com a redução fenomenológica e formulada “como uma redução fenomenológica potencial ou incipiente ou como uma redução fenomenológica em forma germinal” (GURWITSCH, 1955/2009c, p. 115).

A partir deste novo princípio, o “dado” refere-se àquilo que aparece, em primeira pessoa, em uma determinada percepção tal como ele aparece, ao que é chamado de “percepto”. O fenômeno é tomado, aqui, por seu valor imediato (*at face value*) (GURWITSCH, 1955/2009c, p. 116). Assim, concebe-se que o fenômeno psicológico corresponde ao “noema perceptivo” (GURWITSCH, 1955/2009c, p. 116), tal como o diz o autor literalmente: “[...] o percepto, tal como ele é concebido após a hipótese de constância ter sido eliminada, prova ser o que é chamado de *perceptum qua perceptum*, o *noema perceptivo* ou o *fenômeno perceptivo*” (1955/2009c, p. 116, *itálicos do autor*). E, considerando-se que tomar estes dados de maneira imediata implica deixar de lado a teoria segundo a qual eles consistiriam em materiais amorfos e desprovidos de sentido, isto implica, por fim, conceber a consciência como um fluxo experiencial internamente articulado, isto é, como uma *Gestalt*, ao mesmo tempo em que implica conceber que o problema da seleção das informações provenientes dos sentidos é, por sua vez, substituído pelo problema da organização das relações internas entre os dados da consciência. Pois o próprio papel de uma atividade mental deverá ser repensado.

Para tanto, devemos considerar que esta organização interna do fluxo experiencial segue três “princípios dimensionais organizacionais” (ARVIDSON, 2003) do campo de consciência, quais sejam: 1) coerência gestáltica do tema; 2) unidade pela relevância e 3) copresença da margem. Estas três formas de organização dos dados experienciais são, ademais, estendidas em uma definição mais ou menos topológica, ou dimensional, do campo de consciência como um todo e que demonstra que, nesta organização, ele não é um simples conjunto indiferente de experiências. Segundo define o autor:

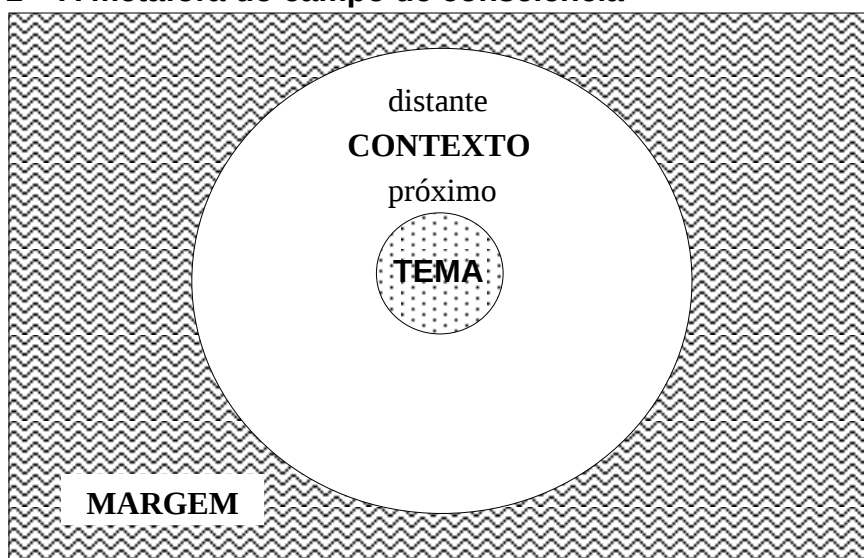
[...] o campo total da consciência pode ser simbolizado por um círculo. O tema com o qual nós estamos lidando ocupa o centro deste círculo; ele está disposto no campo temático, o qual [...] forma a área do círculo; e, em torno do campo temático, na periferia, por assim dizer, os objetos da consciência marginal estão arranjados (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 296).

Ou, ainda, conforme seu trabalho mais sistemático posterior:

Todo campo da consciência compreende três domínios ou, por assim dizer, estende-se em três dimensões. O primeiro, o tema: aquilo com o que o sujeito está lidando, aquilo que, em um determinado momento, ocupa o “foco” de sua atenção, absorve a sua mente, e sobre o qual a sua atividade mental se concentra. Em segundo lugar, o campo temático, que nós definimos como a totalidade de fatos, copresentes ao tema, que são experimentados como tendo relevância material ou pertinência ao tema e que formam o fundo ou horizonte a partir do qual o tema emerge como centro. Em terceiro lugar, a margem compreende fatos que estão meramente copresentes ao tema, mas não têm relevância material para ele. [...] Por diferenças dimensionais entre as formas organizacionais nós queremos dizer diferenças entre tipos de organização que pertencem a e que são características das três dimensões nas quais todo campo de consciência se estende. (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 53).

Esta concepção metafórica do campo de consciência de um círculo com três dimensões pode ser representada mais ou menos como uma esfera (Esquema 1, abaixo), conforme Arvidson (2006, p. 10).

Esquema 1 – A metáfora do campo de consciência



Fonte: Arvidson (2006, p. 10).

As três categorias – tema, campo temático e margem – são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento de sua teoria do campo de consciência. São consideradas como “uma invariante formal de todos os campos de consciência” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 53). Ainda além destes, é possível formular diferentes princípios de transformação ou de modificações temáticas destes princípios organizacionais, dentre os quais são citados por Gurwitsch (1929/2009a): passagem em série (*serial-shifting*), passagem de contexto, alargamento, elucidação, síntese, destacamento, reestruturação etc. Tendo esta imagem em vista, consideraremos, na sequência, primeiro, como Gurwitsch formula a sua ideia sobre a coerência gestáltica do tema, ou seja, daquilo que se segrega do fundo experiencial e forma uma figura, para, depois, passar à análise dos demais princípios de organização e, após, aos princípios de transformação ou modificações temáticas.

1.2 Fratura e conexão das coisas

A partir do que expusemos anteriormente a respeito do posicionamento crítico de Gurwitsch quanto à HC e a respeito do significado deste princípio para a psicologia moderna, agora cabe pontuar qual é a tese específica de Gurwitsch a respeito do processo perceptivo e da unidade da consciência e como estas duas coisas se combinam em sua teoria. Ao expor as contradições e os problemas desta concepção tradicional, Gurwitsch (1964/2010a) contrapõe a ela a tese gestáltica de que o campo experiencial apresenta, como dado fenomenológico, uma organização autóctone, imanente¹¹. Em outros termos, concebe-se que a organização seja “uma propriedade autóctone da experiência”, portanto “inerente e imanente à experiência imediata, e não provocada por algum princípio organizacional, agência ou atividade” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 8). Esta tese implica considerar toda apresentação – todo estado e processo psíquico – como um processo global e inseparável em dois momentos, um de desorganização e outro de organização ativa e, então, estabilizada. Isso implica dizer que a coerência e o sentido não são provenientes de fatores superiores ou extrassensoriais, mas são apresentados pelo próprio fluxo

¹¹ “Since attempts at explaining organization by factors extraneous to the stream of consciousness in its original form are beset by the above perplexity, it follows that organization must be considered as an autochthonous feature of the stream of experience and of the experiential field in its original form”. (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 52).

experencial. O que significa que o papel antes atribuído às funções superiores passa a ser atribuído, agora, ao próprio fluxo de experiências, que já não é mais dividido em dois níveis, as sensações e a percepção. Na visão de Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a), o mesmo se aplica à distinção entre a *hylé* e a *morphē* em Husserl¹². Também a atividade mental, sobretudo associada à seletividade, deixa de ocupar o papel de protagonista na cena da experiência subjetiva. É algo que o autor afirma no seguinte trecho:

A saliência de um grupo de dados de tal forma que este grupo emerja e segregue-se do fluxo é uma característica não introduzida no fluxo, mas fornecida pelo próprio fluxo. Aqui, nós estamos na presença de uma organização bruta, transiente e primitiva, talvez a mais primitiva: um grupo de dados que emerge de um campo de outro modo inarticulado. Ainda, trata-se de uma forma de organização não trazida de fora, mas exibida pela experiência (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 29, itálicos do autor).

Aquilo que se destaca como uma saliência perceptiva é, portanto, imanente ao campo de consciência. Ela não corresponde a um produto construído acima de um nível mais básico e amorfo de experiências sensíveis. Nas palavras do autor, “nenhuma segregação de dados pode se tornar estabilizada a menos que a organização imanente à experiência, e não a ela superposta, desempenhe o papel principal” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 29). E isto se sucede desta forma porque o próprio campo de experiências apresenta, desde o início, uma configuração interna que confere a cada um destes itens uma função e, logo, um sentido. Aquela “fratura” que citávamos no início do item anterior deste capítulo (HUSSERL, 2004) é uma característica exibida por toda e qualquer experiência que possamos ter. É uma lei eidética que ela se apresente, sempre, em qualquer experiência que tenhamos.

É necessário qualificar esta fratura que marca a diferença entre algo que se destaca e um fundo mais amplo, mais ou menos diferenciado. Isso porque a

¹² Não nos aprofundaremos, aqui, neste assunto. Cabe dizer que, para Gurwitsch, mesmo a teoria de Husserl (1913/1976) sobre a *hylé* e a *morphē* repousa sobre a HC. Isso porque a *hylé* corresponderia à concepção clássica das sensações enquanto um estofo material desprovido de forma, portanto múltiplo e desconexo, apenas dado à consciência, porém proveniente da estimulação dos órgãos dos sentidos, ao passo em que a *morphē* corresponderia uma função animadora e doadora de sentido, chamada de “apreensão” (*Auffassung*), que daria forma e sentido aos dados dos sentidos. Para Gurwitsch (1929/2009a), os dados hiléticos só podem ser corretamente interpretados como componentes de um uma textura de significado que é requerida por tais dados e que os requerem. Não há, portanto, dados desconectados de uma estrutura de significado. E, além disso, não é possível sustentar que tais dados permaneçam idênticos em diferentes apreensões experienciais. Por conseguinte, Gurwitsch rejeita, também, esta distinção entre *hylé* e *morphē*, concebendo-a como outra versão do dualismo proveniente da HC. Para um maior aprofundamento sobre esta questão, remetemos o leitor a Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a).

concepção gestáltica que se desdobra da crítica à HC a coloca em um novo contexto. Na teoria de Gurwitsch, a significação corresponde à própria ideia de uma articulação na qual diferentes itens possuem uma função, a qual se encontra subsumida no conceito de *Gestalt*. Conforme o autor:

Trata-se de um conjunto de itens que sustentam e determinam mutuamente uns aos outros. Então, eles concretizam uma estrutura total que os governa e atribui a cada um deles (como uma parte de um todo) uma função ou um papel a ser desempenhado, bem como um lugar determinado em tal todo. Cada detalhe existe apenas no lugar no qual ele desempenha o papel atribuído a ele pelo todo do qual ele é uma parte. Ele pode ser compreendido apenas com relação à função que o caracteriza e à qual ele está em dívida para ser o que ele é aqui e agora in concreto. A sua qualidade, a sua existência, a sua *raison d'être*, depende de e é derivada de sua contribuição com o todo no interior do qual ele está integrado, a partir daquilo que a Gestalt em sua articulação interna atribui a ele. (GURWITSCH, 1936/2009b, p. 26).

Nesta maneira de conceber o fenômeno, a concepção de dados dos sentidos como matéria-prima ou substrato para o surgimento de organização de nível superior é substituída por uma concepção onde os diferentes itens e aspectos de uma experiência subjetiva existem apenas no interior de uma articulação internamente organizada e devido ao papel que nela desempenha, portanto como “partes” de uma *Gestalt* (GURWITSCH, 1936/2009b). Por consequência, esta tese envolve reformular, também, a teoria sobre o que acontece com os dados dos sentidos no momento em que eles deixam de ser foco da atenção subjetiva, da consciência temática, e sobre qual é o seu papel em tal caso. Na teoria clássica, estes dados permaneceriam idênticos, apesar das variações subjetivas, posto que sejam sempre correlatos da estimulação objetiva invariante, e que, fora do foco de atenção, desempenhariam o papel de “dados impercebidos”, inconscientes, ou, para retomar uma expressão da teoria de Leibniz, de “pequenas percepções” (*petites perceptions*) (CHARBONNEAU, 2014). Em outros termos, com a derrogação da HC, torna-se imprescindível reconsiderar tanto (a) a tese da invariância dos dados dos sentidos, concebidos como elementos fundantes, de uma manifestação subjetiva quanto (b) a tese de que eles existiriam de maneira independente do próprio fenômeno, que seria um produto de operações mentais responsáveis por sempre transformar aquilo que é real – os dados dos sentidos – em uma manifestação subjetiva organizada, porém sempre equívoca ou subjetiva demais.

A partir da perspectiva da teoria da *Gestalt*, a relação entre os elementos fundantes e os elementos fundados é colocada nos termos de uma relação entre as “partes” e o “todo” de uma única contextura (GURWITSCH, 1929/2009a; 1936/2009b; WERTHEIMER, 1922/2013). Deixa de fazer sentido, portanto, separar dois estratos da vivência subjetiva e atribuir a um destes estratos um teor de maior realidade e de independência quanto à subjetividade por conta de seu contato reflexo com o mundo objetivo, como que desempenhando o papel de uma cópia interiorizada do real. A tese de que o fenômeno perceptivo apresenta uma estrutura autóctone, internamente articulada, deixa esta preocupação para trás e implica que os elementos constituintes desta estrutura estão em pé de igualdade quanto à sua realidade e estrato experiencial, diferenciando-se apenas quanto a seu papel funcional no interior desta estrutura. O momento de aparição de qualquer figura que seja sempre implica que partes e todo sejam dados em um só e mesmo momento e que não seja possível separá-los como em uma cadeia de produção. Quanto à temporalidade, portanto, esta tese implica que as partes não são dadas previamente à configuração total nem que elas subsistam como algo que tenha existência independente. Por mais que seja possível destacar uma parte de uma figura total, como, por exemplo, destacar, por abstração, o lado de um retângulo que visualizo aqui e agora¹³, este destacamento não consiste em uma operação que isolaria os dados dos sentidos mais originários e que comporiam a figura total como uma produção mental complexa. Por conseguinte, a teoria gestáltica exige reconsiderar o estatuto destes produtos da técnica analítica que separa os diferentes momentos de uma figura. Eles serão, como veremos ainda melhor no próximo capítulo, modificações da própria configuração significativa e farão sempre surgir uma nova figura (GURWITSCH, 1929/2009a). Certamente, existem casos em que uma manifestação se apresenta, originariamente, como um conjunto de itens desconexos, ou seja, como uma figura confusa, ambígua ou vacilante. Para estes casos, deve-se considerar a distinção teórica entre duas formas principais de articulação que são experimentadas no universo de nossas percepções possíveis, a saber: de um lado, as totalidades organizadas (*Gestalten*) propriamente ditas e, de outro, aquelas figuras que se apresentam como somas de elementos desconexos, cuja articulação se dá sempre de modo conectivo ou conjuntivo, para as quais os

¹³ Para mais exemplos, remetemos o leitor a Gurwitsch (1929/2009a; 1936/2009b) e a nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2015, especialmente §3.3).

princípios de organização correspondem à simultaneidade e à sucessão (WERTHEIMER, 1922/2013; GURWITSCH, 1936/2009b). Mesmo este caso da articulação conectiva, contudo, pode também ser interpretado, pela teoria gestáltica, como “uma multiplicidade de todos, cada um dos quais consistindo em apenas um detalhe” (GURWITSCH, 1936/2009b, p. 27), ou seja, como uma parte restrita de uma articulação global, mas que possui, também, uma coerência interna.

O problema da segregação de um tema a partir de um fundo ganha, portanto, outro contorno a partir da teoria da *Gestalt*. Cada experiência subjetiva corresponde a uma configuração global ou *Gestalt* e cada *Gestalt* possui uma distribuição de funções e lugares específica para os seus componentes intrínsecos, distribuição esta que corresponde ao sentido e à significação do fenômeno vivido em cada caso. Nesta *Gestalt*, há itens que “se destacam” e dão o “acento” da configuração do fenômeno e, por esta razão, determinam o significado dos demais componentes. Estes itens privilegiados ou que se destacam como figura possuem uma função central para a estrutura e as propriedades da *Gestalt* como um todo (GURWITSCH, 1929/2009a; 1964/2010a). Em outros termos, cada vivência apresenta, em sua própria estrutura, um “centro de gravidade”: “A estrutura é ancorada no ‘centro de gravidade’ da *Gestalt* e, por assim dizer, ‘irradia’ daquele centro, ao passo que os outros constituintes estão colocados no interior do quadro desta estrutura, mas apenas como inseridos nela, não como a determinando.” (GURWITSCH, 1929/2009a, pp. 211-212).

Gurwitsch (1929/2009a) remete esta compreensão ao princípio da “boa forma”, ou “*Pregnanz*”, que basicamente significa que, dadas as condições internas e externas da percepção, toda experiência subjetiva tende à estrutura mais bem articulada e com maior simetria e homogeneidade possível. Em uma leitura mais explicativa e genética, todo fenômeno tende a “um máximo de estabilidade, de clareza, de bom arranjo [de conjunto] e, fisiologicamente, um dispêndio mínimo de energia nos correspondentes processos de excitação cerebral” (GURWITSCH, 1936/2009b, p. 29). É, portanto, a figura que dá o tom e a direção do fundo que está a ela vinculado e que não é nem indiferente nem independente dela. À figura Gurwitsch (1929/2009a) dá o nome de componentes “formativos” e àqueles que formam o seu entorno e têm a sua função determinada pelos primeiros, de “constituintes formados” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 210).

É com base nestes princípios gestálticos que Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a) formula a sua própria compreensão da consciência temática, por meio da qual algo se destaca como significativo ou como uma “saliência” (*Abhebung*) perceptiva, e elabora a sua teoria do campo da consciência. Aquela fratura, sempre presente em uma experiência perceptiva, passa a ser lida, então, a partir do jogo entre figura e fundo, entre componentes formativos e componentes formados (GURWITSCH 1964/2010a). Sendo assim, torna-se necessário considerar, de maneira específica e fenomenológica, como se apresenta a coerência interna da própria figura que se destaca de um fundo e qual é a sua relação com este fundo a partir do qual se destaca (GURWITSCH, 1929/2009a; 1964/2010a). Estas duas questões envolvem a elaboração das noções de relevância e de “contextura” ou contexto experiencial, que serão a base da teoria do campo de consciência. Além disso, estas questões exigem que se qualifique ou especifique a maneira como os dados do campo experiência se apresentam ligados uns aos outros, já que formam uma configuração global e já que a sua significação depende desta mútua referência entre estes dados. Estas questões têm importantes implicações sobre a forma como é concebida a unidade da consciência e como se pode chegar a afirmar que ela forme uma totalidade, um “tecido conectivo, cujos fios estão inextricavelmente entrelaçados uns aos outros” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 50).

A diferença entre a figura e o fundo passa a ser um objeto peculiar de interesse da teoria do campo de consciência. Pois, neste caso, os contornos das figuras desempenham uma função importante na constituição da saliência perceptiva, ou seja, o tema, e, desta forma, contribuem para a delimitação do que aparece como figura e como fundo. A partir deste novo cenário, torna-se possível interrogar qual é, precisamente, a significância que o fundo possui para a constituição da figura. Além disso, para o autor, é possível desdobrar daí uma compreensão do que ele chama de “contextura gestáltica” (GURWITSCH, 1964/2010a), a saber, do dado fenomênico segundo o qual determinados fenômenos se apresentam como integrados a contextos e, portanto, como sendo interdependentes e interdeterminados por outros dados presentes em uma mesma configuração. É impossível, a este respeito, não recordar da tese gestáltica de que todo item que é parte da configuração total ocupa um lugar e desempenha uma função dentro da organização da Gestalt. A significação que eles possuem é uma “significação funcional”, di-lo Gurwitsch (1964/2010a, p. 112). Ora, todo constituinte

de uma configuração apresenta esta função de codeterminação e interdependência nesta relação entre partes e todo. Em outros termos, todo codado contribui para a significação da contextura e, ao mesmo tempo, recebe dela a sua significação. Porém, nem todo codado possui o mesmo significado funcional. O significado se distribui no interior da contextura gestáltica, que, por sua vez, desempenhará o papel de um “sistema de significâncias funcionais” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 131). Tome-se, por exemplo, uma percepção da fachada de um prédio de tijolos coloridos com algumas janelas. Esta fachada é percebida como “parte” do todo do edifício e é em função do edifício como um todo e do fundo sobre o qual se projeta, que é preenchido por outros edifícios e pelo céu azul, que ela recebe a sua significação específica nesta minha percepção. As janelas dos outros edifícios possuem um peso diferente para esta percepção do que o possui o céu azul e o conjunto de outros prédios mais ou menos indistintamente percebidos. Basicamente, em nada contribuem para a percepção desta fachada.

É neste sentido que é possível compreender a contextura gestáltica. Ela designa um sistema – a vivência – onde cada parte sua possui uma significância funcional específica e onde cada parte apresenta uma interdependência para com todas as outras partes constituintes. Neste sistema, predomina a relação de reciprocidade entre os constituintes, que os determina e condiciona mutuamente e que pode ser analisada nos termos de sua interdependência e de sua interdeterminação. É em razão desta organização sistêmica que, se um constituinte é extraído desta contextura e isolado, transformado em um “elemento” ou “parte” – que, por definição, é uma parte descontextualizada –, isso significa que ele passou por uma modificação radical em seu modo de ser. No exemplo anterior, isto se aplicaria caso focássemos em uma janela aberta da fachada que eu estava, anteriormente, observando. Fenomenicamente, dado que a significância funcional desta parte não é mais determinada pela referência aos demais constituintes, então ela deixa de aparecer como antes; e isso, por consequência, pode acarretar uma modificação da significação funcional dos demais constituintes do sistema. No caso, a fachada de tijolos coloridos passa a desempenhar um papel de fundo para o destacamento da figura da janela e os demais constituintes que eram um fundo significativo, ou relevante, para a figura da fachada agora desaparecem de minha percepção, habitando uma distância indiferente para a nova figura. A contextura e a coerência gestálticas podem ser compreendidas a partir destes princípios de

interdependência e de interdeterminação entre os constituintes de uma determinada configuração segregada do campo total de experiências.

Neste sistema, é possível distinguir duas categorias de organização desta espécie, a saber: a organização ou consistência própria ao tema e aquela da contextura do campo, que inclui a relação com o tema. O tema consiste em um sistema ou contextura que é fechada em si mesma, por assim dizer, pelas linhas de contorno que a separam do fundo. Os contornos têm, pois, um papel definido para a segregação da saliência perceptiva, pois eles demarcam a “diferença fenomênica entre figura e fundo” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 108). Nas palavras do autor:

Propriamente falando, o contorno pertence inteiramente à figura e não têm significação para o fundo. O contorno confina, demarca e dá forma para a figura. A formatação da figura pelo contorno não deve ser compreendida, sem dúvida, no sentido de um processo, mas, antes, como uma expressão de uma característica fenomênica estática da figura. Devido à forma, a figura deriva do contorno, ela aparece como uma unidade independente [*self-contained*], destacada do fundo. Em tal emergência do fundo de uma unidade fechada e coesiva, consiste o ‘caráter figurativo’ [*figure-character*] daquela unidade [...] (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 108).

A função do contorno consiste em demarcar as fronteiras entre a figura emergente e o conjunto de dados que formam o seu entorno, os codados, mas que se diferenciam entre aquilo que contribui diretamente para que a figura se forme enquanto uma unidade coerente e fechada em si mesma e aquilo que não apresenta nenhuma contribuição direta para a sua significação. Quanto a este aspecto, o que importa para diferenciar o tema de seu campo é a relação de coerência interna entre os seus itens. Nas palavras do autor:

Se o tema se destaca do campo, é porque os dados que pertencem ao campo não estão integrados na contextura do tema. Os dados pertencentes ao campo não codeterminam os constituintes do tema. [...] a segregação depende de, e expressa, o fato de que os dados do campo não partilham da interdependência e da interdeterminação que prevalece entre os constituintes da contextura segregada. A coerência gestáltica é uma condição da segregação tanto no sentido de que os itens segregados são aqueles entre os quais existe a relação de coerência gestáltica e de que eles são segregados de tais dados não se referindo a eles na mesma relação. A segregação segue as linhas de estrutura organizacional (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 134).

A coerência gestáltica – ou seja, a relação interna de interdependência e interdeterminação – é o que forma os contornos do tema e o segrega do contexto, diferente e independente do tema, mas a ele vinculado. Deste ponto de vista, o

próprio tema recebe uma definição gestáltica e não elementarista: é definido como o “sistema de seus constituintes” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 230). Ou, ainda, conforme o autor afirma em sua obra posterior, o “percepto como um todo [...] é interpretado como uma unidade complexa de significado” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 265). Do ponto de vista fenomenológico, é possível dizer que todo sentido noemático é composto por um “tema”, que é o centro ou foco da relação intencional (o “visível” da percepção), e por suas circunjacências (*surroundings*) mais ou menos indeterminadas, as quais são compostas por “codados” (*cogiven*) que estão intencionalmente implicados no próprio tema. Do ponto de vista da fenomenologia de Gurwitsch, não é possível considerar o objeto intencional como fragmentado ou isolado: a sua significação deve sempre ser concebida como dependente de outros dados de um campo e como indicando estes outros dados com os quais forma um sistema. Resta agora compreender qual é a contribuição do fundo para a significação de um objeto e como ele deve ser compreendido nesta teoria.

1.3 A unidade do contexto como relevância

Vimos que o tema corresponde à figura que se segrega do ambiente total de codados experienciais, ou seja, do campo perceptivo. Passemos, agora, à questão da função do fundo para significação funcional dentro da qual se segrega ou diferencia o tema. Gurwitsch (1929/2009a) compreende que todo tema está vinculado a e depende funcionalmente de um contexto de vivências e de dados que se apresentam como o seu “fundo”. “Todo ato mental”, diz Gurwitsch (1929/2009a, p. 216), “tem o seu ambiente no sentido de que aquilo que é experienciado através dele, seu noema, tem circunjacências, um ambiente noemático, também dado na experiência”. Para tanto, importa considerar o fundo como este ambiente ou contexto que forma, com um tema, um sistema mais amplo. Deste ponto de vista, o fundo não pode ser considerado como um ambiente indiferente para com o tema e como apresentando uma simples e anódina “intencionalidade não-cogitativa de fundo” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 217). Os dados do fundo são, também, significativos, assim cumprindo um papel de formar o significado do tema emergente. Em simultaneidade com o tema, estes codados mantêm com ele distintas relações. Há aqueles que possuem uma relação de significação mais

próxima e direta, chamada de relevância, e a aqueles que possuem uma significação mais distante e independente, chamada de irrelevância. A estas duas funções do fundo Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a) correspondem duas formas de intencionalidade e significação distintas, uma pertencente ao próprio significado da consciência temática e outra, referida a uma “consciência marginal”. Vamos nos dedicar, primeiro, à análise do contexto temático e de sua significação específica.

Esta ambiência do tema é chamada por Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a) de campo ou contexto temático. Todo tema possui um contexto de referências indicativas a outros dados do campo experiencial com os quais se entrelaça e forma um sistema mais amplo. E isto se aplica a toda esfera da intencionalidade. Tomemos como exemplo um carpinteiro que está construindo um projeto qualquer e que, para tanto, conta com os seus instrumentos – o martelo, o serrote, o esquadro etc. – e os seus materiais – a madeira, os pregos, os parafusos etc¹⁴. O tópico de sua atenção em um dado momento pode variar de acordo com o projeto por ele escolhido e com a etapa de realização do projeto. Porém, a significação dos demais dados experienciais, quer dizer, dos instrumentos, dos materiais e até de seu papel, variará de acordo com este projeto escolhido e, logo, com o tópico de sua atenção. Enquanto carpinteiro, o sujeito experienciante deve referir-se a outras experiências que apresentam um nexos material imediato com o projeto em questão, indicando-os, a fim de que a sua ocupação seja significativa e o projeto possa ser realizado. Esta indicação é equivalente à experiência de “franjas” do tema que se agregam a ele e apresentam um “senso de afinidade” com ele, no sentido jamesiano¹⁵. E é por conta desta “indicação” (*pointing reference*) que o tema se apresenta à consciência como estando relacionado e como pertencendo a um contexto mais amplo.

A este respeito, é possível dizer que, entre os dados experienciais do campo temático e o tema, existe uma “relação material”, uma relação de implicação e de pertencimento, a partir da qual é possível dizer que o tema pertence, efetivamente, ao campo circundante e demonstra estar ligado a ele de maneira natural. O uso de determinados materiais e não de outros, ou de determinadas ferramentas e não

¹⁴ Esta é uma variação de um exemplo trabalhado por Heidegger (1927/2018) ao discutir o conceito de “equipamento” e que é desenvolvido por Haugeland (2013).

¹⁵ Gurwitsch (1964/2010a) se vale de conceitos ou ideias importantes de James, como “margem”, “objeto da consciência”, “partes transitivas”, “fluxo de consciência”. Para uma análise mais detida da teoria de James, veja-se o artigo de Gurwitsch intitulado “William James’s theory of the ‘transitive parts’ of the stream of consciousness” (GURWITSCH, 1943/2009f). Ver, também, o trabalho de Wilshire (1968) sobre W. James e fenomenologia.

outras, tem a sua significação em função do projeto em questão. Da mesma forma, todo este conjunto de dados somente faz sentido se considerado a partir da perspectiva de um carpinteiro em sua oficina, o que define o sentido geral do contexto de sua ocupação. Se, por acaso, o seu papel é determinado como o de “alguém-que-precisa-se-defender-de-uma-ameaça”, o martelo passará a ter uma significação, ainda utilitária, muito diferente daquela do contexto da carpintaria. Da mesma forma, os objetos de seu trabalho podem ter uma significação muito diferente para uma criança, de tal forma que a sua significação utilitária poderá ser substituída por uma significação lúdica, que dará a todos os itens outra forma de amarração, ou seja, outra contextura. O martelo pode ser significado como um “pai de família” que se vincula aos pregos, que são seus “filhos”, e ao serrote, que é a “mãe”.

Esta constatação, aliás, relaciona-se com o dado fenomenológico de que nenhum tema se apresenta à consciência de maneira isolada ou segmentada, mas sempre em conjunto com outros dados (os codados) e se referindo a outros dados. Por conseguinte, conforme as palavras do autor em seu estudo, a “*aparência de um tema* deve ser descrita como *emergência de um campo* no qual o tema é localizado ocupando o centro, de tal forma que o campo forma um fundo com respeito ao tema” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 311, *itálicos do autor*). Mantém-se, contudo, o princípio de um mesmo tema pode ser dado em diferentes contextos. Por exemplo, apesar de a significação do martelo variar de acordo com o contexto, ainda assim, tratar-se-á do mesmo objeto material e funcional em diferentes contextos. Ademais, o que é invariante nos diversos casos é a condição formal de que todo tema aparece em um campo. O tema emergente está entrelaçado a seu campo de maneira não-acidental, de tal modo que, mesmo que uma abstração seja operada com relação ao tema, ainda assim, ele permanecerá ligado a uma ambiência. E, além disso, em cada caso concreto, os constituintes do contexto não podem ser livremente variados, como se pudesse ser substituídos por outros diferentes daqueles dados atualmente, sem que, com isso, a significação do cenário temática seja, também, alterada. Conclui-se, portanto, que o tema é inseparável do contexto temático no qual está situado *hic et nunc*. O martelo é o martelo presente no interior do contexto funcional da oficina de carpintaria e em sua relação de significação com o projeto de construir uma mesa, por exemplo, e com os demais itens de pertinência material para tal projeto. Se o projeto muda, o martelo pode continuar sendo tema de minha

consciência, mas, agora, como martelo-em-outro-contexto. Qualquer ato de consciência por meio do qual um objeto é intencionado requer um contexto, de tal forma que a dação de um objeto sem um contexto, de uma coisa pura e simplesmente dada, separada de qualquer contexto, é uma impossibilidade de princípio. Isso vale para todas as classes de vivências (a recordação, a expectativa, a fantasia, dentre outras).

O contexto temático pode ser definido como o contexto dos dados experienciais que possuem uma relação intrínseca, de pertencimento material, para o tema. Difere-se, desta forma, do campo total de experiências, que consiste na “totalidade de itens copresentes com o tema dado” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 311) e no qual se incluem, também, os dados marginais, que correspondem àqueles que não apresentam este índice de pertencimento material para com o tema. Conforme Gurwitsch (1929/2009a), o contexto consiste em “um conjunto de objetos materialmente relacionados” (p. 225), um “quadro [framework] de sentido” (p. 225), no interior do qual o tema está inserido e no interior do qual ocupa um “lugar especial e privilegiado” (p. 225). Os dados marginais, por sua vez, correspondem aos dados experienciais de que temos certa consciência, mas que não pertencem ao campo temático por não possuírem relação material com o tema. Por exemplo, ao mesmo tempo em que o carpinteiro concentra-se em martelar um prego na madeira a fim de construir uma mesa, sente certo desconforto postural, ou tem uma sensação de frio, ou, ainda, recorda-se que deveria ter comprado leite para sua filha. Estes outros itens – o desconforto, a sensação de frio ou a recordação – são marginais com relação à sua ocupação primária e sobre a qual está centrada a sua atenção, porque não possuem uma relação material com tal ocupação. Há apenas uma “coincidência” entre estes dois conjuntos de experiências, uma presença simultânea, mas de caráter extrínseco.

O tema é considerado como o centro deste campo e a partir do qual irradiam as referências indicativas que desenham, por assim dizer, os contornos e os limites do campo temático. Com efeito, “o tema domina o campo da consciência, o centraliza e o dirige” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 226). Ou, pelo viés contrário, pode-se dizer que entre o tema e o campo tema existe uma relação de interconexão, de forma que o tema sempre aparece “à luz de e sob a perspectiva do campo” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 313). A função que o codado desempenha no campo temático depende, portanto, inteiramente de sua relevância para o tema. Por

exemplo, ao contemplar a pintura de Heitor dos Prazeres (1896-1966), *O artista*, enquanto frequento o Museu de Arte de São Paulo, percebo que ela está disposta ao lado de outros quadros e objetos artísticos; que se encontra em meio a um grande salão; que, neste salão, encontram-se presentes outras pessoas; que o prédio se encontra no meio da cidade de São Paulo, circundado por outros edifícios, e assim por diante. Ainda, permanecem como referências indicativas deste tema os meus conhecimentos sobre história do Brasil, história da arte, sobre pintura e sobre estética, entre outros. O meu tema, neste caso, não é nenhum destes outros dados – os outros quadros e objetos artísticos, o salão, as outras pessoas, o edifício do MASP etc. Estes dados todos permanecem sem serem temas de meus atos de consciência neste momento. Formam, portanto, o fundo do qual emerge o tema de minha contemplação. E isso vale para todo tema perceptivo ou tema em qualquer outro modo de apresentação (na memória ou na imaginação, por exemplo), pois todo tema encontra-se disposto em meio a um ambiente de apresentação. O meu tema, neste caso, é, simplesmente, o quadro *O artista*. Mas, ainda assim, em cada um destes casos, ele aparece sob uma luz e perspectiva diferente: como um quadro que se localiza em determinado período histórico, como quadro cuja estética é considerada popular, como quadro presente no espaço do museu MASP etc. A coloração ou perspectiva da significação se dá em função do contexto temático.

A partir disto, podemos qualificar o tipo de conexão entre o campo temático e o tema como o de uma “conexão gestáltica” (*Gestaltverbindung*) (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 224) ou, ainda, como uma “unidade pela relevância” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 331). Esta forma de conexão qualifica o conjunto total dos constituintes do campo de experiências, de tudo isto que é dado junto com o tema, de tal forma que aponta existir uma relação especial entre parte destes constituintes, o campo temático, e o tema, definida pela afinidade material e intrínseca entre estes dois conjuntos. O princípio que qualifica esta conexão e separa estes dois grandes grupos de constituintes do fundo é chamado pelo autor de relevância. Nas palavras de Gurwitsch,

A relevância demonstra ser a *característica essencial e distintiva* do fenômeno do *contexto* e o da estrutura tema-campo-temático. A relevância implica um ponto de referência. O ponto de referência é o tema, que é, neste sentido, o centro do campo temático, o centro com respeito ao qual o campo é organizado. (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 332, grifos do autor).

Podemos compreender, ademais, que, em cada caso, a relevância é especificada de acordo com as relações materiais individuais mantidas entre o tema e o campo temático, assim definindo a posição do tema no interior do campo temático e distribuindo o peso dos constituintes do contexto de acordo com a posição ocupada pelo tema. A posição do tema e, por conseguinte, também a sua perspectiva e a sua orientação são indicadas pela própria estrutura do campo temático. O campo temático pode ser definido, deste ponto de vista, como um “domínio de relevância” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 332) por meio do qual serão analisadas as relações de pertinência material entre os seus constituintes e o tema, assim definindo a orientação e a perspectiva por meio da qual é segregado. O tema se destaca para um ato de consciência sob a perspectiva do campo, que determina o seu modo de aparecer, mas que é organizado em função deste ponto de referência que é o próprio tema. O jogo de figura e de fundo pode ser lido, portanto, como esta dialética a partir da qual emerge a significação de cada vivência particular. Na terminologia fenomenológica, esta propriedade é “um elemento inerente ao noema em toda a sua concreção” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 350).

A forma de conexão entre o tema e o campo temático, embora pressuponha a coerência gestáltica do tema, analisada anteriormente, deve ser entendida como pertencendo a uma classe diferente. A coerência gestáltica do tema garante que ele seja destacado como um sistema com a sua própria consistência interna e que se desenha contra e a partir de um fundo, a partir de seus contornos. O tema “está confinado a limites bem definidos” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 229) em sua consistência interna, ao passo que o contexto temático está aberto a uma multiplicidade de variações e de jogos de sentido. De acordo com a visão de Gurwitsch (1929/2009^a, p. 230) o tema possui uma “consistência”, determinada por sua “delimitação”, por sua “unidade” e por sua “autonomia” (*self-containedness*) (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 230), propriedades estas que o tornam capaz de ser separável de seu campo temático e, por isso, capaz de permanecer o mesmo, em estrita identidade, apesar de variações no campo temático, é claro, segundo alguns limites. Segundo Gurwitsch (1929/2009a), isto indica uma propriedade fundamental do tema, a saber, a de que ele possui um alto grau de independência com relação a seu campo temático, de que ele não é “absorvido em seu campo temático ou exaurido por sua função e significância para este campo” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 229). É por isso que somos capazes de analisar a variação de um

mesmo tema em diversos contextos e nos referirmos a um mesmo tema – o martelo, por exemplo – em uma diversidade de variações de contexto. Esta é, por assim dizer, uma primeira camada de significação do tema. Porém, em sua conexão com o campo temático, e em função da relevância que os constituintes contextuais possuem em relação ao tema, acrescenta-se uma variedade maior de significações: o martelo em sua funcionalidade para tal projeto e não outro, em sua funcionalidade para a carpintaria e não outra atividade, a sua significação funcional e não lúdica ou estética, entre outros. Quando o campo temático muda (por exemplo, ao ser substituído por outro ou ao ser clarificado), não é o próprio tema, em sua materialidade, nem a identidade do tema que mudam, mas somente a perspectiva a partir da qual o tema se apresenta; portanto, o que muda é esta determinação que deriva do campo temático¹⁶.

O campo temático confere ao tema um “índice posicional”, que determina o seu “lócus” ou posição no interior do contexto e, portanto, a sua relação com os demais constituintes do campo temático. A sua posição é determinada pelas relações com os outros dados do campo temático que podem lhe garantir maior ou menor diferenciação e articulação, ou clareza. Em outros termos, o contexto fornece uma especificação para o tema, por mais inarticulado e indiscriminado que seja o próprio contexto. Esta especificação – o índice posicional – permite considerar o contexto de maneira mais extensa e fazer referência ao que Gurwitsch (1964/2010a) chamou de “ordem de existência” e que se relaciona com o que Schütz (1962a) conceituou como “províncias finitas de significado”.

Por meio do conceito de “ordens de existência”, Gurwitsch (1964/2010a) busca formular as implicações ontológicas da noção de contexto por ele desenvolvida e que nos parece interessante expor aqui a fim de ganharmos clareza sobre o assunto e sobre a sua posição a respeito. É importante identificar e discernir os dois conceitos. Segundo o autor, a ordem de existência corresponde a um “um contexto sistematizado, constituído e unificado com respeito aos princípios de relevância específicos” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 373). O autor fala das ordens de existência, também, como “agrupamentos naturais” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 374) de nosso campo de consciência. Um de seus exemplos é o contraste entre a

¹⁶ Gurwitsch (1964/2010a) sublinha um paralelo entre os seus conceitos de “tema” e de “índice posicional” e os conceitos de Husserl (1913/1976) de “núcleo noemático” e de “caracteres noemáticos”, mas resguardando que seu conceito de índice posicional é uma extensão e ampliação do conceito de caracteres noemáticos, na medida em que engloba também caracteres contextuais.

esfera do passado e a do presente, que formam agrupamentos deste tipo, com a sua própria organização estrutural em termos de unidade por relevância. Todo dado de consciência tem o seu significado preciso determinado por seu índice posicional em uma determinada ordem de existência, que é constituída por um princípio de relevância predominante.

Enquanto o campo temático tem uma referência direta ao tema, aquilo que Gurwitsch (1964/2010a) conceitua como “ordem de existência” diz respeito à totalidade de itens referidos ao tema e que determinam os seus caracteres noemáticos. Por exemplo, para Gurwitsch, a realidade constitui uma ordem de existência diferente, por exemplo, do sonho. Para esta ordem de existência, o tempo objetivo desempenha o papel de um princípio de relevância. Assim, em sua teoria tardia, a relevância designa, de maneira mais forte, o princípio que garante a unidade do contexto e que esta é a sua base constitutiva. Toda especificação dos princípios de relevância para cada ordem de existência é uma derivação do fenômeno formal e geral do princípio de relevância. Assim, o princípio de relevância é alargado em continuidade com o de ordem de existência (o contexto temático ampliado) e o de índice existencial (o índice posicional ampliado) e passa a incluir a “continuação indefinida do contexto” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 383). Voltaremos à discussão da conexão entre as ordens de realidade e a teoria de Schütz (1962a) as províncias finitas de significado mais adiante¹⁷. Por ora, vale a conclusão de que o princípio de relevância pode ser estendido e qualificado a fim de considerar estas diferentes esferas de nosso mundo da vida e de fornecer uma análise sobre a sua coerência e coesão, além de sua especificação sobre o tema.

Por fim, e ainda a partir da discussão sobre o contexto temático, é possível dizer que é a pertinência com respeito à significação do tema que servirá de critério para dizer se quaisquer outras experiências supervenientes ou simultâneas, que surjam em concomitância com ele, podem ser consideradas relevantes ou irrelevantes. Há que lembrar-se que o ponto de referência do campo experiencial em um dado momento do fluxo de experiências é o tema e que, embora o campo temático emoldure o tema, o contexto organiza-se em torno e a partir dele como seu centro. Sendo assim, estas outras experiências serão consideradas relevantes para o tema se e somente se o seu conteúdo material possuir alguma relação com ele.

¹⁷ Ver capítulo 5.

Note-se, ainda, que, neste caso, não se trata de uma experiência que é analisada em termos de se ela é relevante para um eu ou sujeito, mas em função do próprio tema. Ou seja, em um arco intencional para cuja consideração integral deve levar-se em conta a amplitude *ego-cogito-cogitatum*, a relevância se aplica apenas à relação entre *cogito* e *cogitatum*, sem qualquer referência a um Eu (EMBREE, 2015)¹⁸. A partir desta óptica, aquelas experiências que não possuem relevância para o tema são consideradas como “irrelevantes”, organizando-se, assim, em um dado momento do fluxo experiencial, por meio de sua mera copresença com o tema e configurando-se segundo os princípios próprios ao que o autor chama de margem.

1.4 A copresença da margem

Vimos que, na teoria de Gurwitsch, o campo de consciência corresponde ao conjunto de tudo aquilo que é codado ao tema, de tudo aquilo que é vivido ao mesmo tempo em um determinado do fluxo experiencial. O seu conceito de “relevância” é uma resposta à pergunta sobre qual é a relação interna entre o tema, que se segrega na experiência como figura, e aquilo que, deste conjunto de codados do fundo, possui uma conexão significativa com esta figura e contribui para a sua significação. Esta conexão foi chamada de relevância. Porém, vimos, também, que alguns dados experienciais do campo de experiências não apresentam este tipo de conexão pela relevância e são, por isto, mais ou menos distantes do centro, formando uma periferia no território da experiência. É claro que a distância entre estes itens e o tema não é do registro das magnitudes mensuráveis, quantitativas, mas se refere, ao contrário, a qualidades fenomenológicas do campo de consciência (GURWITSCH, 1929/2009a; 1964/2010a). Estes dados que não se estruturam de acordo com o princípio de relevância, mas que estão, ainda assim, presentes no campo de consciência, são chamados de dados marginais e pertencem à classe da margem.

Segundo Gurwitsch (1964/2010a), estes dados marginais apresentam uma forma de conexão com o tema que pode ser analisada em dois termos principais. Por um viés, estes dados experienciais são indiferentes e irrelevantes com relação ao tema e à sua contextura de sentido. Eles são “irrelevantes” no sentido de que o seu conteúdo material não fornece nenhuma contribuição para a significação do

¹⁸ Voltaremos a esta questão adiante e no próximo capítulo.

tema. Assim, a sensação de desconforto material, a sensação de frio ou mesmo a recordação de comprar o leite para a sua filha em nada contribuem a significação da tarefa de construir uma mesa, considerando o projeto, os instrumentos e materiais dos quais se vale o carpinteiro. A esta zona de irrelevância Gurwitsch (1964/2010a) aplica o nome de “margem”, distinguindo-a do conceito de James (1950a)¹⁹ para o qual a margem consiste em tudo aquilo que é codado com o tema (o “foco” em sua terminologia), sem levar em conta, portanto, o critério de irrelevância que distingue margem de campo temático. Mas, de maneira semelhante a James, Gurwitsch (1964/2010a) caracteriza a margem como possuindo um caráter de fluxo, tendo como sua determinação a temporalidade. A margem é organizada, em linhas gerais, pelos princípios que regem a temporalidade do fluxo de consciência. O que é dado na margem pertence a um “domínio de irrelevância”, a “um *domínio de contingência*” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 405, itálicos do autor).

Por outro lado, a forma de conexão da margem corresponde à mera copresença ou ao que pode ser chamado de uma “conexão existencial” (*Existentialverbindung*), segundo conceito de Wertheimer (1922/2013). Isto denota que a forma de organização da margem é aditiva, ou seja, que os dados marginais são apenas adicionados ao tema e aos demais dados materialmente vinculados a ele, sem, com eles, formar um sistema coerente e coeso em significação. Desta forma, aplica-se a compreensão de que “a periferia [do campo de consciência] denota o lócus dos sinais ‘+’” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 298). A partir deste princípio de organização aditiva, a relação entre margem e tema pode ser concebida pela fórmula: $A1 + A2$, onde o primeiro conjunto denota os dados do campo temático e o tema e o segundo, os dados da margem. Em concordância com o primeiro princípio, o da irrelevância, é possível dizer, então, que qualquer variação em $A2$ não acarreta qualquer mudança em $A1$. O que indica que a significação da margem não tem qualquer contribuição para a significação de tema e campo temático.

Assim como o desconforto, a sensação de frio e a lembrança de comprar o leite da própria filha, os dados marginais são sempre dados em conjunto com uma atividade temática e eles apresentam uma alta variabilidade e contingência. Contudo, apesar da enorme variação de itens da margem e de sua relativa multiplicidade de irrelevâncias, isso não significa que a margem deva ser

¹⁹ Ver, especialmente, o capítulo 2, pp. 18 e ss., de James (1950a).

compreendida como uma “acumulação caótica, amorfa, de conteúdos que carecem inteiramente de forma, estrutura e articulação” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 298). Como a tarefa da fenomenologia é a de fazer surgir a invariância no que é variável de nossas vivências, também aqui a análise fenomenológica encontra um terreno fértil. Trata-se de investigar a estrutura fenomenológica da margem da consciência. Compreende-se, a partir disto, que a margem segue o princípio geral e invariável de que “qualquer dado que seja pode ser experienciado simultaneamente com qualquer tema” (GURWITSCH, 1964/2010b, p. 405) ou, diferentemente colocado, de que “toda atividade temática necessariamente implica a existência de, ao menos, um dado marginal” (GURWITSCH, 1964/2010b, p. 454)²⁰.

Em uma primeira análise destes dados marginais, é possível destacar que eles apresentam as características de serem (a) concomitantes, (b) contingentes e (c) interferentes ou intrusivos com relação às ocupações temáticas da consciência. Por exemplo, se, enquanto eu observo o quadro *O artista*, um amigo meu, que também está presente no Museu, chama o meu nome, então este dado marginal, concomitante e contingente, invade o meu campo de consciência e substitui o tema anterior com o qual eu me ocupava. Neste sentido, é possível dizer que os dados marginais são temas potenciais, formam um “campo de potencialidade” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 298), a partir do qual posso abandonar a minha ocupação anterior e ocupar-me de um novo tema, que, antes, não possuía nenhuma significação. A intrusividade dos dados marginais se refere, também, à sua potencialidade de tornarem-se novos temas, substitutos dos antigos. Enquanto não ocupam este lugar, contudo, permanecem apenas como “temas potenciais”.

Gurwitsch (2010b) descreve os dados marginais, ao mesmo tempo, como “todos estruturados e unificados” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 298), ou seja, como componentes que, apesar de marginais, apresentam a mesma propriedade de serem internamente articulados, e como dados “implícitos”, “vagos”, “imprecisos”, “indeterminados”, “indistintos”, “não-tematizados”, “inarticulados”, etc.. Por que isto se dá? Parece-nos que a passagem entre a concepção de margem presente já no texto de 1929 (GURWITSCH, 1929/2009a) e a concepção de margem tardiamente elaborada e presente em seu texto póstumo, “*Consciência Marginal*” (GURWITSCH, 2010b), implica a existência de dois níveis de intencionalidade. No primeiro caso, a

²⁰ Em sua tese de doutorado, este princípio era formulado desta forma: “a cada consciência temática pertence uma margem” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 298).

margem é concebida, simplesmente, como a periferia das atividades temáticas e, ao mesmo tempo, o bolsão de temas potenciais, ao passo que, em sua obra tardia, ela é, além disso, correlata de outra forma de intencionalidade, a saber, a “intencionalidade marginal” (que ele chama de “consciência marginal”), que, nos termos preferidos por Merleau-Ponty (1945/2006), tem por correlatos dados “tácitos” e “pré-reflexivos”.

Em sua concepção tardia da margem, reconhece-se, ao mesmo tempo, que “consciência marginal é consciência temática potencial” (GURWITSCH, 2010b, p. 506) e que, sendo a fronteira entre campo temático e margem mais ambígua do que clara, ela também é o correlato destes dados difusos e contingentes que envolvem aspectos de nossa vida experiencial que são inconspícuos e não se transformam, imediatamente, em objeto de reflexão, embora possam vir a ser tematizados. Não obstante, mesmo estes dados inconspícuos podem ser analisados em sua estrutura invariante. Gurwitsch (2010b) desenvolve a seu respeito uma análise muito interessante. O autor destaca três ordens de existência invariantes da margem, quais sejam: (1) um dado segmento do fluxo de consciência, ou seja, de meu “eu psíquico”, como as minhas memórias ou as minhas antecipações; (2) a minha existência encarnada (*embodied*), com o campo proprioceptivo, interoceptivo e cinestésico de meus fatos corporais, por exemplo, do ajuste e coordenação de meu movimento com o campo sensorial; e (3) um dado setor de meu mundo perceptivo, que se estende, aliás, para além de mim como um mundo intersubjetivo. Quanto a estas regiões invariantes, temos consciência apenas de fatos específicos, que são os dados marginais, que apresentam “referências indicativas” (*pointing references*) e que, como pontos de partida, permitem a apreensão de um sistema mais amplo, ou seja, de uma ordem de existência relativa a esta região e que pode ser reflexivamente apreendida e construída.

1.5 Conclusões parciais

Tendo este itinerário teórico em consideração, é possível formar, primeiro, uma conclusão geral a respeito da teoria do campo de consciência. Às três dimensões analisadas correspondem princípios de organização específicos que analisamos em detalhe: ao tema emergente corresponde uma coerência gestáltica; ao campo temático, a unidade pela relevância; e, à margem, a concomitância e a

contingência. A teoria do campo de consciência pode ser caracterizada, portanto, como uma teoria dos princípios de organização do fluxo experiencial que tem como ponto de partida a tese de que este fluxo apresenta uma organização autóctone, como tal, diferente da mera soma dos dados de sensação. Por conseguinte, a função das operações intelectivas (ou operações psicológicas superiores) foi suspensa na consideração da emergência ou segregação de um tema na experiência subjetiva. Isso significa que, também, que a atenção não aparece mais somente como uma função ativa e voluntária. Não é necessário recorrer aos processos ativos e voluntários para dar conta da segregação de um tema.

Além disso, a teoria do campo de consciência pode ser compreendida como uma reformulação da teoria da intencionalidade e da teoria da cognição. Ela suplanta o dualismo percepção-sensação pelo princípio de organização autóctone e permite compreender a cognição como um processo de organização e de reorganização interna e autóctone das conexões existentes entre os constituintes da experiência subjetiva em um dado momento do fluxo experiencial, as quais giram, sempre, em torno de um “centro de gravidade”. A tematização sempre é a colocação de um campo, ou, dito de outra forma, não há ato de consciência que não posicione um contexto. Nas palavras de Schütz, comentando a respeito em uma carta a Gurwitsch, “tudo permanece conectado com tudo, está em um contexto com ele” (GRATHOFF, 1989, p. 157). É sobre esta “conexão íntima” entre os constituintes de uma vivência que trata, de maneira analítica e sistemática, a teoria do campo de consciência. Assim, amplia e precisa, de maneira bastante original, a metáfora “figura e fundo” e dá conta das mais diversas variações de nível da experiência subjetiva e das diferenças de significado que podem existir entre tudo o que, aparentemente, é uma coisa só: vivência.

No próximo capítulo, veremos mais de perto algumas consequências destes princípios gerais sobre a estrutura da consciência. Em especial, abordaremos como a teoria do campo de consciência se localiza dentro do contexto de uma fenomenologia da atenção e compreendemos as relações existentes entre o ato atencional e o Eu. Veremos que os estudos de Gurwitsch refletem uma concepção não-egológica da consciência. Na sequência, estudaremos os princípios de reorganização da experiência subjetiva que são cobertos pelo estudo das “modificações temáticas” ou atencionais. Da mesma forma, compreenderemos como estes princípios são desenvolvidos em uma teoria do processo perceptivo baseada

nas reorganizações das conexões internas de tema, campo temático e margem e permitem reorganizar o próprio campo de estudos da psicologia e das ciências cognitivas. Isso tudo poderá esclarecer o alcance da teoria do campo de consciência e como ela contribui para uma teoria da subjetividade e da cognição.

2 A LUZ PARA ALÉM DO HOLOFOTE: UMA CRÍTICA GESTÁLTICA DA FUNÇÃO ATENTIVA

No capítulo anterior, apresentamos o esteio da teoria do campo de consciência de Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a), que parte de uma reformulação da ideia básica subjacente ao conceito de intencionalidade e de uma clarificação de seus aspectos noemáticos. Porém, algumas consequências importantes desta teoria não foram consideradas em nossa exposição anterior. Neste capítulo, gostaríamos de dar destaque, em especial, para a questão sobre qual é o lugar da atenção no interior da teoria do campo de consciência e quais são as contribuições que esta teoria pode fornecer para o cenário de uma fenomenologia da atenção (DEPRAZ, 2004). E, na sequência desta questão, também a de saber, se nenhum Eu foi mencionado nas análises anteriores, que papel pode ter o Eu nesta teoria e, em particular, para a compreensão da subjetividade envolvida nos diferentes atos de consciência (ZAHAVI, 2006; 2014), dentre os quais a própria atenção. Vamos abordar brevemente estas duas implicações da teoria do campo da consciência e desenvolvê-las no sentido de verificar as suas contribuições para uma teoria da atenção. Ao mesmo tempo, buscaremos identificar os pontos de diálogo entre esta teoria e as pesquisas recentes em ciências cognitivas (ARVIDSON, 2003; 2006; 2013).

Tendo isto por base, retornaremos à ideia inicial de que estas formulações de Gurwitsch contribuem para uma análise fenomenológica da atenção. Guiados pelo princípio de que fenomenologia e psicologia fenomenológica devem ter por orientação os conceitos fundamentais de intencionalidade e de correlação noético-noemática (HUSSERL, 2001), sintetizar as contribuições da teoria de Gurwitsch sobre a atenção sugere levar em consideração as implicações de sua teoria da intencionalidade para esta compreensão (ARVIDSON, 2013). Sendo assim, elaboramos a sua crítica à concepção de que a atenção seria a modificação de um fundo indistinto (teoria do holofote) e de que a atenção consistiria, exclusivamente, em uma função cognitiva de nível superior dependente de um Eu. Citamos como contraexemplo o estudo fenomenológico das modificações ou variações temáticas (GURWITSCH, 1929/2009a) para mostrar que os diferentes casos das variações da atenção são mais dependentes da forma como o campo de consciência está diferentemente organizado do que do desempenho de uma função intelectual. De

forma complementar, também elaboramos a ideia de que o campo de consciência pode ser concebido como um processo. E aproximamos as teses do campo de consciência com as pesquisas recentes em neurociências cognitivas (ARVIDSON, 2003; 2006; 2013; DEPRAZ, 2004). Com isto, concluímos o capítulo com a ideia de que esta teoria fornece uma visão gestáltica e contextual da atenção, para a qual a atenção não é uma “função monolítica”, mas um processo transversal que afeta e relaciona-se com todos os demais atos de consciência.

2.1 O contexto de uma fenomenologia da atenção

A ideia de uma fenomenologia da atenção remonta, particularmente, à §92 de “*Ideias I*”, onde Husserl (1913/1976) indica o projeto, ainda por realizar, de uma fenomenologia da atenção, que daria conta das “modificações atencionais” ali mencionadas. Após esta indicação, pouco elaborada naquela obra, o tema aparece mais claramente e em diferentes perspectivas em algumas de suas outras obras, dentre as quais “*Filosofia primeira*”, de 1923 (HUSSERL, 1996), “*Análises sobre a síntese passiva*” (HUSSERL, 1966a), “*Experiência e Juízo*” (1939) e o volume preparado para as *Husserliana* intitulado “*Percepção e atenção*” (*Wahrnehmung und Aufmerksamkeit*), que são manuscritos datados de 1904 a 1905 (HUSSERL, 2004).

Segundo Depraz (2004), o tema da atenção se encontra mais ou menos difuso na obra de Husserl, sobretudo junto com as suas análises da percepção, onde é um tema adjacente à análise dos atos operativos, quer dizer, noéticos. No geral, é possível dizer que Husserl dá preferência a considerar a intencionalidade sobre a “atencionalidade” (ARVIDSON, 2013), em partes por entender a atenção como um tema da psicologia sensualista de sua época (DEPRAZ, 2004). Com base nisto, o tema ganha um lugar mais ou menos secundário em benefício da importância que o autor atribui ao estudo da intencionalidade e seus primos conceituais, a saber, a redução fenomenológica e a constituição de sentido. Tematicamente, o tema encontra-se discutido, mais frequentemente, em conjunto com a prática da redução fenomenológica, na conversão reflexiva do olhar. Em suas obras mais tardias, como *Análises sobre a síntese passiva e ativa* (HUSSERL, 1966a) ou *Experiência e Juízo* (HUSSERL, 1939), o método genético, que busca fornecer o rigor para uma genealogia da lógica, permite lançar um novo olhar sobre

a atenção, apontando para a sua fundação sobre o mundo da vida experiencial afetivo e pré-discursivo.

Como nos lembra Arvidson (2013), desde as *Investigações Lógicas*, Husserl (2012a) apontava a coincidência entre uma noção ampla de atenção o conceito de “consciência de...”, ou de intencionalidade, posto que podemos prestar atenção não apenas em coisas que se apresentam à percepção, mas também em estados de coisas e outros objetos abstratos. Deste ponto de vista, a atenção e a intencionalidade, portanto, coincidem e são coextensivas. Porém, em uma noção mais propriamente fenomenológica, a atenção é vista, por Husserl, como uma modificação da intencionalidade e não como um ato particular. Nestes termos, é possível dizer que a função da atenção repousa sobre a estrutura da intencionalidade, que denota a atividade básica da consciência. Vale aqui o princípio husserliano segundo o qual o objeto intencional não necessita ser noticiado, ou seja, não necessita consistir em um objeto de atenção (HUSSERL, 2012b). A atenção só pode ser dirigida, portanto, a um objeto intencional, apresentado intencionalmente.

Em *Ideias I*, Husserl (1913/1976) aprofunda esta visão e aborda a atenção, mais especificamente, como uma modificação intencional. Este comentário está localizado na terceira seção de sua obra, onde o autor explora a estrutura noético-noemática da intencionalidade. Segundo Depraz (2004), neste contexto, a atenção é colocada como uma segunda extensão da noção de *noema*, ao lado da primeira que é perceptual e da terceira que é prática. De fato, aí a atenção não é mais do que uma modificação intencional, ainda que seja de um tipo fundamental. A atenção modifica um objeto que é intencionado, fornecendo a ele mais clareza ou maior determinação de conteúdo, em termos de preenchimento intencional. Por exemplo, um canteiro de flores percebido pode ser modificado de forma com que eu tenha consciência não mais apenas do “canteiro” como tal, em sua unidade constitutiva, mas de uma pluralidade de flores que o constituem, com as suas particularidades de significação (cores, formas etc.). Este novo objeto se dá por meio de uma modificação do ato intencional de percepção, que é primeiro e mais fundamental. Por conseguinte, a atenção deve ser analisada no interior da estrutura intencional noético-noemática. Desta forma, para Husserl (1913/1976), a atenção altera e afeta a intencionalidade experiencial da consciência sem, contudo, transformá-la radicalmente.

Além disso, em *Ideias I*, Husserl (1913/1976) descreve a atenção como um correlato da atividade do Eu e de sua liberdade no campo de vivências da consciência pura. O Eu puro, sobrevivente à redução fenomenológica, exerce comportamentos como o “voltar-se para” (*Zuwendung*) e o “retirar-se” (*Abwendung*) quanto aos objetos intencionais por meio de “raios atencionais” (*Ichstrahl*) que o têm por centro. Em outros termos, Husserl (1913/1976) concebe que do Eu puro irradiam atos de atenção em direção aos objetos, os quais, por sua vez, os tornam mais claros e distintos a partir de um fundo obscuro e indistinto. Cabe ao Eu puro o papel de “tomar nota” (*merken*), “noticiar” (*bermeken*) e “dar-se conta” (*aufmerken*) dos objetos. Desta forma, comenta-o Depraz (2004, p. 12), “o campo perceptivo total é estruturado entre diferentes modos de tornar-se noticiável, de noticiabilidade, ou de vagorosamente tornar-se não-noticiável e, então, ele é abordado, também, graças aos processos temporais de atualização e desatualização”. Aquilo que fica afastado da irradiação destes atos egoicos permanece no campo do não-noticiável ou da “consciência morta” e inatual.

Conforme a leitura de Depraz (2004), conceber a intencionalidade e a atenção desta forma implica que (a) a atenção não seja conceituada como uma atividade mental através da qual determinadas sensações e determinados estados mentais sejam intensificados em razão das “excitações” (*imprints*) provenientes dos *inputs* sensoriais de estímulos, mas, sim, como “um ato vivido de minha consciência que é dirigida a objetos específicos” (DEPRAZ, 2004, p. 9). Em outros termos, o que está em foco é a significação intencional. Esta é uma posição que se coloca em oposição à tese sensualista e atomista segundo a qual toda significação emergiria a partir dos dados dos sentidos, a qual é diretamente combatida por Husserl (1931/1986b; 2001) por entender que ela ignora o alcance da análise intencional. Além disso, uma implicação adicional da concepção fenomenológica da atenção é que

[...] a atenção não é um ato consciente contingente e fatural que é sempre igualmente causado por meu estar existencialmente impressionado e materialmente afetado por vários eventos; ela é um ato de minha consciência, cuja estrutura é essencial, isto é, independente de qualquer *datum* empírico (DEPRAZ, 2004, p. 9-10).

Desta forma, opõe-se, principalmente, à psicologia intencional naturalística de Theodor Lipps, Alexander Pfänder, ou de J. Daubert, conforme aponta-o Depraz (2004).

Em conclusão, é possível dizer que a abordagem de Husserl sobre a atenção coloca a primazia da atenção como mudanças da intencionalidade, o que também lhe confere uma posição específica dentro da psicologia sensualista do início do século XX. Desta forma, a atenção aparece combinada com outros fenômenos intencionais sem desaparecer neles. Está sempre misturada a eles, sem se dar separadamente ou em isolado. Nas palavras de Depraz (2004, p. 14), “ela pertence à estrutura intencional fenomenal dos atos de minha consciência e fornece a eles o seu toque constitutivo de variabilidade”. Desta forma, a atenção pode ser comparada a uma atividade transversal (ou vertical) perpendicular à linearidade horizontal da direcionalidade intencional. Como tal, como que sob a lupa de um Holmes, ela pode ser lida como uma “pista” que leva à intencionalidade (HUSSERL, 2001) e, uma vez desvelada, demonstra ser uma estrutura intrínseca a cada ato intencional. As descrições husserlianas da atenção são orientadas, portanto, ao ato intencional e não a seu conteúdo. Trata-se de uma investigação centrada sobre o campo das significações puras, dentro do qual a atenção desempenha um papel, ainda que diferente da forma como é conceituada pela investigação psicofisiológica.

2.2 Para uma crítica da metáfora do holofote e do eu puro

Como vimos no capítulo anterior, Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a) rejeita a tese de que a segregação do tema de um campo perceptivo se daria em função de uma agência mental seletiva como a atenção. Com efeito, em *“Fenomenologia da temática e do eu puro”*, Gurwitsch (1929/2009a) coloca as doutrinas da psicologia de sua época sobre a atenção – representada por Stumpf, Lipps, Ribot, dentre outros – em perspectiva à luz de suas investigações sobre a organização interna do campo de consciência. Como uma linha geral adotada por estas doutrinas, a atenção consistiria em uma operação de atos por meio dos quais os objetos perceptivos se tornariam presentes à consciência, como um “fator de discriminação e de ênfase” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 242), ou como tendo por função “tornar proeminente, trazer à clareza, tornar próximo, e iluminar” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 245). Concebida desta forma, a atenção corresponderia a uma “função unitária” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 245), ou monolítica: a sua execução ou operação – de selecionar e estabilizar um objeto – seria sempre a mesma, independentemente do objeto ao qual é dirigida em cada caso e independentemente da significação

resultante no lado do objeto. Apesar de importantes variações entre perceber claramente algo que antes era obscuro, deslocar a atenção para algo que era impercebido, destacar uma parte de um objeto global, entre outros, continua-se a pressupor a sua unidade por entendê-la como uma operação psicológica unitária e independente.

Disto tudo, depreende-se que a atenção seja entendida mais ou menos como um cone de luz. Gurwitsch (1929/2009a), de fato, compara esta concepção à ideia de uma lanterna ou holofote. A correlação entre o ato atencional e o Eu, que é pressuposta nesta teoria, deixa, contudo, esta metáfora ainda mais clara e definida. Pressupõe-se que a atenção seja um correlato ou uma função de um Eu (ou sujeito psicológico), irradiando dele como um feixe luminoso que iluminaria os objetos de percepções. Nesta concepção, o Eu é concebido como um agente livre que desempenha as suas atividades, ações, nos atos de consciência que dirige aos objetos externos a si mesmo. O Eu é tido como pertencendo essencialmente aos atos de consciência. Nas palavras de Gurwitsch (1929/2009a), ele “é experimentado como o centro a partir do qual os raios atencionais irradiam” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 242). Ademais, a posição do objeto com relação ao Eu também é um critério para definir a sua clareza ou o seu estatuto de consciência ou impercepção. Segundo tal teoria, quanto mais distantes colocam-se os objetos com relação ao Eu, mais são obscuros ou impercebidos, ou seja, menor é o seu grau de clareza. Configuram-se, portanto, como uma “massa total inarticulada” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 243) de objetos impercebidos. Cabe ao Eu o papel de trazer ao primeiro de percepção estes objetos impercebidos, dispostos nas orlas escuras do cone de atenção, através de novos atos atencionais. Como estes objetos são apenas destacados pela atenção, compreende-se que este realce atencional não implica em qualquer alteração do conteúdo objetivo do que é visado. Segundo Gurwitsch (1929/2009a, p. 195), “as modificações deste tipo acarretam, meramente, uma mudança de características, todas as quais se vinculam ao mesmo e idêntico núcleo noemático”. O que muda em diferentes apreensões, em diferentes atos de atenção, de um mesmo objeto é apenas o “realce de atenção” (*Beachtungsrelief*) (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 245). Contudo, desta forma, a teoria do holofote recapitula os mesmos problemas da teoria dualista da percepção e da hipótese de constância que a funda.

Desta forma, a teoria do campo de consciência implica uma reavaliação profunda destes dois pontos. Conclui-se, por meio dela, que “a consciência não é um olhar fixo para [*staring at*] algo e que o tema não é, por assim dizer, um ponto isolado” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 223). Implica, portanto, reavaliar os aspectos noéticos e noemáticos da teoria clássica da atenção. Por um lado, a teoria do campo de consciência implica reconsiderar a tese de que a consciência temática poderia ser igualada a um “feixe de luz” sobre um conteúdo pontual, destacando-o e estabilizando o seu significado. Por outro lado, implica reformular a tese segundo a qual este conteúdo seria desprovido de organização interna, que se constituiria apenas por meio de outra função, e de articulação com outros conteúdos que o circundam, ou seja, com o seu contexto temático. A metáfora do feixe de luz implica considerar o contexto como uma confusão caótica, discernível apenas como uma região de penumbra ou de escuridão, ao mesmo tempo em que as demais regiões da consciência são consideradas em termos de seu grau de iluminação. A teoria do campo de consciência, por outro lado, implica que tudo o que é vivenciado entra no campo de consciência, participa dela com uma organização própria, mesmo que não possua o estatuto de objeto temático. Por conclusão, os objetos circundantes, “obscuros” ou “impercebidos”, têm o seu significado e a sua posição qualificada não por seu grau de clareza, mas pelo princípio da relação de relevância material para o tema, ou seja, pela referência ao contexto temático. A metáfora do holofote leva a ignorar a importância do contexto temático para a emergência do tema e para a determinação de seu significado.

Quando Gurwitsch (1929/2009a) recorre à teoria de Husserl sobre a atenção e sobre a distinção entre *hylē* e *morphē*, ele o faz para demonstrar o quanto ela pressupõe algumas teses por ele criticadas quanto à teoria dualista da percepção²¹. Por exemplo, ao referir-se ao conceito “*noesis*”, afirma que, após suas análises e, sobretudo, após a rejeição da HC, tal conceito deve deixar de significar “uma função organizadora e apreensora que transforma os dados hiléticos em um veículo de sentido ou significado, uma função especial e específica à qual a consciência deve o seu caráter de intencionalidade” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 284). Por sua vez, a

²¹ Basicamente, quando o autor se reporta a Husserl de forma crítica, ele está se referindo às suas posições em *Ideias I* (HUSSERL, 1913/1976), nas *Meditações Cartesianas* (HUSSERL, 1973b) e na 2ª edição das *Investigações Lógicas* (HUSSERL, 2012b). Não é nosso objetivo, aqui, comentar as mudanças nas teorias de Husserl e outras nuances que seriam importantes para considerar até que ponto a crítica de Gurwitsch é assertiva. Para o esclarecimento deste ponto, que não é nosso foco, remetemos o leitor a Arvidson (2006).

distinção entre *hylē* e *morphē* deixa de participar do conteúdo essencial do conceito de *noesis*. Por conseguinte, o termo deve corresponder ao “ato experienciado de consciência em sua inteireza” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 284). Como tal, a *noesis* não é distinta do próprio campo de consciência em função do qual se destaca um tema emergente. Portanto, ela não adiciona nada ao conteúdo experienciado. Sendo desta forma, as mesmas consequências da teoria do campo de consciência devem se aplicar à equação que Husserl (1913/1976) desenvolve entre o ato noético e a atenção e entre a atenção e o eu. Nesta direção, cabe esclarecermos a posição de Gurwitsch a respeito da atenção e, em especial, da relação entre a atenção e a “relação com o eu” (*Ichhaftigkeit*). Este é um dos problemas principais de “*Fenomenologia da temática e do eu puro*” (GURWITSCH, 1929/2009a). Este problema, basicamente, remonta à tese kantiana de que a cada representação deve poder corresponder um “eu penso” (KANT, 1996). A este respeito, Gurwitsch (1941/2009e) desenvolve uma “concepção não-egológica da consciência”, cujo argumento é bastante próximo ao de Sartre (1936/2015), assim rejeitando que o Eu puro tenha qualquer papel primitivo no campo de consciência e contribua ativamente para a constituição das objetividades. Gurwitsch (1929/2009a) inverterá, portanto, a posição de Kant (1996), defendendo que a unidade da experiência subjetiva não requer a unidade do eu. Para o autor, “unidade da consciência não é consciência de unidade” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 316).

Gurwitsch (1929/2009a) parte de um contraponto à tese egológica²², presente em boa parte da psicologia de sua época e, em especial, na própria fenomenologia de Husserl, para, então, dedicar-se a desenvolver uma tese não-egológica do campo de consciência. Segundo o autor, a tese egológica repousa na assunção de que o campo de consciência seria sempre dependente de um Eu puro, que seria o seu “centro de referência” e a origem dos diferentes atos de consciência. Este Eu puro seria diferente e oposto ao próprio fluxo de experiências dirigidas aos objetos do mundo. Isso porque, diferentemente das vivências que são contingentes e impermanentes, o Eu puro seria sempre idêntico a si e permanente. Além disso, o Eu puro é concebido, nestas teorias, também como um agente livre que dirige os raios de atenção para os objetos, apresentando, desta forma, comportamentos como “ir além de si mesmo”, “retornar a si”, “agir espontaneamente”, dentre outros. Em

²² Para um esclarecimento da história deste conceito, ver Santos (2015, cap. 6).

Husserl, é desta teoria do Eu puro que se desdobra a sua descrição da constituição de unidades de sentido por meio da apreensão sintética como uma relação de múltiplos raios de atenção.

A concepção não-egológica da consciência, diferentemente, constata não haver necessidade para pressupor a existência de um Eu puro, enquanto estrutura formal e necessária dos atos de consciência e enquanto agente mental que vive por trás dos atos. Estes pressupostos não são dados fenomenológicos. Neste sentido, a teoria de Gurwitsch (1929/2009A; 1941/2009e) é concordante com Sartre quando este diz que “a concepção fenomenológica da consciência torna o papel unificante e individualizante do Eu totalmente inútil” (p. 22). Todas as funções atribuídas ao Eu (puro) podem ser encontradas, diretamente, no próprio fluxo experiencial. O Eu fenomenológico – aquele que sobrevive à redução – é idêntico ao fluxo experiencial. Não há espaço para um Eu que seria como que um “homúnculo” (GURWITSCH, 1941/2009e) ou “habitante” (SARTRE, 1936/2015) do campo de consciência. O que conduz à conclusão de que o campo de consciência corresponde a um campo pré-pessoal. Em uma descrição fenomenológica estrita, não se tem, portanto, algo como “Eu vejo uma mesa de laca branca”, mas: “Há uma mesa de laca branca”. A referência a um Eu desaparece de qualquer paisagem noemática neste plano descritivo.

A consciência temática é, sempre, em sua forma direta, sem Eu e irrefletida ou irreflexiva. Nisto, também, Gurwitsch (1941/2009e) está em acordo com Sartre (1936/2015). Ela corresponde a uma “consciência de primeiro grau” (SARTRE, 1936/2015, p. 23) por meio da qual são posicionados os objetos de consciência e, como tal, não pode ser uma apreensão concomitante deste ato objetivante. Uma autoconsciência tácita referente a estes atos irreflexivos pode existir apenas de forma marginal (GURWITSCH, 2010b). Mesmo que não haja um objeto que acompanhe todas as minhas vivências de maneira permanente, ainda assim as minhas vivências podem se tornar objeto de reflexão. Desta forma, tanto os atos irreflexivos, dirigidos a objetos, quanto os atos reflexivos, dirigidos aos próprios atos, são atos temáticos e não apresentam uma diferença essencial quanto a este aspecto. A consciência do Eu não é mais necessária do que a relação dos atos com qualquer outro objeto. Ele é um correlato objetivo – e não subjetivo.

A reflexão coloca-se, por conseguinte, como uma “consciência de segundo grau” na qual o próprio fluxo de vivências se torna objeto temático. Mas, concebê-la

desta forma exige, também, uma formulação bastante precisa sobre como dados experienciais atuais se relacionam com os dados inatuais. Isso porque Gurwitsch (2010b) assume uma conexão entre toda vivência atual e o fluxo de vivências como um todo, de tal modo que, a partir de uma vivência atual, dirigida a um objeto, outras vivências relacionadas com ela podem vir à tona. Esta é a condição para que uma vivência passada, marginal, possa se tornar objeto de minha atividade temática. Na atitude reflexiva, as relações de relevância material se reorganizam, assim tornando possível a comutação entre o que é marginal e o que é temático. É a partir da tematização de uma vivência passada que é possível reconstituir uma memória, pois, a partir desta vivência que o ocupa o agora do centro temático, um conjunto de referências marginais também se presentifica no campo temático e se organiza em função deste centro. A experiência de uma cadeia temporal depende, pois, da reflexão, que, por assim dizer, lança um fio de relevância por sobre o fluxo temporal. Porém, a reflexão não produz nada, apenas modifica aquilo que é apreendido no sentido de explicitar algo que estava implícito.

Deste ponto de vista, entende-se que a cadeia temporal de vivências, que culmina em um agora sempre novamente preenchido, forma um contexto de vivências que circunda a consciência temática e que se apresenta, portanto, como um dado marginal. Esta visão da cadeia temporal como um contexto de vivências internamente articuladas no tempo é importante, na teoria de Gurwitsch (1929/2009a; 1941/2009e), para determinar o alcance da noção de Eu puro nas análises fenomenológicas. Por um lado, esta noção implica que a singularidade do Eu se deve ao fato de que cada cadeia temporal de vivências é única e irrepetível e, dentro dela, cada vivência é, também, única e irrepetível. Depreende-se daí que o Eu fenomenológico seja um “contexto que, além de seu momento presente, isto é, o Agora, compreende a vida consciente em sua inteireza” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 309). Para Gurwitsch (1929/2009a), não há uma diferença fundamental entre o “eu fenomenológico do momento” e o “eu fenomenológico do tempo estendido”, tal como proposta por Husserl (2012b). O momento atual se configura como o “clímax em constante mudança” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 309) do Eu, sem que, com isto, o Eu se esgote neste clímax. Por outro lado, a articulação interna entre estas vivências e o contexto temporal de vivências abre a questão para o índice “meu” que acompanha todas estas vivências, ou seja, a questão da ipseidade. Segundo Gurwitsch (1929/2009a; 1941/2009e), o índice de pertencimento da vivência ao fluxo

temporal (ao Eu como contexto) se aplica somente através da reflexão, portanto de forma semelhante à própria manifestação do Eu como um dado. Nas palavras do autor,

[...] quando o sujeito, ao refletir sobre o ato que ele vivencia, certifica-se que este ato é seu, isto pode significar apenas que este ato em questão é uma parte do complexo [de vivências] e que ele tem lugar no interior deste todo unido e organizado (GURWITSCH, 1941/2009e, p. 320).

Como vimos, Gurwitsch propõe a substituição do Eu puro – uma objetividade meramente teórica pressuposta no território das investigações fenomenológicas e psicológicas – pela noção de Eu fenomenológico, que corresponde ao próprio contexto de consciência com a sua subjetividade própria e referência aos objetos. Os índices de pessoalidade e subjetividade do campo de consciência se aplicam, para o autor, apenas através da reflexão sobre as próprias vivências. Esta é a posição de Gurwitsch (1929/2009a; 1941/2009e), mas que, em seu trabalho póstumo intitulado “*Consciência marginal*” (GURWITSCH, 2010b), muda substancialmente ao reconhecer, de maneira mais clara e precisa, a operação de uma intencionalidade marginal e, por conseguinte, de uma forma marginal de autoconsciência, que não depende da reflexão.

Uma crítica de Zahavi (2006; 2014) pode nos ajudar a esclarecer este ponto. Zahavi (2014) interpretou a concepção não-egológica da consciência de Gurwitsch e de Sartre como contrária à tese de que a experiência subjetiva possuiria um componente subjetivo. Desta forma, aproximou-a de outras teorias céticas sobre o Eu, no que chamou de “opção pelo não-eu” [*no-self option*]” (ZAHAVI, 2014, p. 46), que definiu da seguinte forma:

[...] a reivindicação de que o eu [*self*], se existe, é algum tipo de princípio invariante e ontologicamente independente de identidade que se coloca à parte e acima do fluxo mutável de experiências: algo que permanece imutável do nascimento à morte; algo que permanece inteiramente não afetado pela aquisição da linguagem, pelas relações sociais, pelos eventos mais importantes da vida, pelos compromissos pessoais, projetos, e valores; algo que não pode desenvolver e florescer, nem ser perturbado ou despedaçado. (ZAHAVI, 2014, p. 47).

As teorias não-egológicas apresentam-se contrárias à ideia de que haveria um sujeito na experiência subjetiva – à maneira de um homúnculo – e repousam sobre a ideia central de que a consciência é uma consciência de objetos, de tal

forma que o próprio Eu só pode ser tematizado enquanto outro objeto. Segundo Zahavi (2006), estas teorias “ignoram a *ipseidade* da dimensão experiencial” (ZAHAVI, 2006, p. 146). Tanto a ipseidade quanto a autoconsciência não são, de fato, reconhecidas como uma experiência a não ser como uma consciência da experiência dada de modo reflexivo. De fato, esta é uma caracterização concordante com a perspectiva noemática de Gurwitsch (1929/2009a; 1941/2009e).

Contra uma interpretação deste tipo, Zahavi (2006; 2014) defende que, ainda que se compreenda que o Eu não seja um objeto interno, a experiência subjetiva não pode ser “ausente de eu” (*selfless*) (ZAHAVI, 2014, p. 49). Antes, uma “noção mínima” de Eu enquanto “eu experiencial” (ZAHAVI, 2014, p. 49) deve ser desenvolvida de modo a garantir a coerência da coordenação da experiência subjetiva. Segundo Zahavi (2014, p. 49),

a possessividade [*mineness*] e o caráter de para-mim [*for-me-ness*] da experiência, mais do que uma questão de uma relação não-experiencial entre a experiência e um proprietário distinto, é uma questão do modo de doação em primeira pessoa da experiência.

É este tipo de conexão íntima e interior da experiência subjetiva a que o autor se refere quando defende que toda experiência subjetiva é constituída por uma “autoconsciência pré-reflexiva e um sentido mínimo de eu” (ZAHAVI, 2006, p. 146). Ou seja, defende “[...] a autoidentidade através do tempo, sem ter de assumir, de fato, o eu como uma entidade separada além e aquém do fluxo de consciência” (GALLAGHER; ZAHAVI, 2005).

Esta é uma formulação importante e assumida como tal no interior das pesquisas contemporâneas em fenomenologia e psicopatologia (FUCHS, 2010). Porém, é importante sublinhar que isto não significa que a teoria do campo de consciência esteja condenada com esta crítica. Trata-se de um reposicionamento de viés. Pois, é possível compreender que o Eu mínimo de Zahavi (2006; 2014) e Gallagher e Zahavi (2005) corresponde, em grande parte, à compreensão de Gurwitsch (1941/2009e; 2010b) sobre o Eu empírico e sobre uma análise da intencionalidade marginal. Com efeito, Gurwitsch (2010b) desenvolve análises que auxiliam a localizar melhor a sua posição a respeito e permitem um maior desenvolvimento da temática. O autor defende, em sua obra tardia, que há uma autoconsciência que acompanha a consciência temática, porém que só pode ser qualificada como marginal. Segundo o autor, toda vivência temática acompanha um

saber de si mesma enquanto é vivenciada, uma forma de “autoconsciência” (*self-awareness*) (GURWITSCH, 2010b, p. 472) que é um “dato marginal” (GURWITSCH, 2010b, p. 452). Como tal, ela não só acompanha a consciência temática, mas a torna possível (GURWITSCH, 2010b, p. 453-454). Ademais, a experiência subjetiva imediata, que é irreflexiva, inclui uma referência sempre possível e constante ao Eu empírico enquanto eu corporal, enquanto um dato marginal, assim como temos esta forma de consciência marginal de um determinado segmento de nosso fluxo de consciência e do mundo perceptivo. Mesmo aí o Eu não se manifesta como um objeto paralelo às vivências intencionais e temáticas, mas como condição subjetiva desta experiência.

É possível, com isso, conduzir uma análise da subjetividade da experiência que se encontra nas referências que Sartre (1936/2015) utiliza ao falar de “intimidade” e de “interioridade” do Eu ou no que James (1890) chama de “familiaridade” (*warmth*) de nossas vivências. O Eu empírico encontra-se, pois, ligado a sentimentos e atividades corporais e a uma continuidade temporal, que forma a sua unidade conectiva em um conjunto de diferentes vivências ao longo do tempo. O Eu empírico se apresenta, portanto, para Gurwitsch (1964/2010a; 2010b), como um Eu contextual, que engloba todos os diferentes momentos experienciais, segmentados no tempo, e como existência pessoal, que confere familiaridade e intimidade aos diferentes sentimentos e dados corporais. São estes princípios de organização temporal e corporal do Eu empírico que permitem, aliás, a coordenação sensório-motora. Eles são marginais, posto que, apesar de serem constituintes do Eu e fundar a sua identidade, não afetem diretamente o processo temático, caso não sejam eles próprios objetos de atenção²³. Esta sua concepção do Eu empírico como transcendente à atividade temática, como marginal e, portanto, como dato de forma clara e coerente apenas à reflexão, é concordante com as linhas gerais colocadas por Sartre (1936/2015)²⁴. Com isso, tem-se uma posição que é coerente com aquela defendida por Zahavi (2006; 2014) sobre a subjetividade da experiência. A este respeito, Gurwitsch (2010b, p. 471) diz que “o sujeito ou subtrato da vida consciente

²³ Leder (1992) fornece vários exemplos de como o corpo desaparece em nossa atividade temática, aparecendo como objeto temático apenas em algumas circunstâncias, tais como quando ele é inadequado ou em função de uma doença, ou ainda quando é feito objeto pelo olhar alheio. As suas descrições sobre o funcionamento irreflexivo e temático do corpo podem ser lidas *pari passu* com as linhas diretrizes da teoria do campo de consciência.

²⁴ Algumas das implicações desta teoria do Eu psíquico, enquanto existência encarnada e ecologicamente estendida, serão desenvolvidas no Capítulo 6.

é, então, esta própria vida”, concluindo com uma visão imanentista do campo de consciência. A partir desta visão, consideraremos, na seção seguinte, como pode ser desenvolvida uma análise fenomenológica das modificações atencionais.

2.3 Uma análise gestáltica das modificações atencionais

Na seção anterior, destacamos por que razões a teoria do campo de consciência implica o abandono da teoria da atenção como “holofote”, que pressupunha, ademais, uma correlação estrita entre os atos intencionais e atencionais e um Eu puro. Isso implica que uma análise fenomenológica da atenção, nos parâmetros da teoria do campo de consciência, deve ater-se àquilo que aparece tal como aparece e não fazer recurso a quaisquer agências supervenientes, como, por exemplo, uma “função organizadora e apreensora” ou o Eu puro. Para tanto, deve partir do princípio de organização autóctone de consciência e do princípio de relevância. Com isso, fica clara a posição de Gurwitsch (1929/2009a) enunciada no seguinte trecho:

As variações na atenção ou nas direções atencionais não devem ser interpretadas como modificações de iluminação ou direções de iluminação; mesmo o caráter subjetivo da atenção, mantido por Husserl, torna-se um problema para nós (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 241).

Com isso, rejeita-se a tese de que a intencionalidade temática possa ser determinada por um “relacionamento com o Eu”. E isso abre a possibilidade de considerar, para além dos princípios de organização internos às três dimensões do campo de consciência, também os princípios de organização entre estas dimensões²⁵, os quais dizem respeito às modificações atencionais ou temáticas e as reorganizações que ocorrem a partir daí nas dimensões do campo de consciência (GURWITSCH, 1929/2009a). Desta feita, é importante que o próprio campo de consciência seja considerado como uma “tensão dinâmica”, como diz Arvidson (2006, p. 51). Em outros termos, este novo conjunto de questões implica que as conexões entre os conteúdos de tema, campo temático e margem sejam compreendidas como um processo. As modificações temáticas são lidas, desta

²⁵ A distinção entre os princípios organizacionais “internas” (*within*) às dimensões do campo de consciência e “entre” (*between*) as próprias dimensões é devida a Arvidson (2006, p. 56).

forma, como correlações noético-noemáticas que prescindem das categorias de movimentos egológicos.

Segundo Gurwitsch (1929/2009a), podem ser destacadas quatro séries ou tipos gerais de modificações temáticas: (1) as mudanças contextuais, (2) as mudanças temáticas, (3) as mudanças temáticas radicais e (4) a tematização de conteúdo marginal. As variações temáticas destas séries distinguem-se em graus de profundidade na mudança que ocorre entre tema, campo temático e margem. E todas elas obedecem à “lei geral da transformação”, que consiste em que: “A todo dado fenomênico correspondem outros nos quais o primeiro pode ser ‘transformado’” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 275). Porém, nem todo tema admite todo tipo de transformação, de modo que esta lei é especificada em quatro diferentes tipos fundamentais de modificações temáticas (ARVIDSON, 2006). Embora um tratamento mais profundo destas modificações temáticas já tenha sido oferecido por Arvidson (2006) e em nossa dissertação (SANTOS, 2015), vamos oferecer aqui uma versão sintética desta teoria.

A primeira série apresenta variações de organizações do processo atencivo referentes ao campo temático, sem, com isso, acarretar quaisquer mudanças no que tange ao conteúdo material do tema. Os casos aqui contidos abrangem as diferentes reorientações do campo temático quanto ao tema e, portanto, a mudanças na perspectiva de significação do tema. O tema mantém-se central, porém reorientado a partir do contexto temático. Quatro variações distintas podem ser citadas dentro desta série, a saber, o (i) alargamento do contexto, (ii) o seu estreitamento, (iii) a clarificação, (iv) o obscurecimento do campo temático e (iv) a substituição do contexto. Sem sermos exaustivos, podemos dizer que, no primeiro caso, o contexto se torna mais amplo e que novos itens passam a ser incluídos no contexto de relevância para o tema. Retomemos um de nossos exemplos do primeiro capítulo. O carpinteiro pode considerar o seu projeto de construir uma mesa, em um tempo inicial, como um trabalho simples, mas, depois de colocar este projeto no contexto das várias ações que têm de realizar, peças que têm de medir, cortar e lixar, conexões que têm de parafusar, etc., percebe que se trata de um projeto mais difícil do que parecia de início. O conjunto dos materiais para a construção da mesa também têm seu significado alterado e, da mesma forma, o uso das ferramentas necessárias para a consecução da tarefa. As perspectivas ou horizontes por meio das quais o tema aparece e tem o seu sentido se ampliam. Contudo, o projeto-de-

mesa *qua* projeto-de-mesa continua o mesmo. No segundo caso, do estreitamento do contexto, as conexões materiais entre os conteúdos do contexto temático e o tema são reduzidas. Aqui, está em jogo a focalização da atenção sobre aspectos específicos da cena visada, onde o conjunto de itens relevantes é diminuído. Por exemplo, na tematização da mesa, o carpinteiro pode perceber que há alguns aspectos que estão defeituosos e que estes aspectos pertencem aos pés da mesa, assim reduzindo o espectro de relevância do contexto temático.

No terceiro caso, de clarificação, o campo temático é enriquecido não pela adição de novos conteúdos, mas pela clarificação daqueles que já estavam lá presentes, do que é já vivido, ainda que de maneira obscura ou confusa. O que aumenta é a determinação e o preenchimento destes conteúdos em termos de sua conexão com o tema. Por exemplo, para notar que os pés da mesa estão defeituosos, a percepção deste conjunto de constituintes da mesa necessita de maior determinação e preenchimento. Desta forma, o carpinteiro pode variar a sua percepção da mesa, de forma corporal, aproximando-se ou tomando outro lado, de tal forma que aqueles horizontes da mesa que antes não estavam claros ao se ter por objeto a mesa como um todo passam a ganhar maior claridade. O carpinteiro percebe que o pé está desalinhado com os demais, e assim por diante.

Quanto ao obscurecimento, Arvidson (2006) defende que, apesar de Gurwitsch não o citar explicitamente, trata-se de um complemento do anterior por seu contrário. Neste caso, o que se dá é o encobrimento da relevância do contexto temático para o tema, ou seja, de uma perda de determinação e de preenchimento do contexto. Basicamente, este caso cobre variados tipos de esquecimentos. Mas, se quiséssemos ainda nos ater ao trabalho do carpinteiro, o obscurecimento poderia dar-se no momento em que, ao notar uma falha estrutural em seu projeto, ele fica sem saber o que fazer, como se o tema ficasse ausente de sentido – em razão de o contexto não ser suficiente para determinar a sua significação.

Ainda dentro da primeira série, cabe citar, por último, a substituição de um contexto temático por outro. Em tal caso, o mesmo tema é visto a partir de perspectivas diferentes dadas pelos contextos que mudam. Um exemplo para esta forma de modificação seria o martelo do marceneiro visto no contexto dos utensílios – serve para... – e no contexto da brincadeira de uma criança – é um “soldado” –, contexto do qual, aliás, mesmo um adulto pode participar. O mesmo martelo tem significados diferentes nos diferentes contextos de sentido.

Na segunda série, o que está em jogo é o deslocamento do tema do centro do campo temático para a periferia, de tal forma que o seu estatuto passa de tema para o de “codado” ou, então, ele deixa de estar presente à consciência. Aquilo que era objeto da consciência temática é “deixado de lado”, perde a sua atualidade, em proveito de um novo tema que emerge a partir do contexto relevante do tema antigo, contudo ainda é “mantido na apreensão” (*holding in grasp*). Perde o seu estatuto de “figura”, passa o antigo tema a ocupar uma posição subordinada de “fundo”, como parte do contexto temático; e o inverso vale para o novo tema. Com isso, o campo passa a ter “um novo centro de referência e de orientação” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 255), ancorado sobre o novo tema. Em tal caso, embora o tema perda o seu estatuto temporário de centro do campo de consciência, não há qualquer mudança em seu conteúdo material, ou seja, ele continua a apresentar a mesma estrutura, com sua coerência interna. Aqui, é possível citar, como caso, o que Husserl (1913/1976) chama de “atos politéticos”, isto é, a constituição do sentido da experiência que se dá por meio de diferentes e variados “raios” atencionais do eu, como que em diferentes passos. Por exemplo, no processo de construção de uma argumentação, cada premissa constitui um passo para a compreensão e formulação de uma tese defendida. Ou, ainda, na confecção da base da mesa pelo marceneiro, cada novo passo indica a formação de um novo contexto temático, mas que conta com o anterior. Neste caso, o tema anterior continua a ser mantido na apreensão, como condição do anterior.

A terceira série, diferentemente das duas anteriores, consiste nas modificações que afetam a estrutura interna do tema, o seu conteúdo material. Nas palavras de Gurwitsch (1929/2009a, p. 264), “um Quê material [é] substituído por um diferente”. São referidas, aqui, três formas de modificações, quais sejam: a reestruturação, o destacamento e a sintetização. Por conseguinte, a significação funcional da composição de um tema é alterada completamente e, em conjunto com ela, os demais itens do campo de consciência também se alteram. Em outros termos, a própria *Gestalt* dentro da qual cada um destes itens possuía a sua significação deixa de existir e uma nova contextura se faz necessária para substituir a anterior. No caso da reestruturação, esta alteração está restrita à dimensão temática do campo de consciência. Há uma inversão de função entre os constituintes formados e os constituintes formativos. São exemplos as figuras metaestáveis, como, por exemplo, a Figura de Rubin, ou outras percepções

ambíguas. No momento em que um aspecto desta figura é tematizado, os constituintes do outro aspecto ficam na função de “fundo”, e vice-versa. O sentido noemático de, por exemplo, “as duas faces negras” é diferente daquele do “cálice branco”. No caso do destacamento, parte dos constituintes de uma *Gestalt* são tematizados e destacados da contextura. Esta modificação corresponde ao que é chamado, na literatura da pesquisa em psicologia, de “atenção seletiva” (ARVIDSON, 2006, p. 74). Retomemos um exemplo dado no primeiro capítulo. Ao perceber que os pés da mesa estão defeituosos, o marceneiro pode dedicar-se somente aos pés da mesa e não mais à mesa em geral. Assim, a cena da mesa como um todo “desaparece”, deixa de ter uma relevância predominante, ao passo que os pés que precisam de uma manutenção, ter as suas arestas aparadas, ocupam o centro da atividade temática. Se ele se atenta sobre um pé da mesa tendo por referência todos os pés, a fim de descobrir se eles estão alinhados, tanto o tema como o campo temático foram modificados e substituídos por um aspecto mais específico da cena.

No destacamento, pode ser o caso de o tema destacado ser tomado de maneira abstrata, independente, assim mantendo a sua consistência e coerência em uma variação de contextos. Na sintetização, por sua vez, acontece o inverso do destacamento. O tema independente passa a ser dado como parte constituinte de uma nova organização. Em particular, cabe aqui o exemplo da passagem das sínteses politéticas para sínteses monotéticas (HUSSERL, 1913/1976). Por exemplo, no processo de construção da mesa, citado acima, alguns passos podem se constituir de maneira unitária para o marceneiro. Depois de ter passado por várias transições temporais de atenção sobre a base da mesa (pés, cantoneiras, cavilhas etc.), ele não apenas conclui isto que é “a base da mesa”, como também pode dedicar-se ao “tampo” e outros detalhes que se articulam de maneira unitária e que, ao fim, são percebidos como um tema unitário, a saber, a mesa como um todo.

A quarta série, por fim, consiste na tematização de conteúdos da margem. Em tal caso, aquilo que, em um momento A, não tinha qualquer relevância material para o tema, no momento B, passa a ser o novo tema. Por conseguinte, aquilo que era uma ocupação temática no momento A deixa de estar presente à consciência, sendo a ocupação temática substituída pelo novo tema, que anteriormente apresentava uma função marginal, de tema potencial. Por exemplo, se o marceneiro sente fome enquanto ele está ocupado tematicamente com o aparafusamento de uma peça na

mesa que está construindo, então a sensação de fome passa a ser a sua nova ocupação temática. Esta sensação que, como tal, não existia anteriormente, mas cuja possibilidade e configuração pertenciam, anteriormente, à estrutura da margem, não possuía qualquer relevância material para aquilo a que estava tematicamente dedicado anteriormente. Mas, então, ela coloca um novo tema com um novo campo temático, que, neste caso, envolve a corporeidade do marceneiro com as suas referências indicativas centradas sobre a fome. A conexão entre este novo tema e a sua possibilidade de surgimento estão fundadas sobre a constância marginal das invariantes da margem, a saber, a constância do mundo perceptivo, da corporeidade e do próprio fluxo experiencial (ARVIDSON, 2006; GURWITSCH, 2010b). No caso do fenômeno da festa de coquetel, em que presto atenção em uma conversa em um ambiente barulhento, mas posso atentar-me para alguém que, no fundo, chama meu nome, a mesma lei de essência está dada. Consiste, pois, em uma lei que os temas marginais, por sua própria essência, por mais que não possuam conexão material com o tema, sempre podem se tornar temáticos. É em razão desta lei que estes dados podem interromper o curso de minha atividade temática, influenciando-a, mesmo que esteja fora do espectro da relevância material do tema.

2.4 O processo perceptivo na teoria do campo de consciência

Concebido desta maneira, é possível dizer que o campo de consciência se apresenta como um processo com organização autóctone (i.e., internamente estruturado²⁶) que se modifica em função do tempo e apresenta determinadas formas de organização específicas nestas modificações. Desta forma, além de se apresentar como uma totalidade internamente articulada – ou seja, como *Gestalt* –, que permite a integração interna das vivências e sua distribuição de significação em termos de tema, campo temático e margem, o campo de consciência também manifesta características que permitem elaborar uma compreensão de sua articulação temporal com respeito ao processo de percepção e à sedimentação de experiências em camadas temporais que formam um Eu empírico com uma história singular. Juntamente com Arvidson (2006, p. 84), é possível enfatizar que Gurwitsch (2009a), ao conceber a atenção como um processo seriado, introduz, nele, o próprio

²⁶ Arvidson (2006, p. 115) diz: “*formed and shaped*”.

movimento, de tal forma que o “campo da consciência” é dinâmico, é um “campo em que eu me movo” (ARVIDSON, 2006, p. 84). Vamos seguir as linhas gerais destas duas consequências principais a respeito da teoria do campo de consciência.

A teoria da percepção que deriva daí privilegia a organização interna do sistema de interdeterminação e interdependência dos constituintes (i.e., gestáltico) em “equilíbrio”, isto é, na “condição de harmonia e concordância entre os seus membros” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 209), o que implica que os *noemata* que compõem este sistema “devem ser experienciados como aparências de uma coisa material que apresenta a si mesma através deles como identicamente a mesma” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 209). Nesta percepção normal, encontram-se os princípios de adequação (ou “boa forma”), de mútua continuação e de complementação mútua. Cada nova aparição contribui para o sistema perceptivo que constitui a coisa e dá continuidade às aparições anteriores, conformando-se a elas e seguindo as suas linhas gerais. Este sistema de novas aparições perceptivas, assim, amplia-se continuamente e mantém-se em conformidade com a sua estrutura interna, de estilo e de tipo. Aqui, aplica-se o conceito de “boa continuação” da teoria da *Gestalt* (GURWITSCH, 1964/2010a), que vale aqui como uma lei eidética. Com efeito, todo processo perceptivo deve ser organizado, em suas partes constituintes, segundo o princípio da boa continuação, ou seja, formar um sistema com coerência gestáltica. Todas as facetas perceptivas de um fenômeno são experienciadas, por conseguinte, como possuindo uma organização, formando um sistema, conforme uma relação interna de interdependência funcional.

Seguindo esta linha analítica, Gurwitsch (1964/2010a, pp. 210-211) afirma que a percepção de que uma coisa material existe equivale a um processo de “atualização progressiva, no curso do processo perceptivo, de um sistema coerente bem definido e determinado de *noemata* perceptivos”, cada membro deste sistema apontando, assim, inclusive, para além de si mesmo, para aparências adicionais da mesma coisa material. Em sua leitura da teoria husserliana dos perfis (*Abschattungen*) perceptivos, Gurwitsch (1964/2010a) compreende que cada noema perceptivo singular realiza, em seus nexos gestálticos, todo o sistema noemático. Assim, ao olharmos um edifício, vemos apenas um de seus lados, e esta é uma determinação essencial do processo perceptivo. Mas, ao mesmo tempo, o edifício é percebido como sendo perceptível a partir de outras perspectivas. E, neste sentido, cada aparição refere-se para além de si mesma a outras aparições. Lido de maneira

gestáltica, este exemplo atesta que a percepção do perfil singular de um prédio, um de seus lados, implica o nexos com outros perfis possíveis e, portanto, toda percepção parcial do prédio é já uma percepção do prédio como um todo – isto é, do sistema de percepções entrelaçadas a esta coisa material. Logo, a articulação e a coerência internas teoricamente atribuídas às vivências singulares também se aplicam às referências de uma percepção a outras percepções possíveis, de tal forma que o processo de preenchimento perceptivo – das intuições vazias – também forma um sistema gestáltico.

Olhando mais de perto para o Eu empírico, é possível dizer que o campo de consciência manifesta, ainda, um “estilo existencial” pessoal através de “hábitos” e de determinadas “consistências” atencionais (ARVIDSON, 2006, p. 115). Partindo da teoria do campo da consciência de Gurwitsch, Arvidson (2006) enfatizou o caráter dinâmico e tensional envolvidos na “esfera da atenção”, entre os componentes das três dimensões do campo da consciência, a saber, o tema, o campo temático e a margem. Para Arvidson (2006, p. 116), de fato, a atenção só pode ser entendida, de um ponto de vista gurwitschiano, como uma “tensão dinâmica incorporada no mundo entre conteúdos nas três dimensões”. Com isto, o autor introduz a relação da atenção com o movimento e com o desenvolvimento, algo que se encontra implícito na teoria de Gurwitsch. Segundo Arvidson (2006), a mudança atencional que acontece quando um sujeito deixa de ver dois rostos para ver um cálice na Figura de Rubin é um movimento, ainda que não envolva movimento físico. O dinamismo desta mudança reside nos “conteúdos apresentados” (ARVIDSON, 2006, p. 84). A dinâmica ocorre no interior da própria dimensão temática da consciência. Nas palavras do autor,

A transformação ou transição quase instantânea em uma outra aparência é experimentada como um movimento ou moção no ato atencional [*attending*]. O dinamismo não está separado das duas apresentações. Ele marca uma característica central da transformação da apresentação do objeto, isto é, da transformação da atenção temática neste caso. (ARVIDSON, 2006, p. 84-85).

Cada tema, os rostos ou o vaso, apresenta-se como pertencendo a esta dinâmica do processo perceptivo. Em determinadas ocorrências de transformações atencionais, dois ou mais constituintes de um determinado momento do processo apresentam um tipo de “conexão de empurra e puxa [*push and pull connection*]” (ARVIDSON, 2006, p. 85), uma tensão, uma certa zona fronteira que é definida por

ser imprecisa e conectar a passagem de um estado a outro. São exemplos os casos de fenômenos reversíveis ou “multi-estáveis” (cf., também, ARVIDSON, 2013), como a passagem de um fenômeno da margem para a atenção temática. Neste último caso, o tema presente vai perdendo o seu valor, ao passo que uma forma (*Gestalt*) da margem invade o campo, de modo que há uma “vazão” da atenção temática. É este momento que designa uma “conexão tensa temporária entre o que era e o que será temático” (ARVIDSON, 2006, p. 85).

Além disso, o processo de desenvolvimento pode ser entendido, desta perspectiva, como a “reorganização, reestruturação e a transformação da própria experiência” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 101), no qual os estágios mais antigos do desenvolvimento são superpostos pelas formas de organização mais atuais. O desenvolvimento e a aprendizagem podem dar origem a momentos de estabilidade no fluxo de experiência. Conforme o explora Arvidson (2006), através de exemplares retirados da literatura experimental, há episódios de aprendizado relativos à atenção que se tornam “mudanças relativamente permanentes no comportamento atento” (p. 119). Tais casos demonstram haver “um padrão ou uma rotina” (ARVIDSON, 2006, p. 119) no comportamento atento, de tal modo que determinadas saliências se tornam aparentes, em detrimento de outras. Certamente, o conteúdo deste padrão de comportamento é variável, mas, paralelamente, são constantes psíquicas as qualidades (de caráter e temperamento, como, por exemplo, gostos e desgostos, tendências, interesses, e assim por diante) e as disposições (atitudes de amor, admiração, etc.) acompanhantes (GURWITSCH, 1941/2009e; 2010b). Isto nos leva a considerar um tipo de relevância marginal específica referente ao Eu empírico, assunto que será abordado em capítulo posterior²⁷.

2.5 Organizando as fronteiras entre fenomenologia e ciências cognitivas

No contexto das pesquisas atuais em ciências cognitivas sobre a atenção, a metáfora de campo e a distinção entre foco e margem, ou seja, entre informações atendidas e não atendidas dos estímulos, é comumente trabalhada (ARVIDSON, 2003; 2006; 2013; DEPRAZ, 2004). Conforme Depraz (2004), “na psicologia cognitiva contemporânea, muitos estudos repousam nos dois lados do campo de consciência chamados de centro e de periferia para promover (desta vez, mais

²⁷ Ver capítulo 6.

claramente) experimentos em terceira pessoa da atividade atencional” (p. 11). Contudo, conforme Arvidson (2003; 2006; 2013), nestes mesmos estudos, frequentemente, o conceito que abrange o “não atendido” – dos estímulos que se encontram fora do foco de atenção – ignora a distinção entre o contexto temático, que contribui diretamente para o que é tematicamente atendido, e o marginalmente atendido, que não contribui, em termos de relevância, para o tematicamente atendido, embora se relacione com ele em termos de suas referências indicativas. Da mesma forma, em alguns casos, o “não atendido” é referido de forma puramente negativa, assim ignorando o significado dos dados marginais. Em suma, há muitas confusões conceituais que poderiam ser remediadas por meio de um uso adequado do léxico proposto pela teoria do campo de consciência.

Estas confusões se devem, sobretudo, a razões que demarcam os princípios epistemológicos e metodológicos de cada disciplina, a saber, a psicologia (e psicofisiologia) e a fenomenologia. Enquanto a fenomenologia dá privilégio, por razões teóricas imanentes à sua linha de pesquisa, à intencionalidade, a psicologia dedicou-se, de maneira predominante, à atenção e ao foco atencional. Nas palavras de Arvidson (2013),

Praticamente, a psicologia se centra no foco da atenção, frequentemente ignorando ou se referindo vagamente ao contexto e à margem, que, não obstante, devem ser manifestações ao sujeito (da mesma forma em que não há figura sem fundo). [...] [Por sua vez,] a fenomenologia define a atenção como uma modificação da intencionalidade, assim enfatizando a intencionalidade como o constituinte formativo por definição disciplinar, não apenas por privilégio histórico e prático. Na prática, isto significa que a fenomenologia se concentra em algo além do foco de atenção, também considerando o contexto e a margem articulando-os com a intencionalidade horizontal (bem como com os seus correlatos noéticos) (ARVIDSON, 2013, p. 210).

De fato, várias pesquisas das últimas décadas investigam diferentes modificações atencionais (ARVIDSON, 2003; 2013) e efeitos da atenção marginal (ARVIDSON, 2006). No caso da atenção marginal, são estudados os efeitos destes estímulos não apenas em termos de interferência (chamados de “distratores”), mas também de contribuição ou facilitação para a tematização. A este respeito, Arvidson (2006) cita os estudos de Eriksen e Schultz (1979) e de Miller (1991) sobre os “efeitos de flancos” (*flanker effects*) do processo atencional. Estes estudos, basicamente, objetivam determinar quais são os principais fatores pelos quais a

atenção seletiva é influenciada por informação irrelevante que é processada. Mas, neste caso, esta informação é definida de maneira puramente negativa (“não selecionada”, “não atendida”, “irrelevante” etc.). Existe, aqui, uma confusão entre os dados contextuais e os dados marginais, a qual repousa em uma falta de profundidade conceitual quanto às distinções propostas por Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a). Da mesma forma, Arvidson (2006) diz que, em determinados estudos experimentais, o sucesso de alcançar um alvo atencivo é medido pela capacidade do sujeito em ignorar tudo que não seja o foco ou alvo, o que implica considerar, de forma homogênea, os estímulos relevantes (contextuais) e os estímulos potencialmente interferentes (marginais).

Segundo Arvidson (2006), existe certa confusão ao se falar de “ruídos” na seleção atenciva e na definição de “contexto” ou “cena” em alguns casos, visto que não é determinado, em cada caso, se o contexto é aquilo em função de que o tema se segrega ou se é aquilo que fica de fora ao se selecionar um tema relevante. Não fica claro se “cena” indica a informação relevante ou irrelevante que é apresentada em conjunto com o tema segregado e que é definido como “alvo” (*target*) (ARVIDSON, 2003). Em vários outros casos citados por Arvidson (2006), basicamente oriundos da psicofísica e dos estudos em ciências cognitivas, considera-se, erroneamente, que o contexto temático possa ser extraído de uma análise da atenção como irrelevante para o processo atencional ou mnemônico (de memória visual) estudado, em um caso claro de abstração do contexto temático. Ademais, Arvidson (2006) também destaca que a metáfora do holofote continua presente nas pesquisas sobre a atenção. Como consequência do uso contínuo desta metáfora, o papel do contexto temático é ignorado, pois, como já vimos, aliás, na crítica de Gurwitsch a ela, esta metáfora acarreta apenas uma diferenciação binária e não qualificada entre aquilo que é claro (objeto de atenção) e aquilo que é obscuro (objetos não atendidos).

Em seu livro, “*A esfera da atenção*”, Arvidson (2006) também recolhe um farto acervo de evidências que corrobora os conceitos desenvolvidos por Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a). Além de demonstrar, com isso, a validade empírica da teoria do campo de consciência, também mostra a sua utilidade para desfazer várias confusões conceituais no interior das pesquisas em ciências cognitivas, psicofísica e neurociências. O autor mostra não somente como as pesquisas nas áreas de ciências cognitivas, neurociências e psicofísica assumem a distinção entre tema (o

foco da atenção) e margem (o processamento de informações irrelevantes para a tarefa), mas mostra, em particular, como a consciência contextual, ou a contextualidade de toda experiência atenta e perceptiva, perpassa os estudos mais recentes e indicam uma mudança de paradigma onde o contexto temático é reconhecido como um fator fundamental na constituição do foco atento, como, por exemplo, nos estudos sobre “pistas contextuais” (*contextual cuing*), que são assumidas como fatores que orientam a atenção. Nesta mesma linha, defende uma mudança de paradigma mais radical, onde tema, campo temático e margem sejam reconhecidos como dimensões com princípios organizacionais específicos de um processo mais amplo ligado à esfera da atenção. Para tanto, Arvidson (2006) toma por referência a contenda colocada por William Baum (2002) a respeito do campo da análise do comportamento quanto a uma visão molecular, ou somativa, do processo comportamental, em defesa de uma visão molar, ou global, deste processo. E, desta forma, conclui que a significação de unidades nas ciências cognitivas, como as de “foco atencional” (*attentional blink*), de “pista” (*cue*), tempo de reação, os movimentos sacádicos (*saccade*) dos olhos, devem ser remetidos a um contexto e a uma validade ecológica, os quais podem ser encontrados na referência à consciência contextual e, em particular, ao modelo dimensional do campo de consciência.

Uma tradução das unidades de análise das pesquisas em ciências cognitivas para uma terminologia adequada à teoria do campo de consciência pode ser encontrada, também, em Arvidson (2003). O autor apresenta uma reconceitualização importante das noções de efeitos distratores e de interferência – chamados de “*negative priming effect*” e “*stroop effect*”; e, também, as noções de “mirada atencional” (*attentional blink*), de automaticidade e saliência da atenção, de capacidade atencional, de controle (aplica à distinção entre voluntário e involuntário, por exemplo), a de custo de resposta, de memória de trabalho, de realização de um alvo (*target achievement*), de atenção coberta, de seleção antecipada e tardia, os efeitos de facilitação e distração (*priming*) no processamento de um estímulo-lavo, as mudanças atencionais (*shifts*), a atenção conjunta, a pista antecipada (*precuing*), entre outros. Para esta tradução, o autor utiliza os princípios de organização dimensional do campo de consciência e os princípios das reorganizações do campo de consciência (ou modificações temáticas), assim propondo um léxico fenomenológico como substitutivo, em parte, da linguagem de processamento de

informação e de estímulo-resposta, tão alheios ao dado fenomenológico²⁸. Ao mesmo tempo, o autor reforça algumas das teses da teoria do campo de consciência por meio de seu estudo comparativo. Não é suposto um sujeito iniciador (um homúnculo) para os atos da atenção. O “sujeito da atenção” é concebido apenas como “a tensão dinâmica do campo de atenção, e nada mais” (ARVIDSON, 2003, p. 122). Distingue-se a atividade temática da atividade marginal (para a qual um Eu e um corpo são dados). Define-se que “a atenção seja o mesmo que consciência” (ARVIDSON, 2003, p. 127), admitindo-se que a atenção faça mais coisas do que usualmente se lhe atribui no *sensus communis* da área, embora sublinhe que a atenção seja concebida como transformativa e moduladora da atividade consciente, de forma semelhante a Depraz (2004). Redefine-se a “inatenção” não como um modo negativo de atenção, mas como uma atividade marginal. E, por fim, concebe-se que o fluxo de consciência se modifica na medida em que o Eu se desenvolve, de tal forma que as iniciações endógenas da atenção se tornam mais prováveis de ocorrer.

2.6 Conclusões parciais

A partir do percurso deste capítulo, podemos esboçar algumas conclusões parciais a respeito do tratamento fenomenológico dado à atenção a partir da teoria do campo de consciência e, de maneira crítica, esboçar algumas direções para os próximos capítulos. Uma primeira conclusão é a de que a teoria do campo de consciência permite uma reorganização da linguagem para o estudo da atenção, mesmo em diálogo com os estudos em terceira pessoa da neurofisiologia e das neurociências cognitivas, assim orientando a nossa pesquisa a partir de contornos conceituais bem definidos. Uma segunda conclusão que pode se depreender da análise da atenção a partir da teoria do campo de consciência é que não é possível analisar fenomenologicamente a consciência temática como correlato de um conteúdo pontual, o foco da consciência, oposto apenas a um fundo indistinto de objetos não atendidos ou despercebidos. Antes, a consciência temática sempre implica uma vivência contextual, onde se inclui tudo o que é vivido, apesar de, nela, destacar-se o tema que é o seu centro. Nas palavras do autor, “a consciência não é

²⁸ Para uma crítica desta linguagem, remetemos o leitor a Straus (1966), em um viés mais metodológico, e Thinès (1978), em um viés histórico e, ao mesmo tempo, epistemológico.

um olhar fixo para algo e que o tema não é, por assim dizer, um ponto isolado” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 223). Ao contrário, a consciência é, ao mesmo tempo, um fluxo temporalmente ordenado e apresenta um campo estruturado conforme os princípios de coerência gestáltica e unidade pela relevância. Desta forma, a teoria de Gurwitsch coloca em cena uma maneira sistêmica de compreender a consciência e as suas modificações e reorganizações estruturais. Em outros termos, a sua teoria do campo de consciência permite avançar um conceito fenomenológico de contexto que se depreende da análise do objeto intencional. A atenção focal é o centro de uma atenção contextual tridimensional (ARVIDSON, 2006).

Uma terceira conclusão possível é que, para que isto se dê, nenhuma função cognitiva superior, responsável por selecionar e estabilizar o tema, dar a ele um sentido, é exigida. O tema é segregado e recebe o seu sentido em função do próprio contexto temático. Além disso, nenhum um Eu correlativo operativo é exigido por este processo. Do ponto de vista noemático privilegiado pelas análises de Gurwitsch, aquilo que se mostra o faz para uma subjetividade não-egológica. O Eu, enquanto estrutura objetiva e narrativa, é uma função tardia do campo de percepção e que se constitui apenas a partir da reflexão, o que está em acordo com pesquisas recentes (GALLAGHER; ZAHAVI, 2005; FUCHS, 2010). Desta forma, é possível concluir que a atenção, a partir da teoria de Gurwitsch, é vista mais como uma abertura em que um tema é organizado e estabilizado e, por isto, significado. Por esta razão, reafirma-se uma conclusão do capítulo anterior de que a atenção pode ser analisada mesmo em um nível passivo de constituição de sentido.

Uma quarta conclusão, derivada daí, é a de que, sendo assim, o Eu que se mantém nas análises da atenção é o Eu empírico, e não transcendental, a que corresponde uma unidade dinâmica, corporificada e intersubjetivamente e ecologicamente estendida. O campo de consciência passa a ser visto como uma função pré-reflexiva e pré-pessoal, mas coordenado às possíveis realizações concretas de um agente (Eu empírico). Isto abre espaço para considerar o campo de consciência como um “campo de saliências perceptivas”, como fala Husserl (1939) em *“Experiência e Juízo”*²⁹.

²⁹ Este tema será aprofundado no capítulo 6.

Estas formulações estão em acordo com a ideia de que a intencionalidade se forma como uma “contextura em níveis” (*scaffolding*) de cada ato de consciência (DEPRAZ, 2004), para a qual a atenção tem uma contribuição particular. Depraz (2004) cita, a este respeito, duas teses que são reforçadas pelas pesquisas recentes em neurociências cognitivas: (1) que a atenção deve ser estudada conforme níveis graduais de constituição genética (em seus diferentes modos e estados); e (2) a hipótese de que a atenção é um modulador transcendental (funcional e material) dos atos intencionais, hipótese que se prova frutífera mesmo para os processos subpessoais. Estas duas teses podem ser substanciadas na teoria fornecida por Gurwitsch. Elas serão aprofundadas no decorrer dos próximos capítulos e servirão de guia para as nossas análises.

Nos próximos capítulos, estudaremos como a teoria de Schütz lida, em dois momentos de sua obra, com a análise da atenção e da questão da relevância (ou seletividade da consciência). Veremos que, em um primeiro momento, a teoria das modificações atencionais desempenha um papel central para sua teoria da ação significativa. E, desta forma, o problema da relevância aparece como diretamente conectado com uma teoria da reflexão e da interpretação. Em um segundo momento, veremos como a reformulação desta teoria, em sua obra tardia, possui influências da teoria do campo de consciência e, por conseguinte, de seus avanços quanto à teoria da intencionalidade. E, assim, veremos que uma consideração gestáltica do problema da relevância em Schütz permite um aprofundamento considerável da teoria de Gurwitsch e, ao mesmo tempo, torna possível uma consideração dos hábitos e camadas de sentido sedimentadas na experiência do agente que contribuem para a segregação de um tema atento.

3 EM BUSCA DO TEMPO SIGNIFICATIVO: TEMPO, ATENÇÃO E AÇÃO SIGNIFICATIVA NA OBRA INICIAL DE ALFRED SCHÜTZ

Compreender a maneira pela qual é constituído o sentido pelo qual um ator social interage com o seu entorno e confere à realidade social um estatuto de validade é a tarefa central que Max Weber elegeu para o seu projeto de uma sociologia compreensiva (WEBER, 1922/2019). A complexa trama de interações humanas que passava a interessar a pesquisa científica em plena efervescência ao final do século XIX e início do século XX merecia um tratamento metodologicamente e epistemologicamente fundado e, portanto, adequado à natureza do objeto estudado. Atores sociais agem não apenas de maneira arbitrária, mas, ao agirem, tomam consciência de seus atos, refletem e negociam o sentido de suas ações. O sociólogo distingue a ação social significativa do “mero comportamento reativo” (WEBER, 1922/2019, p. 79), com base na premissa de que a ação significativa está sempre vinculada com um “significado subjetivamente visado”. A realidade social é tomada, por sua vez, apresenta um significado intrínseco que é legitimado pelos agentes em sua ação social (SRUBAR, 1984). Sobre esta base epistemológica, a sociologia alça as suas condições de possibilidade metodológicas sobre a “compreensão” (*Verstehen*) dos contextos de sentido por meio dos quais a ação significativa de um ator social e histórico pode ser apreendida e fixada em um esquema conceitual científico.

Este é um dos pilares fundamentais da metodologia sociológica apresentada em *“Economia e Sociedade”*, publicado, pela primeira vez em um único volume, em 1922 (WEBER, 1922/2019). Com isso, o sociólogo cavou um terreno fértil de investigações sociais com importantes intersecções com a psicologia e com a filosofia, de tal forma que afirma, patentemente, a impossibilidade, para qualquer teoria social, de desconsiderar a perspectiva daqueles que agem. Apesar de colocar-se como rival de uma teoria que privilegia a explicação da conduta por meio de condições estruturais ou sistêmicas da ação social – e que, ao longo do século XX, parece ter adquirido certa predileção na literatura sobre o assunto –, este princípio epistemológico e metodológico possui, ainda, um importante e incontornável papel no interior da teoria social contemporânea (PETERS, 2011). O objetivo da sociologia seria, portanto, o de compreender, e não somente apenas

explicar (*Exklären*), os significados por meio dos quais os atores sociais interpretam as suas ações e o seu entorno social.

No interior desta linhagem histórica ou deste programa de pesquisa, encontra-se o trabalho do sociólogo austríaco Alfred Schütz. Tendo publicado em vida apenas um livro, “*A construção significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018), onde desenvolve a proposta de dar uma fundamentação à sociologia de Max Weber a partir de princípios fenomenológicos, contudo, Schütz explorou uma vasta gama de temas fenomenológicos, psicológicos e sociológicos em ensaios e em outros escritos que permaneceram inacabados e foram publicados apenas postumamente. Nestes trabalhos, destaca-se a sua dedicação em analisar os fenômenos da vida cotidiana em uma perspectiva mais descritiva, orientado pelo conceito de “mundo da vida” (*Lebenswelt*) da obra tardia de Edmund Husserl, e em intenso diálogo com o conhecimento científico das ciências sociais e humanas de sua época. Este programa de investigação do mundo da vida aparece mais bem sistematizado em sua obra, também póstuma, publicada em coautoria com Luckmann e intitulada “*As estruturas do mundo da vida*” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1974; 1989). As investigações do sociólogo e fenomenólogo austríaco alçam-se sobre a base de múltiplas influências. Além dos recursos que encontra na fenomenologia de Edmund Husserl, ao mesmo tempo, o autor foi bastante influenciado pela filosofia de H. Bergson, pelos pensadores da Escola Austríaca de Economia e pelo próprio Aron Gurwitsch, além, é claro, de outras influências específicas das ciências sociais e humanas e da fenomenologia.

A tarefa que Schütz se atribui desde “*A construção significativa do mundo social*” é a de esclarecer as bases epistemológicas e fenomenológicas do conceito de ação significativa de Weber (1922/2019). Ora, o problema da relevância, um dos tópicos centrais de nossa pesquisa, está intimamente conectado com as suas formulações a respeito desta tarefa de clarificação do conceito de “sentido” (*Sinn*) da ação social. De fato, “relevância” é um conceito operativo fundamental para as suas análises (COX, 1978; LANGSDORF, 1980). Nas palavras de um comentador:

No curso de sua extensa pesquisa sobre a natureza da realidade social, a ação humana e a interação social, Alfred Schutz retornou, repetidas vezes, ao fenômeno da relevância. Qualquer tentativa de analisar os conceitos cruciais de Schutz [...] ou de usar estes conceitos no curso da pesquisa fenomenológica social-científica exigirá, similarmente, uma compreensão deste fenômeno subjacente (LANGSDORF, 1980, p. 403).

Um de seus primeiros textos de caráter eminentemente fenomenológico, e que marca o período de escrita intermediário anterior a seu texto de 1932, trata, precisamente, sobre o problema da relevância (SCHÜTZ, 1928/1996a). Ali, ele afirma que “o conceito de relevância é o conceito central da sociologia e das ciências humanas [*Geisteswissenschaften*]” (SCHÜTZ, 1928/1996a, p. 4). Este mesmo conceito é pressuposto na primeira seção de “*A construção significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018), em que o autor analisa a constituição do sentido da ação social; ao mesmo tempo, na seção conclusiva, o “problema da relevância” é apresentado apenas como um “conjunto de problemas [que] ultrapassa em muito os limites do campo de estudos próprio às ciências sociais” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 385). De certa forma, apesar de fundamental às ciências sociais, o problema da relevância, tal como elaborado pelo autor, delineia um campo próprio de estudos e que, desde os esteios da sociologia compreensiva, pode ser compreendido, também, como um problema propedêutico a uma psicologia social de orientação fenomenológica (EMBREE, 2011). O campo específico deste problema é abordado em um texto inédito (um esboço escrito em inglês entre 1947 e 1951) e publicado apenas postumamente, intitulado “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011).

A teoria da relevância desenvolvida por Schütz ao longo de sua obra parte, porém, de premissas ligeiramente diferentes daquelas de Gurwitsch. Embora se refiram a um mesmo conjunto de referências (William James, Psicologia da *Gestalt*, Husserl, dentre outros), eles apresentam interesses muito distintos. Gurwitsch se dedica a compreender a organização interna do campo de consciência, respondendo a problemas colocados pela teoria clássica da percepção e da intencionalidade. Schütz, por sua vez, interessa-se na compreensão da organização da experiência social, individual ou de grupo, entendida a partir das estruturas e estratificações do mundo da vida (VAITKUS, 1986). A partir disto, os dois autores apresentam posicionamentos distintos quanto a algumas teses básicas da fenomenologia e da teoria da relevância, em particular, e partem de perspectivas diferentes para dar um tratamento à questão sobre (a) como se define o problema da relevância e (b) quais são os recursos conceituais e metodológicos a serem empregados para enfrentá-lo. Se, em Gurwitsch, por um lado, como o vimos, o problema da relevância diz respeito à questão sobre a organização interna do

campo de consciência e, em particular, sobre como esta organização está fundamentada em um tipo especial de conexão entre o tema e o campo temático, portanto como resposta alternativa ao problema da seletividade da mente à luz da *Gestalttheorie*, em Schütz, por outro lado, a problemática é definida no interior de preocupações que dizem respeito à origem do tema e à sua relação com o “estoque de conhecimento”, abordando-o desde a perspectiva do Eu empírico e concreto (doravante, “agente”) e do problema da seletividade. Conforme o próprio Gurwitsch (1964/2010a, p. 333) o coloca, “de acordo com Schutz, a relevância denota uma relação na qual os objetos e os itens se colocam ao Eu com relação aos planos e projetos do Eu, e não, como para nós, uma relação de mútuas referências de indicação destes itens”. Conforme o comentário de Embree (2015), é possível, neste sentido, distinguir a abordagem noemática de Gurwitsch, centrada sobre a estrutura do sentido noemático, da abordagem noética de Schütz, centrada sobre o papel dos atos e da história do agente. Ao mesmo tempo, é possível compreender que as análises desenvolvidas por Schütz (2011) pressupõem o conceito de relevância de Gurwitsch e o ampliam, sobretudo no que diz respeito ao destaque de aspectos marginais. Este é um ponto que fica mais claro ao se abordar as reflexões tardias de Schütz.

Com efeito, é necessário compor o cenário da teoria da relevância para nela incluir tanto as contribuições de Gurwitsch quanto as de Schütz e atribuir a elas um papel específico. A formulação deste problema em “*A construção significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018) pode nos ajudar a definir a maneira como o sociólogo austríaco pretende abordá-lo e qual significado ele possui no conjunto de sua obra. Neste capítulo, nós rastreamos a origem do problema da relevância na obra de 1932 e como ele aparece aí timidamente formulado, embora seja de substancial significação para a análise que o autor desenvolve da ação significativa no mundo social. Como a sua teoria da ação social depende de uma teoria da reflexão e da atenção e como as principais influências de Schütz para elaborar este primeiro cenário de questões remete a H. Bergson e a E. Husserl, em um primeiro momento deste capítulo, apresentamos os conceitos de reflexão e de modificação atencional destes autores e a apropriação feita deles pelo sociólogo austríaco. Na sequência, apresentamos o quadro geral de sua exploração analítica do conceito de ação significativa, derivado de Weber (1922/2019), e mostramos o quanto a sua posição consiste em um emprego – criativo – do esquema constitutivo das

modificações atencionais elaborado por Husserl em *Ideias I* (1913/1976), em uma espécie de bricolagem com sustentação na teoria da subjetividade de Bergson. Nas duas seções seguintes, aprofundamos o estudo dos conceitos de “estoque de conhecimento” e de “esquema de interpretação” e, após, o conceito de “motivação”. Estes conceitos são importantes para as elaborações posteriores do autor sobre a teoria da relevância. Com isto, teremos o arcabouço necessário para compreender o lugar da teoria da relevância em sua obra e o papel que o autor dá à atenção; e para, enfim, contrastar a sua teoria da relevância com a de Gurwitsch.

3.1 Temporalidade, atenção e constituição de sentido

A formação filosófica de Schütz é bastante motivada pela filosofia de H. Bergson e de E. Husserl. O primeiro período de seu desenvolvimento filosófico tem uma forte influência do autor francês, que se faz notar, sobretudo, em seu manuscrito *Formas de vida e estrutura do significado* (SCHÜTZ, 2014), postumamente publicado, mas se estende, ainda, a seu clássico *A construção significativa do mundo social* (SCHÜTZ, 1932/2018), contudo já motivada pela fenomenologia de Husserl. Essa influência se destaca, em especial, na teoria do significado que desenvolve, duplamente, a partir de uma crítica a Weber, em particular de sua teoria do agir significativo, e de uma aproximação husserliana-bergsoniana ao tema (COX, 1978). Ali, ele censura Weber por não fazer “nenhuma distinção entre agir enquanto curso e ação executada, entre o sentido do produzir e o sentido do produto, entre o sentido do próprio agir e o sentido do agir alheio [...]” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 26) e, também, por não investigar “o modo específico da constituição de sentido para o agente, nem as modificações por que passa esse sentido para o parceiro no mundo social, ou para o observador externo” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 26). Para dar conta destes aspectos sobre a constituição de sentido da vivência própria e da vivência alheia, Schütz (1932/2018, p. 32) faz recurso à “consciência interna do tempo”, pois, segundo ele, “o problema referente ao sentido é um problema referente ao tempo”, quer dizer, à “consciência da duração própria ao ego, na qual, para o vivenciante, constitui-se o sentido de suas vivências” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 32). Nesta obra, Bergson e Husserl são citados lado a lado para elucidar a problemática referente à interpretação e à posição de sentido para, então,

chegar-se a análises mais profundas sobre a constituição do sentido do mundo social e de suas estruturas fundamentais. Apesar da ilusão que sua metodologia cria quanto ao fato de o sentido surgir de uma consciência solitária e isolada (GORMAN, 1979), a sua investigação se desdobra a partir deste arco dialético, e ontologicamente presumido, que se coloca entre o ator social e a estrutura de sentido já instituída no mundo social por meio do qual uma posição de sentido singular emerge (VAITKUS, 1986). Desta forma, é importante sublinhar que a separação temática, conduzida por Schütz (1932/2018), para uma investigação da consciência individual é puramente analítica e não necessariamente pressupõe que haja uma sequência em que se deve supor primeiro um sujeito isolado e depois um mundo social coconstituído e estruturado. Conforme o comentário de Muzetto (2006, p. 7) sobre este problema: “O sujeito é social desde o início e o é inteiramente: não há experiência que não seja de alguma forma social”.

De fundamental importância para o que procuramos destacar de sua teoria é a ideia, que ele parece tomar de empréstimo de Bergson³⁰, segundo a qual a experiência corrente, o fluxo de experiências, não é significativa nela mesma, mas se torna significativa apenas no momento em que se torna objeto para uma consciência reflexiva e atenta, ou seja, por meio de “modificações atencionais”. Esta ideia é especialmente desenvolvida na §13 de “*A construção significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018). O autor entende, neste contexto, que o significado é o correlato do movimento reflexivo da consciência e da modificação que este movimento opera sobre o fluxo de experiências subjetivas, ou sobre o que Bergson concebe como a “*durée*”, a continuidade temporal e irreversível do mundo experiencial subjetivo. Deste ponto de vista, apenas a experiência passada pode se tornar significativa. Apesar de existir uma lacuna de tempo entre a experiência passada e a tomada de consciência, esta lacuna é preenchida pela delimitação analítica que forma as unidades de significado. A *durée* coloca-se, desta forma, no mesmo nível da experiência pré-predicativa e como uma linha contraditória, até certo ponto, à intencionalidade transversal ou predicativa que a recorta, segmenta, delimita e confere, assim, uma ordenação. Todas as abstrações construídas sobre a

³⁰ Esta dependência da teoria de Schütz sobre a de Bergson é analisada em maiores detalhes pelo trabalho de Cox (1978), quem o censura por ter interpretado mal algumas teses de Husserl em função de uma leitura bergsoniana. Muzetto (2006), pelo contrário, defende que Cox (1978) deixou de enxergar a originalidade da teoria da reflexão de Schütz. Embora sem nos aprofundarmos nesta análise comparativa, retomaremos a importância da teoria da reflexão para a teoria da relevância de Schütz adiante.

experiência – como, por exemplo, aquelas associadas ao tempo objetivo, quantitativo e descontínuo – teriam origem da confusão entre aquilo que está efetivamente presente na *durée*, ainda que de modo elusivo e indistinto, e aquilo que se coloca em separado como o produto da reflexão objetivante sobre esta camada experiencial mais imediata e originária.

Esta formulação também se assemelha à teoria de Husserl sobre a reflexão e a modificação que é por ela introduzida no fluxo de experiências. Notar-se-á, aliás, paralelos sobre o estatuto da reflexão em Gurwitsch (1941/2009e), que citamos no capítulo anterior. Segundo Husserl (1913/1976), a reflexão transforma aquilo que é vivido, enquanto algo dado, de maneira indiscernível, em um momento do fluxo, em uma consciência deste algo (HUSSERL, 1913/1976). Em outros termos, aquilo que é simplesmente vivenciado é modificado e transformado em uma vivência temática, assim destacada do sistema de vivências correntes, que forma a vida consciente em sua temporalização própria, e passa, assim, a ocupar o primeiro plano de interesse temático daquele que observa as próprias vivências. Esta forma de ver está presente em suas primeiras obras, como *Investigações Lógicas* (HUSSERL, 2012b) e *Ideias I* (HUSSERL, 1913/1976). Porém, apesar de sofrer algumas modificações essenciais no que diz respeito à introdução de uma análise mais aprofundada das dimensões passivas da constituição da temporalidade e o reconhecimento positivo do que é constituído nestas camadas pré-predicativas, o essencial desta posição é mantida. Por exemplo, nas *Meditações Cartesianas*, Husserl (1973a, §15) dirá que a “experiência originária” (*ursprüngliche Erlebnis*), que se refere a uma vivência que, em um momento, é objetivante, mas que não é, por sua vez, objetivada, modifica-se a partir da reflexão e se torna, então, uma vivência objetivada, o que corresponde a uma “nova experiência intencional”, diferente daquela do momento inicial e originário. Certamente, aí o estatuto da reflexão não é o de meramente repetir ou reproduzir a experiência originária. Antes, seu papel metodológico é “inspecionar” (*betrachten*) e “interpretar” (*auszulegen*) aquilo que é “encontrado” (*vorfindlich*) nela, através de uma “retroreferência” (*Rückbeziehung*) para com esta experiência anterior.

Em outros termos, já introduzindo aí a terminologia desenvolvida nas investigações sobre a consciência do tempo e sobre a síntese passiva, Husserl (1973a; 1913/1976) compreende que a reflexão lida com aquilo que foi vivenciado e que permanece disponível no fluxo de vivências tal como foi vivenciado, consistindo,

portanto, em uma vivência “retida” no fluxo temporal da intencionalidade. Em outros termos, a vivência retida é aquela que se encontra disponível no momento presente do fluxo de consciência, mas que se refere a um momento imediatamente passado. É importante dizer que, na teoria de Husserl, a reflexão que torna a vivência temática é a própria direcionalidade da consciência ao objeto. A vivência pode se tornar temática justamente porque o olhar objetivante (tematizante, *intendierend*) pode ser defletido do objeto intencional e se voltar para a própria vivência. Esta é a reflexão, propriamente concebida. É a reflexão que torna possível que a vivência expressiva seja retomada por um juízo e que torna possível teorizar sobre ela e realizar investigações sobre a sua estrutura. Desta vivência retida, os componentes são apenas explicitados, sem que, com isso, nada de novo seja propriamente criado. O autor vai ainda mais longe quanto ao alcance metodológico da reflexão ao propor que mesmo as vivências irrefletidas podem ser submetidas à análise reflexiva, compreendido que elas podem ser analiticamente destacadas do fundo impercebido da consciência e trazidas para o centro temático da reflexão. Esta é a base metodológica de uma fenomenologia genética (STAITI, 2009).

Tomando-se a referência de Schütz a Bergson como princípio diretivo, parece-nos importante compreender, também, a noção de reflexão e de atenção do filósofo francês para esclarecermos este ponto sobre o qual refletimos. Em Bergson, a atenção equivale ao esforço intelectual, ou seja, a um trabalho ou produção mental (BERGSON, 1902). Segundo o autor, este esforço pode se dar em uma escala de intensidade que separa os seus polos por meio de duas atitudes, a saber, a tensão e o relaxamento. A tensão, basicamente, corresponde ao trabalho e ao sentimento de esforço. E, por sua vez, remete a um trabalho mental de reprodução, imanente, sobre as imagens, por um lado, e a um trabalho de produção ou de invenção, transcendente, por outro lado. No trabalho reprodutivo, encontra-se uma mistura de memória maquínica (*machinale*) e memória inteligente. A mnemotécnica, por exemplo, exige um esforço no lembrar, onde, por meio de uma técnica de abstração, um elemento “sugestivo” (“peça única”) é selecionado e o restante é reconstruído a partir dele. Eu me lembro de com quem almocei ontem reconstruindo a situação de almoço, a partir de, por exemplo, um elemento como o lugar em que ocupei à mesa.

A partir disto, Bergson conclui que este trabalho reprodutivo contribui para a formação de um “esquema dinâmico”: “Nós entendemos, a partir disto, que esta representação contém menos imagens nelas mesmas do que a indicação das

direções a serem seguidas e as operações a serem realizadas para as reconstituir” (BERGSON, 1902, p. 6-7). Ou seja, em Bergson, a rememoração reconstrói um cenário a partir das referências indicativas que são dadas por um tema que é destacado como significativo – “sugestivo”, diz o autor –, assim apontando para o fato de que a memória não consiste, simplesmente, na evocação de imagens sensíveis. O autor chega mesmo a dizer que se trata de “uma representação do sentido abstrato do conjunto das imagens” (p. 7). Por exemplo, um jogador de xadrez que passa a considerar apenas aquilo de que se lembra do tabuleiro e dos movimentos das peças quando joga vendado está levando em consideração estas referências indicativas. Ele reconstrói, nas palavras de Bergson, um “jogo sem imagens”. Ele se recorda de cada peça apenas quanto a seu “valor” ou “função”, ao passo que o jogo, por sua vez, é recordado como “uma certa composição de forças” (p. 8), de potências amigas e hostis. Por conseguinte, as memórias são constituídas neste quadro de referências indicativas – que Bergson (1902) nomeia como “*points de repère*” –, que dá às sensações uma determinada forma, baseando-se no “mecanismo de reconhecimento” (p. 13)³¹.

Retomando a distinção proposta por T. Ribot entre duas formas de imaginação criativa, a refletida e a imaginativa, Bergson (1902) propõe que é no trabalho de desenvolvimento desta organização ou forma que se encontra a gênese do esforço intelectual. E este trabalho intelectual se distribui em uma escala de intensidade de acordo com a dificuldade do trabalho ou da produção a ser realizada, posto que, nos trabalhos mais difíceis, de ordem motora ou intelectual, coloca-se um obstáculo ou desconforto para o sujeito, ou um tempo maior para alcançar-se o resultado do que era esperado (BERGSON, 1902). Um exemplo citado por Bergson para este estado maior de tensão é a aquisição de novas habilidades, onde se dá uma luta entre dois hábitos, os antigos e os novos, de tal forma que o novo se estabelece sobre o antigo.

Na teoria de Bergson, a memória contribui para a constituição de sentido da experiência subjetiva, ou seja, para a aquisição de uma “forma distinta” por parte da matéria sensorial. É o “sentido”, por sua vez, “que nos guia constantemente na reconstituição de formas e de sons” (BERGSON, 1902, p. 13). “O processo de rememoração é, então, em verdade, um processo de reconstrução” (BERGSON,

³¹ Aqui, aproxima-se da doutrina da síntese passiva de Husserl, a qual estudaremos adiante.

1902, p. 14) do material sensível em termos de suas ligações abstratas. Ademais, em sua distinção entre a atenção maquínica, ou involuntária, e atenção criativa, ou voluntária, o autor compreende haver entre ambas uma relação de fundação:

[...] eu acredito que a atenção voluntária, aquela que acompanha ou que pode ser acompanhada de um sentimento de esforço, difere aqui, precisamente, da atenção maquínica em que ela opera elementos psicológicos que não estão totalmente situados em um mesmo plano de consciência. Na atenção que nós prestamos maquinalmente, há movimentos e atitudes favoráveis à percepção distinta que se coordenam a uma primeira percepção mais ou menos confusa. Mas, parece que não há jamais atenção voluntária sem uma 'pré-percepção' [...] (BERGSON, 1902, p. 14-15).

Na teoria de Bergson como na do Husserl de "*Ideias I*", a atenção modifica e enriquece a percepção, tornando o seu objeto mais claro e distinto. Em suas palavras: "O sentimento do esforço da inteligência se produz sempre no trajeto do esquema à imagem" (BERGSON, 1902, p. 16). Teses muito semelhantes são defendidas, por exemplo, em "*Matéria e memória*" (BERGSON, 1896/1963a).

À semelhança da teoria de Bergson e do que parece contido na posição de Husserl (1913/1976), a aplicação que Schütz faz desta teoria parece implicar que a sua análise da conduta significativa repousa totalmente no pressuposto de que o significado é o equivalente da predicação (COX, 1978). O que fica evidente na seguinte formulação:

O eu vivenciante *vivencia* as vivências de sua duração não como unidades bem-circunscritas ou, por conseguinte, isoladas, embora seja capaz de *trazê-las* enquanto tais *ao olhar reflexivo* (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 119, *itálicos do autor*).

Pode-se concluir, desta feita, que a teoria da conduta significativa desenvolvida pelo autor em tal obra é dependente de uma teoria da reflexão (ou da autoconsciência reflexiva, do *cogito*). Dado que, para Schütz, nem toda conduta é significativa e dado que o significado não é, para ele, uma qualidade inerente à experiência, mas o resultado da interpretação do passado, apenas àquelas ações que podem ser reflexivamente apreendidas é possível aplicar o índice de significativas. Reflexos, por exemplo, não são considerados condutas significativas (SCHÜTZ, 1932/2018; COX, 1978). Vejamos mais de perto a sua teoria da ação significativa.

3.2 A teoria da ação significativa e a atenção reflexiva

O autor utiliza as conclusões desta teoria da atenção e da reflexão para elaborar a sua teoria da ação social enquanto ação significativa. Schütz (1932/2018) parte da distinção weberiana entre “ação significativa” e “conduta meramente reativa”, a primeira concebida como o comportamento vinculado a um significado intencionado pelo agente e a segunda, como não vinculado a um sentido (WEBER, 1922/2019). Nas palavras do autor, “por ‘ação’ indica-se o comportamento humano vinculado a um sentido subjetivo [*subjektive Sinn*] da parte do ator ou dos atores envolvidos” (WEBER, 1922/2019, p. 78). Sem entrarmos nos detalhes da teoria de Weber, basta dizer que Schütz (1932/2018) entende esta distinção como insuficientemente elaborada e como possuindo uma fundamentação epistemológica precária. Em seu entendimento, a fundamentação do conceito de ação significativa exige o recurso a uma compreensão da subjetividade temporal e constituidora de sentido. Desta forma, o autor elabora uma compreensão fenomenológica da ação enquanto uma conduta reflexivamente apreendida e conduzida de acordo com um projeto. Ele parte de uma abordagem em primeira pessoa, com a premissa de que é ao agente que a ação significativa é dada como tal, seja ela uma ação encoberta ou pública (SCHÜTZ, 1932/2018). Se, por outro lado, considerada do ponto de vista objetivo ou em terceira pessoa, a apreensão objetiva do sentido da ação significativa de uma pessoa é, por isto, sempre mediada por um conjunto de esquemas de interpretação do observador, que o levarão a apreender o sentido daquela ação de maneira bastante genérica e reificada (GORMAN, 1968), mas, ainda, contando com o recurso de sua própria interpretação e de seus próprios esquemas interpretativos.

A teoria de Schütz sobre a significação da ação pressupõe um papel central conferido à atenção. Desta forma, a constituição do sentido da ação requer que se considere uma série de modificações atencionais na experiência subjetiva do agente. Para Schütz (1932/2018), a ação pressupõe o projeto, quer dizer, uma antecipação imaginada de um estado de coisas futuro, que, por sua vez, é o ato ou o resultado da ação. Desta forma, o agir é construído, experiencialmente, em fases politéticas – ou seja, por meio de vários atos de posição de sentido distribuídos no tempo subjetivo – que começam com o futuro imaginado, de como ele teria sido (*modo futuri exacti*) quanto ao ato que irá ser realizado, para, então, passo a passo, construir cada etapa necessária para a consecução do objetivo. O que está

intencionalmente dado ao agente quando confere significação à sua conduta é o seu projeto de ação enquanto um ato já consumado, imaginado a partir do presente. O *modo futuri exacti* é um modo de declinação da consciência no presente, embora intencionando um estado de coisas possivelmente futuro. Certamente, este postulado leva ao reconhecimento do fato de que a ação e a conduta podem ter destinos completamente diferentes. Por exemplo, posso projetar dar uma palestra sobre a importância da categoria “raça” na constituição subjetiva das populações negra e branca utilizando-me de *slides* e passando por tais e tais pontos que me são importantes, mas, na consecução deste projeto, muita coisa se afigurar de forma completamente distinta, a ponto de eu necessitar suprimir um ponto de minha apresentação ou me comportar de forma distinta do esperado (e.g., apresentar sem recursos audiovisuais).

Ação é, portanto, a conduta que se move como antecipada por um projeto e é orientada para o futuro. Nem todo projeto será realizado (o exemplo acima) ou é, de início, realizável (por exemplo, fantasio comer uma “torta de frango”, mas, ao chegar à lanchonete, há apenas “torta de palmito”). Daí que a ação possa ser concebida, no senso comum, como um processo em andamento (o agir ou *actio*) ou como algo já executado (o ato ou *actum*) (FOURCHER, 1979). A análise fenomenológica de Schütz (1932/2018) procura deixar esta distinção clara. Pois, segundo ele, relaciono-me, reflexivamente, apenas com o *actum*, por meio de um ato de rememoração retrospectiva, direcionado ao passado já vivido, ou de imaginação antecipativa, direcionado ao futuro esperado, mas ainda vazio de conteúdo. Neste sentido, é a ação executada que pode ser apreendida, de maneira reflexiva, como uma unidade sintética de significado, recortada e diferenciada de meu fluxo experiencial subjetivo, da *durée*, e, assim, assumindo o papel de correlato objetivo da intencionalidade. A ação corrente, *actio*, por sua vez, não está disponível reflexivamente, não pode ser objetivada, pois é um processo em andamento, confundindo-se, neste sentido, com a própria *durée*; relaciono-me apenas com o projeto que guia esta ação, posto que ele é um objeto intencional. A consciência dá sentido apenas ao que está disponível para o ato reflexivo como correlato objetivo, conforme a teoria adotada por Schütz (1932/2018). Por conseguinte, todo o projeto de ação depende da atenção reflexiva e – em termos gurwitschianos – das reorganizações que opera, a partir do momento atual, nos objetos intencionais, ainda que, enquanto tal, a intenção relativa ao projeto seja vazia ou não-preenchida. A originalidade de Schütz a respeito de seu

tratamento da reflexão consiste, precisamente, em que a reflexão não se volta apenas à rememoração (logo, ao passado), mas também reconstrói o futuro de maneira imaginada como “já tendo sido” (*modo futuri exacti*). “Consequentemente”, afirma Muzetto (2006, p. 13), “a ideia de que apenas uma experiência definida passada é significativa pode ser estendida para aquelas experiências vividas cuja ocorrência é apenas imaginada”.

É preciso deixar claro como o autor correlaciona significação e ato reflexivo. Em vários momentos de “*A construção significativa do mundo social*”, o autor equivale o sentido ao olhar reflexivo, ou ao olhar atencional, objeto de um “voltar-se para”. No §12, o autor equivale, explicitamente, sentido e reflexão. “Significativas são, precisamente, aquelas vivências reflexivamente tomadas em perspectiva”, afirma Schütz (1932/2018, p. 112). A significação é, portanto, correlativa ao “como” do “voltar-se para” reflexivo e que, assim, intenciona um objeto, que, no caso, é uma vivência. Para o autor, são as modificações atencionais, na terminologia de Husserl (1913/1976), que constituem o sentido da vivência tomada em perspectiva, as quais, como tais, referem-se sempre a um Eu puro, como na teoria do holofote que apresentamos no capítulo anterior. É possível dizer que, em sua concepção, não existe significação da ação sem atenção. Na mesma seção citada de seu livro, aliás, o autor distingue essa classe de vivências significativas das vivências “autopertencentes” – fazendo alusão à síntese de unidade do Eu –, as quais concebe como irrefletidas e destituídas de significação. Pois, afirmar que estas vivências teriam significação seria o mesmo que dizer que uma vivência ser por mim vivenciada é equivalente a ser uma vivência significativa, no sentido de ser objeto de atenção. E isto entra em contradição com o modo de doação do agir significativo por ele defendido. Para formulá-lo, Schütz (1932/2018) vale-se, explicitamente, da metáfora do holofote. Segundo ele, tudo o que se encontra fora do “cone de luz” da atenção reflexiva é desprovido de significatividade. É à atenção reflexiva que Schütz atribui o papel de segmentar do fluxo de experiências uma “vivência bem circunscrita pré-projetada de atividade espontânea” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 113).

O autor diferencia, ainda, uma seção adiante, dois modos de constituição do sentido: (1) um referido às sínteses de “autopertencimento” (das vivências enquanto coesas e pertencentes a um Eu), que são pré-reflexivas ou mais próximas à *durée*, e (2) outro às sínteses politéticas de ordem superior, predicativas, que podem apreender as efetuações do primeiro nível de maneira reflexiva e, com isso, atribuir

a elas um sentido. Nesta distinção, está pressuposta, ainda que de maneira sutil, a diferença entre atos reflexivos e pré-reflexivos, porém, também, a diferença entre a apreensão monotética e a apreensão politética de sentido. A distinção entre as formas reflexiva e pré-reflexiva do ato é mais bem abordada por Husserl em “*Experiência e juízo*” (HUSSERL, 1939) e “*Sobre a síntese passiva*” (HUSSERL, 1966). A teoria sobre as sínteses monotética e política são abordadas, primeiro, em “*Ideias I*” (HUSSERL, 1913/1976) e correlacionadas às “modificações atencionais” e, posteriormente, são empregadas em “*Experiência e juízo*”, com alguma modificação. Mesmo que a primeira distinção, conforme sublinha Cox (1978), não seja suficientemente elaborada por Schütz, explicitá-la neste momento será de ajuda para que se compreenda a sua teoria no contexto geral de uma formulação fenomenológica.

Já o recurso aos conceitos de constituição monotética e politética de sentido é fundamental para a elaboração de sua compreensão dos contextos de sentido das experiências, ou seja, de como o sentido da experiência é subjetivamente constituído. Para o autor, a experiência se constrói politeticamente ou monoteticamente, ou seja, através de múltiplos atos de posição de sentido ou, então, de um único ato sintético de posição de sentido. Porém, mesmo que o sentido de uma experiência tenha sido constituído politeticamente, por exemplo, de maneira seriada e cumulativa, a significação assim constituída pode ser apreendida de uma só vez por um ato monotético. Por exemplo, eu posso aprender a realizar os cálculos matemáticos da raiz quadrada de 144 de maneira politética, ou seja, em etapas, às quais posso voltar para realizar o raciocínio novamente, mas, ao mesmo tempo, posso apreender o resultado desta equação – 12 – com um único ato. É claro que, contudo, nem todos os objetos intencionais apreendidos monoteticamente podem ter a sua gênese politética facilmente retrçada, como é o caso, por exemplo, de produtos complexos como as teorias científicas³². Em especial, Schütz (1932/2018) desenvolve um postulado importante de sua teoria da ação social com base nesta distinção. Segundo ele, as sínteses de sentido monotéticas formam os “contextos de sentido” das vivências constituídas politeticamente e, então, apreendidas por um ato monotético retroativo. Em suas palavras, “toda ação, porque executada segundo projeto, é contexto de sentido em relação aos atos do agir

³² Este é o caso das investigações sobre a gênese histórica do “mundo físico-matemático” levadas a cabo por Husserl (2012a).

construídos em fases” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 121). Isso significa que o projeto corresponde a uma construção politética da qual a ação é uma realização monotética, um “contexto de sentido”, nas palavras do autor. “Apenas a minha capacidade de imaginar uma ação completada”, diz Muzetto (2006, p. 14) a este respeito, “me permite planejar e, então, de fato realizar os passos sucessivos na ação: estes dependem do objetivo final que foi colocado”.

A aplicação da distinção entre atos politéticos e monotéticos também se faz importante para a maneira como o autor compreende a conexão entre o ato reflexivo que dá sentido ao projeto de ação e as vivências sedimentadas ou acumuladas pelo agente ao longo de sua biografia. Esta aplicação forma uma importante ponte entre a sua teoria da reflexão e a sua teoria sobre a interpretação ou a autointerpretação que o agente faz de suas próprias experiências, o que, em trabalhos posteriores (por exemplo, SCHÜTZ, 2011), formará o conjunto básico de problemas aos quais se refere a sua teoria da relevância. Segundo Schütz (1932/2018, p. 122), “toda nossa experiência de mundo [...] constrói-se em execuções politéticas de ato, cuja síntese somos capazes de tomar em perspectiva mediante um raio de mirada monotético, como apreensão do experienciado”. É, também, à autointerpretação que o autor se refere quando afirma, mais adiante no texto, que “[...] lançando um olhar retrospectivo à totalidade da minha experiência, apenas executo um voltar-se-para monotético dirigido a atos construídos em fases” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 122). Este contexto de sentido é formado pela biografia ou história particular de cada agente concreto, constitui-se por uma expansão cumulativa de novas experiências no fluxo unitário de experiência e forma estratos ou camadas experienciais com sedimentos de experiências antigas. A este conjunto sedimentado de experiências Schütz (1932/2018) dá o nome de “estoque de conhecimento”.

3.3 Estoque de conhecimento e esquemas de interpretação

Para Schütz (1932/2018), o estoque de conhecimento se refere a um conjunto de experiências cujo modo de doação intencional é passivo. Para diferenciar o seu modo de doação daquele da experiência reflexiva do voltar-se-para atencional, sempre executado no aqui e agora, o autor diz que o estoque de conhecimento está disponível no “modo passivo de posse” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 123). Está em jogo,

portanto, uma forma de conhecimento (*Erkenntnis*) que não corresponde a uma efetuação do juízo, mas somente a pura posse passiva de tudo o que já foi experienciado pelo agente. A partir desta concepção, o autor chega a conceber que a experiência subjetiva é uma cumulação de “atos reflexivos” a partir dos quais o estoque de conhecimento é objetivado. Em outros termos, reconhecer-se enquanto um Eu envolve, para o autor, tomar por objeto a própria história intencional e os sentidos que foram atribuídos a experiências passadas. A biografia não é formada por ondas de experiência com as quais o agente não possui qualquer envolvimento. É como se Schütz (1932/2018) aí dissesse que habitamos uma história que contém, também, as interpretações que atribuímos às nossas experiências passadas e que, assim, sedimentam-se como solo para novas interpretações de si.

Além disso, deve-se destacar, o sentido de cada momento vivido pelo agente depende da relação deste momento, aqui e agora, com aquela história intencional, sedimentada, que garante, então, a ele um sentido. Não há sentido de uma experiência sem uma história de experiências anteriores, mas que, como vimos, contém, também, as próprias interpretações das experiências passadas, ou seja, as efetuações intencionais sedimentadas. O termo “estoque de conhecimento” faz referência, precisamente, a esta história das efetuações intencionais sedimentadas. Estas formulações são indicadas no seguinte trecho:

Podemos, então, definir o contexto geral da experiência também como a reunião de todos os atos reflexivos de voltar-se-para [...] executados pelo eu enquanto ser livre, em um dado instante de sua duração e dirigidos a suas vivências decorridas, constituídas em construção fase por fase. O sentido específico de uma vivência, portanto o ‘como’ específico do voltar-se-para dirigido à mesma, consiste então na inserção dessa vivência no contexto geral de experiência pré-dado (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 125).

Fica claro que, na teoria de Schütz, o agente é sempre temporal e apresenta uma história própria, uma autobiografia. A sua experiência constitui-se a partir da ação corrente, porém a significação de sua ação e de sua própria experiência dependem do ato reflexivo e da acumulação de sentidos sedimentados, produtos de reflexões passadas. Mas, além disso, trata-se de um agente que está sempre situado e em constante lida com o seu mundo circundante, que é social e histórico. Ao voltar-se para o curso de duração de suas próprias experiências subjetivas, o agente o faz em diferentes “estados de tensão” de consciência. As variações nestes estados de tensão dependem do engajamento do agente com o mundo espaço-

temporal ou à submersão reflexiva nas próprias vivências. Neste contexto, Schütz (1932/2018) faz menção ao conceito de “atenção à vida” (*“attention à la vie”*) de Henri Bergson (1896/1963a). Retomemos, brevemente, o conceito do filósofo francês a fim de clarificar a referência de Schütz.

Em “*Matéria e memória*”, Bergson (1896/1963a) concebe a atenção à vida como condicionada pelos movimentos e pelas sensações do Eu. O corpo se coloca aí como centro das excitações e dos movimentos do Eu, de tal forma que, articulando e integrando-os, garante a continuidade da vida subjetiva, da *durée*, e o equilíbrio sensório-motor. A ruptura deste equilíbrio se encontra no relaxamento, no qual a atenção parece se “destacar da vida” (BERGSON, 1896/1963a, p. 312), como no sonho ou na alucinação. São rupturas da relação entre o sistema nervoso e a integração sensório-motora. Pois, em tais casos, a atenção não está ancorada no “equilíbrio sensório-motor do corpo” (BERGSON, 1896/1963a, p. 312). A atenção à vida corresponde, portanto, a um contato com a realidade em que o equilíbrio – poder-se-ia mesmo falar: tensão – sensório-motor é mantido. As variações da atenção à vida são, também, variações do grau de contato com a realidade. Pois, para Bergson (1896/1963a), a percepção da realidade está associada aos movimentos operados pelo organismo sobre o mundo como resposta às excitações nervosas. Em “*A energia espiritual*”, Bergson (1963b) complementa a sua visão sobre a atenção à vida, ligando-a à função pantomímica do cérebro. Ali, a atenção à vida é indicada como a tensão própria do envolvimento do cérebro com as suas realizações motoras. O relaxamento destas funções no sono ou na loucura, novamente, indicam uma perda de contato com a realidade. Sonho e loucura são colocados, aqui, como o negativo da vigília e da atenção focada, que Bergson e, seguindo a mesma direção, Schütz consideram como sinônimo do homem corporalmente engajado com o mundo. Em vários momentos, Schütz traduzirá “*attention à vie*” como “grau de tensão da consciência” para designar, justamente, as modulações do engajamento, do mais ativo ao mais passivo, do agente com o mundo³³.

A partir desta concepção da constituição do sentido do agir e do envolvimento atencional do agente com o mundo – considerada sob o prisma do conceito de “atenção à vida” –, o autor elabora, ainda, o seu conceito de “determinação

³³ Este conceito será importante para a teoria que o autor desenvolve a respeito das “províncias finitas de significado” (SCHÜTZ, 1962b). Voltaremos a este ponto no capítulo 5.

pragmática da interpretação de sentido” (§5 e 13). Schütz (1932/2018) o formula como um princípio da seguinte forma: “não apenas a interpretação e a posição de sentido na esfera intersubjetiva são determinadas pragmaticamente; antes, *pragmaticamente determinado* é, também, no curso de consciência do eu solitário, o *nível de profundidade que alcança o olhar reflexivo*” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 118, *itálicos do autor*). Em outros termos, o envolvimento do Eu com as próprias experiências subjetivas varia de acordo com aquilo que é marcado pelo interesse pragmático em sua esfera vital e que se apresenta a partir de sua situação atual de engajamento com o mundo. Juntamente com isso, o autor aponta para o fato de que o alcance da atenção reflexiva depende, também, da situação biográfica do Eu. Em suas palavras,

É uma experiência cotidiana que as vivências estejam sujeitas a uma mudança de sentido conforme a posição temporal que assumem em relação ao agora atual no qual são recordadas. Porque, porém, o ‘sentido’ de uma vivência não é outra coisa senão a realização intencional de atos de voltar-se-para gradualmente construídos, justapostos, podemos formular o conhecimento recém-adquirido também com o enunciado de que a profundidade do âmbito de constituição que o olhar reflexivo alcança será, em cada caso, distinto, e, com efeito, condicionado pelo agora-e-assim atual (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 118).

Com efeito, para Schütz (1932/2018), a nossa experiência subjetiva é ordenada, concordante e coerente, repousando em contextos de sentido com uma história própria e que garantem que as novas experiências sejam todas dadas a partir de um contexto de significação. Desta forma, estes contextos se fundam nas sedimentações de nossas experiências passadas e formam um fundo “inquestionado” de experiências à luz do qual as novas experiências terão o seu sentido. Este fundo corresponde ao que o autor nomeia como “esquema da experiência” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 131). Ademais, novas experiências inserem-se no contexto geral da experiência através de uma “síntese de reconhecimento” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 133), por meio das quais são remetidas aos esquemas de experiências. É a esta modulação do fluxo experiencial que o autor se refere pelo conceito de “interpretação”. Conforme Schütz (1932/2018, p. 134),

Interpretação [...] não é outra coisa senão remissão, do desconhecido ao conhecido, do que é apreendido em atos de voltar-se-para aos esquemas da experiência, os quais, no processo do interpretar das vivências próprias, assumem especial função. Esses esquemas são contextos de sentido acabados, sempre disponíveis em estoque no modo de saber (pré-saber), compostos por material

categorialmente pré-formado ao qual a vivência a ser interpretada é referida em um novo ato sintético. Nesse sentido, os esquemas da experiência são *esquemas de interpretação*.

Em nossa lida com o mundo, estamos sempre interpretando os fenômenos neste sentido. Pois, cada encontro com um fenômeno exige a remissão de sua tipicidade aos esquemas de interpretação disponíveis no estoque de conhecimento. Por exemplo, ao me deparar com um cachorro com pelo longo e encaracolado e de médio porte e já ter me deparado antes com este mesmo tipo de cachorro e, além disso, aprendido, com meus contemporâneos, a nomeá-lo como “*poodle*”, posso interpretar que se trata de um *poodle*, ou seja, de mais um exemplar do mesmo tipo de cachorro. Esta remissão aos tipos (ou “objetualidades”) já aprendidos e estocados (disponibilizados no modo da “posse”) ao longo de minha biografia particular é o que Schütz (1932/2018) concebe como interpretação. Os tipos já aprendidos são esquemas de interpretação disponíveis em meu estoque de conhecimento. Para utilizar um termo mais contemporâneo, é possível dizer que a interpretação consiste na iteração destes recursos cognitivos disponíveis em estoque. Importante para esta teoria é a premissa de que estes conhecimentos familiares por meio dos quais me relaciono com o mundo à minha volta e busco solucionar os diferentes problemas que me são apresentados têm origem social: embora Schütz (1932/2018) não tenha enfatizado suficientemente este ponto, é possível dizer que estes conhecimentos são aprendidos por mim a partir de minha convivência social, desde o início de minha vida, com outros sociais que já possuem um conhecimento prévio sobre este mundo que me cerca (BERGER; LUCKMANN, 2014). É o que está na base do conceito de “dado inquestionado” e sua família conceitual.

3.4 A problematização do estoque de conhecimento e a motivação

Contudo, em sua teoria também são mencionados os casos atípicos, nos quais a remissão ao estoque de conhecimento fracassa, de que a experiência emergente é conflitante com o estoque de conhecimento e de que, assim, a validade do estoque de conhecimento é colocada em dúvida. Isto significa que os esquemas podem vir a se tornar problemáticos e serem questionados por meio de um ato

atencional específico. Neste sentido, pode-se dizer que a interpretação que o agente dá ao sentido da ação social pode ser conduzida de forma implícita, onde o sentido é suficiente para a orientação da ação e para a continuidade rotineira de suas ações no mundo social, sem que, para tanto, uma retomada reflexiva da ação seja necessária; ou bem pode dar-se de forma explícita por meio da colocação de um problema em sua situação biográfica, de algo que quebra a sua familiaridade rotineira com o mundo e que coloca a exigência de apreensão da novidade de forma reflexiva. Para elaborar esta questão, Schütz (1932/2018) emprega o conceito de “dado inquestionado”. Este conceito, assim como os demais citados, é fundamental para os desdobramentos teóricos de sua teoria, mesmo após “*A construção significativa do mundo social*”. Ele indica aqueles dados experienciais que “prescindem de elucidação ulterior” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 119), conforme o nível de profundidade exigido e em virtude de sua determinação pragmática, mas que, a depender da maneira como é exigida do agente uma mudança de envolvimento com a realidade (atenção à vida), pode tornar-se “algo problemático”, um objeto de atenção específico, ou seja, um tema segregado de um fundo. A segregação de um tema é lida, portanto, como uma problematização do estoque de conhecimento.

Este é o caso sempre que o fenômeno emergente – o tema – é inexplicável ou necessita de uma explicação, ou seja, quando os esquemas de interpretação típicos são insuficientes para determinar a sua significação. Suponhamos que eu só tenha me deparado com *poodles* ao longo de minha vida. Ao me deparar com um cachorro de porte grande, de pelo curto e liso, e de corpo robusto, talvez tenha de utilizar algumas tipificações própria ao *poodle* para interpretar o novo caso como sendo, também, o de um cachorro (quatro patas, focinho, rabo, um par de orelhas, apresenta o comportamento de latir etc.), mas diferente do caso específico do *poodle*. Neste caso, as tipificações serão insuficientes no primeiro momento e serei compelido a avaliar o fenômeno com mais cuidado e, com isso, a avaliar o meu próprio estoque de conhecimento, colocando-o em dúvida. Será mesmo um cachorro? Na verdade, talvez a especificidade “poodle” só possa surgir, para mim, agora, em face da diferença deste novo tipo, digamos, um “*doberman*”; e, apesar das diferenças, ambos possam unificar-se em um mesmo tipo, “cachorro”, a partir de então. Trata-se, portanto, de uma teoria sobre a formação de contextos de sentido – ou esquemas de interpretação – sobre diferentes fenômenos com os quais posso me envolver em minha lida com o mundo. É importante sublinhar que, para esta

teoria, estes fenômenos que são interpretados se destacam a partir da explosão da linha contínua de familiaridade ou de lida habitual de minhas atividades rotineiras que tendem a se repetir (em idealizações de “e assim por diante” e “poderei fazê-lo novamente”).

A partir desta problemática sobre a seleção dos esquemas de interpretação e da segregação do tema como problematização do estoque de conhecimento, desenha-se o esboço do que virá, em seguida, a ser conceituado como o problema da relevância (SCHÜTZ, 2011) e que lemos como sua teoria da relevância mais sistemática. O problema da relevância surge, pois, como a questão, enunciada logo em seguida em seu texto, sobre “os critérios segundo os quais ocorre a seleção do esquema de interpretação – entre os muitos outros concordantes entre si – a ser respectivamente aplicado à autointerpretação de uma vivência” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 135). Por exemplo, o cachorro citado acima poderia ser interpretado, de outra forma, como cachorro, como animal, como mamífero, ou ainda algum outro tipo que estivesse disponível em meu estoque de conhecimento, mas igualmente válido. Aqui, a teoria do autor coloca-se contra uma teoria causal da percepção, em que a significação viria, simplesmente, pelo dado externo³⁴. Antes, a percepção está aberta a múltiplas interpretações (*noeses*) e o que está em jogo é o seu sentido enquanto idealidade, por mais que a efetuação de sentido se dê em um momento atual, contingente, e por meio de atos contingentes de um agente concreto. Nas palavras do autor:

[...] toda vivência, antes de executada a autointerpretação, pode, por essência, sem prejuízo à identidade do núcleo noemático, se abrir a múltiplas interpretações (*noeses*). Porque o sentido de toda vivência se constitui apenas no ato reflexivo de voltar-se-para – embora este, como vimos, carregue sempre o índice do respectivo agora-e-assim – , também a síntese de reconhecimento, e com ela o esquema de interpretação sob o qual sucede a inserção, deve carregar o índice do agora-e-assim atual (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 135).

Este olhar para o Eu concreto (ou agente) define os contornos por meio dos quais a solução para o problema da seleção dos esquemas de interpretação pode ser desenhada. Segundo Schütz (1932/2018), a seleção dos esquemas de interpretação é “determinada pelas modificações atencionais por que passam os

³⁴ Alguns erros da teoria causal da percepção podem ser encontrados em Husserl (1913/1976). A oposição a esta teoria e a seus derivativos (por exemplo, o representacionalismo) constituem a posição própria da fenomenologia quanto à teoria do significado.

atos de voltar-se-para do eu dirigidos à vivência mesma a ser inserida, dirigidos, assim, à totalidade do estoque de experiência no respectivo agora-e-assim” (p. 135). A seleção da vivência à qual se dirige o voltar-se-para do agente coloca, pois, a necessidade de abordar a emergência de um problema com o qual se defronta e, por conseguinte, o interesse do agente nesta questão. Nas palavras de Yu (2005, p. 273), “na vida diária, nossa atenção não é dirigida a todas as coisas em nossas circunstâncias. Algo sempre é mais importante ou está em destaque do que outras coisas. A importância depende do interesse subjetivo”. A vida diária é definida pelo autor como o mundo sobre o qual executamos as nossas ações e que está subordinado a um determinado horizonte social e histórico que compartilhamos com outros agentes.

Isto abre a questão para a análise do que Schütz (1932/2018) nomeia como “contexto de motivação” e que corresponde ao fundamento significativo da ação. Segundo o autor, Weber (1922/2019) abordou este assunto por meio de uma análise do “motivo” enquanto fundamento significativo do comportamento. Contudo, a abordagem weberiana se mostrou insuficiente por não ter oferecido uma distinção clara entre o contexto subjetivo de sentido – ou seja, o sentido da ação tal como é visado pelo agente – e o contexto objetivo de sentido – o sentido da ação tal como é interpretada por um observador externo – e entre duas classes de motivos, a saber, os “motivos-para” (*Um-zu-Motive*) e os “motivos-porque” (*Weil-Motive*), cuja diferença é fundamental para determinar se o que está em jogo, na análise da ação social, é o sentido visado pelo agente ou um contexto de sentido diferente e incomensurável com o primeiro, porquanto esteja encadeado com motivos passados e pouco abertos a uma interpelação consciente por parte do agente.

Estas duas distinções são fundamentais para a teoria de Schütz e exigem, aqui, um comentário mais preciso para fins de clareza em nossa exposição. Em primeiro lugar, a ação significativa envolve uma modificação atencional específica relativa ao ato reflexivo e isto diz respeito ao sentido visado pelo agente. Porém, quando me deparo com outra pessoa e busco interpretar a razão pela qual ela agiu como agiu ou, então, quando interpreto as minhas próprias ações como tendo sido motivadas por circunstâncias de meu passado e, agora, transcendentais a mim, então estou falando de um contexto objetivo de sentido. Nestes casos, está-se lidando com o produto da ação, com o ato já acabado, e com a pergunta sobre os motivos que levaram o agente a agir desta forma. O contexto objetivo se refere,

portanto, a uma apreensão do sentido do produto da ação de um terceiro que é operada pelo observador por meio de seus próprios esquemas de interpretação, ou seja, com base em seu próprio estoque de conhecimento e em suas próprias razões para fazê-lo. Tal como Schütz (1932/2018, p. 213) o define, “sentido objetivo não é outra coisa senão a inserção, no contexto geral de experiência do interpretante, de vivências experienciais referentes a um produzido”. O sentido objetivo adquire certa autonomia e independência com relação à *durée* própria daquele a quem se refere o produto, embora seja, também, testemunho de suas vivências subjetivas.

A distinção entre os dois tipos motivos, por sua vez, é uma formação de atribuição de sentido à ação e, como tal, remonta à estrutura reflexiva da ação (FOURCHER, 1979). Os motivos “para” (*Um zu motiv*), ou “a fim de”, integram-se ao contexto subjetivo de significação do agente quanto à sua ação particular. Neste caso, a própria ação projetada, *modo futuri exacti*, é um motivo para o agente, assim vinculando-se às suas expectativas e objetivos projetados de antemão. Em tal sentido, o efeito final projetado afigura-se no contexto de experiência do agente no próprio momento de seu projetar, que é um ato de fantasia. O contexto de experiências, aqui, designa nada mais do que a contextura subjetiva de significação, o campo de consciência do agente: tudo aquilo que é dado e codado para ele em um dado momento de seu fluxo experiencial e a partir de sua história intencional já sedimentada. Isso tudo dá espessura à ação, torna-a não um “fato objetivo”, isolado e destacado do projeto, puro e simples, “coisa-simplesmente-dada”, mas um acontecimento que está internamente articulado a uma rede de significação subjetiva que o sustenta. É nesta trama de significação que o projeto pode se apresentar como um objeto intencionado que se refere à conclusão projetada de uma ação futura, conservando o sentido futuro mesmo quando a ação já foi concluída. O objetivo da ação é dito e visto como estando em um futuro relativo à ação. O motivo-para está, portanto, ligado a uma intenção vazia. É a este tipo de motivo que o agente se refere quando perguntado sobre uma ação projetada, mas ainda não concluída. Por exemplo, se me perguntam, neste momento, o que estou fazendo ao me verem digitando em meu computador, posso responder que “estou escrevendo a minha tese”, assim colocando a minha ação atual em coordenação com o futuro projetado que a motiva.

Desta forma, cada ação particular recebe a sua significação somente dentro desta contextura. Contudo, isto não exige que o agente precise, de antemão,

conhecer os pormenores de seu projeto de ação. O agente parte de um horizonte de familiaridade pré-dado, ancorado em seu estoque de conhecimento e em sua situação biográfica, de seu aqui-e-agora, que recortam todo um conjunto de possíveis interesses e conhecimentos generalizados (típicos) para a sua ação sobre o mundo. Por exemplo, ao querer fazer uma videochamada para um amigo, o agente precisa ou levantar-se ou interagir com um aparelho celular, contar com o funcionamento deste aparelho que talvez não conheça em profundidade, mas cujo desconhecimento terá pouca implicação sobre o seu agir, entre outras coisas. As etapas e os objetivos intermediários do agir são articulados em função de um efeito final, posto como futuro, mas imaginado como uma ação já realizada. Mas, este mesmo efeito final somente pode ser imaginado a partir de um horizonte de coisas tomadas por certas pelo agente e pelo seu “saber da experiência”, como a prática e o hábito, desenvolvido ao longo de sua autobiografia. Ou seja, a própria concepção do projeto de agir repousa sobre as sínteses de reconhecimento e sobre as relevâncias – algo que fica mais claro, contudo, somente à luz do ensaio “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011).

Por outro lado, aquilo que Schütz (1932/2018) chama de “motivos-porque” (*Weil-Motiv*), ou “em razão de...”, referem-se a outro contexto de significação e implicam um evento motivador que é temporalmente anterior à ação (FOURCHER, 1979). Designa um conjunto de experiências ou de circunstâncias vividas que, do ponto de vista do ator, pertence ao passado e que, por isto, diz respeito às ações já executadas e não ao projeto de agir. Porém, ao mesmo tempo, estas vivências passadas se articulam com o projeto de agir na medida em que podem explicar a sua gênese, como um fato transcendente – Schütz (1932/2018, p. 148) fala de uma “autointerpretação *ex eventu*”. São, portanto, duas posições do agente quanto à ação. Por um lado, o fantasiar do projeto motiva o agir que é conduzido pelo agente com base no projeto e, por outro, encontram-se circunstâncias de vida que são interpretadas como motivando o próprio projeto, assim constituído. Nas palavras do autor: “Enquanto o motivo-para, partindo do projeto, explica a constituição da ação, o motivo-porque genuíno explica a constituição mesma do projeto com base em vivências antecedentes” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 146). Para tanto, um ato de atenção de tipo especial – interpretativo – é aqui requerido para fornecer o sentido a estas experiências motivadas, em tempo decorrido e acabado. Este é um tipo de atenção muito diferente daquele pelo qual o agente, em sua própria perspectiva,

executa uma ação. “Seu sentido consiste”, explica-o Schütz (1932/2018, p. 145), “na vinculação, formando um novo contexto de sentido, entre vivências decorridas de caráter de passado com outras vivências de mesmo aspecto temporal ou referidas a passado mais distante”. Trata-se de um ato de interpretação que orienta o olhar retrospectivo dirigido às vivências passadas e que estabelece um contexto de significação enraizado na contextura do aqui-e-agora – poderíamos dizer: “após o fato” (*après coup*). A declinação da consciência intencional, aqui, já não é mais o *modo futuri exacti* do projetar, mas o *modo plusquamperfecti*, ou “modo mais-que-perfeito”, relacionado a um evento concluído e, como tal, objetificável. O modo de doação dos motivos-para, vinculados ao projeto, e dos motivos-porque, vinculados a vivências motivadoras e motivadas, é, portanto, distinto em cada caso.

Embora as vivências passadas carreguem consigo um sentido sedimentado na autobiografia do agente, como foi estudado acima, é possível dizer que o seu sentido para o agente, situado no aqui-e-agora, é derivado deste ato interpretativo secundário, atualizando-as em um novo contexto de sentido. Porém, este ato interpretativo se acolchoa sobre múltiplas possibilidades de significação do ato já executado, as quais podem variar, aliás, em função do que entra como relevante, no sentido gurwitschiano, no campo de consciência. “Há muitos motivos-porquê possíveis”, explica-o Fourcher (1979, p. 91), “dado que há muitos contextos de significação objetivos onde localizar o ato concluído”. Em outros termos, para localizar um evento passado como sendo condição necessária e suficiente de uma ação atual, será sempre necessário um sistema de interpretação – uma “hermenêutica suplementar”, por assim dizer – que permita articular, de maneira coerente, os contextos de significação passados e a ação presente. O seguinte trecho nos dá uma pista importante de como Schütz concebe a escolha a partir de sua teoria da escolha dos esquemas de interpretação:

Todas essas possibilidades [disponíveis ao agente em retrospectão] que se colocavam à escolha, e todos os fundamentos determinantes que parecem ter levado à escolha de um projeto específico, revelam-se ao olhar retrospectivo como motivos-porque genuínos. Enquanto o eu vivia *nelas*, ou seja, de modo pré-fenomenal [pré-reflexivo], as mesmas existiam não como vivências bem distintas. Trata-se apenas de interpretações que o olhar retrospectivo realiza ao tomar *modo plusquamperfecti* em perspectivas vivências de consciência precedentes ao projeto efetivo na duração. E porque também toda interpretação *modo plusquamperfecti* é determinada pelo respectivo agora-e-assim no qual é executada a interpretação, é também o destaque de vivências antecedentes, enquanto motivos-porque

genuínos – portanto relevantes para a constituição do projeto –, dependente do cone de luz que o eu, a partir de um agora situado *após* o projeto constituído e justamente por isso tornado um ‘assim’ [*Sosein*], lança, em função da sua orientação atencional específica, às vivências precedentes ao projeto (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 151, *itálicos do autor*).

As considerações a respeito dos motivos-porque valem, também, para um terceiro enquanto observador, posto que, em ambos os casos, a questão é tal que os motivos que podem ser identificados como passados estão além de minha *durée* e, assim, colocam-me como uma alteridade. Desta forma, refere-se a uma transcendência que indica uma imanência à própria história do agente e, como tal, conta com a participação de esquemas simbólico-expressivos que formam, assim, um novo contexto de sentido capaz de fazer a ponte entre as vivências particulares de dois agentes (SCHÜTZ, 1932/2018). Pode-se afirmar, com razão, que os diferentes tipos de motivação acarretam, pois, duas formas de interpretar a ação humana³⁵:

Cada uma está localizada em uma atividade geradora de significado da experiência humana: a motivação a-fim-de se referindo ao contexto único do ator-enquanto-age e a motivação-porquê se referindo a um dos muitos possíveis contextos disponíveis a um observador após-o-fato” (FOURCHER, 1979, p. 91).

A questão da seleção dos esquemas de interpretação para resolver um problema apresentado em uma determinada situação do aqui-e-agora do agente envolve, portanto, também uma referência ao conceito de “motivação” e à

³⁵ Somando-se isto à distinção entre os contextos objetivos e subjetivos de sentido, Gorman (1979) interpretou a ciência social proposta por Schütz como ambígua e epistemologicamente problemática, no que ele chamou de “visão dual”, uma espécie de diplopia metodológica e epistemológica, que não permitiria qualquer regulação coerente. Gostaríamos de fornecer apenas um breve comentário a respeito. O autor concebe que a distinção entre estes dois contextos implica a adoção simultânea de fenomenologia e naturalismo e, portanto, da teoria da intencionalidade, por um lado, e da teoria causal da percepção, por outro. Obviamente, se Schütz adota ambas as orientações ao mesmo tempo, a sua teoria incorre em uma contradição. Contudo, como foi apresentada acima, a teoria da percepção de Schütz não coincide com uma teoria causal. Outro ponto questionado por Gorman (1979) é que esta distinção leva Schütz a defender, ao mesmo tempo, a ciência fenomenológica e a ciência empírica e, em razão de ambas partirem de teorias da percepção distintas, são incompatíveis. Esta incompatibilidade é objeto de estudo de outros autores, mas é importante dizer que o próprio Husserl referendou uma fenomenologia da atitude natural (HUSSERL, 2001) e distinguiu a atitude pessoal, das ciências humanas, de uma atitude naturalística, das ciências naturais, sem, com isso, defender qualquer ideia de exclusividade (HUSSERL, 2012a). Este ponto é tratado, com bastante rigor, por Embree (2011). Ainda outro ponto citado por Gorman (1979) é que os postulados de Schütz, e o transcendentalismo husserliano, podem conduzir a um solipsismo na ciência social. Já citamos, acima, que este não é o caso. Por fim, Gorman (1979) defende a validade exclusiva de uma ciência social interpretativa, hermenêutica, ancorada em uma “abordagem fenomenológica existencial à pesquisa” (GORMAN, p. 169). Veremos, no próximo capítulo, que, a partir de certa leitura da obra tardia de Schütz, é possível chegar a conclusões semelhantes às de Gorman (1979).

problemática do interesse. E este é, precisamente, o eixo estruturante do problema da relevância e de uma teoria da relevância. Ora, os conceitos formulados na segunda seção de “*A estrutura significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018), sobretudo as suas teorias da modificação atencional e dos esquemas de interpretação aí desenvolvidas, serão base de suas investigações sobre a intersubjetividade e as estruturas do mundo da vida conduzidas ao longo do restante de seu trabalho. Assim, o autor trata, por exemplo, da relação entre o agente e as objetualidades constituídas – ou mesmo instituídas –, da interpretação da vivência alheia e de seus produtos objetivos, das diferentes orientações intersubjetivas, dos diferentes graus de pessoalidade e anonimato das relações sociais, entre outras questões importantes para a teoria social.

3.5 Conclusões parciais

O objetivo deste capítulo foi o de fornecer a base de compreensão da problemática da relevância na obra fenomenológica e sociológica de Schütz. Acreditamos ter demonstrado que tal problemática exige uma correta formulação de uma teoria da reflexão e da atenção que são, também, o material de base para a construção de sua teoria da ação significativa a partir de uma crítica a Weber (1922/2019). Desta forma, é possível dizer que o problema da seletividade da mente se coloca como pertinente à obra de Schütz principalmente em função do olhar que o sociólogo precisa voltar para o fato de que, ao agir, o agente seleciona conhecimentos típicos que são originados socialmente e os emprega na formulação de seus projetos de ação. Na teoria sociofenomenológica de Schütz, a análise destes conhecimentos assimilados e empregados pelo agente tem um papel de destaque (GOETTLICH, 2011; PETERS, 2011).

Alguns conceitos-chave de sua obra foram apresentados e analisados, também, tais como os conceitos de “estoque de conhecimento”, de “esquemas de interpretação”, de “interesse pragmático”, de “situação biográfica”, de “contextos de sentido” e de “motivação”. Trata-se de uma trama conceitual bastante complexa e que se estende ainda mais nas análises intersubjetivas que o autor desenvolve na sequência de “*A construção significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018). Um dos itens que não aparece tão claramente nesta porção do texto fundamental do

autor é que os conhecimentos generalizados do agente são produtos de um conjunto de esquemas de interpretação mais amplos do grupo social ao qual ele pertence. A este respeito, em um trabalho posterior, Schütz (1962b; 1976a) enfatiza como o agente pode tematizar diferencialmente a ação de um outro a depender de sua posição social e de seu projeto estabelecido em função desta posição, ou seja, como pessoa comum, em sua lida cotidiana, ou como cientista social, interessado em explicar a ação do outro em níveis maiores de abstração e objetificação anônima (NATANSON, 1978).

Em *“Reflexões sobre o problema da relevância”*, a terminologia sobre os “esquemas de experiência” e “esquemas de interpretação”, além dos “contextos de sentido”, será empregada com relação à análise dos “sistemas de relevância”, ganhando, assim, novo sentido. A mudança na terminologia e na profundidade da abordagem quanto ao problema da relevância repousa, ao menos em parte, em uma releitura gestáltica do quadro geral de formulação de seus problemas de investigação, que remete, diretamente, às investigações de Gurwitsch sobre o campo de consciência. O foco está, pelo menos neste aspecto, na estrutura e na gênese do estoque de conhecimento. Estudaremos este assunto mais de perto no próximo capítulo.

4 A COMPOSIÇÃO DA ATITUDE NATURAL: A ANÁLISE DOS SISTEMAS DE RELEVÂNCIA

No capítulo anterior, estudamos a gênese da problemática da relevância na obra de Schütz e pudemos localizar o seu papel no interior de suas formulações sociológicas e fenomenológicas. Basicamente, o problema da relevância se coloca como uma maneira de responder à questão de como o agente seleciona determinados esquemas de interpretação, dentro de um espectro consideravelmente amplo de interpretações possíveis de uma experiência, para lidar com os problemas que surgem em seu entorno prático e social e que exigem dele uma posição singular, subjetiva e única. Como tal, o problema da relevância pode ser lido como um problema particular da teoria da ação significativa, conceito fundamental da sociologia compreensiva e, ao mesmo tempo, como parte ou caminho da análise da intersubjetividade conduzida em linhas fenomenológicas (VAITKUS, 1986). As formulações posteriores deste problema em *“Reflexões sobre o problema da relevância”* (SCHÜTZ, 2011a) e em *“As estruturas do mundo da vida”* (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1974; 1989) colocam em cena, contudo, uma série de novidades conceituais e, também, um grau maior de sistematização da problemática (PERREAU, 2010).

A teoria da relevância de Schütz contribui para a compreensão sobre como determinados esquemas de interpretação são utilizados pelo agente na escolha entre diferentes alternativas de ação social, orientando-se pela visão de mundo de seu grupo social. O sopesar destas diferentes alternativas envolve conjuntos opostos de valores na tentativa de escolher um e não o outro. Estes valores, por sua vez, remetem aos sistemas de relevância mantidos por uma pessoa, em função dos quais um plano é considerado mais relevante para o agente de acordo com o seu projeto de vida mais amplo (COX, 1978) e em função da distribuição social de papéis e do conhecimento de uma sociedade em determinado momento (TOLEDO, 2007). Mais do que isto, aliás, Schütz (2011) desenvolve uma abordagem fenomenológica bastante original que permite uma exploração dos fundamentos da atitude natural, o fundo a partir do qual o tema é segregado em uma teoria social da seletividade da consciência, conforme pontua Perreau (2010). Vale, aqui, é claro uma diferença de ênfase quanto ao conceito de relevância entre Gurwitsch e Schütz. Conforme o pontua Embree (2015), enquanto Gurwitsch desenvolve uma análise

bastante focada nos aspectos noemáticos da relevância, descrita como uma pertinência material entre o tema e o contexto a partir do qual circunscreve a sua significação, Schütz tem o seu foco dirigido para a questão de como o agente seleciona aspectos de seu mundo circundante a partir de uma familiaridade prévia, assim dando maior ênfase ao agente, o Eu empírico, e a seus atos intencionais, em uma perspectiva de maior ênfase noética. Sem dúvida, este apontamento de Embree (2015) é bastante esquemático e não faz justiça às múltiplas entradas de Schütz em sua análise da relevância, mas permite um primeiro recorte de sua diferença para com a abordagem de Gurwitsch.

Embora não nos detenhamos neste capítulo nesta diferença entre os dois autores, algo que reservamos para os capítulos seguintes, nós pretendemos fornecer, neste momento, o esboço de uma compreensão da teoria tardia de Schütz (2011) sobre os sistemas de relevância. Para tanto, contudo, será importante realizar uma breve aproximação entre os desenvolvimentos de Schütz e a premissa gestaltista e, assim, demarcar um primeiro ponto de aproximação e de distanciamento entre as suas análises e as de Gurwitsch. Acreditamos que este primeiro ponto permite uma correta compreensão de sua teoria dos sistemas de relevância enquanto uma aproximação estrutural da problemática em questão. Na segunda seção, dedicamo-nos à apresentação da análise dos sistemas de relevância propriamente dita, que consiste em um aprofundamento sobre a estrutura e a gênese do estoque de conhecimento e sobre o problema da seleção dos esquemas de interpretação pelo agente. Schütz (2011) desenvolve uma teoria coerente e sistemática a respeito do assunto, de tal forma que a seletividade da consciência é compreendida à luz de uma constelação de aspectos experienciais, mas que exhibe uma unidade primitiva. A terceira seção aborda a sua posição quanto à problemática da atenção voluntária e involuntária (RICOEUR, 2003), de tal forma que é possível situar a sua teorização dentro de um quadro epistemológico mais amplo e compreender, ao mesmo tempo, o alcance de sua teoria. Veremos, neste sentido, que a gradação do tornar-se atento é valorizada e conecta-se tanto a processos passivos de constituição de sentido quanto a ativos e volitivos. Na quarta e última parte, por sua vez, dedicamo-nos mais detidamente à sua compreensão da gênese social do estoque de conhecimento. Procuramos elucidar como a sua teoria dos sistemas de relevância implica uma teoria da intersubjetividade e da constituição

do mundo da vida e como os atos atentos individuais pressupõem, em sua base, esquemas interpretativos de origem social.

4.1 Schütz e Gurwitsch em torno da hipótese gestaltista

Em sua obra posterior a 1932, Schütz dedica-se a aprofundar a sua compreensão de vários temas introduzidos em “*A construção significativa do mundo social*” e introduz novos conceitos para ajudá-lo a conduzir as suas análises (PERREAU, 2010). Percebe-se, por exemplo, referências mais constantes aos trabalhos de A. Gurwitsch, de W. James, da obra tardia de E. Husserl e mesmo da psicanálise. No ensaio intitulado “*Reflexões sobre o problema da relevância*”, são introduzidas várias novidades quanto à tematização da seleção dos esquemas de interpretação do agente. Uma das impressões mais notáveis na leitura deste material é a de que se trata de um ensaio de psicologia fenomenológica ou de uma psicologia social de orientação fenomenológica (EMBREE, 2011), especialmente por centrar o seu foco na experiência consciente individual e nos diferentes atravessamentos sociais que a constituem. Neste mesmo texto, embora concorde com aspectos gerais da teoria do campo da consciência de Gurwitsch, a teoria de Schütz sobre a relevância parte de uma crítica a um aspecto da tese gestaltista. Para ele, a tese segundo a qual a análise da vivência deve começar com totalidades (*Gestalten*) obscurece o problema das alternativas – ou “possibilidades problemáticas” – no campo perceptivo. Enquanto em Carnéades, Husserl, Bergson e V. Jankélévitch³⁶ o problema é apontado, nos gestaltistas este problema está ausente. Com base na tese gestaltista, não se explica o porquê de, dentre diferentes configurações possíveis, uma ser privilegiada sobre as demais: “toda Gestalt sempre pressupõe uma escolha entre possibilidades problemáticas, ou interpretações alternativas do mesmo objeto de percepção”, conforme observa Campo (2015, p. 133) em seu comentário. De fato, Schütz (2011) lê o conceito de *Gestalt* a partir de seu conceito de estoque de conhecimento. Em suas palavras,

A *Gestalt* é, então, a possessão habitual de contextos de significação que fornecem uma unidade indivisível de configurações fenomênicas nas quais nós apreendemos os objetos do mundo externo. (SCHÜTZ, 2011, p. 146).

³⁶ Filósofo francês nascido em 1903-1985 citado por Schütz (2011).

Neste contexto de discussão, entende-se que a vivência se organiza como um sistema unitário, tal como na teoria do campo de consciência, mas esta unidade também está relacionada com a estrutura do estoque de conhecimento e, portanto, com os sistemas de relevância.

Como vimos, o ponto de partida de Gurwitsch consiste em reformular a base do problema da seleção da consciência de modo que a atividade seletiva de um agente mental é afastada em proveito da tese de uma organização autóctone do campo de consciência e da análise das regras desta organização. Da perspectiva da teoria de Schütz, este problema, contudo, parece deixar em segundo plano a questão sobre como a atenção do agente é dirigida a determinados temas do mundo da vida enquanto outros são relegados à margem e como alguns esquemas de interpretação, dentro de um conjunto suficientemente amplo de possibilidades, em vez de outros, são selecionados para lidar com isso que se torna temático. No esboço de um estudo, datado de 1928, Schütz (1928/1996, p. 4, *italico do autor*) escreve que o “*problema da relevância* diz respeito a uma seleção da totalidade do mundo que é pré-dado à vida, bem como ao pensamento”. Ainda em outro texto, complementa:

Este mundo – o nosso *Lebenswelt* – possui um significado e uma estrutura de relevância particulares para nós, seres humanos, que vivemos, pensamos e agimos aí. Nós pré-selecionamos e pré-interpretamos este mundo por uma série de construtos do senso-comum da realidade da vida diária e são estes objetos-de-pensamento que determinam o nosso comportamento, definem os objetivos de nossas ações, os meios disponíveis para alcançá-los, e assim por diante. (SCHÜTZ, 1996b, p. 72).

Com efeito, embora colocando o problema de maneira diferente da de Gurwitsch, é possível considerar que as “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011) partem de alguns princípios da teoria do campo da consciência. Schütz (2011) parte do pressuposto de que há uma organização interna ao campo de consciência, conforme dimensões propostas por Gurwitsch – a saber, tema, campo temático e margem³⁷. Porém, se Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a) pretende resolver o problema da seletividade da consciência eliminando todos os seus pressupostos elementaristas e intelectualistas sobre a sensopercepção e, assim, substituindo-o pela tese da organização estrutural imanente à experiência subjetiva, na teoria de Schütz, o problema da seletividade continua a ser um tema

³⁷ Schütz (2011) prefere falar de “centro temático” e “horizonte”.

próprio de investigação, pois se trata de abordar a questão sobre como o agente seleciona um esquema de interpretação de sua experiência dentre um conjunto de várias possibilidades. Este problema pressupõe o de Gurwitsch, mas o ultrapassa consideravelmente. Nas palavras do autor,

[...] a teoria que diz respeito à atividade seletiva da mente é, simplesmente, o título para um conjunto de problemas mais complicados do que aqueles do campo, tema e horizonte – nomeadamente, o título para o fenômeno básico que nós sugerimos chamar de relevância (SCHÜTZ, 2011, p. 99).

É necessário, por isto, alargar a consideração do campo de consciência enquanto campo de tudo o que é codado e como consideração da relação interna entre tudo que é vivido ao mesmo tempo. Apesar de consistir em uma elaboração fenomenológica central sobre a experiência vivida e sobre a atenção, é necessário explorar as fronteiras da problematização da segregação do tema de um fundo. A partir das elaborações de *“Reflexões sobre o problema da relevância”* (SCHÜTZ, 2011), esta complementaridade com a teoria do campo de consciência fica bem mais clara. Pois, neste texto, fica evidente a adoção de uma instância crítica contra o dualismo sensação-percepção e a defesa da ideia de que a significação se deve à distribuição funcional de uma configuração total, ou seja, uma reelaboração gestáltica da teoria da ação desenvolvida em *“A estrutura significativa do mundo social”* (SCHÜTZ, 1932/2018). A tese gestáltica se aplica à análise da consciência temática (tema, contexto e margem), mas, também, à análise do sistema de relevâncias e do estoque de conhecimento. Os sistemas de relevância, como se verá ao longo deste capítulo, estão interconectados desde o início. Veja-se, como exemplo desta perspectiva estrutural, o seguinte trecho, em que o autor destaca uma compreensão da “estrutura unitária” da experiência subjetiva e do estoque de conhecimento:

O problema que diz respeito à unidade básica da experiência, da impossibilidade de quebrar a experiência em elementos homogêneos, é da maior importância para o contexto de sentido no interior do qual o nosso estoque de conhecimento à mão é agrupado. Este contexto é a sedimentação de vários fatores que determinam a estrutura unitária de nossa experiência – quer concebamos a última (a) em termos da estrutura temporal imanente da experiência, (b) como o resultado de passos politéticos que são monoteticamente apreendidos, (c) como configurações gestálticas, (d) como os trechos de voo e os lugares de repouso das pulsações de nossa consciência, ou, (e) no caso de nossa conduta projetada, como a unidade que se origina no projeto de nossas ações. Em todas as circunstâncias,

estas características genéticas da história de nosso conhecimento são de importância decisiva para a estruturação do mundo no qual nós vivemos, conhecido por nós em nossa atitude natural de maneira suficiente para os nossos propósitos à mão (SCHÜTZ, 2011, p. 148).

Há, com certeza, contudo, várias diferenças significativas entre as teorias de Schütz e de Gurwitsch. Para Schütz, explicitar fenomenologicamente a seletividade da consciência, de fato, implica afastar da consideração uma visão sensualista e uma intelectualista deste processo. Para tanto, é necessário considerar a tese segundo a qual cada vivência forma uma totalidade com um campo total de outras vivências. Porém, de seu ponto de vista, considerá-los em sua concretude implica, também, em remetê-los à sua própria história, à sua interconexão interna e ao envolvimento do agente com o seu mundo no agora-e-assim. O agente não é concebido, simplesmente, de forma pura, ou seja, desligado de suas interconexões espaço-temporais, mas como um agente operante sobre o mundo, o qual, por sua vez, é concebido como “mundo do trabalho” (*Wirkwelt*) (KASSAB, 1991; PERREAU, 2010)³⁸. Ao mesmo tempo, a análise dos atos de seleção deve reconhecer as camadas pré-judicativas de constituição da experiência subjetiva e as sínteses que dizem respeito a elas. Aqui, a diferença de foco entre Gurwitsch e Schütz na tematização sobre a questão da relevância, ou seja, da seleção ou segregação experiencial, fica patente. Orientando-nos pelos comentários de Cox (1978) e de Embree (2015), é possível dizer que, se a abordagem de Gurwitsch é noemática, a abordagem de Schütz é no ética; e que, desta forma, para ele, os atos de constituição de sentido – sobretudo, como se viu no capítulo anterior, as “modificações atencionais” – e a biografia do agente possuem um papel central em suas análises. Em outros termos, a abordagem de Schütz e a de Gurwitsch a respeito do problema da relevância podem ser distinguidas como diferentes perspectivas sobre o contínuo “ego-cogito-cogitatum”, Schütz concentrando-se no aspecto “ego-cogito” e Gurwitsch, no aspecto “cogito-cogitatum” (EMBREE, 2015).

Para Schütz, como vimos no capítulo anterior, a significação emerge da relação entre a reflexão e o tempo (MUZETTO, 2006). A partir disso, a sua análise da relevância pressupõe explicitar como a segregação de um tema está ligada à atividade do agente, às suas habitualidades sedimentadas em termos de seu estoque de conhecimento e a partir dos interesses pelos quais ele está envolvido

³⁸ Voltaremos a este ponto, mais detidamente, no próximo capítulo.

com seu entorno em um determinado momento. Na teoria de Gurwitsch, a relevância designa um princípio formal da consciência, referido à coerência interna da experiência subjetiva, sem, com isso, colocar em questão as multiplicidades e variações próprias da individualidade concreta do agente. O Eu empírico – ou seja, o agente – é o produto da reflexão e apenas pode ser tematizado, segundo a metodologia adotada por Gurwitsch, nos aspectos marginais do campo da consciência (GURWISCH, 1941/2009e; 2010b), como foi estudado no segundo capítulo, posto que o campo de consciência seja estruturalmente pré-pessoal. A teoria de Schütz, por outro lado, destaca a aplicação recursiva que o agente faz de seu estoque de conhecimento, constituído historicamente em sua biografia empírica e formado a partir de formações de significado discursivas de origem simultaneamente pessoal e social. O fenômeno da relevância deve envolver, para ele, portanto, uma teoria da organização interna do campo de consciência e, em conjunto, uma teoria sobre o “interesse” e o “conhecimento” por meio dos quais um determinado tema é segregado no contexto de vida de um agente. O tema é visto como algo que estilhaça um fundo de familiaridade previamente assumida pelo agente, na confirmação continuada daquilo que é vivido e provado como verdadeiro. Portanto, as noções de figura e de fundo se transformam e são lidas em nova chave.

Por conseguinte, a relevância está em direta conexão com, por um lado, a situação do agente em um mundo historicamente dado e circunscrito por possibilidades de ação, mundo este que será concebido como “mundo do trabalho” (*Wirkwelt*) (KASSAB, 1991), e, por outro lado, por um quadro pessoal de referências indicativas imbricadas à temporalização subjetiva e social, o estoque de conhecimentos (CAMPO, 2015). O que é diferente de Gurwitsch, para quem a significação está atrelada à ideia de *Gestalt*, de como um tema se orienta a partir de e em relação com uma contextura. Em suas “*Reflexões*”, Schütz (2011) passa, também, a considerar, com maior clareza, as camadas passivas da experiência e a indicar outra possibilidade para a gênese da significação, a saber, as sínteses passivas, que precedem a operação da reflexão e da atenção (isto é, as sínteses ativas) (COX, 1978). A abordagem da fenomenologia social de Schütz coloca em cena, portanto, o Eu empírico enquanto o agente que habita o mundo fenomênico da atitude natural, mundo assumido como verdadeiro e não posto em questão, e que, portanto, inclui também o sentido do Eu enquanto unidade dos conteúdos de consciência e emaranhado a uma temporalidade histórica cujo prolongamento o

coloca em contato com uma comunidade de outros Eus e, portanto, com a cultura e com a história social. O problema da seleção dos esquemas de interpretação é resolvido não apenas no nível da percepção, tampouco no nível exclusivo da consciência individual. As suas análises conduzem a reconhecer que a relevância indica uma “matriz social da atenção” (CAMPO, 2015).

4.2 A análise dos sistemas de relevância

Em “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011), e também em “*As estruturas do mundo da vida*” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1974), Schütz elabora a sua problemática da relevância começando com uma exploração da questão tal como proposta pelo filósofo grego Carnéades. O autor grego propõe um experimento mental que incide sobre a problemática da seleção dos “esquemas de interpretação” dentro de um conjunto suficientemente amplo de possibilidades. Em tais textos de Schütz, porém, o esquema de interpretação será substituído pelos conceitos de “relevância” e de “sistemas de relevância”, que favorecem, assim, uma análise mais detalhada e profunda do assunto. Segundo o exemplo dado por Carnéades, suponha-se um homem que chega à sua tenda após um dia de trabalho e, estando ela um pouco escura, identifica um objeto estranho no canto de seu quarto, mas sem conseguir dizer exatamente do que se trata. Conforme o objeto se lhe afigura, ele é incapaz de decidir, de imediato, se ele se refere a uma cobra ou a um rolo de corda. A interpretação que o agente dá a este objeto estranho dependerá de seu estoque de conhecimento e de que forma é de seu interesse procurar uma solução para aquele problema. A sua ação, por sua vez, dependerá do que interpretar e de sua motivação para dar sequência a uma investigação sobre o objeto incômodo.

Para interpretar este experimento mental, Schütz (2011) aplica os conceitos da teoria do campo de consciência de tema, contexto e margem, embora preferindo uma terminologia alternativa e reduzida de “tópico”, que corresponde ao tema e seu contexto, e de “horizonte”, que, por sua vez, corresponde à margem. Segundo o autor, este objeto estranho com o qual se depara o agente se segrega como um tema ou tópico a partir de um fundo de familiaridade, de rotinas típicas de interpretação não colocadas em questão até então, formando, assim, os horizontes

de seu mundo da vida familiar, ou seja, coerente e previsível. Em outros termos, a tematização é pensada por Schütz à luz da familiaridade com a qual o mundo se apresenta para o agente e por meio da qual ele realiza as suas operações de rotina. Conforme escreve o próprio autor:

O mundo da vida conhecido [...] é tido como certo até novo aviso. Incontestado como tal, é o quadro geral de possibilidades abertas para questionamentos posteriores. Sendo o lócus de todas as coisas com as quais nós estamos suficientemente familiarizados, o mundo tido-como-certo forma o horizonte de uma indeterminação determinável fundamental; contra ele, o tópico com o qual estou ocupado neste momento particular se destaca como tematicamente relevante. (SCHÜTZ, 1996c, p. 68).³⁹

É neste mundo que o agente realiza os seus afazeres da vida de maneira rotineira e é a partir dele que se forma o seu estoque de conhecimentos, com todas as receitas típicas de interpretação e de ação e com todos os esquemas de interpretação, ou “tipos” ou “tipificações”, adquiridos ao longo de sua biografia. Os tipos correspondem, pois, às posses habituais de conhecimento disponíveis ao agente, elaboradas com base em experiências prévias e aplicáveis a novas experiências e que demonstram possuir, com elas, ligações de similaridade, contiguidade, e afins, conforme as sínteses passivas da experiência. Schütz (1970) compreende que a formação de sentido dos objetos intencionais envolve os tipos ou a tipicidade da experiência. Embora os tipos permitam percepções generalizadas dos objetos, eles não são compreendidos pelo autor como exclusivamente predicativos, mas como referências pré-predicativas da experiência de objetos. Posto isto, eles não correspondem ao mesmo nível da articulação lógica do conhecimento habitual empírico em conceitos ou em enunciados universais, embora tornem esta articulação discursiva possível. “O mundo é experienciado”, afirma Schütz (2011, p. 109), “no modo da tipicidade [*typicality*] de tal forma que aquilo que é apresentado para nós na experiência é dado no interior de um horizonte de familiaridade típica e de saber prévio [*preacquaintanceship*]”. Por conseguinte, toda experiência é construída com base em antecipações ou expectativas sobre uma situação atual, problemática, fundadas em minhas experiências passadas e na

³⁹ O texto de origem desta citação é o mesmo que serve de base para R. Zaner organizar o que é publicado como “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011). Consiste, precisamente, no mesmo manuscrito, redigido entre 1947 e 1951. Porém, no caso de Schütz (1996c), o encarregado pela seleção e organização foi H. Wagner, quem faz uso das páginas finais de tal manuscrito, as quais não foram incluídas por Zaner na primeira publicação citada.

similaridade comparativa que possuem com elas. Por outro lado, conforme coloca um comentador:

Aquilo que atrai a atenção do sujeito é o que quebra as expectativas, o que quer dizer o objeto que não pode ser trazido de volta automaticamente ao tipo de coisas que, sobre a base do conhecimento sedimentado em sua própria experiência, ele espera encontrar naquele dado ambiente. (CAMPO, 2015, p. 133).

As referências indicativas que formam o contexto da consciência intencional, conforme a teoria de Gurwitsch, agora são consideravelmente ampliadas ao incluir-se na ideia de campo também as tipificações familiares para o agente e entre ele e outros que compartilham uma determinada cultura. Conforme Cox (1978, p. 9), as “tipificações também carregam uma referência a outras coisas do mesmo tipo e conduzem à interpretação de experiências”, assim formando um campo relacional destas referências de pertinência comum entre os diferentes objetos, apesar de suas particularidades. A interconexão e a coerência entre os dados do campo de consciência são, portanto, indicativos da ordenação do mundo da vida, cuja unidade se dá pelas tipificações. É contra este fundo que um tema se destaca como um objeto circunscrito e estável e, ao mesmo tempo, explorável em mais experiências. A análise desta interconexão das tipificações, de sua formação e de sua aplicação a novas experiências é o assunto do problema da relevância propriamente dito. Desta forma, a segregação do tema pode ser lida através da etimologia da palavra “objeto”, que remete à acepção de “problema” no sentido daquilo que é duvidoso ou questionável. Neste sentido, o autor iguala a segregação do problemático a partir de um fundo familiar, e não-problemático, à consciência temática, no sentido de Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a). E concebe a consciência temática como um tipo de relevância específico que é destacado em suas novas análises: a relevância tópica ou temática. Em outros termos, é a primeira forma de abordar a questão da segregação de algo à perspectiva atenta do agente.

Mas, além de colocar uma dúvida para o agente, o objeto estranho também exige uma decisão quanto à sua interpretação, ou seja, quanto a que corresponde dentro da esfera de possibilidades típicas já conhecidas pelo agente, quanto às tipificações para ele disponíveis. Com base em seu conceito de interpretação, já estudado no capítulo anterior, Schütz (2011) refere-se a este processo de seleção por meio da categoria de “relevâncias interpretativas”. Este processo normalmente exige do agente uma instância reflexiva ou uma inspeção do objeto conforme os

esquemas de interpretação disponíveis para ele em seu estoque de conhecimento. Carnéades nomeia este processo de interpretação como “*periodeuxis*” ou “*diexodos*”. Os significados destas palavras, em nosso idioma, correspondem à “reflexão” ou “inspeção”. Retornando ao exemplo dado pelo filósofo grego, o homem que se depara com o objeto estranho se vale de seus esquemas de interpretação constituídos e dados por certo para compreender do que se trata. E, então, avalia o objeto em termos de sua cor, de seu formato, de sua extensão, e assim por diante, para poder ter mais elementos a fim de decidir se está diante de uma cobra ou um rolo de corda. Investiga, até mesmo cutucando-o com uma vareta, se o objeto se mexe, sibila ou apresenta algum outro comportamento típico. Recorda-se de como estava o seu quarto antes de deixá-lo pela manhã ao ir ao trabalho, ou mesmo de que, na região em que mora, não costuma haver cobras. Ao fazê-lo, diz-se, em termos fenomenológicos, que ele traz dados que antes eram horizontais ou marginais para o centro temático. Estes dados horizontais podem dizer respeito aos horizontes internos e externos do objeto, em uma abordagem noemática, ou mesmo às próprias posses passivas de conhecimento do agente, ou seja, a seu estoque de conhecimento.

Por conseguinte, a interpretação envolve a interconexão entre as sínteses passiva e ativa de tal forma que os tipos, ou esquemas de interpretação, são aplicados aos *percepta* (HUSSERL, 1939; SUMMA, 2014). Aqui, na comparação do percepto com o que já foi previamente experienciado, entra em jogo o que Husserl (1939) chamou de síntese passiva de reconhecimento, uma operação realizada no nível pré-predicativo, no que se refere ao “mesmo”, ao “mesmo, mas modificado”, do “semelhante” ou “parecido” etc. Conforme Campo (2015, p. 135), “[...] a maior parte dos processos de interpretação toma lugar neste nível sem a ajuda da esfera do juízo”. Nestes processos, tem lugar uma dialética de referência do “novo” ao que está sedimentado como tendo sido anteriormente apreendido. Opera-se, por esta via, uma seleção passiva entre o que é relevante e o que é irrelevante e o que é incoerente, no estoque de conhecimentos, para a interpretação do tópico emergente. “Os sistemas de relevância interpretativa”, afirma Campo (2015, p. 135), “[...] servem para selecionar aquelas experiências que devem ser revisitadas para a interpretação do objeto, mas, também, quais aspectos do objeto são relevantes para a interpretação”. E são os “tipos”, em suas dimensões predicativas e pré-predicativas, que permitem estabelecer “a linha de demarcação dos horizontes explorados e

inexplorados do tópico à mão” (SCHÜTZ, 2011, p. 129). A “decisão” que ocorre a respeito da interpretação do objeto repousa, portanto, em parte, no nível antepredicativo, ou das sínteses passivas, da experiência subjetiva. A primeira tentativa de interpretação do objeto estranho é, por isto, passiva, carece de caráter volitivo.

O estoque de conhecimento que serve de base para esta decisão está disponível na forma de “posse passiva”. Isto significa que uma experiência de significação pode ser “estocada” e “preservada” como posse habitual de conhecimento e, assim, estar disponível, em forma neutralizada e dormente, para ser reativada e novamente empregada pelo agente em suas negociações com o mundo circundante. Preserva-se, assim, a posição de sentido associada ao ato passado, o que inclui, também, o seu caráter tético, a saber, de ser certo, verdadeiro, provável etc. É nesta direção que se fala de “conhecimento” ou “cognição” (no alemão, *erkenntnismässig*). Pois, para Schütz (2011), conhecimento é a experiência que tomamos como real, não no sentido de crença justificada, mas no sentido de crenças que são assumidas como não exigindo justificção, porque são assumidas como suficientemente firmes, familiares, naturais ou “verdadeiras” neste sentido. A familiaridade ou obviedade do mundo da vida se sustenta até que se prove o contrário; constitui, assim, um conjunto de posses habituais de experiências prévias e de expectativas até então preenchidas, embora, também, projetadas para o futuro em intenções vazias, iterações das tipificações. Constitui-se em ações de rotina, as soluções típicas para os problemas típicos de seu mundo da vida, como as receitas que “passaram no teste” e que também se provarão eficientes no futuro, pois em cada experiência está contida a idealização do “e assim por diante” e do “posso fazê-lo novamente”.

Concebido desta forma, o estoque de conhecimento se refere a todo conhecimento, de ordem cognitiva ou prática, que o agente tenha como disponível, em função de sua aquisição passada e das possibilidades abertas, ou protendidas, por este conhecimento. E é com base nestas aquisições e hábitos previamente adquiridos e reativados na ocorrência situacional de lida com o mundo que o agente realiza a sua primeira tentativa de interpretar o objeto estranho⁴⁰. Porém, é possível

⁴⁰ Esta concepção está em acordo, por exemplo, com a concepção enativista da memória defendida por Fuchs (2018) como a “capacidade de um ser vivo em atualizar as suas disposições adquiridas em

perguntar-se sobre qual é o grau de familiaridade necessário na investigação do agente para chegar a uma decisão quanto a quais esquemas de interpretação serão empregados em cada caso. Em princípio, é possível penetrar, de maneira indefinida, nos horizontes interno e externo de um tópico que se lhe apresenta. Mas, o que fornece um escopo para a suficiência da familiaridade é “um conjunto de interesses atuais”, dados em um determinado momento da biografia do agente, no “aqui-e-agora”, que determinam as porções do mundo que precisam de mais investigação e com as quais tem de se familiarizar. Toda experiência é situada biograficamente e se refere, ao mesmo tempo, a uma posição frente à estrutura de uma situação atualmente dada⁴¹. O momento da vida em que uma experiência recorta, por assim dizer, o estoque de conhecimentos do agente é decisivo para a seleção entre as possibilidades problemáticas em um projeto de ação (SCHÜTZ, 1962b).

A certificação de que se trata de um objeto e não de outro, a decisão envolvida, é importante para o agente, pois é com base nela que o seu projeto de ação em andamento, a saber, o de poder dormir em seu próprio quarto, realizar-se-á ou, então, deixará de se realizar. Como diz Schütz (2011, p. 118), “o resultado da *periodeuxis* será relevante para ação futura do homem”. Os interesses atuais do agente determinam, para ele, a extensão em que uma análise do objeto é requerida e, por conseguinte, os horizontes de sua ação futura. Este nível de seleção dos esquemas de interpretação e de ação é chamado por Schütz (2011) de “relevância motivacional”. De fato, aqui, coloca-se o problema do interesse do agente. Conforme afirma o autor,

é o nosso interesse que estilhaça o campo não problemático do pré-conhecido em várias zonas de variadas relevâncias com respeito a tal interesse, cada uma delas exigindo um grau diferente de precisão do conhecimento (SCHÜTZ, 1976a, p. 124).

E, em complemento, que

a qualquer momento de nossas vidas, a consciência está focada em um determinado setor do mundo que é determinado pela soma total das relevâncias motivacionais de todos os tipos [...]. (SCHÜTZ, 2011, p. 130).

processos anteriores de aprendizagem [...]” (p. 102) e como “um sistema de habilidades, hábitos e disposições encarnadas que são adquiridas através da prática e da repetição” (p. 101).

⁴¹ Corresponde ao que Perreau (2012) conceitua como “definir uma situação”: “Definir a situação não significa delimitar um conjunto vago de circunstâncias, mas, sobretudo, apreender o sentido ‘do que se passa’ e, mais positivamente, identificar as possibilidades práticas abertas em um contexto dado” (PERREAU, 2012, p. 139).

Por conseguinte, para o agente é importante evitar o perigo, seja porque ele planeja dormir em paz em sua cama ou mesmo porque ele tem medo de cobras. É também em razão disto que aquele objeto estranho no canto de seu quarto se destaca e se torna o centro de sua ocupação temática. Por assim dizer, não há como ignorar aquele objeto caso o agente queira dar continuidade a seus afazeres e à sua vida.

A respeito dos dois motivos que apresentamos acima, também é importante distinguir os dois sentidos dos motivos, ou “porquês”, pelos quais o agente seleciona este ou aquele plano de ação. Em conformidade com a teoria da ação de “*A estrutura significativa do mundo social*” (SCHÜTZ, 1932/2018), Schütz (2011) também distingue motivos-para de motivos-porque. Mas, desta vez, aprofunda a sua formulação a respeito destes conceitos. Concebe que os motivos-para (por exemplo, “vou verificar do que se trata *para* poder dormir sossegado em minha cama”) estão arranjados em uma hierarquia e estão sempre integrados uns aos outros dentro de um plano particular de ação (algo como, fazer uma série de inspeções no objeto para “dormir em minha cama tranquilamente para, então, acordar bem no dia seguinte”), o qual, por sua vez, está sempre relacionado a um plano geral e predominante chamado pelo autor de “plano da vida” (SCHÜTZ, 2011, p. 130). Segundo Schütz (2011), os planos podem ser vistos como passos politéticos apreendidos, ao fim, de maneira monotética. No momento da apreensão monotética, o curso global de vida, historicamente retido e rememorado em seus aspectos de passado e de futuro passado – isto é, das protensões e expectativas quanto ao futuro vivido no passado –, ganha uma nova significação, agora unitária, ou seja, de uma unidade significativa. Além desta unidade, encontra-se, também, a unidade significativa da vida projetada hoje, isto é, do futuro protendido e esperado a partir do presente vivo. A unidade significativa do plano de vida implica, ademais, a articulação dos motivos-para em uma hierarquia de planos que são interdependentes. Todos os aspectos projetados e protendidos de nossas atividades se articulam em uma textura única e preme de significação. Os motivos-para, por sua vez, encontram-se em uma relação de fundação com os motivos-porque genuínos, ou seja, aqueles que se encontram sedimentados na situação biográfica do Eu em um dado momento e que, portanto, dizem respeito à posse habitual no seu estoque de conhecimento, ainda que de forma neutralizada. Os motivos-porque

formam, neste sentido, uma cadeia de experiências que liga o momento atualmente vivido com o passado referido ao estoque de conhecimentos. O medo de cobras, por exemplo, é, neste sentido, uma posse passiva e habitual de conhecimento e, como tal, embora em muitos momentos não esteja presente, está disponível de modo inativo e neutralizado⁴². Caso o problema tenha sido resolvido no passado, digamos, a tipificação se torna irrelevante, o que não significa que tenha sido esquecida, pois fica disponível como posse habitual de conhecimento. Por outro lado, diante de uma situação como esta, amedrontadora, torna-se novamente relevante.

As relevâncias motivacionais dizem respeito a experiências que são referidas a termos da psicologia empírica tais como “atitudes”, “traços de personalidade” e mesmo o “caráter”. Por esta razão, ampliam ainda mais a conceituação das tipificações por meio das quais negociamos com o mundo familiar à nossa volta. “Deve ficar claro”, afirma Cox (1978, p. 9), “que as tipificações incluem características de nossas próprias vidas, emoções, pulsões [*strivings*], desejos, e assim por diante, e não são limitados a assuntos típicos no mundo”. Aqueles caracteres do Eu empírico citados por Gurwitsch (1941/2009c) e por Sartre (2015) e remetidos pelo primeiro autor à margem do campo de consciência são, agora, diretamente referidos ao processo de tematização através do emprego do conceito de relevância motivacional. Aproxima-se, assim, de uma compreensão fenomenológica do interesse do agente, aprofundando mesmo a teoria da ação desenvolvida em Schütz (1932/2018). Considerando esta reformulação conforme a teoria dos sistemas de relevância, Schütz (2011) afirma: “Interesse [...] é o conjunto de relevâncias motivacionais que guiam a atividade seletiva de minha mente” (SCHÜTZ, 2011, p. 129). Podemos dizer, talvez, que é mais ou menos isto a que se refere, mesmo que sem intencioná-lo, o poeta Manoel de Barros ao escrever seus versos: “Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos” (BARROS, 2018, p. 25), onde o “aparelhamento” diz respeito às relevâncias motivacionais. Uma compreensão análoga é aplicada por Magri (2018) em sua análise fenomenológica do caráter. Em suas palavras:

[...] caráter pode ser compreendido como uma estratificação complexa de motivos cuja relação a emoções e sentimentos pode ser explicada sem fazer recurso a qualquer explicação ‘exterior ao caráter’. Uma consideração fenomenológica do caráter explica como

⁴² Schütz (2011) trata muito rapidamente das irradiações de significado de diferentes tipificações mencionando o conceito jamesiano de “orlas afetivas” do significado. Seria importante aproximar esta questão de uma análise das associações passivas (HOLENSTEIN, 1972).

o sujeito apercebe características relevantes da situação sentida [*felt situation*] de uma maneira que é aberta à variação e à atualização temporal e isso ainda não nos leva a abraçar qualquer forma de determinismo subjetivo (MAGRÌ, 2018, pp. 1-2).

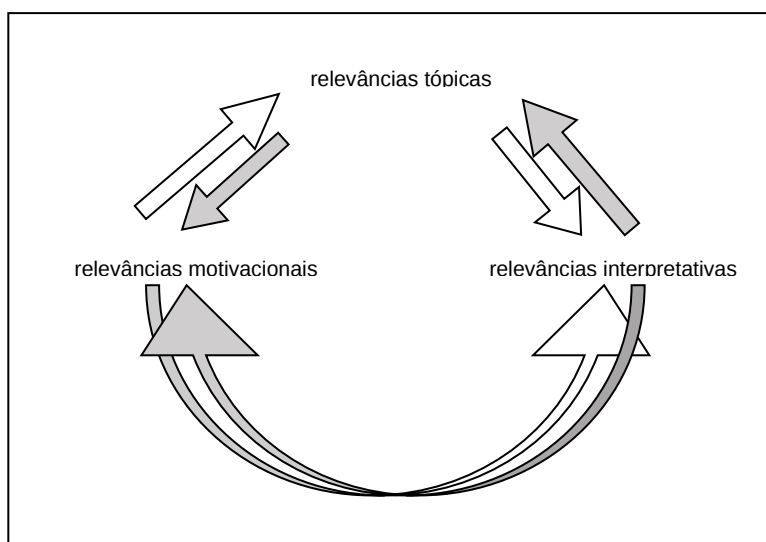
Ademais, é fundamental considerar que as motivações não surgem apenas da vida prática e não se circunscrevem exclusivamente ao interesse pragmático do agente em seu ambiente imediato. A redução do problema da seleção das tipificações ao interesse pragmático, e todos os seus corolários, é insuficiente e epistemologicamente raso. Schütz (2011) enxerga este problema, por exemplo, no pragmatismo e no behaviorismo, dentro dos quais as relevâncias motivacionais são reduzidas a uma “necessidade organísmica de entrar em acordo com o ambiente” (SCHÜTZ, 2011, p. 164). Para o autor, “o pragmatismo é [...] não uma filosofia que lida com a totalidade da existência humana, mas uma descrição de nossa vida no nível da realidade proeminente não questionada” (SCHÜTZ, 2011, p. 165), isto é, da vida no mundo do trabalho. O que se ignora, em tais casos, é que o interesse do agente pode se dirigir a diferentes “províncias finitas de significado” que não se reduzem a esta classe de motivos, dentre as quais o autor cita, por exemplo, a esfera dos fenômenos artísticos, dos fenômenos religiosos ou do sonho. As motivações podem surgir, por exemplo, de experiências, racionais ou não, vinculadas a crenças metafísicas sobre o que é a vida e qual é o seu propósito. A este respeito, Schütz (1962a) considera que a motivação última de todo o sistema de relevância se refere à “ansiedade fundamental” (*fundamental anxiety*), ou “angústia”, e que coloca o agente em contato direto com a sua própria temporalidade, em termos de sua finitude, e posiciona as tipificações de origem social como possíveis fontes de apaziguamento desta marca ontológica⁴³.

Destas análises sobre os sistemas de relevância, é possível extrair uma primeira compreensão geral sobre seus princípios diretores de análise. Ora, um princípio fundamental da análise tardia de Schütz sobre a seleção dos esquemas de interpretação é que as relevâncias formam sistemas sedimentados no estoque de conhecimento enquanto tipificações. Não há elementos ou experiências isoladas no

⁴³ Segundo Toledo (2007), a comunidade oferece “*cosmion* consolador – uma ordem em que constam um por quê e um para quê – que se apresenta com fortes raízes no passado, tendo-se forjado no que já foi experimentado e sancionado socialmente pelos predecessores, em virtude do que – a ” (TOLEDO, 2007, p. 250). E continua: “[...] o confiável e o previsível estão ligados à continuidade de uma suposta estabilidade do mundo que se assenta sobre a ideia – explícita ou implícita – de uma *ordem social* transmitida historicamente” (TOLEDO, 2007, p. 250). – Apresentaremos, no capítulo seguinte, uma análise sobre a teoria das províncias finitas de significado.

processo periodêutico. “Os sistemas de relevância [...] circunscrevem áreas de possibilidades, classes e tipos de interpretações relevantes para a situação dada” (COX, 1978, p. 85). Ora, para Schütz (2011), o relacionamento dos diversos tipos de relevância demonstra ser um fenômeno unitário e indivisível, apesar de nem sempre ser coerente, pois está sujeito a lacunas, quebras de expectativas e interrupções. O que está disponível para a consciência do sujeito é apenas o tópico à mão, o tema. “Qualquer dissecação deles”, conforme Cox (1978, p. 90), “é o resultado de uma análise de sua constituição e é revelada apenas na reflexão”. A experiência cotidiana, natural, nos revela apenas o direcionamento da atenção para o tópico, pois, nela, ainda não se colocou em marcha a atitude fenomenológica e seu correlato direcionamento da atenção (DEPRAZ; VARELA; VERMERSCH, 2006). Por isto, em cada momento da vida consciente, os três sistemas de relevâncias se interpenetram e permitem a segregação de parte do mundo de seu mundo da vida como um tópico (ver Esquema 2, abaixo). Juntos, eles constituem a vida intencional do sujeito e não são mais do que “três aspectos de um único conjunto de fenômenos” (SCHÜTZ, 2011, p. 133), a saber, a seleção dos esquemas de interpretação e de ação do agente.

Esquema 2 – A interpenetração dos sistemas de relevâncias



Fonte: SCHÜTZ (2011, p. 133).

A estrutura unitária dos sistemas de relevância também está relacionada com a estrutura do estoque de conhecimento. Neste sentido, Schütz (2011) assume que

o estoque de conhecimento é uma totalidade, no sentido de uma *Gestalt*; como tal, exhibe-se como internamente articulado e inter-relacionado. Para Schütz (2011), de fato, não há experiência isolada. Toda experiência se dá dentro de um contexto, o mais básico correspondendo à conexão unitária do estoque de conhecimento com a qual toda experiência se liga de maneira contínua. São várias as estruturas genéticas, de habitualidade, que desempenham um papel na unidade da experiência vivida⁴⁴ e que são importantes para “a estruturação do mundo no qual nós vivemos, conhecido por nós em nossa atitude natural de maneira suficiente para os nossos propósitos à mão” (SCHÜTZ, 2011, p. 148). O decorrer de uma atividade pressupõe, neste sentido, a articulação de momentos e temas em um contexto global que garanta a continuidade de significação desta mesma atividade. Quando algo se dá por incompleto ou é interrompido, o que se quebra é, justamente, a contextualidade e o fluxo corrente da atividade. Assim como Heidegger (1927/2012) analisa a destruição da contextualidade dos instrumentos, embora sem citá-lo diretamente, Schütz (2011) pensa em casos como a destruição da contextualidade da articulação de pensamento e fala. De fato, há os casos em que o contexto significativo foi perdido, de tal forma que os fatores unificadores do contexto desaparecem. Podem ser citados como exemplo os efeitos de lesões cerebrais estudados por Goldstein na perda do senso de unidade do corpo ou da atitude categorial (SCHÜTZ, 1962c; SANTOS; VERISSIMO, 2017).

Além da análise da estrutura do sistema de relevância, Schütz (2011) também propõe uma análise destes sistemas em termos que permitem abordar o problema do voluntário e do involuntário (RICOEUR, 2003). Pois, segundo o autor, as relevâncias podem ser analisadas também em termos do poder de agir do agente, assim distinguindo relevâncias impostas (ou involuntárias) de relevâncias intrínsecas (ou voluntárias).

4.3 O voluntário e o involuntário

Para abordar o problema da voluntariedade e da involuntariedade no envolvimento do agente com a seleção daquilo que é relevante no estoque de

⁴⁴ Conforme Schütz (2011, p. 148): (a) estrutura imanente da experiência, (b) resultado de passos políticos apreendidos de maneira monotética, (c) configurações gestálticas, (d) trechos em fluxo (*flying stretches*) e pontos de parada das pulsações de nossa consciência e (e) no caso da conduta projetada, unidade do projeto de nossas ações.

conhecimentos e nos planos de ação para determinar a significação de um tópico que emerge de seu campo perceptivo, Schütz (2011) distingue duas modalidades pelas quais as relevâncias podem ser dadas, a saber: (i) como relevâncias impostas e (ii) como relevâncias intrínsecas. Esta distinção se aplica às três classes de relevâncias – tópicas, interpretativas e motivacionais. Tentemos precisar o seu significado. Para tanto, o texto de Ricoeur (2003) deve nos ajudar. Segundo o autor, a problemática da vontade, intimamente conectada com o problema da atenção, começa pela experiência da distinção entre aquilo que (a) pertence ao eu e (b) aquilo que não pertence ao eu. A zona intermediária entre ambos consiste, justamente, na responsabilidade pessoal. A esfera de ação da vontade termina onde começa aquilo que não pertence a mim. Ora, é justamente neste eixo entre aquilo que pertence a mim e que, estendendo-se, estrutura o ambiente familiar e aquilo que não pertence a mim e que coloca-se como “estranho” ou “imposto” que se constituem, basicamente, as relações de poder (DREHER, 2011; GOETTLICH, 2011). É correto dizer, neste sentido, que a distinção sugerida por Schütz (2011) diz respeito a uma relação diferencial de poder do agente, implicando, com isto, uma ideia de liberdade, mas não “incondicionada”. Vejamos isto mais de perto.

Precisamente em um ensaio intitulado “*Alguns equívocos sobre a noção de responsabilidade*”, Schütz (1976b) distingue a significação de “responsabilidade *por* algo”, considerada no contexto subjetivo, e “responsabilidade *para* alguém”, considerada no contexto objetivo. A minha responsabilidade *por* algo só pode ser avaliada dentro de parâmetros bastante subjetivos e singulares, que dizem respeito à minha ação e meus projetos de ação e de vida, ao passo que a responsabilidade *para* alguém envolve um conjunto de expectativas sociais sobre o que é permitido ou não fazer e, por conseguinte, permite com que um terceiro legisle sobre o significado de meu ato. Disto, o significado da responsabilidade e do dever se alteram drasticamente se este é definido por mim (“*por* algo”), de maneira autônoma ou adequada a meus propósitos à mão, ou, então, se é imposto sobre mim por outrem (“*para* alguém”), de forma cogente ou prescritiva. O primeiro se refere a uma relevância intrínseca, referida ao estoque de conhecimento e aos planos do agente, ao passo que a segunda é entendida como imposta, referindo-se, portanto, a uma organização externa que altera a validade de meu estoque de conhecimentos e que não necessariamente coincide com meus planos (ou “*motivos-para*”). Ora, com esta temática, Schütz parece indicar um caminho interessante para compreendermos

qual é o papel dos contextos objetivos, ou seja, das instituições e demais dispositivos sociais, com as suas indicações referenciais e seus contextos abertos, na constituição de nossa memória e de nossa identidade, através das tipificações.

Já em um ensaio intitulado “*O cidadão bem informado*”, Schütz (1976a) distingue as relevâncias intrínsecas e impostas em termos do controle que o Eu pode exercer sobre o seu mundo circundante por meio de seu corpo e do conhecimento de que dispõe. Desta forma, entende as relevâncias intrínsecas como o resultado do controle que o agente pode exercer sobre o mundo. Em uma definição mais específica do termo, embora não sem ambiguidades, afirma que elas são “intrínsecas a um interesse escolhido” (SCHÜTZ, 1976a, p. 127). Quer dizer, são desdobramentos de uma escolha por um interesse prévio, ou seja, do sistema de relevâncias motivacionais. Talvez seja um pouco desconcertado dizer que é possível “escolher um interesse”, dado que os termos “interesse” e “escolha” parecem, no vocabulário do senso-comum, sempre coincidir ou, em uma linguagem mais psicológica, colocar-se como polos antagônicos e irreconciliáveis. Esta confusão parece desaparecer a partir do momento em que se considera que, para o autor, o interesse se manifesta pré-reflexivamente, anterior a qualquer elaboração predicativa e tomada de posição ativa, ao passo que a escolha designa, por sua vez, a tomada de posição ativa – volitiva, portanto – a respeito de algo que já se formou e apresentou à experiência, ou seja, a algo passado. De fato, em “*Reflexões sobre o problema da relevância*”, Schütz (2011) as relevâncias intrínsecas são concebidas como aquelas que não posicionam o tópico em si, no sentido de que posso escolher o tópico de minha atenção e ação; ao contrário, elas posicionam as conexões de um tópico já dado e, por conseguinte, constituído na experiência, as quais estavam implícitas em suas tipificações ou referências.

As próprias relevâncias intrínsecas ou voluntárias podem ser dadas de duas formas. Primeiro, pela substituição de um tópico por outro, pela superposição gradual de um pelo outro, ou seja, pela ampliação ou pelo aprofundamento do tópico que, em um dado momento anterior, era dominante. Por exemplo, em uma conversa sobre futebol com um amigo, a respeito do desempenho do time para o qual torcemos em comum no campeonato atual, posso me aprofundar sobre o seu desempenho no último jogo e sobre o que eu considero sobre o assunto. Neste caso, o tema é retido e o núcleo temático permanece relacionado ao que era temático até então, a saber, o futebol relacionado a nosso time em comum. O que

era horizontal – o desempenho do time no campeonato – permanece conectado com o tema anterior, que ainda permanece na apreensão, mas foi expandido com elementos que antes pertenciam ao horizonte e que agora, sendo temáticos, passam a ser intrínsecos ao tema. Através desta superposição, novas relevâncias tópicas são formadas. Posso, por exemplo, explorar, segundo minha memória, o desempenho do atacante ou do goleiro na última partida. Em tal caso, cada tema tem seu próprio horizonte específico e é referindo-se às indicações implícitas nos horizontes internos e externos⁴⁵ do tema predominante em um determinado caso que estes dados horizontais são transformados em dados temáticos. O tema já colocado (imposto e predominante) é, portanto, um “campo ilimitado para tematizações adicionais” (SCHÜTZ, 2011, p. 110) que se desdobram a partir dele a partir de seus conteúdos intrínsecos. Em segundo lugar, as relevâncias intrínsecas podem ser dadas pela mudança voluntária de atenção de um tópico “A” a um tópico “B” sem que haja uma conexão imediata entre eles. Neste caso, há uma passagem da intenção a um novo tema heterogêneo e o abandono do tema anterior, que deixa de estar em minha apreensão. Este abandono pode ter acontecido (a) após a finalização de uma tarefa (onde se aplica o “*Efeito Zeigarnik*”) (por exemplo, ao terminar o preparo de um manuscrito, eu posso me dedicar a praticar desenho) ou (b) como um afastamento temporário com a intenção de retornar a ele depois da interrupção e apreendê-lo novamente, como uma pausa nas atividades, ou uma alternância de atividades (por exemplo, sem ter terminado o manuscrito, posso interromper a atividade para almoçar e, posteriormente, retomar a atividade de onde parei). O motivo profundo, segundo Schütz (2011), para a mudança repentina da atenção voluntária para temas heterogêneos, por outro lado, reside (i) na passagem de uma dimensão da realidade (província de significado) a outra ou (ii) em colocar

⁴⁵ É importante notar, com Husserl, que horizonte tem um significado duplo: (a) horizonte interno e (b) horizonte externo. O (b) horizonte externo designa (i) tudo o que ocorre simultaneamente com o tema no campo de consciência e, ao mesmo tempo, (ii) tudo o que se refere, por meio de retenções e rememorações, à gênese do tema no passado, (iii) tudo o que se refere, por meio de protenções e antecipações, às suas potencialidades futuras, (iv) tudo o que está conectado com o campo atual na condição de resultado de sínteses passivas, tais como a similaridade, a semelhança, a dissimilaridade, a igualdade, e assim por diante. O (a) horizonte interno diz respeito à estrutura vertical do tema, que pode ser aprofundada (i) pela descrição, tão completa quanto seja possível, de suas características e de sua singularidade e, em seguida, (ii) pela análise (') de seus elementos e suas inter-relações e (") de suas estruturas funcionais que determinam o processo de sedimentação da qual ele mesmo é o resultado e (iii) pela reconstrução (reestabelecimento e reformulação) dos "passos politéticos pelos quais o seu significado, apreendido agora por nós em um único olhar monotético, foi constituído" (SCHÜTZ, 2011, p. 110).

em jogo um nível diferente da personalidade ou, ainda, (iii) numa mudança da interação das dimensões do tempo nas quais nós vivemos simultaneamente. Por exemplo, enquanto preparo um manuscrito, posso me dedicar a pensar, em fantasia, como será minha vida em uma nova casa para a qual desejo me mudar.

Nas relevâncias impostas, o caso é um pouco diferente, porque se considera a ruptura do horizonte de familiaridade do agente e o seu pouco controle sobre as alternâncias temáticas. Com efeito, a teoria de Schütz (2011) parte da consideração de que o agente sempre está se movimentando existencialmente a partir de um horizonte típico de familiaridade e de segurança de seu mundo da vida. Neste sentido, Campo (2015) lê as relevâncias impostas como uma “descontinuidade temática e cognitiva” (CAMPO, 2015, p. 134) do agente, pois envolvem uma quebra da continuidade de suas expectativas e, portanto, do caráter seguro e certo de seu estoque de conhecimento. Conforme Schütz (2011), a segregação do tópico de um plano de fundo não-problemático é considerada como uma experiência imposta, “uma experiência não-familiar [que] se impõe sobre nós em sua própria não-familiaridade” (SCHÜTZ, 2011, p. 108). Considera-se, aqui, como “imposto” não algo que se dá à consciência através de um ato volitivo, mas que se dá, justamente, como aquilo que não se escolhe e que se segrega à parte daquilo em que consistem os esquemas típicos e familiares de apreensão da realidade, fora das expectativas habituais pelas quais o agente se situa no mundo. Em “*O cidadão bem informado*”, Schütz (1976a) concebe as relevâncias “passivas” ou impostas como aquelas que dizem respeito ao que se encontra fora do controle do agente e que ocorre sem a sua interferência. Elas não estão relacionadas aos interesses escolhidos por ele, ou seja, a seus planos. Indicam eventos e situações contra os quais não tem poder de modificação, a não ser de transformá-los de impostos em intrínsecos, ou seja, de colocar em jogo a *periodeuxis*, um processo de investigação e de apropriação da situação. Como impostos, colocam-se, de início, sempre como vivências “não clarificadas” e “incompreensíveis”, isto é, fora do escopo de seu estoque de conhecimento. No rol destas relevâncias impostas, o autor coloca: (a) a experiência de “choque”, que envolve uma mudança da atenção e um salto de uma província de significado a outra, de maneira involuntária; (b) qualquer mudança súbita nas dimensões do tempo nas quais nós vivemos simultaneamente (tempo subjetivo, social etc.); (c) qualquer interrupção ou modificação que implique a descontinuidade das idealizações do fluxo contínuo de realização de consciência, do “e assim por

diante” (sínteses de continuidade), e de sua iterabilidade, como “de novo e de novo” (sínteses de repetição), o que está na base de nossa experiência cotidiana (ou seja, qualquer acontecimento súbito e inesperado); (d) qualquer mudança oriunda da interação social, isto é, pelos atos de outros agentes e de nossos próprios atos enquanto indivíduos ou enquanto grupos sociais (por exemplo, quando alguém age de maneira inesperada e incompreensível); (e) qualquer outra mudança não-volitiva no nível de personalidade envolvida (passiva ou ativa), como quando, por exemplo, passa-se comigo mesmo uma experiência estranha, confusa ou, de início, incompreensível.

Em termos mais propriamente existenciais, as relevâncias impostas têm proximidade com aquela esfera existencial designada pelo conceito de “ser-jogado-no-mundo” ou, conforme a tradução, “derrelição” (*Gerworfenheit*) de Heidegger (1927/2012). A partir de uma aproximação sugerida pelo próprio Schütz (1976a), pode-se compreender que entram no rol das relevâncias impostas também experiências como a morte, a perda, o “destino”, dentre outras experiências incontornáveis e que irrompem de nossa condição humana e a constituem. Podem ser arroladas aqui aquelas experiências que Holzhey-Kunz (2018) concebe como referentes à “inscrição pré-ontológica” do agente e que Fuchs (2013a), por sua vez, concebe como constituintes da situação básica e da vulnerabilidade existencial de seres humanos, tais como a inevitabilidade da culpa, a inexorabilidade de ser livre, a fragilidade do corpo próprio, ou a finitude. São elementos que não exigem a participação ativa do Eu, como os anteriores, colocando-se como experiências inevitáveis e ontologicamente estruturantes para o agente. Schütz (2011) organiza estas experiências em três grandes categorias de relevâncias impostas, quais sejam: (1) a condição humana (o corpo, o tempo e o espaço), (2) a natureza das coisas (o mundo circundante, enquanto aquilo que resiste à minha vontade e escolha) e (3) os encontros sociais. Este conjunto de relevâncias impostas consiste naquilo que é inalienável à existência do sujeito e que circunscreve a sua esfera de possibilidades de ação, que podem ser colocadas em jogo mediante a escolha ou a vontade. Corresponde, pois, também às “invariâncias” da margem do campo de consciência, tal como apontadas por Gurwitsch (2010b).

Todas as relevâncias podem se apresentar conforme esta modulação de intrínsecas ou impostas. As relevâncias interpretativas podem ser, também, nesta direção, impostas ou intrínsecas. São impostas quando permanecem no nível da

síntese passiva, sem alcançar a consciência e sem o auxílio do juízo. Em tal caso, a interpretação é dada de maneira “automática” e sua efetuação se baseia na síntese passiva. Aqui, forma-se a habitualidade da experiência interpretativa. A maior parte de nossas experiências ocorre desta forma. Em minha rotina, aplico as tipificações que se provaram verdadeiras até então e contra as quais não há, por assim dizer, evidência contrária. Contudo, caso as tipificações de rotina não sejam suficientes ou adequadas, então é necessário fazer uso da reflexão judicativa e voluntária. É o momento de “parar e pensar” sobre os meus próprios conhecimentos. Este caso, contudo, só se coloca diante de uma “possibilidade problemática”, que exige a reflexão, porque todo o fundo do sistema de relevâncias interpretativas é fundado sobre o princípio de compatibilidade de todos os seus momentos coexistentes (CAMPO, 2015). No caso das relevâncias motivacionais, por sua vez, encontra-se um caso curioso tal como analisado por Schütz (2011). Segundo o autor, do ponto de vista das experiências individuais isoladas, apenas a escolha do projeto dominante, atualmente circunscrita, é intrinsecamente relevante em termos motivacionais, originando-se de um ato volitivo. Ou seja, apenas em momentos pontuais de parar e decidir quanto ao rumo das próprias ações e decisões. Porém, “uma vez constituídas”, diz Schütz (2011, p. 122), “todas as relevâncias motivacionais derivadas do projeto dominante são experimentadas como sendo impostas”. Quer dizer, é como se obedecesse a mim mesmo como outro em minhas ações rotineiras e me orientasse pelas linhas de ação anteriormente prescritas por meu projeto, ainda que a maior parte deste projeto fique disponível em contornos pouco definíveis, ou seja, como um “fantasma” (SCHÜTZ, 1932/2018). Aqui, entra a distinção, feita pelo autor, entre os motivos “para” e “porque”, que constituem as relevâncias motivacionais. O projeto que ganha proeminência ao ser estabelecido pode ser analisado nos termos das relevâncias do tipo “porque” na forma de “motivação para o próprio estabelecimento de um projeto proeminente” (SCHÜTZ, 2011, p. 121) ou, ainda, nos termos das relevâncias “para” que “emanam do projeto proeminente já estabelecido” (SCHÜTZ, 2011, p. 121) e que fornecem as direções possíveis para as ações a serem levadas a cabo pelo sujeito.

Ora, Cox (1978) havia criticado Schütz por ter falhado em fornecer clareza sobre a distinção entre os processos ativo e passivos no direcionamento da atenção pelo interesse e em sua análise desta distinção. Contudo, parece-nos correto afirmar que a sua maneira de colocar a questão, embora não evidencie terminologicamente

a diferença entre os dois níveis de constituição de sentido, conduz à interpretação de que, precisamente, o direcionamento da atenção – geralmente, associado à ação do Eu – é motivado e ancora-se sobre as relevâncias motivacionais e interpretativas que formam um fundo adquirido e pressuposto para tal operação – e, desta forma, a um nível passivo de constituição. Isso porque, para o atentar-se ativo e voluntário, na escolha de explorar um tópico, é necessário que este tópico já tenha sido dado, de maneira passiva, para o Eu. Isso significa que é necessário que haja conexões de sentido passivamente constituídas para que o olhar voluntário possa voltar-se. Segundo Cox (1978, p. 190), “o eu ‘dirige-se para’ [steers] ou ‘segue’ as conexões de sentido, as linhas de contorno que são apresentadas a ou disponibilizadas a ele sobre a base de processos intencionais passivos”. Este é um nível de fundação em que os processos automáticos servem como um “gatilho” que evoca o voltar-se ativo para os estados-de-coisa apresentados na passividade, ou, no termo preferido por Cox (1978), na “automaticidade”. Os processos automáticos demandam os processos ativos. Além deste nível, pode ser o caso de o voltar-se voluntário da atenção ser motivado, que envolve a exploração ativa daquilo que se apresenta. Ou, ainda, pode ser o caso de apresentar-se algo inteiramente novo, de coisas que simplesmente “ocorrem” a mim, sem possuir qualquer conexão de sentido com outros pensamentos presentes ou quaisquer interesses atuais. Em todos estes casos, a pressuposição do passivo pelo ativo, do involuntário pelo voluntário, é uma regra.

A partir destas considerações, fica clara, portanto, não somente a diferença entre as relevâncias intrínsecas e impostas, mas, também, a sua relação. Se as relevâncias tópicas intrínsecas, por exemplo, consistem na transformação do horizontal em temático por um ato do Eu, então elas pressupõem que o tema já esteja constituído, que ele já tenha se destacado do fundo de familiaridade que constitui a vida cotidiana. Por conseguinte, a liberdade da relevância intrínseca – e do ato de vontade a ela conectado – é limitada: o tema predominante fornece a direção ao horizonte e o limite superior a ser seguido pelas relevâncias tópicas a serem explicitadas a partir do horizonte. Este limite encontra-se, justamente, nas referências dadas pelo tema a outros temas com os quais forma um sistema. É o mesmo caso da aparente contradição nas relevâncias motivacionais, citada acima. Existem, portanto, limites que definem o ponto de partida e os contornos da atenção voluntária, que é sempre motivada. Em outros termos, a atenção voluntária percorre,

sempre, um caminho que já foi pavimentado previamente – no caso, pelas camadas pré-predicativas da síntese passiva. A atenção voluntária tem, portanto, uma gênese involuntária e, se considerarmos que a gênese do estoque de conhecimento é social, então também é possível dizer sobre ela que a sua gênese é social e intersubjetiva.

4.4 A estrutura social do estoque de conhecimento

Os sistemas de relevância podem ser considerados de um ponto de vista individual, centrando-se a análise na situação atual vivida pelo agente e em sua autobiografia. Este é o foco que tomamos até agora em nossa exposição. Porém, de outro ponto de vista, também podem ser considerados como uma rede de tipificações e estruturas sociais que transcendem a consciência voltada sobre si mesma do *cogito*, as quais são socialmente derivadas, aprovadas e, eventualmente, até mesmo impostas (SCHÜTZ, 1996d). Ora, diz Schütz (2011, p. 135), o “mundo tomado como evidente não é meu mundo privado, nem o são, em sua maior parte, os sistemas de relevância”. E continua: “O conhecimento é, desde o início, conhecimento socializado e, assim, também o são os sistemas de relevância e o mundo tido-como-certo” (SCHÜTZ, 2011, p. 135). O mundo da vida e as suas tipificações constituem, neste sentido, conhecimentos que são instituídos e compartilhados. São conhecimentos que existem até mesmo antes de minha própria vida fática no mundo. Segundo o autor,

[...] apenas uma pequena parcela de nosso conhecimento atual e potencial se origina em nossa própria experiência. A maior parte de nosso conhecimento consiste em experiências que não nós, mas os nossos consociados, contemporâneos ou predecessores tiveram e que eles comunicaram ou passaram para nós (SCHÜTZ, 1976a, p. 131).

A possibilidade da transmissão e da comunicação, por sua vez, tem por base uma teoria da intersubjetividade. Em resumo, pode-se dar destaque a duas idealizações sobre as quais se sedimentam as operações dos agentes na vida cotidiana, citadas por Schütz (2011), quais sejam: (1) a permutabilidade dos pontos de vista, de tal forma que diferentes agentes podem cambiar os seus pontos de vista e que percepções análogas a do outro podem ser percebidas por mim; e (2) a congruência dos sistemas de relevância, de tal forma que, apesar de singulares, os

estoques de conhecimento de diferentes agentes apresentam comunalidades que permitem a comunicação e a interação na vida cotidiana. De tal forma, os sistemas de relevância estão abertos ao compartilhamento e à comunicação por meios expressivos e simbólicos.

Com base nesta leitura, tem-se um caminho para demonstrar que o atentar-se para algo e o modo do atentar-se para algo que aparece em nosso campo perceptual são formatados por normas e por convenções sociais (BREYER, 2009), bem como a maneira como a nossa ação se configura dentro de um “contexto referencial” de origem social e histórica. Citemos um estudo de Breyer (2009) que nos ajudará a compreender os problemas de ponto de partida para a elaboração de uma teoria social da atenção em linhas schützianas. Em seu estudo sobre atenção e linguagem, Breyer (2009) problematiza a maneira como a atenção está relacionada com um contexto de referências sociais e situacionais. Ele escreve o seguinte:

[...] como, no caso da atenção ativa, nós sabemos o que olhar quando nós queremos examinar o horizonte interno de um objeto em busca de uma característica particular? E como nós selecionamos um novo alvo de nossa atenção no interior do horizonte externo se nós procuramos por um objeto específico? Se a direção da atenção não deve ser arbitrária ou puramente exploratória, deve haver, aqui, orientações atencionais [*attentional guidelines*]. Em outras palavras, nós devemos possuir um determinado tipo de pré-compreensão sobre o domínio de objetos ao qual nós movemos a nossa atenção, dando origem a determinadas antecipações e expectativas sobre como os horizontes mudarão se a atenção for deslocada (BREYER, 2009, p. 251).

Para Breyer (2009), remetendo-se a Heidegger (1927/2012), toda orientação intencional se dá dentro de um contexto referencial, ou seja, “existem relações indexicais entre os objetos em nosso campo de experiência” (BREYER, 2009, p. 251). Desta forma, o contexto significativo por meio do qual nos atentamos ao nosso mundo circundante está embrenhado pela linguagem e está estruturado por normas sociais e por convenções. É por meio da atenção conjunta e da função indicativa da linguagem, no processo de aprendizagem, explica-nos Breyer (2009), que podemos destacar e diferenciar objetos de nossa experiência e estabilizá-los. Por conseguinte, poder destacar determinados objetos ou explorar um determinado campo experiencial envolve um contexto situacional e um processo de sedimentação, de conhecimentos habituais, que têm origem social. As suas formulações estão em acordo com a teoria de Schütz. Vejamos mais de perto como

o autor propõe uma articulação entre o estoque de conhecimento individual e o conhecimento social, que deve guiar a atenção individual.

O estoque de conhecimento privado e particular é derivado do estoque de conhecimento cultural e de seus esquemas de interpretação já prontos, instituídos social e culturalmente. Por um lado, conforme Schütz (2011), o estoque de conhecimento envolve a “esfera manipulatória” (SCHÜTZ, 1962a), que se divide em “mundo à mão”, presente e pragmático, e “mundo potencialmente disponível”, aberto ao futuro e às dimensões exploráveis do mundo da vida. Relacionadas a esta esfera encontram-se, também, (a) as habitualidades dormentes, mas potenciais, e (b) habitualidades atuais e disponíveis para o agente. Envolve, também, a resolução de problemas particulares, teóricos ou práticos, oriundos de qualquer uma das províncias de significado, em uma dialética contínua com a definição de situações. Em vez de ser um arquivo estático, o estoque de conhecimento tem de ser estruturado a cada momento de acordo com o sistema de relevância predominante (CAMPO, 2015). Certamente, o estoque de conhecimentos não se reduz ao familiar, embora se assente sobre ele. O desconhecido está incluído, porém é irrelevante para os propósitos à mão. De forma semelhante, tudo o que se mostra inconsistente, incoerente e incompatível em nosso estoque de conhecimento para lidar com um problema é desconsiderado, por ser irrelevante para este propósito. Como vimos, o estoque de conhecimento é aplicado recursivamente para a solução de problemas que surgem deste fundo não-problemático e familiar e que se diferencia dele por ser não-familiar. O problema é o próprio tema emergente, segregado. Para agir sobre o tópico segregado, são mobilizadas relevâncias interpretativas e motivacionais pelo agente.

Por outro lado, as relevâncias são entendidas como tipificações transmitidas por outros significativos de nossa cultura (pares, professores, pais e afins) (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1974; 1989; BERGER; LUCKMANN, 2014) para a resolução de problemas comuns para um determinado grupo social (SCHÜTZ, 1976d; 1976e). Desde crianças, aprendemos com estes outros a agir com base em receitas típicas de regras e meios para a solução de problemas típicos. “Pelo seu uso habitual para fins específicos”, diz Schütz (2011, p. 176), “eles [estes conhecimentos] adquiriram o caráter de instrumentos, utensílios, ferramentas”. Neste sentido, tudo o que é tomado como autoevidente e forma o fundo adquirido familiar da experiência cotidiana não é apenas assunto meu, mas diz respeito a um

“horizonte social intersubjetivo”, portanto portador do índice “nosso” (SCHÜTZ, 1996d, p. 198). Compartilhamos – as pessoas de meu grupo social e eu – as mesmas suposições de que o mundo social funciona e continuará funcionando, de maneira autoexplicativa, sem, para tanto, precisar colocar qualquer questão adicional sobre o assunto. Existe, portanto, uma confiança tácita que permeia todas as nossas relações com o mundo social. Com base nela, acreditamos que o metrô ou que a rotina do comércio funcionará amanhã como sempre funcionou até agora, de maneira habitual. Ou, então, que uma pessoa conhecida responderá a meu aceno ao me ver caminhando pela rua. Isso tudo, é claro, a não ser que algo irrompa a familiaridade e habitualidade de nosso mundo da vida⁴⁶.

Dentre as tipificações que nos são herdadas socioculturalmente, através de nossos predecessores ou de outros significativos com os quais nos socializamos, incluem-se valores, princípios, símbolos, signos, a língua materna, com a sua própria sintaxe, dentre tantos outros itens significativos e hábitos (SCHÜTZ, 1976a; 1976c; 1976d; 1996e). As tipificações são assunto de especial consideração ao se tratar da distribuição social do conhecimento e do papel desempenhado pela linguagem para tanto. Porque as tipificações, embora sejam oriundas de experiências pré-predicativas e sejam formadores de esquemas de interpretação que não são, em essência, declarativos, estão intimamente relacionadas com a possibilidade de organizar estas experiências linguisticamente, em um léxico, e de formular sintaticamente as suas referências indicativas. Sendo assim, é por meio das tipificações que pode se considerar a origem intersubjetiva e social do estoque de conhecimento à mão. Estas tipificações condensam experiências prévias de outras pessoas de meu grupo social e, ao mesmo tempo, referem-se a conhecimentos ou objetos que podem não estar diretamente disponíveis a mim ou presentes em minha esfera manipulatória, como, por exemplo, no que tange à história de meu país, com os seus “mitos fundadores”, ou a diferentes rituais religiosos. Pode ser até mesmo que eu não compreenda as receitas de meu grupo social, mas isso não impede que as suas prescrições das maneiras típicas e adequadas de agir funcionem. Por exemplo, uma pessoa pode comprar mercadorias no comércio sem ter qualquer ideia exata de como estas mercadorias são produzidas e, ainda, pagar com cédulas de papel sem saber exatamente o significado que o dinheiro condensa ou como ele

⁴⁶ A crise atual provocada pela doença do coronavírus (COVID-19) é um exemplo preciso deste estilhaçamento de nossa confiança básica na continuidade das rotinas de nosso mundo da vida.

funciona em termos de regulação econômica e financeira (SCHÜTZ, 1976c). Em todo caso, a exploração de itens desconhecidos de meu campo de experiências ou mesmo a exploração detida das próprias receitas deve partir destas mesmas receitas enquanto o solo comum da experiência típica de meu grupo social.

A respeito da maneira como o agente pode se apropriar destas receitas, Schütz (1976a) distingue quatro “zonas de relevância” conforme a sua relação com as suas capacidades de atuação. Primeiro, apresenta a zona de relevância primária, que corresponde ao conhecimento que está dentro de meu alcance e de minhas capacidades ou de minha *expertise*. Segundo, apresenta os campos abertos ao domínio (*expertise*), mas mediatamente conectado com a zona primária de relevância. Terceiro, apresenta as zonas que não possuem conexão com os interesses à mão do agente e que, por isto, são relativamente irrelevantes, mas podem influenciar as zonas relevantes, acrescentando a elas, por exemplos, riscos inesperados. E, quarto, discorre sobre as zonas absolutamente irrelevantes, dentro das quais nenhuma mudança ocorrida influencia o objetivo à mão do agente. Estas zonas absolutamente irrelevantes são acompanhadas por uma “crença cega” no “quê” e no “como” das coisas desta zona. Em sua lida habitual com o mundo, os significados dos diferentes objetos e conhecimentos com os quais lida o agente dependem de como são colocados em relação a estas quatro zonas de relevância. E é justamente pelo fato de que o conhecimento de um indivíduo é sempre parcial – em razão de sua condição ontológica – é que o conhecimento social é socialmente distribuído e que a comunicação se coloca como imperativo para superar este problema.

Isso conduz, também, à compreensão de que o nosso sistema de relevâncias não é totalmente definido por nós mesmos, ou seja, não está totalmente dentro de nosso controle e se assenta a partir de um mundo que é construído por várias outras mãos. Quem determina o que é relevante para nós é, em grande parte, anônimo, estando, por isto, muito além de nossas relações face a face e das possibilidades de controle mútuo (SCHÜTZ, 1976a). O conhecimento socialmente aprovado tem, neste sentido, um poder que se consolida na visão natural de mundo do grupo social do qual faço parte e cuja origem se esconde no anonimato, ou seja, na imprecisão sobre quem é, precisamente, o outro agente que posicionou este sentido primeiro. Há, desta forma, uma normatividade inerente ao conhecimento socialmente aprovado, a qual está, na maior parte das vezes, fora de minhas próprias

possibilidades de controle. “Relevâncias politicamente, economicamente e socialmente impostas, além de nosso controle, devem ser levadas em conta por nós tal como elas são”, explica-o Schütz (1976a, p. 129). A aprovação social do conhecimento que eu tenho por dado demonstra possuir, desta forma, um peso importante em minha motivação de manter a minha crença nos pressupostos da vida cotidiana e das receitas que formam meu estoque de conhecimento particular. A aceitação deste conjunto de pressuposições não é, por conseguinte, meramente pessoal ou assunto privado. E, neste mesmo sentido, o meu mundo experiencial privado sempre está sujeito à aprovação de outrem, mesmo que isto não se dê, a cada momento, em relações de intimidade ou face a face. Conforme um comentário do autor,

[...] nossa única esperança e direção [na vida cotidiana] é a crença de que nós chegaremos a um acordo com este mundo, para todos os propósitos práticos e bons, se nós nos comportarmos tal como outros se comportam, se nós tomarmos por dado aquilo que outros acreditam estar fora de questão (SCHÜTZ, 1976c, p. 157).

Os setores do mundo da vida familiar são selecionados diferencialmente, por um lado, por pessoas de diferentes ocupações e com diferentes papéis dentro de um grupo social e, por outro, entre diferentes grupos sociais que podem existir faticamente. Quanto ao primeiro ponto, o autor entende que nem todos os membros de um grupo possuem o mesmo grau de conhecimento e de interesse pela exploração das pressuposições de seu mundo da vida. A depender de sua ocupação e de seu papel social, o agente pode apenas assumir o caráter autoexplicativo de tudo aquilo com o que se ocupa como instrumentos de trabalho e de ação ou, então, ocupar-se e interessar-se, precisamente, pela exploração dos horizontes internos de um conjunto delimitado de tópicos, circunscrito pelo seu campo profissional especializado. Isso significa que o conhecimento é socialmente distribuído e o é de maneira desigual (SCHIEMANN, 2014; SCHÜTZ, 1976a; 1976f). Este ponto tem importantes implicações para a teoria das diferenciações funcionais, das esferas profissionais, por exemplo, na modernidade (SCHIEMANN, 2014).

Quanto ao segundo ponto, Schütz (1976d; 1976e) concebe que todo indivíduo assume como verdadeiras as pressuposições de seu “grupo primário”, de origem, e que isto tem implicações importantes para a sua comunicação com outros grupos, diferentes de seu grupo de origem. “Cada um de nós possui sistemas de relevância que possuem o suficiente em comum com aqueles de outrem para permitir a

comunicação e a interação na vida cotidiana”, define-o Cox (1978, p. 18). Em outros termos, os próprios sistemas de relevância são compartilhados, parcialmente, dentro de um grupo, o que permite o estabelecimento de pontos de vista comuns e o conhecimento habitual e comum aos membros deste grupo. Nos encontros intersubjetivos, coloca-se, portanto, uma temporalidade e um contexto de experiência que transcendem a singularidade de cada um dos agentes envolvidos e permite as modificações dos sistemas de relevância de cada um conforme a relação progride. Este é o aspecto temporal da historicidade que define a possibilidade de relação entre o agente e os seus contemporâneos e que, prolongando-se para o futuro ou o passado, amplia-se para as suas relações com os seus predecessores e sucessores.

O autor dá dois exemplos complementares sobre a conexão entre os sistemas de relevância do agente e de seu grupo primário: o do estrangeiro (SCHÜTZ, 1976d) e do indivíduo que retorna a seu grupo de origem (SCHÜTZ, 1976e). Por um lado, o estrangeiro, ao aproximar-se do novo grupo ao qual se dirige, aplica as receitas que formam o estoque social de conhecimento de seu grupo de origem, de forma semelhante à de um observador destacado. De início, ele não compartilha dos sistemas de relevância do novo grupo e isso dá origem a uma “crise” quanto à sua adequação aos novos sistemas de relevância, com suas tipificações e receitas próprias. Isso gera um estranhamento inicial e um tipo de espelhamento contraditório. Para o estrangeiro, aquilo que é inquestionável e não exige explicações para os membros do novo grupo passa a ser objeto de inspeção por ele. Ele presta atenção a coisas que os membros do novo grupo tomam por dado e, em alguns momentos, não possui competência para se atentar a coisas que os membros do novo grupo normalmente se atentam. Os conhecimentos e tipificações do grupo externo têm de ser traduzidos a partir dos esquemas derivados do padrão cultural de seu grupo de origem. Ao mesmo tempo, o seu próprio estoque de conhecimentos prévio exige uma revisão e uma readequação, de tal forma que o conhecimento estranho passa por uma série de etapas até se tornar um conjunto unitário de receitas e, portanto, um “esquema de expressão” (SCHÜTZ, 1976d). Ele passa de um estado de incongruência entre os dois sistemas de relevância para um estado de uso habilidoso do novo sistema de relevâncias.

Por outro lado, o indivíduo que retorna a seu grupo de origem ainda possui o conhecimento do seu grupo primário “mantido na apreensão”, ou seja, como posse

passiva, dormente e neutralizada, de tal forma que os pressupostos da constituição de mundo de seu grupo de origem têm de ser recuperados, de forma ligeiramente contrária à do estrangeiro. O grau de intimidade e de familiaridade com o estoque social de conhecimentos de seu grupo de origem é significativo para este processo de retomada. Ele retorna para o horizonte social por meio do qual tem contato com objetos e tarefas de interesse e relevância comum com os seus consócios e que o orientava como seu sistema de coordenadas. Porém, tendo se afastado por um tempo, cortou, neste ínterim, a comunidade de espaço e tempo com os seus consócios e o que era um sistema de coordenadas comum se torna meramente uma tipificação abstrata. Considerando que o tempo se desdobrou tanto para si quanto para seus companheiros do grupo de origem, em seu retorno, o próprio sistema de relevâncias em comum pode ter se modificado, de tal forma que se sucede algo semelhante ao estranhamento mútuo descrito para o estrangeiro, acima. Os seus objetos de atenção e de interesse encontram-se em assíntota. Um exemplo claro desta situação se encontra na epopeia clássica narrada por Homero, *A Odisseia*, no momento em que o poeta narra o retorno de Odisseu a Ítaca após sua longa jornada. Não só ele estranha a situação de seu retorno, com a mudança ocorrida em Ítaca, como também não é reconhecido por seus consócios. De maneira semelhante ao estrangeiro, este indivíduo terá de readequar o seu sistema de relevâncias particular com aquele que prevalece no grupo, mas com um problema diferente, a saber, o de tornar as relações sociais passadas em relações atualizadas. Retornar à rotina de seu grupo de origem dependerá de seu sucesso em realizá-lo.

Vaitkus (1986) pontua que o grupo de origem desempenha um papel de matriz de interpretações e motivações do agente: “uma textura de relações nós estáveis e recorrentes nas quais os membros possuem um alto grau de conhecimento confiável para interpretar o que o outro quer dizer e antecipar as suas ações futuras” (VAITKUS, 1986, p. 84). O grupo de origem é, neste sentido, o “ponto zero” do sistema de coordenadas do qual se vale cada membro, cada agente, a fim de encontrar as suas ocupações no mundo social e de interpretar as diferentes mensagens e ações que nele se desdobram por si ou pelos outros. Certamente, o sistema de coordenadas não é compartilhado igualmente entre todos os membros, mas são segmentados a depender da posição que cada um ocupa no interior de um grupo social. Mesmo assim, é a partir dos sistemas de relevância compartilhados – do “padrão cultural” – por cada grupo que o mundo social como um todo é

organizado para cada indivíduo, por esta razão, utilizado como um “esquema de interpretação”. A este esquema corresponde a noção de “contexto referencial”, de Breyer (2009), citado acima. Compreende-se como a abordagem de Schütz ao problema da relevância pode dar sustentação a uma teoria social da atenção e responder aos questionamentos colocados por Breyer (2009).

4.5 Conclusões parciais

Neste capítulo, pudemos apresentar, de maneira mais profunda, as análises de Schütz sobre os sistemas de relevância e sua estrutura unitária, sobre a sua posição frente à problemática do voluntário e do involuntário e, por fim, sobre a estrutura social do estoque de conhecimento. Acreditamos que, a partir disto, é possível esboçar algumas conclusões parciais de sua teoria e suas possíveis contribuições à fenomenologia da atenção. Em primeiro lugar, é possível formular que a sua teoria está em continuidade, apesar de parcial, com a teoria de Gurwitsch. Isto nos permite formular de maneira mais sistemática a complementaridade entre a teoria do campo de consciência, de Gurwitsch, e suas análises da relevância e da atenção e as análises fornecidas por Schütz a respeito destes assuntos. No próximo capítulo, voltaremos a nos dedicar sobre a conexão entre as duas teorias, de maneira mais profunda. Contudo, já é possível adiantar que a ênfase em um sujeito encarnado, operando sobre o mundo e conectado com uma história pessoal – um sujeito com memória – e social marca a teoria de Schütz. Em segundo lugar, a compreensão que nos fornece a teoria de Schütz é a de que a seleção de um tópico de atenção se dá contra um fundo de habitualidade constituído ao longo da biografia do agente e em função da estrutura da situação atualmente vivida por ele. Assim, a atenção envolve os planos dos conhecimentos constituídos previamente pelo agente e de seus projetos de ação elaborados no momento de intersecção com um problema. Em terceiro lugar, as suas análises permitem abordar a problemática da liberdade associada aos estudos da atenção, ou seja, à problemática da atenção voluntária e involuntária. A sua teoria permite não apenas entender fenomenologicamente como a atenção voluntária é “condicionada”, sem, com isso, abraçar-se nenhuma sorte de determinismo, ao mesmo tempo em que, em conjunto com a sua análise da estrutura social do estoque de conhecimento, permite abordar

a problemática do poder (DREHER, 2011; GOETTLICH, 2011) e da constituição normativa da atenção (BREYER, 2009). Ora, o autor demonstra, neste sentido, que a atenção é porosa ao poder e seus exercícios nas seguintes dimensões: (a) na análise das relevâncias impostas, (b) na análise dos tipos compartilhados pelo meu grupo e (c) na análise da distribuição social do conhecimento, segundo cujo princípio os sistemas de relevância que constituem minha experiência dependem de meu estatuto ou de minha posição na hierarquia social – presumindo-se, é claro, as diferentes estratificações sociais. Por fim, é possível compreender, a partir de sua análise do estoque social de conhecimento, como o direcionamento da atenção, embora sempre seja um ato cognitivo individual, necessariamente pressupõe as prescrições de mundo compartilhadas com uma sociedade concreta e, por isto, está-se em direito de falar, com Campo (2015), de uma “matriz social da atenção”. Torna-se possível, com isto, explicitar fenomenologicamente a reprodução subjetiva das estruturas sociais e compreender a atenção como um ato fundamental deste “metabolismo” social, algo que tanto na sociologia quanto na psicologia social é comumente referido pelo termo “internalização” (BERGER; LUCKMAN, 2014), ou, mais contemporaneamente, de “subjetivação”. Ao mesmo tempo, as análises de Schütz permitem a consideração da contextualidade e da habitualidade da experiência atenta estudadas por Werhle e Breyer (2016) e se mostram, por isto, concordantes com uma série de evidências atuais em neurociências cognitivas, embora forneça a elas um importante complemento que só pode ser conduzido metodologicamente como uma psicologia social de orientação fenomenológica (EMBREE, 2011).

No próximo capítulo, trataremos das diferenças mais fundamentais entre as abordagens de Schütz e de Gurwitsch e, a partir das pistas deste estudo, procuraremos clarificar as suas teorias sobre as “províncias finitas de significado” e sobre as “ordens de existência”, respectivamente. Com isso, ampliaremos consideravelmente a ideia de “contexto” aplicada aos estudos da atenção e a ligaremos às estruturas do mundo da vida, em linguagem fenomenológica. Veremos que o campo de consciência pode ser considerado de maneira ampliada e plural ao se considerar os mundos da imaginação, do sonho, da loucura, dentre outros.

5 A MULTIPLICIDADE DO MUNDO DA VIDA: ORDENS DE EXISTÊNCIA E PROVÍNCIAS FINITAS DE SIGNIFICADO

Este capítulo tem por objetivo abordar a diferença e a complementaridade entre as abordagens de Schütz e de Gurwitsch sobre o problema da relevância e sobre a contextualidade da experiência consciente, particularmente à luz de suas teorias a respeito do mundo da vida e das múltiplas ordens de realidade. Já foi citada a existência de uma diferença entre os projetos de Schütz e de Gurwitsch a partir de uma indicação dada pelo próprio Gurwitsch (1964/2010a) e da explicitação desta diferença a partir do esquema proposto por Embree (2015) de diferentes ênfases nos elementos da consciência intencional: *ego-cogito-cogitatum*. Segundo Embree (2015), enquanto as análises de Gurwitsch se concentram nos aspectos *cogito-cogitatum* (*noesis-noema*) da intencionalidade, as análises de Schütz, por sua vez, concentram-se nos aspectos *ego-cogito* da intencionalidade. Em outros termos, a relevância em Gurwitsch corresponde a uma relevância centrada sobre o sentido noemático e, em Schütz, sobre o Eu e aspectos noéticos da constituição de sentido. Este é um primeiro ponto a ser abordado neste capítulo e que merece um esclarecimento. Como a problemática da relevância conduz a uma análise e compreensão do mundo da vida enquanto mundo pré-científico e social e cultural das realizações intencionais dos agentes, estes assuntos serão tratados logo na sequência, na segunda seção. Na terceira seção, abordaremos um assunto que é decorrente das análises do mundo da vida e que denota de outra forma a multiplicidade de interpretações que pode receber. Trata-se da problemática dos subuniversos de significado (JAMES, 1950b), ou seja, do fato de que experienciamos não somente um mundo de objetos físicos, mas, simultaneamente, podemos experienciar, também, um mundo de objetos ideais, fictícios, religiosos e afins. Neste ponto, traçaremos algumas diferenças entre as abordagens de Schütz e de Gurwitsch sobre o assunto e procuraremos sintetizá-lo. Em uma quarta parte do capítulo, aplicamos a questão no estudo das interrupções e das variações de grau de realidade em alguns casos típicos. Este estudo nos ajudará a concluir algumas coisas importantes sobre a maneira como estas formulações podem impactar as análises fenomenológicas da atenção.

5.1 Gurwitsch e Schütz em torno da relevância

Algumas pistas sobre as diferenças entre as abordagens de Schütz e de Gurwitsch podem ser encontradas na troca de cartas entre ambos (GRATHOFF, 1989).⁴⁷ Uma carta de Schütz a Gurwitsch datada de 25 de janeiro de 1952 será suficiente para iluminar esta questão à luz dos objetivos deste capítulo. Esta carta se encontra no contexto em que Gurwitsch, por um lado, prepara o seu texto de “*O campo de consciência*”, que viria a ser publicado primeiro em francês, em 1952, com o título “*Teoria do campo de consciência*” (*Théorie du champ de la conscience*), e, depois, em 1964, em inglês, com o título mais conciso de “*O campo de consciência*” (*Field of consciousness*), e no qual Schütz, por outro lado, redige partes substantivas de seu “*Reflexões sobre o problema da relevância*”, as quais comporão, também, o terceiro capítulo do primeiro volume de “*As estruturas do mundo da vida*” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1989)⁴⁸, ambos os textos publicados apenas postumamente. Nela, Schütz lê os rascunhos do texto de Gurwitsch e, a partir desta leitura, tece alguns comentários valiosos sobre a diferença de posicionamento dos dois autores. Além disso, faz algumas pontuações que indicam diferenças importantes entre o seu projeto e de o Gurwitsch. Gostaríamos de demarcar dois momentos desta carta: um primeiro que diz respeito à concepção de relevância e outro, à análise do mundo da vida. O segundo ponto será discutido na próxima seção.

A partir da leitura de “*O campo de consciência*” (GURWITSCH, 1964/2010a), Schütz coloca alguns problemas que considera não terem sido resolvidos na teoria defendida por Gurwitsch, pontuando o seguinte:

Eu gostaria que você tivesse mostrado como um elemento da margem muda para o campo, de lá para o centro; a sua visão da modificação de um tema em outro ou de uma ordem existencial para outra; como uma figura [*Gestalt*] pode se tornar fundo [*Grund*] e o fundo, figura; qual é a relação entre ‘pertinência’ (a sua relevância) e a coerência gestáltica; por que as análises noemáticas predominam sobre as noéticas em seu trabalho etc. (GRATHOFF, 1989, p. 154).

⁴⁷ No capítulo anterior, foi oferecida uma visão geral a respeito da posição dos dois autores em torno da hipótese gestaltista, embora sem nos aprofundarmos nas diferenças mais detalhadas entre as duas teorias. Estas diferenças são analisadas a seguir.

⁴⁸ Este capítulo tem o título: “*Conhecimento do mundo da vida*” e é dividido em três partes: a primeira analisa a estrutura do estoque de conhecimento; a segunda, a relevância; e a terceira, a tipicidade do conhecimento. Em “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011), estes três itens são estudados, também, em conjunto e de maneira articulada.

Coligindo diferentes momentos da obra de Gurwitsch e Schütz, acreditamos já ter podido dar uma resposta a estas questões de Schütz nos capítulos anteriores deste trabalho. Em todo caso, parece-nos importante este apontamento no sentido de permitir afirmar uma identidade entre a relevância de Gurwitsch e a noção de “pertinência”, citada por Schütz na carta. O conceito de pertinência diz respeito à coerência interna ao núcleo noemático, correlato das noeses, e à sua conexão com o contexto ou campo temático. Contudo, é possível interpretar que este apontamento pode se desdobrar, ainda, em uma distinção mais clara entre, por um lado, o conceito de pertinência, atribuível a Gurwitsch, e o conceito de relevância de Schütz, por outro. Pois, de acordo com Schütz (GRATHOFF, 1989, p. 157), a pertinência implica a concepção de que “tudo permanece conectado com tudo, está em um contexto com ele”, de tal forma que é relativo a um nível de organização pressuposto pelo nível de análise da relevância tal como proposta e conduzida Schütz (2011). Esta é a abordagem de Gurwitsch (1964/2010a) quanto ao problema da relevância, entendido como aquele que diz respeito à pergunta sobre como um tema é segregado de um fundo mais ou menos indiferenciado. Como vimos, Gurwitsch (1964/2010a) eliminou as respostas que defendem a ideia de que esta segregação se deve a uma ação intelectual, de um *intellectus agens*, acusando-as de dependerem da questionável hipótese de constância, que tem por base um dualismo entre uma camada sensível amorfa e uma camada intelectual seletiva e conscienciosa. Gurwitsch propôs, assim, uma releitura da consciência temática a partir da gestaltica para a qual a auto-organização da experiência é prévia a todo e qualquer problema de seleção. A relevância entra, então, como uma questão de demarcação entre aquilo que contribui e aquilo que não contribui para a significação do tema da consciência intencional, ou seja, como a questão da “pertinência” dos itens codados para a formação de uma *Gestalt* com um centro de gravidade. Porém, conforme demonstramos no capítulo anterior, as seleções operadas na experiência do agente nos termos dos sistemas de relevância abordam de outra forma a segregação do tópico, correlato da consciência temática. O primeiro nível, gurwitschiano, faz eco ao conceito de “concordância” utilizado por Schütz (1932/2018) em “A construção significativa do mundo social”, lá se referindo a uma unidade da experiência subjetiva⁴⁹. Porém, o segundo nível, sem ser reduzido a

⁴⁹ “Dentro dessa concordância, tudo ‘tem que ver’, objetivamente, com tudo” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 132).

mera análise noético-egológica (EMBREE, 2015), diz respeito à interpretabilidade do mundo e, por conseguinte, à segregação daquilo que é relevante no estoque de conhecimentos do agente para que um tema perceptivo possa ser interpretado de uma forma e não de outra. A análise de Schütz se dirige a destacar quais são os itens do estoque de conhecimento que contribuem para esta decisão, que ocorre, em sua maior parte, no nível pré-predicativo da experiência subjetiva. Portanto, o problema fenomenológico a ser descrito e analisado é diferente nos dois casos, embora exista uma conexão entre eles.

Talvez compreender a complementaridade entre as duas teorias requeira que as realoquemos dentro de um horizonte mais amplo de questões fenomenológicas. Parece-nos justificado, neste sentido, apelar a alguns problemas que Walton (2003) e Landgrebe (1993) apontaram à abordagem de Gurwitsch da questão, precisamente porque o conjunto destes problemas dá indicações importantes deste quadro geral. Segundo os autores, Gurwitsch deixou de considerar, em profundidade, a teoria dos horizontes intencionais e a fenomenológica genética de Husserl. Isso significa que o autor deixou fora de seu escopo analítico e metodológico a problemática das habitualidades que estão implícitas no tema e que, desta feita, constituem a sua história de sedimentação. Segundo Walton (2003, p. 18), “[o] que Gurwitsch omite [...] é a análise da estratificação, da dimensionalidade, do encaixe, da sobreposição e da interpenetração de horizontes”. Vejamos mais de perto como o autor entende este ponto, considerando três problemas separadamente analisados por ele.

Em primeiro lugar, um dos tópicos ignorados por Gurwitsch diz respeito à “diferenciação e intersecção das ordens no interior da consciência marginal” (WALTON, 2003, p. 18). Segundo o autor, isto significa incluir uma

ordem de existência intersubjetiva na consciência marginal, seja como um horizonte de outros sujeitos na percepção de um objeto, como generatividade primitiva ou generatividade histórica (WALTON, 2003, p. 18).

Em outros termos, incluir outrem como dado invariante da margem do campo de consciência é insuficiente, visto que isto não corresponde a uma compreensão de seu papel constitutivo. Por conseguinte, o papel dos outros na constituição da significação do tema é ignorado por Gurwitsch (1964/2010a; 2010b). Considerar o papel constitutivo de outrem seria a base para uma teoria da intersubjetividade de

maior longo alcance e que não recairia em uma versão atualizada de solipsismo. Nas palavras do autor:

Este horizonte está entremeado com a consciência [*awareness*] do fluxo de consciência através das sedimentações intersubjetivas, a consciência da existência incorporada através da generatividade primária e a consciência do mundo através da constituição de mundos-da-vida como uma consequência de generatividades de ordem superior (WALTON, 2003, p. 18).

O segundo problema diz respeito à distinção dos níveis relativos a cada ordem de existência da margem (a corporeidade, a temporalidade e Outrem). Walton (2003) argumenta que é possível admitir-se que as constantes da margem participam na constituição da significação daquilo que é temático. Afirmar que a sedimentação, a familiaridade, a habitualidade, a “tradicionalização” formam um “fundo adquirido” (WALTON, 2003, p. 19) que compõe o horizonte da consciência⁵⁰. É por meio deste fundo adquirido, enquanto um horizonte de familiaridade, que as coisas nos aparecem e se destacam para a consciência temática. Em um exemplo dado pelo próprio autor, pode-se imaginar que o botão de raiz quadrada de uma calculadora possui um significado preciso apenas contra um fundo de familiaridade que envolve um conjunto de operações matemáticas e de uso de instrumentos para cálculos. Este fundo adquirido se encontra sedimentado e disponibilizado a mim enquanto um fundo adquirido, do qual participo enquanto agente singular.

O terceiro problema citado por Walton (2003) consiste em apontar que existe uma relação de relevância entre a margem e o centro temático no que diz respeito ao “horizonte de habitualidade [*acquaintedness*]” (WALTON, 2003, p. 19). Vimos que, para Gurwitsch, a relevância material se dá apenas entre tema e contexto temático. Porém, Walton (2003) argumenta que a habitualidade pode possuir uma forma de relevância, apesar de ser marginal. Segundo ele, habitualidade consiste em uma “posse habitual devida a experiências prévias” (WALTON, 2003, p. 19), algo que permanece “latente”, mas que pode vir ao primeiro plano do campo de consciência, tornar-se “patente”. Para ele, a conexão entre margem e tema emerge

⁵⁰ A citação completa, em inglês: “As we are marginally aware of the others in several levels, we are also aware of our embodied existence not only as our particular bodily posture and movement but also as intercorporeality and primal generativity, and of the stream of consciousness not only as an undetermined temporal flow but also as a horizon of sedimentation and acquaintedness as well as a process of traditionalization. This typical familiarity and preacquaintedness pertaining to horizonedness as an acquired ground can also be considered as a type of marginal consciousness” (WALTON, 2003, p. 19).

como uma “conexão associativa” entre o momento presente e o tempo latente da habitualidade. Esta conexão inclui, ademais, a gênese passiva de reconhecimento, a tipicidade do horizonte do mundo da vida, o “manter como posse” (*im Griffe Haben*), mas como “inativo”, na margem. Nas palavras de Walton (2003, p. 19), “isto sugeriria, ao menos, que a habitualidade é um tipo de consciência marginal que sempre exhibe algum tipo de relevância material porque ela preserva a possibilidade de ser despertada [reativada]”. Uma das consequências de assentir com esta tese, segundo Walton (2003), é que ela contraria a distinção cabal feita por Gurwitsch entre relevância (temática) e irrelevância (marginal).

Cabe-nos, agora, compreender que tipo de compreensão está na base das críticas de Walton (2003) e como a teoria desenvolvida por Schütz dialoga com elas. Em primeiro lugar, parece-nos necessário sublinhar que a relevância estudada por Gurwitsch (1964/2010a) é uma relevância com relação ao tema e é deste ponto que deriva a sua abordagem noemática, conforme o apontamento de Embree (2015). O centro a partir do qual deve ser considerado o conceito de relevância de Gurwitsch não pode ser outro senão o tema enquanto o núcleo noemático das correlações noético-noemáticas (GURWITSCH, 1929/2009a). Por conseguinte, o “material” que adjetiva a relevância estudada pelo autor se refere às condições de contribuição dos codados do campo de consciência para a significação do tema, que é o centro de gravidade do campo de consciência, formando, assim, as referências indicativas do contexto temático. Neste sentido, caso se defenda que algo da margem contribui para a significação do tema, tem-se uma *contradictio in terminis*, uma confusão conceitual, pois a margem nada mais é do que um termo de exclusão de conjunto na referida contribuição. Desta forma, o problema da relevância de Gurwitsch se circunscreve a esta topologia dimensional de tema, campo temático e margem (ARVIDSON, 2003). As questões propostas por Walton (2003) apontam para uma teoria mais ampla e que reconceitua, por isto, a relevância. Consideramos que as suas críticas podem ser respondidas pelas elaborações de Schütz a partir de seu ensaio “*Reflexões sobre o problema da relevância*” (SCHÜTZ, 2011) e ser realocadas em um quadro em que prevalece o seu conceito de relevância, que inclui o de Gurwitsch, embora o ultrapasse.

Por meio de sua teoria da relevância e da intersubjetividade, Schütz (2011) aproxima a teoria da atenção com uma análise fenomenológica da habitualidade, assim destacando a dimensão pré-reflexiva por meio da qual se segrega e constitui

a figura de interesse, ou tema. A sua teoria da relevância coloca em cena, portanto, as habitualidades do Eu e dirige a análise fenomenológica à história e à situação de emergência de um tema, assim ligando-o, também, à intersubjetividade. Desta forma, começando em ordem invertida, é possível considerar três respostas às críticas de Walton (2003) com base em Schütz (2011). Primeiro, as análises sobre o estoque de conhecimento e os sistemas de relevância estão relacionados com o que, na teoria de Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a), corresponde ao “halo” da margem, ou seja, com aqueles codados que, apesar de serem marginais, possuem uma relação com o tema, embora não seja uma relação de pertinência material. De fato, estas análises mostram que a segregação do tema se dá a partir de um fundo de “posse habitual devida a experiências prévias” – o estoque de conhecimento. Segundo, a sedimentação, a familiaridade, a habitualidade, a “tradicionalização” que formam um “fundo adquirido” correspondem, precisamente, ao fundo do qual se destaca o tópico nas análises de Schütz, ao ponto de partida da *periodeuxis*: a quebra ou estilhaçamento da familiaridade da vida cotidiana. Este fundo de familiaridade presumida, baseado em uma pré-concepção de mundo, é o mundo da vida habitual das análises de Schütz (2011). Por fim, o entrelaçamento entre o estoque de conhecimento privado e o estoque de conhecimento social demonstra, precisamente, a maneira como a intersubjetividade está imbricada com a consciência temática e como a margem pode incluir este horizonte intersubjetivo, sem, com isto, ser necessário dizer que há uma pertinência material entre estes dados da margem e o tema.

Por conseguinte, as análises de Schütz permitem dar uma resposta às limitações da teoria de Gurwitsch, que se restringe, contudo, a um nível diferente da questão, e formular um conceito alternativo e mais amplo de relevância que diz respeito ao que o autor conceitua como estoque de conhecimento. A questão central deixa de ser sobre como um tema se segrega na experiência subjetiva para quais são as condições pelas quais um tema (problema) segregado é interpretado por um agente, considerando as circunstâncias de surgimento do problema, a sua biografia e o padrão cultural do grupo em que habita. Outro ponto que fica evidente à luz das questões propostas por Walton (2003) é que, assim considerada, a teoria de Schütz tem por foco a exploração das dimensões marginais do campo de consciência, se elas forem consideradas do ponto de vista daquilo que é temático em um determinado momento da biografia do agente. Certamente, a circunscrição entre o

que é relevante e o que é irrelevante não é uma demarcação estanque e, neste sentido, não corresponde a uma divisão tópica entre, por exemplo, consciente e inconsciente⁵¹. Neste sentido, dizer que Schütz explora as dimensões marginais do campo de consciência implica, também, dizer que seu método não parte do centro do campo temático para, então, circunscrever o que é marginal, mas se orienta pelas orlas ou horizontes daquilo que é temático para um agente em uma situação dada a fim de determinar analiticamente o que torna possível a própria atividade temática. Levando estas análises e diferenças a um nível ainda mais amplo, é possível vislumbrar que as análises sobre o campo de consciência e os sistemas de relevância conduzem a uma análise do mundo da vida. Contudo, estas análises também seguem orientações distintas em cada caso, como veremos na próxima seção. Enquanto, para Gurwitsch, o privilégio se encontra em uma análise da dimensão perceptiva do mundo da vida, para Schütz, esta análise se concentra nas dimensões aperceptivas e simbólicas, sem, contudo, desprezar o papel da percepção. Vejamos este problema mais de perto.

5.2 Gurwitsch e Schütz em torno das análises do mundo da vida

Novamente, tomando por referência a troca de cartas entre Schütz e Gurwitsch (GRATHOFF, 1989) e a carta citada no início da sessão anterior, podemos delimitar, de maneira mais clara, a diferença de posicionamentos entre Schütz e Gurwitsch. Na referida carta, Schütz pontua a sua diferença de ponto de partida com relação a Gurwitsch, afirmando o seguinte:

Eu não vejo por qual razão a realidade do mundo da vida possa estar fundada em seu caráter de mundo perceptivo. Por que, então, o mundo da alucinação não é um mundo real, o transcorrer do filme na tela não é real? Eu acredito que a realidade do mundo da vida diária é baseada em sua estrutura como o mundo do trabalho (*Wirkwelt*) (GRATHOFF, 1989, p. 154).

Depreende-se deste trecho que, para Schütz, o primado de suas análises está no mundo do trabalho e em seu correlativo nível de realidade. Concebendo-se que o mundo da vida é múltiplo, como veremos na seção seguinte, é necessário encontrar uma realidade predominante ou fundante que seja possa organizar a

⁵¹ No próximo capítulo, abordaremos outra face desta questão, centrando-nos, especificamente, na divisão entre o temático e o marginal.

multiplicidade. O autor encontra no mundo do trabalho a realidade predominante do mundo da vida (KASSAB, 1991), como veremos ainda com mais profundidade abaixo. Aliás, esta primazia parece estar relacionada, também, à preferência de seu autor por desenvolver uma fenomenologia da atitude natural, mais do que uma fenomenologia constitutiva de cunho transcendental e fundada no problema do acesso da consciência ao mundo dos objetos, como em Gurwitsch (1974). Gurwitsch (1974; 1977; 1964/2010a), por sua vez, parte do mundo da percepção, enquanto esfera pré-judicativa e pré-científica da experiência, por conseguinte anterior a quaisquer idealizações e abstrações, para considerar as diferentes estruturas do mundo da vida. Este é um ponto adicional fundamental na diferença entre as duas abordagens ao problema da relevância.

Ademais, como é possível observar na troca de cartas entre Gurwitsch e Schütz (GRATHOFF, 1989), é assumida, sobretudo por Gurwitsch, uma divisão de trabalho entre os autores. Enquanto a Schütz caberia conduzir análises de cunho social, a Gurwitsch caberia desenvolver uma análise da percepção. Ao assumir esta divisão, contudo, Gurwitsch pressupõe duas teses conflitantes, segundo Kassab (1991). Primeiro, a sua tese de que as experiências pessoais e significativas são dadas em percepção direta, a partir dos fenômenos expressivos (GURWITSCH, 1974; 1977). Remonta esta tese às concepções de “*milieu*” de Scheler e de “*Zeug*” de Heidegger, para, então, sustentar, em seu livro “*Encontros Humanos no Mundo Social*” (*Die Mitmenschlichen begehungen in der Milieuwelt*) (GURWITSCH, 1974), que o “mundo natural circundante” não é um aglomerado de objetos corpóreos indiferentes uns aos outros (como *partes extra partes*), mas “um campo estruturado de objetos que possuem os seus usos e significância para as pessoas que nele vivem e para as quais eles se relacionam em termos de seus interesses e necessidades” (*apud* KASSAB, 1991, p. 188). Esta é a base para a sua abordagem ontológica de cunho existencial, orientada às objetividades sociais e fundamentada na noção de ser-no-mundo, conduzida especificamente no referido estudo (GURWITSCH, 1977)⁵².

⁵² Esta abordagem existencial do problema é, curiosamente, adotada por Gurwitsch apenas em “*Encontros Humanos no Mundo Social*” (GURWITSCH, 1977), embora várias de suas premissas da fenomenologia transcendental e da fenomenologia da percepção sejam ali empregadas como princípios condutores de análise, lado a lado de uma abordagem ontológica e orientada ao objeto derivada da fenomenologia de Heidegger (1927/2012), que é citado do começo ao fim.

Para Gurwitsch (1974; 1977), a esfera da percepção apresenta o mundo da vida enquanto intersubjetivamente estruturado e, portanto, como mundo de significação cultural. Como já vimos no primeiro capítulo, a sua teoria da percepção implica a rejeição da teoria dualista da percepção e do papel teórico concedido a esquemas apreensivos diferentes da percepção direta. Isso leva o autor a conceber, primeiro, que a percepção não se refere somente a objetos corpóreos e, segundo, que os objetos culturais são também dados em atos perceptivos, sem, por isto, fazer-se necessário evocar atos apreensivos adicionais. Esta é a sua compreensão deriva de seu compromisso com a rejeição da hipótese de constância e, portanto, com a compreensão gestáltica da cognição, para a qual nenhum ato de produção ou elaboração cognitiva é necessário para produzir a significação dos atos perceptivos, que são auto-organizativos. Porém, esta premissa não elimina a possibilidade de discordâncias e discrepâncias intersubjetivas, corrigidas pela intercomunicação, ou, ainda, a possibilidade da existência de objetos que são dados exclusivamente por meio das experiências intersubjetivamente concatenadas e entrelaçadas, como, por exemplo, a nação. Neste sentido, o autor critica Schütz e também Husserl por pressuporem que os esquemas de apreensão, intelectivos, seriam os responsáveis por transformar os objetos do mundo externos em objetos culturalmente significativos. Os significados culturais aparecem já entremeados à percepção e com ela unidos. Da mesma forma, a percepção do outro e de seus fenômenos expressivos também é dada em percepção direta, de forma que a divisão mente-corpo e o apelo a signos de representação do mental no corporal são compreendidos pelo autor como abstratos.

A partir disto, concebe-se que, embora Gurwitsch e Schütz refiram-se, em seus trabalhos, ao mundo da vida, os autores analisam este conceito por vieses bastante diferentes (KASSAB, 1991). Para Gurwitsch, o mundo da vida corresponde ao mundo da experiência perceptiva, pré-conceitual, pré-predicativa e pré-científica. Desta forma, o autor confere centralidade à percepção em sua teoria e em suas análises do mundo da vida. A compreensão que Gurwitsch tem do mundo da vida. Diferentemente, para Schütz, o mundo da vida corresponde ao mundo da experiência cotidiana, permeado pelas tipificações enquanto produtos das interações intencionais de outrem, nas variadas temporalidades por meio das quais podemos nos envolver intersubjetivamente, a saber, como contemporâneos, predecessores ou sucessores (SCHÜTZ, 1932/2018). Assim, o autor centra a sua análise nas

operações do agente sobre o mundo, na ação que é por ele projetada e no conhecimento possuído por cada agente e socialmente distribuído e compartilhado, nos termos da teoria da relevância. Esta análise é conduzida, aliás, em um nível pré-predicativo e pré-científico (KASSAB, 1991).

A diferença entre os dois enfoques desdobra-se, ainda, em outro aspecto de suas teorias que diz respeito ao papel desempenhado pela fenomenologia transcendental em cada caso, o que se reflete em suas concepções sobre o mundo da vida. Na teoria de Gurwitsch, a ênfase está no aspecto transcendental da fenomenologia e, por conseguinte, na análise constitutiva das estruturas invariantes comuns presente na pluralidade e variabilidade de mundos culturais e que repousam nas estruturas temporais e espaciais da percepção. Em outro texto, onde analisa especificamente o conceito de mundo da vida, o autor afirma: “No caso do mundo da vida e tudo aquilo que ele abrange, os atos em questão pertencem à consciência perceptiva em seu modo originário e nos modos derivativos (*Ideias*, §99)” (GURWITSCH, 1974, p. 10). Os atos perceptivos aqui envolvidos distinguem-se, precisamente, daqueles requeridos pelo raciocínio lógico-matemático. Gurwitsch (1974) entende que a “consciência perceptiva” é um pressuposto da construção do “universo científico”, que requer atos de ordem superior como a conceptualização, a idealização e a formalização. Ao analisar, em tal texto, o mundo da vida enquanto mundo cultural e histórico, traça o seu caminho de análise de volta à percepção. Fazendo-o, opõe-se à concepção de Schütz, que critica da seguinte forma:

Indo além de Schutz, que não lidou com este problema, nós devemos afirmar que a percepção de uma coisa, da perspectiva do “estoque de conhecimento à mão”, não deve ser entendida como se um sentido ou significado fosse supervenientemente dotado ou imposto sobre um mero objeto corpóreo que, antes desta imposição, era desprovido de todo sentido e deveria ser descrito em termos de qualidades primárias e secundárias, mas nestes termos apenas. Ao contrário, *os esquemas de apercepção e apreensão desempenham um papel determinante na e para a percepção: eles contribuem essencialmente para a constituição das coisas encontradas como elas aparecem na experiência perceptiva* (GURWITSCH, 1974, p. 20, *itálicos do autor*).

Conforme Kassab (1991), em Schütz, pelo contrário, a análise das estruturas do mundo da vida deve passar, necessariamente, por uma investigação das

estruturas do comportamento – isto é, da ação no mundo por parte do agente⁵³, em uma palavra, do trabalho (*wirken*). Conforme Yu (2005), contudo, é importante compreender que a posição de Schütz não corresponde a uma mera oposição à fenomenologia transcendental no sentido husserliano, tampouco corresponde, literalmente, a uma “teoria pragmática do mundo da vida”, em sentido dado por Srubar (1988). Trata-se de uma exploração fenomenológica sobre o comportamento interpretativo do agente na atitude natural, o qual, como vimos, tem como ponto de partida a resolução de um problema que se apresenta a partir de seu mundo da vida. Ora, desta forma, isto coloca as capacidades cognitivas e pragmáticas do agente em jogo e se desdobra sobre o fundo de sua autoexperiência. É neste confronto com o mundo que se coloca perante o Eu o nível mais alto de “tensão da consciência” (*attention à la vie*) e que é, para Schütz, um dos principais critérios para avaliar os níveis de realidade, como veremos melhor adiante. O mundo do trabalho pertence ao mundo vida cotidiana, mas o mundo da vida cotidiana não se reduz ao mundo do trabalho, posto que, na vida diária, podemos nos mover diversas vezes entre o mundo do trabalhar e os vários outros mundos. Nas palavras de um comentador que também analisou esta questão,

O mundo da vida, para Schütz, engloba todas as ordens de realidade e a sua unidade é garantida através de modificação atencional e do uso de signos e símbolos que conectam o aqui e agora com as esferas de realidade que o transcendem (KASSAB, 1991, p. 195).

Fica patente, com estes comentários, que Schütz e Gurwitsch têm posições diferentes quanto à análise do mundo da vida e quanto à questão dos esquemas de apreensão ou o problema da transcendência. A transcendência é uma questão fundamental para a análise das províncias finitas de significado. Basicamente, indica o fato de que a consciência pode se referir a outros domínios de realidade através de referenciais apresentacionais ou aperceptivas, ou seja, com aquilo que é duplo na percepção (YU, 2005). Por exemplo, em uma bandeira, além dos elementos diretamente percepçionáveis (cores, formatos e letras), encontram-se elementos referidos, ou simbólicos, que são apenas representados por ela (uma nação). Para os dois autores, este é um problema a ser levado em conta. Contra a “pureza pristina” da percepção, Gurwitsch afirma que a aparição da coisa está vinculada, também, à sua utilidade – ao que ele chama de “*esquemas de apreensão*”

⁵³ Em “*Sobre as realidades múltiplas*” (SCHÜTZ, 1962a), o autor utiliza os termos “*ego agens*” e “*homo faber*” para denotar o agente enquanto sujeito das operações somatopsíquicas sobre o mundo.

(GURWITSCH, 1974, p. 20). Neste sentido, o mundo-da-vida é essencialmente cultural, e não apenas composto por objetos “corpóreos” dotados de qualidades primárias e secundárias. Para realizar esta análise, refere-se aos conceitos de incorporação e de indexação (*eingedruckt*) do sentido na coisa, conforme Husserl (2001, §16-17). O autor busca, assim, resolver o problema dos esquemas de apreensão de ordem intersubjetiva e aperceptiva. De fato, em “*Encontros humanos no mundo social*”, Gurwitsch (1977) adiciona, no campo da constituição de sentido, às categorias de espaço e tempo (Husserl) a categoria de “interpretabilidade”, segundo ele, desenvolvida por Schütz. Mas, ao conduzir a sua análise, Gurwitsch (1977) faz abstração da interpretabilidade dos mundos culturais para, então, dedicar-se ao “mundo da vida humana universal”, que repousaria nas estruturas espaço-temporais e causal (da natureza). Neste sentido, Kassab (1991) nota uma discrepância entre a concepção de percepção assumida por Gurwitsch (1974; 1977), para a qual os esquemas de apreensão participam diretamente da percepção, e as análises concretamente desenvolvidas em seu estudo (GURWITSCH, 1977). Por exemplo, a sua concepção de horizonte das percepções, ou seja, de que toda percepção é incompleta e aponta para além de si mesma, é a de um horizonte de mais percepções e não um horizonte de indicações apresentacionais, de apercepções. Ao mesmo tempo, as suas análises dos fenômenos sociais não chegam a incluir uma referência direta aos símbolos ou outros fenômenos aperceptivos.

Quanto à Schütz, por outro lado, é possível dizer que a sua posição frente à rejeição da hipótese de constância coloca-o em outra perspectiva quanto à questão das estruturas apresentacionais da experiência, sem citar, é claro, a questão, já estudada, do problema da relevância⁵⁴. Para Kassab (1991, p. 196), “a rejeição da hipótese de constância [para Schütz] implica o reconhecimento das estruturas apresentacionais que envolvem os símbolos, a ação e os Outros como componentes inerentes de toda percepção”. Gurwitsch tomou outro caminho quanto a esta questão, concebendo a experiência intuitiva, intencional, como equivalente da consciência perceptiva, donde a discordância para com Schütz. Conforme se pode depreender da leitura das cartas trocadas entre os autores, enquanto Gurwitsch critica Schütz por ter recaído em uma visão dualista da intencionalidade, Schütz, por

⁵⁴ Em resumo, para Schütz (2011), a hipótese gestáltica – da estrutura autóctone do campo de consciência – não resolve o problema da interpretação das possibilidades problemáticas.

sua vez, critica Gurwitsch por ter reduzido a esfera de análises fenomenológica à esfera sensório-perceptual e de ter analisado, com isso, apenas os horizontes internos dos fenômenos. Para Schütz, a ação social requer, portanto, outro tipo de análise. Sendo assim, mesmo a percepção “implicitamente pressupõe as estruturas apresentativas que conduzem à constituição do mundo da vida” (GRATHOFF, 1989, p. 235), conforme escreve o próprio autor. Nem por isto o significado da experiência do outro ou simbólica precisa ser considerado como algo adicionado (*ex post*) à vivência. Fundamentalmente, exige um acoplamento com as referências indicativas de ordem simbólica (marcas, indicações, signos e símbolos) (SCHÜTZ, 1962d; 1996d; 1996e). Ora, a análise deste problema e a posição quanto à estrutura dos atos intencionais permite, aliás, conceber como o agente se refere às múltiplas realidades que não a vida cotidiana e prática. Vamos estudar, a seguir, a estrutura deste problema e a posição de cada autor a respeito.

5.3 Os subuniversos e a experiência de realidade

A questão central que divide as teorias de Gurwitsch e de Schütz diz respeito a como cada um destes autores se posiciona a respeito do papel da percepção e da apercepção na condução das análises do mundo da vida. Este é um ponto central de análise a fim de evitar equívocos nas comparações entre os dois autores e de, com isso, conduzir uma análise mais profunda das implicações de suas abordagens sobre a atenção para uma análise das estruturas do mundo da vida. Já vimos como para Schütz a centralidade do mundo do trabalho (*Wirkwelt*) coloca-se sobre a centralidade da percepção, ao contrário de Gurwitsch. Esta diferença de posições está diretamente ligada à teoria sobre as províncias finitas de significado e sobre qual é a realidade predominante para a consciência intencional na atitude natural (KASSAB, 1991). Esta teoria tem base na constatação de que “a realidade ontológica [do mundo da vida] se dissolve em séries finitas de províncias de significado compostas por diferentes estilos cognitivos” (MUZETTO, 2006, p. 6). Gurwitsch e Schütz compartilham de um mesmo princípio a respeito das províncias finitas de significado, que ambos remetem a William James (1950b) e que pode ser sintetizado da seguinte forma: “a realidade tal como experienciada é uma unidade de diversas esferas e ordens dentre as quais um domínio deve ser caracterizado como

‘realidade predominante’ [...]” (KASSAB, 1991, p. 181). Porém, cada um destes autores se posiciona de maneira distinta quanto à forma de compreender a realidade que se coloca como central para o agente em sua lida com o mundo circundante.

A problemática parte do capítulo XXI dos *“Princípios de Psicologia”*, onde William James (1950b) discorre sobre a experiência da realidade e defende a existência de uma multiplicidade de ordens de realidade ou o que chamou de “subuniversos”. Sob quais condições algo pode ser tomado como real? Não temos experiência apenas do mundo das coisas físicas dadas pelos sentidos, mas experienciamos objetos em diferentes domínios, tais como o mundo do pensamento científico, o mundo das relações ideais, o mundo da mitologia e da religião, o mundo da loucura, dentre outros. Nossas experiências não estão, por conseguinte, ligadas a uma única noção de realidade. Antes, estão dirigidas a objetos de múltiplas realidades que podemos experienciar dentro de um mesmo dia. Em outros termos, ao longo do dia, a nossa atenção varia entre uma multiplicidade de mundos que, apesar de diferentes entre si, são internamente coerentes e apresentam índices de realidade próprios. A este respeito, é importante notar que cada um destes subuniversos apresenta uma estrutura própria. Em 1945, Schütz (1962a) publicou o seu ensaio *“Sobre as realidades múltiplas”* em que objetivou analisar a estrutura destes subuniversos a partir das pistas – em sua visão, “fragmentárias” – deixadas por James. Gurwitsch abordou esta questão apenas mais tarde, em sua teoria sobre as ordens de existência presente em *“O campo de consciência”* (GURWITSCH, 1964/2010a). Sendo assim, nosso caminho de exploração segue esta ordem cronológica.

5.3.1 A perspectiva de Schütz sobre as províncias finitas de significado

A partir desta investigação de James (1950b), Schütz (1962a) elaborou uma teoria própria sobre estes subuniversos, nomeando-os como “províncias finitas de significado”. Segundo o autor, esta teoria é fundamental para a compreensão fenomenológica da estrutura do mundo da vida, partindo-se, assim, da premissa de que ele não é estruturado de maneira monolítica, embora possua uma articulação interna, uma estrutura. Afinal, podemos nos dirigir intencionalmente a diferentes províncias de significado. Cada um de nós vive, em cada momento da vida subjetiva, em uma província de realidade caracterizada por seu próprio estilo cognitivo, com

seus traços característicos e sua dimensão temporal própria, ao passo que as outras províncias permanecem no fundo do campo de consciência. Posso viver simultaneamente em diferentes “províncias de realidade” ou em diferentes níveis da mesma província, em que diferentes níveis de minha personalidade – em termos de atividade e de passividade – estão envolvidos. A nossa realidade social se apresenta, portanto, na ordem da pluralidade e multiplicidade. Para elaborar a sua teoria sobre esta multiplicidade, o autor recorre à teoria dos sistemas de relevância e das modulações de “atenção” ou “tensão de consciência” (*attention à la vie*). O interesse pragmático, normalmente referido como interesse central do agente, diz respeito a apenas uma das províncias de significado: o mundo da “vida cotidiana”, da atitude natural, que é concebido como mundo do trabalho intersubjetivo. Sendo assim, os tópicos da consciência temática podem se colocar ao agente a partir de qualquer província de significado do mundo da vida, conforme sua orientação e seu interesse. Entrevê-se uma abertura a uma visão pluralista da relação entre o Eu e o mundo que é capturada por meio da teoria das províncias finitas de significado.

Na perspectiva adotada por Schütz (1962a; 2011), a questão sobre as ordens de realidade se coloca de maneira diferente do caminho adotado por Gurwitsch (1964/2010a). As referências utilizadas por Schütz para a formulação do problema vêm, sobretudo, de W. James e de H. Bergson. Articulando os conceitos de “províncias finitas de significado”, de James, e de “*attention à la vie*”, de Bergson, e seguindo a sua linha de análise de uma fenomenologia da atitude natural, Schütz elabora a sua própria compreensão do fenômeno. Para ele, trata-se de investigar fenomenologicamente a configuração de sentido da multiplicidade de províncias de significado, sobretudo no que diz respeito ao estilo cognitivo específico de cada uma destas províncias com as quais podemos cruzar várias vezes em nossa vida cotidiana. Partindo de James (1950b), arrola uma variedade de ordens de realidade, que podemos organizar, embora de maneira a não esgotar as possibilidades⁵⁵, da seguinte forma: (1) o mundo do trabalho ou dos sentidos; (2) mundo dos sonhos, (3) o mundo do imaginário e das fantasias; (4) o mundo da arte; (5) o mundo da experiência religiosa e da mitologia; (6) o mundo da contemplação científica, das relações ideais e das verdades abstratas; (7) o mundo da brincadeira da criança; e (8) o mundo da loucura. O pressuposto básico de Schütz quanto à análise destas

⁵⁵ Vejam-se os significativos trabalhos de Schiemann (2014) e de Geniusas (2020). Algumas ideias importantes do primeiro trabalho serão abordadas, em maior profundidade, em nosso último capítulo.

ordens de realidade consiste em que cada uma delas é real conforme princípios próprios de organização e que o seu acento de realidade depende do direcionamento da atenção da consciência àquela ordem.

Segundo o autor, cada uma destas províncias possui um estilo cognitivo peculiar, ou seja, uma organização interna de significado. Por esta razão, todas as experiências vividas com relação a (“no interior de”) cada uma destas províncias são internamente consistentes com são compatíveis com experiências de outras províncias, apesar de haver uma incomensurabilidade entre elas, donde se pode dizer que sejam “finitas” (TOLEDO, 2007). Este princípio implica reconhecer que existem cruzamentos, interconexões, “enclaves” etc., entre as províncias, mas que há, também, incompatibilidades entre as conexões que podem ser feitas. Por exemplo, “*O Juízo Final*”, de Michelangelo, é um afresco – pintado no teto da Capela Sistina – que recebe um significado diferente se visto por um artista ou crítico de arte e por um religioso, pois as ordens de realidade a partir das quais pode receber o seu significado encaixam-se em sistemas de relevância muito diferentes entre si. Em um caso, o esquema de referência é a arte, com seu estilo cognitivo próprio, e, em outro, a visão de mundo religiosa. Mas isto também não significa que uma mesma pessoa não possa experienciar este mesmo tópico ou tema nas diferentes províncias. Além disso, temas de uma província não podem ser reduzidos a temas de outra, podendo, assim, perder o seu significado próprio. Por exemplo, considerar a peça “*Sudário de Turim*” como um tema da perspectiva da esfera religiosa é muito diferente de considerá-lo a partir da província da ciência. Os sistemas de relevância, também aqui, são incomensuráveis. Inclusive, muito provavelmente, da perspectiva religiosa, a preferência será dada pela expressão “*Santo Sudário*”. Ainda, outro critério proposto por Schütz (1962a) é que cada uma destas províncias recebe um acento de realidade específico, isto é, a cada uma atribui-se uma forma de consciência dóxica. Por exemplo, a crença no mundo da atitude natural. Ademais, um determinado acento de realidade implica um determinado grau de tensão da consciência ou articulação do fluxo de consciência. Nas palavras de Schütz (2011, p. 96), “cada uma destas múltiplas realidades, ou províncias finitas de significado, possui o seu próprio grau de tensão da consciência e *attention à la vie*”. Assim, pode conceber a “*attention à la vie*” não como um grau determinado de tensão, mas, simplesmente, como a “vida no interior da realidade proeminente” (SCHÜTZ, 2011, p. 96), que é variável. Por conseguinte, se os diferentes atos de consciência são

variáveis conforme este grau de tensão, então também a realidade que experienciamos é múltipla e pode ser analisada como “uma unidade de diversas ordens dentre as quais um domínio deve ser caracterizado como ‘realidade predominante’” (KASSAB, 1991, p. 181). Lendo estes quatro critérios de análise em conjunto, e acrescentando a eles também a motivação específica do agente para se dirigir a uma província, é possível afirmar, com Cox (1978, p. 29), que “[...] cada província de significado é definida pelos sistemas de relevância que se aplicam a ela”.

Além disso, Schütz (1962a, p. 230) também propõe um conjunto de seis critérios pelos quais pode-se elaborar a estrutura própria a cada província finita de significado. O primeiro critério corresponde à tensão da consciência (*attention à la vie*), orientação em direção a e atenção à vida, em cada caso. Há vários níveis ou intensidades de atenção e os seus resultantes níveis de realidade. Assim, a realidade é definida pelo significado da experiência, logo decorre das estruturas atencionais e não da estrutura ontológica dos objetos. O mundo da vida é o que o possui o nível mais alto de tensão e o mundo dos sonhos, o menor, em uma forma de atenção passiva ou relaxada. O próximo critério diz respeito à forma predominante de espontaneidade dentro de um domínio cognitivo. Marca, com isso, uma relação entre o trabalho e as experiências tomadas como reais. Esta categoria surge das diferenças experienciais qualitativas entre o pensar e comportar-se (*Verhalten*), entre o agir (*Handlung*) e o não agir. É na capacidade de agir, planejar uma ação e dirigir o fluxo de eventos que se pode, também, julgar as províncias. Assim, sonhar não é uma experiência de estar agindo, no sentido de realizando ações com maior poder. A espontaneidade prevalente é o trabalho (*Wirken*) e o domínio que ele proporciona ao agente sobre o mundo. O terceiro critério é uma aplicação bastante particular do conceito de *epoché* por Schütz. Refere-se a uma suspensão de aspectos particulares da realidade em cada província. Neste caso, Schütz (1962a) coloca uma hierarquização semelhante àquela das tensões da consciência. Para ele, no mundo da vida, e apenas nele, todas as dúvidas sobre a vida cotidiana são suspensas e ele é aceito como autoevidente. A *epoché* universal do mundo da vida, neste sentido, é, paradoxalmente, restrita apenas ao mundo da vida. Um quarto critério citado pelo autor é a forma de socialidade específica em cada província. Com base nele, distinguem-se os domínios que são exclusivamente solitários (e.g., sonhos, contemplação) daqueles que se dão apenas em conjunto (e.g., o mundo da

vida) e daqueles que podem ser experienciados solitariamente ou em conjunto (e.g., fantasia, religião e ciência). Como quinto critério, Schütz fala das perspectivas de tempo de cada província. É um critério relacionado com o anterior que diz respeito ao tempo objetivo do mundo que está fora de controle, aos tempos biológicos (ritmos corporais, estações etc.), ao tempo biográfico individual, ao tempo subjetivo do fluxo de consciência com sua duração interna e com o tempo social do calendário e do tempo intersubjetivamente padronizado. Isso permite criar redes relacionais complexas no interior e entre os domínios de significado, assim como o próximo critério. O último critério se refere à experiência do próprio eu e postula a emergência de padrões de identificação pessoal que são específicos a diferentes domínios de significado e dependem da validade de elementos da realidade. Estes padrões conduzem à interpretação de que, em cada província, o agente se coloca como um Eu parcial que, por sua vez, é uma parcialização do Eu total, que é o “eu do trabalho” (*working self*) (SCHÜTZ, 1962a, p. 230). Conforme Schiemann (2014), a estrutura que estes critérios permitem analisar reúne a experiência subjetiva e intersubjetiva em uma espécie de egologia.

Schütz (1962a; 2011) propõe, pois, uma tipologia e hierarquia entre as diferentes ordens de existência conforme uma escala de graus de tensão de consciência que varia do maior relaxamento no sono profundo até a ampla vigília. Retomando a distinção bergsoniana entre o relaxamento e a tensão da consciência, Schütz concebe o mundo do trabalho como sendo aquele que coloca o maior grau de tensão da consciência e, por conseguinte, além de colocar maiores obstáculos, impõe sobre a experiência subjetiva a sua própria estrutura temporal e espacial. O autor afirma: “O mundo do trabalho na vida diária é o arquétipo de nossa experiência de realidade. Todas as outras províncias de significado devem ser consideradas como suas modificações” (SCHÜTZ, 1962a, p. 233). O mundo da atitude natural torna possível a comunicação entre todas as outras províncias de significado, por meio dos símbolos da vida cotidiana, motivo pelo qual é o “arquétipo” da experiência de realidade ou, nas palavras de Schiemann (2014, p. 32), a “matriz universal da experiência”, em referência à qual se ordenam todas as possíveis e múltiplas ordens de realidade.

Conforme sua concepção, o mundo do trabalho corresponde ao mundo das ações do agente sobre o mundo por meio de sua corporeidade, apresenta-se como uma ordem prática e social, correspondente à atitude natural. Esta ordem apresenta

o mais alto grau de tensão da consciência: o de “ampla vigília” (*wide-awakeness*). Com efeito, o grau de tensão da consciência (ou *attention à la vie*) é, para Schütz (2011, p. 96), “o primeiro passo que leva à determinação do próprio campo de consciência”. Este é um dos principais critérios utilizados pelo autor para hierarquizar as ordens de realidade. A partir dele, ordenam-se o grau intermediário da imaginação e da contemplação teórica e o grau mais baixo de tensão da consciência no sono profundo. Além disso, o mundo da vida cotidiana apresenta uma estrutura que tem por centro de organização espacial e temporal o “aqui” (*hic*) e o “agora” (*nunc*) do agente. Assim, organiza as orlas de seu sistema de relevância a partir da predominância da zona de alcance atual de seu conhecimento prático e habitual. O mundo da vida cotidiano desempenha um papel fundamental na constituição do conhecimento que construímos em nossa lida com o mundo. Desempenha, portanto, um papel proeminente na constituição do que Schütz chamou de “estoque de conhecimento”. E, além disso, é a partir da “ansiedade” ou “angústia fundamental” (*fundamental anxiety*)⁵⁶, referidas a esta província de significado, que se originam todos os sistemas de relevância e o arco maior de todos os nossos planos de vida. Nas palavras do autor,

Da ansiedade fundamental se originam vários sistemas interrelacionados de esperanças e de medos, de desejos e satisfações, de oportunidades e de riscos, que incitam o homem na atitude natural a tentar dominar o mundo, a superar obstáculos, a esboçar e realizar projetos. (SCHÜTZ, 1962a, p. 228).

Desta forma, o mundo da atitude natural é tomado como certo até novo aviso. A crença na realidade das experiências que nele têm lugar são dificilmente questionadas, posto que se baseiam no sucesso de experiências prévias tanto minhas quanto de outras pessoas e, desta forma, compartilham os resultados alcançados para as operações da vida cotidiana. Apenas uma motivação específica pode, por assim dizer, desviar a atenção do agente para as demais províncias de

⁵⁶ Nesta tradução, vale pontuar que, no idioma inglês, não há uma diferença terminológica clara entre ansiedade e angústia. “*Anxiety*” pode indicar qualquer um dos fenômenos e, por isto, corresponder a qualquer uma das duas palavras em português. A diferença entre ambos os fenômenos também foi abordada, aliás, por Heidegger (1929/1968, p. 57-58), quando afirma: “Par cette angoisse, nous n’entendons pas l’anxiété très fréquente que comporte par essence une disposition craintive dont il n’est que trop facile de rencontres des exemples. L’angoisse est foncièrement différente de la crainte. Si nous éprouvons de la crainte, c’est toujours devant tel ou tel existant *déterminé*, qui nous menace sous tel ou tel aspect *déterminé*”. Para o filósofo alemão, a angústia diz respeito, portanto, à “impossibilidade essencial de receber qualquer determinação” (HEIDEGGER, 1929/1968, p. 58).

significado. Neste sentido, pode-se falar da realidade imposta pelas atividades da atitude natural como axiomática. Pois, conforme o autor, este

[...] é o único subuniverso no qual nós podemos nos engajar com nossas ações, que nós podemos transformar e mudar por meio delas e no interior do qual nós podemos estabelecer comunicação com nossos consócios. Esta característica fundamental da realidade de nossa vida diária – ou este é um mero axioma de nossa atribuição do acento de realidade a ela? – é precisamente a razão pela qual este subuniverso é experienciado por nós como a realidade proeminente das circunstâncias e do ambiente com o qual nós temos de lidar. Nós, a audiência, os espectadores, somos desprovidos de poder com respeito à realidade do mundo da arte ou do teatro; enquanto espectadores, nós temos de suportá-lo ou desfrutá-lo, mas nós não estamos em posição de interferir sobre ele, de mudá-lo por meio de nossas ações. Aqui está, talvez, uma das raízes da estrutura fenomenológica particular da experiência estética (SCHÜTZ, 1976c, p. 150).

Esta citação é extraída, precisamente, de um ensaio de Schütz intitulado “*Dom Quixote e o problema da realidade*” (SCHÜTZ, 1976c), no qual o autor analisa o mundo delirante do herói de Cervantes a fim de compreender as diferentes formas de conexão entre províncias de significado e a maneira pela qual o acento de realidade pode ser modulado e definir-se como axiomático mesmo conforme outras províncias de significado que não o mundo do trabalho. Neste ensaio, Schütz (1976c) analisa, por exemplo, o “mundo da cavalaria” e o “mundo da fantasia”, cujo acento de realidade é predominante para o fidalgo e tem um lugar central em seu delírio. Pode-se até mesmo dizer que Dom Quixote habita este mundo delirante e confere a ele um lugar axiomático de realidade em sua relação com o mundo. Contudo, o mundo privado da fantasia de Dom Quixote, com toda a sua riqueza de significação e de sistemas de relevância, é interpretado pelos outros habitantes de sua sociedade como um mundo de loucura, justamente pela incapacidade de compartilhamento, entre eles, dos mesmos sistemas de relevância e, por conseguinte, das mesmas referências indicativas. Dessa forma, é possível compreender-se o mundo privado da fantasia de Quixote como um mundo governado por referências indicativas a outras esferas, transcendentais, cuja referência é incomum para as demais pessoas de seu convívio. É aí que entra o papel fundamental de seu fiel escudeiro, Sancho Pança. Para Dom Quixote, Sancho Pança desempenha o papel de representante do senso comum, com os seus recursos próprios – como, por exemplo, seus sábios provérbios – do conhecimento

familiar e seguro da vida cotidiana. Este caso demonstra que as ordens de realidade podem ser “traduzidas”, ou seja, pode haver esquemas de interpretação de um subuniverso (α) em outro (β). No caso da estória de D. Quixote, Sancho Pança desempenha este papel de tradutor de duas províncias de significado, a saber, o da fantasia (de D. Quixote) e do senso-comum (compartilhado entre todos). A tese da reciprocidade de perspectivas, pressuposto implícito do mundo da vida cotidiana, coloca-se como um problema para Dom Quixote. Pois, as suas experiências e as dos demais serão “experiências *comuns* dos *mesmos* objetos?”, conforme questiona Schütz (1976c, p. 143). Este pressuposto é, por assim dizer, explicitado no caso do cavaleiro por se tornar um problema na realização contínua da intersubjetividade. A estrutura dos sistemas de relevância se prova diferente entre estes sujeitos. Mesmo que algumas tentativas sejam feitas por alguns camaradas em estabelecer um universo de discurso em comum com Dom Quixote, “fingindo” que ele seja real, deve-se levar em conta que o acento de realidade deste universo de discurso não é por eles atribuído e, portanto, não o compartilham com o cavaleiro destemido. Mesmo o mundo da fantasia no qual vive Dom Quixote não é unitário, pois inclui submundos de fantasia que podem conflitar entre si.

Suponha-se uma pessoa assistindo a uma peça de teatro. Mesmo que continue a habitar o mundo da vida cotidiana compartilhado com outras pessoas (por exemplo, os amigos com quem foi ao teatro), o acento de realidade, naquele momento, muda: a realidade agora consiste no que está sendo encenado no palco. A possibilidade de agir sobre o meu mundo circundante é colocada entre parênteses e passo a me relacionar com o espetáculo na modalidade do espectador. Diferentemente, Dom Quixote habita um mundo de fantasia delirante onde não é capaz de realizar esta “*epoché*” específica, que ordena o que é relevante para esta província de significado. Ele não consegue separar o mundo do teatro de seu mundo privado de fantasia e, por conseguinte, não consegue distinguir entre aquilo que tem significação de “mera encenação” daquilo que pode ser tomado por real. Em um determinado momento da novela no qual Dom Quixote está diante de uma peça de teatro de marionetes, observa-se algo significativo a este respeito. O cavaleiro tem uma experiência de mistura de diferentes ordens de realidade. Dom Quixote não consegue discernir o mundo do teatro e o seu “teatro interno”, o mundo privado de sua fantasia. A partir daí, ele quebra as marionetes do Mestre Pedro. Tomando a situação por real em um sentido alterado, decide agir sobre ela a fim de salvar a

donzela (Melisandra) em perigo, como todo bom cavaleiro deveria fazê-lo ao ver uma situação semelhante, e destroça o retábulo com sua espada. Nas palavras de Schütz (1976c, p. 150),

[...] nós encontramos em sua aventura com a apresentação de marionetes o confronto entre três domínios de realidade: aquele do mundo fantástico da cavalaria, dentro do qual um cavaleiro deve interferir a fim de ajudar uma bela donzela; aquele do teatro, no qual tudo isto é meramente representado na forma de um faz de conta por atores ou marionetes sem admitir-se qualquer interferência pela audiência; e, terceiro a triste realidade da vida diária, na qual as figuras de papelão podem ser esmagadas e na qual o dirigente do espetáculo apresenta uma conta pelo dano que a intrusão de nossos sonhos no mundo da realidade causou.

É curioso, no caso de Dom Quixote, que ele tenha contato com referências indicativas de outras ordens de realidade, do senso-comum, sobretudo, seja capaz de pensar sobre elas, mas seja incapaz de colocá-las em suspenso em proveito do acento de realidade em seu mundo de fantasia particular. O conflito entre os esquemas de interpretação das duas ordens de realidade é por ele neutralizado em proveito de um conjunto de referências internamente coerente em que consiste a ordem de realidade que lhe é predominante. Obviamente, esta neutralização não decorre, ao menos integralmente, de uma decisão voluntária e consciente de Dom Quixote. A loucura, em um sentido restritivo e negativo, é o “habitar” um acento de realidade que não é o mais frequente ou que corresponde aos acordos intersubjetivos da vida cotidiana. Os princípios axiomáticos da vida decorrem, para ele, de outra forma e, assim, constituem seus sistemas de relevância tão singulares.

Nas análises de Schütz, o mundo da vida desempenha, como vimos, um papel central quanto à possibilidade de comunicação entre as diferentes províncias de significado, mas, também, quanto à origem dos sistemas de relevância e, por conseguinte, também do estoque de conhecimento. Apesar de Dom Quixote “habitar” outra província de significado e de, com isso, apresentar dificuldades de conciliar-se com o mundo do senso-comum, ainda assim, a sua forma de ser continua a pressupor as categorias do mundo da vida. Schütz (1962a) diz, por exemplo, que o Eu é um Eu total apenas no mundo da vida cotidiano. Nas outras províncias, ele se apresenta apenas como um Eu parcial – ou, conforme o termo de G. H. Mead, como um “Mim”, objeto de si mesmo. O Eu total é o *ego agens*, o “Eu operante”, porque, conforme recorda Muzzetto (2006) é capaz de unificar as diferentes perspectivas de tempo (interno e externo, bem como presente, passado e

futuro), a considerar pelos movimentos cinestésicos no mundo externo (que contribuem para a unificação do tempo). O “aqui e agora” é o núcleo, ou ponto nodal, da temporalização da consciência. O futuro, enquanto projetado, é um mundo de antecipações vazias, no qual as imagens do Eu projetadas são sempre parciais. A passagem do tempo envolve a experiência da perda contínua do que se foi, ou seja, à morte de Eus parciais (MUZZETTO, 2006). Mas, ao mesmo tempo, circunscritas pela ansiedade fundamental ou angústia, estas pequenas mortes também indicam a morte do Eu total. Estas mesmas categorias se prestam a uma análise do personagem. Destaque-se, em especial, o momento final de sua trajetória heroica onde, recuperando seu juízo, distingue-se de Dom Quixote e afirma ser Alonso Quijano, o Bom, momentos antes de passar a seus contemporâneos e sucessores um testamento.

Em última análise, esta mobilidade entre o Eu total e os diferentes Eus parciais é garantida pela possibilidade de transcendência do mundo da vida (SCHIEMANN, 2014; SCHÜTZ, 1962d; YU, 2005). Os estilos cognitivos que não correspondem ao mundo do trabalho são dirigidos, por meio da função apresentativa, a vivências passadas, imaginadas (*ficta*) ou entidades abstratas (*entia rationis*) (SCHIEMANN, 2014). A função apresentativa corresponde aos meios simbólicos e sígnicos que tornam possível a transcendência da experiência, ou seja, a referência a entes que não são os imediatamente experienciados. A transcendência do mundo da vida se relaciona, por conseguinte, com aquilo que está além do aqui-e-agora da experiência e com aquilo que diz respeito à alteridade. E ela está fundada nas referências apresentacionais, relacionadas com a apercepção, com aquilo que é o duplo da apresentação perceptiva. A apresentação, neste sentido, é analisada em sua relação com o signo, com o símbolo, com as marcas etc., que são relevantes para o mundo da vida (SCHÜTZ, 1962d). Os estilos cognitivos diferentes do mundo da vida repousam, portanto, na possibilidade da transcendência e em pressuposições de fundo diferentes daquelas do mundo da vida cotidiano que, em sua forma restrita, é o mundo do trabalho.

5.3.2 A análise de Gurwitsch sobre as ordens de existência

A abordagem que Gurwitsch (1964/2010a) dá ao problema das províncias finitas de significado segue as linhas gerais de sua abordagem noemática e que

objetiva o desenvolvimento de uma ontologia dimensional baseada na fenomenologia transcendental. Sendo assim, ele parte de uma crítica à abordagem de Schütz denunciando nela uma dupla limitação: a primeira por Schütz ter ficado na atitude natural e a segunda, por ter feito uma descrição meramente psicológica. A aceitação irrefletida e não-tematizada da crença existencial no mundo natural – isto é, a atitude natural – de um ser psicofísico é o ponto de partida de Schütz. Segundo ele, nenhum questionamento filosófico sobre a crença na existência é colocado, tampouco a questão da redução fenomenológica. Em outros termos, a análise de Schütz não parte de uma interpretação constitutiva e transcendental do fenômeno. Assim, para Gurwitsch, as investigações de Schütz podem ser caracterizadas como uma “*psicologia fenomenológica na atitude natural*” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 390). O conceito de relevância em Schütz está atrelado à atitude natural e à psicologia, posto que se refere ao Ego e à “*attention à la vie*”, conceitos que não se restringem à esfera de investigação da consciência pura. Apresenta também uma crítica a Schütz por ter ele feito das variações da tensão da consciência (e da predominância do motivo pragmático) uma razão da mudança da atenção para outras províncias de significado e, por conseguinte, tê-lo dado o valor de princípio constitutivo das ordens de realidade.

A problemática de Gurwitsch difere da de Schütz na medida em que ele busca as implicações ontológicas e fenomenológicas destes fenômenos estudados, segundo ele, de maneira psicológica pelo segundo autor. Gurwitsch (1964/2010a) defende que a análise das províncias de significado pressupõe o fenômeno da relevância em sua definição e que uma análise fenomenológica da unificação e da coerência das províncias de significado continua a ser uma exigência, dado que Schütz não se aprofundou no estudo deste fenômeno, permanecendo na atitude natural. Gurwitsch defende, ainda, que os problemas e as análises transcendentais (portanto, fenomenológicos) estão contidos naqueles da psicologia. Esta é a orientação epistemológica e metodológica geral de sua abordagem do problema. Desta forma, entende-se que Gurwitsch procura manter o estatuto da atitude fenomenológica e a colocação entre parênteses da atitude natural e da tese geral da existência para, então, abordar o problema das ordens de realidade – ou, em sua terminologia, “ordens de existência”.

Para Gurwitsch (1964/2010a), as ordens de existência correspondem a um campo temático estendido de maneira indefinida. Como tal, apresenta-se como

inarticulado e indeterminado em suas fronteiras, centrando-se sobre um tema determinado, mas com uma perspectiva e uma orientação com caráter vago e indistinto. Mesmo assim, toda ordem de existência possui um princípio de organização, ou seja, como

[...] um contexto sistematizado, constituído e unificado com respeito aos princípios de relevância específicos que são constitutivos daquela ordem e em virtude dos quais a ordem é unificada (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 373).

Na concepção de Gurwitsch, a atitude pré-científica e pré-teórica, por exemplo, é organizada em torno de “agrupamentos naturais” com os quais o sujeito se relaciona em termos de familiaridade e de um “entendimento” tácito e não-formulado. Mas esta é apenas uma ordem de existência possível dentro de um conjunto maior de possibilidades. Outro de seus exemplos é o contraste entre a esfera do passado e a do presente, cuja diferença ou fratura coloca-se de maneira autoevidente. De tal forma, utiliza o conceito de relevância como pertinência material com as suas referências indicativas como unificadoras de um campo, estendendo, com isso, as suas análises do contexto. A sua definição do conceito de “existência”, que passa a predicar estas diferentes ordens, deriva, justamente, de sua compreensão contextual da esfera de doação de objetos. Ele afirma: “Um objeto existir significa [...] que o objeto em questão pertence a uma ordem sistemática específica e mantém uma determinada posição no interior daquela ordem” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 393). Com isto, opera-se uma inversão de um enfoque centrado sobre o acento de realidade – um enfoque psicológico, segundo o autor – para um enfoque centrado sobre o “contexto” que garante a significação existencial de um determinado fenômeno – um enfoque transcendental, segundo Gurwitsch (1964/2010a).

Como vimos, em Schütz, o mundo do trabalho é proeminente. Em sua teoria, sempre podemos retornar a ele partindo de outras províncias. Além disso, este mundo nunca cessa de existir, mesmo no sono e no sonho. Ele sempre continua a ser dado como um item marginal, mesmo que em uma consciência indistinta, inarticulada e obscura. Diferentemente, Gurwitsch (1964/2010a) postula a preponderância do domínio da realidade perceptiva sobre todos os demais. Para ele, dotada de uma familiaridade prévia e uma compreensão implícita, esta ordem de existência engloba os nossos afazeres cotidianos e práticos e é o solo de todas as

nossas atividades cotidianas e a base de toda elaboração científica. É constituída pelo princípio de relevância mais fundamental: o tempo objetivo, que engloba todas as demais ordens de existência. Em suas palavras, “*o tempo objetivo é o princípio de relevância fundamental da realidade*, na medida em que a realidade depende dele para a sua unidade no tempo objetivo” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 377, *itálicos do autor*). Esta ordem de realidade é coordenada pela união temporal de minha história de vida com o tempo objetivo (ou “padrão”) de nossas vidas conjuntas (ou tempo intersubjetivo) e pela ordenação das relações especiais que se estabelecem com relação às circunjacências dentro das quais os eventos acontecem e os objetos existem ou já existiram. Constitui-se, assim, um espaço abrangente, unitário, coerente e limitado, que é, para cada um de nós, o nosso “mundo da vida” (*Lebenswelt*) (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 376). O enfoque está no princípio pelo qual é possível julgar a pertinência dos itens inerentes ao mundo da vida. Este princípio é o tempo objetivo da percepção.

O autor aplica, então, o seu raciocínio de análise constitutiva baseada sobre o princípio de relevância dominante às demais ordens de existência. Argumenta que, na vida cotidiana, a moderna em especial, as ordens de existência são diferenciadas e separadas umas das outras em termos de atividade profissional, familiar e política. Formam, assim, sistemas independentes, apesar de relacionados. E a cada um deles são aplicados princípios de relevância específicos. A vida profissional, por exemplo, possui princípios de relevância particulares, que envolve projetos, planos, fins, meios e ações. E cada um destes itens ocupa um lugar determinado no interior de uma ordem e de organização hierárquica. As pessoas aparecem-nos ocupando e exercitando diferentes papéis em sua vida profissional: professores, empregados, patrões, gerentes, policiais etc. Tome-se como exemplo um cirurgião. No momento de uma cirurgia, coloca-se como centro de seu campo temático, o corte ou sutura que ele deve fazer em um determinado órgão ou tecido de seu paciente. Porém, um campo indefinido de coisas se mostra relevante em sua ocupação as quais não estão necessariamente ligadas àquela cirurgia em particular. Por exemplo, os livros que são de sua área, os conhecimentos que eles acumulam, as roupas que deve usar, as áreas que deve frequentar etc.

Ora, este mesmo exemplo nos mostra que as coisas também se nos mostram a partir de sua significação funcional a partir de sua referência a propósitos relevantes a determinadas situações. Assim, aparecem com propriedades como a

instrumentalidade (diferente da “coisa reiforme”, abstraída, por um olhar teórico, de suas conexões práticas) e como pertencentes a situações típicas (com um índice existencial específico para a situação em questão). Por exemplo, para o cirurgião, o conjunto de ferramentas com os quais deve operar o seu paciente são “instrumentos à mão”, que apresentam um emprego imediato para cada situação de necessidade. É em função do pertencimento a uma ordem de existência que um determinado elemento pode ser julgado, inclusive de maneira pré-reflexiva, como adequado ou como um “intruso”, “fora do lugar”, portanto como irrelevante com relação a esta esfera. Por exemplo, se, ocupado com a sua função de cirurgião, nosso camarada tem ideias relativas ao contexto estético e cultural da obra de Machado de Assis, julgá-las-á como não pertencentes ao contexto de seu ofício por conta dos princípios de relevância próprios.

Para Gurwitsch (1964/2010a), o mundo da imaginação não se inclui no sistema de ordens de existência submetidas ao tempo objetivo. Apesar disso, as imaginações possuem uma relação de interconexão e formam uma esfera internamente articulada, “o mundo da imaginação” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 378). Segundo ele, é importante diferenciar o tempo fenomênico do tempo da duração e da ordem temporal dos atos de imaginar. Trata-se de um “quasi-tempo”, com uma organização e articulação própria, doada aos eventos imaginados, mas irreduzível ao tempo subjetivo e ao tempo objetivo. Todos os eventos imaginados são afetados pela “modificação de neutralização”. Todo mundo da imaginação é um mundo próprio, fechado em si, dado que não se submete ao tempo objetivo, base da realidade predominante. Nele, incluem-se os romances, os poemas, as peças de teatro etc. Por exemplo, a narrativa de “*Dom Quixote*”, de Miguel de Cervantes, a qual já exploramos à luz de Schütz. Os mundos da imaginação podem ser vários, todos divorciados da realidade e separados uns dos outros. Quando vários eventos se unificam em um mundo da imaginação, que é apenas em si desprovido de contradição, englobam-se em um quase-tempo.

O tempo objetivo não pode ser considerado como um princípio constitutivo geral de todas as ordens de existência, na teoria de Gurwitsch (1964/2010a), dado que algumas se unificam e têm continuidade à revelia do tempo objetivo em um quasi-tempo (a imaginação) ou em ordens de existência atemporais (as *eidê* do conhecimento ideal). O tempo objetivo é constituinte apenas da realidade em geral, em cujo contínuo temporal se alocam os mais diversos eventos: históricos,

biológicos, físicos, políticos etc. Assim, para se alocar, em termos indexicais, no tempo de vida de uma pessoa, o ato de experiência correspondente deve não apenas estar fundado no tempo objetivo como também deve pertencer à história de vida da pessoa em questão, possuindo, portanto, relações com este tempo específico. Toda especificação dos princípios constituintes de cada ordem de existência é uma especificação do fenômeno formal e geral do princípio de relevância. Assim, o princípio de relevância é alargado em continuidade com o de ordem de existência (o contexto temático ampliado) e o de índice existencial (o índice posicional ampliado) e passa a incluir a “continuação indefinida do contexto” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 383). Gurwitsch (1964/2010a, p. 371) conceitua as ordens de existência, também, como “um campo temático indefinidamente estendido”. Entende-se, portanto, que a teoria sobre as ordens de existência é uma forma ampliada da teoria do campo de consciência de Gurwitsch e que ambas dizem respeito a uma exploração fenomenológica do contexto definido em termos subjetivos (dado que decorrem da análise da subjetividade transcendental) e, ao mesmo tempo, ontológicos (dado que são princípios que visam a uma aplicação à região do ser em geral).

5.4 Conclusões parciais

Longe de apresentarmos uma resolução ou pacificação das tensões internas às diferentes teorias de Gurwitsch e de Schütz, parece-nos, contudo, oportuno indicar as linhas gerais de uma compreensão de suas formulações e esboçar a tentativa de uma compreensão articulada de suas contribuições. Nos dois primeiros momentos do capítulo, estudamos as diferenças entre as duas abordagens para a análise do mundo da vida. Vimos que, por um lado, Gurwitsch concentra os seus esforços em desenvolver uma teoria baseada nas premissas gestálticas sobre a estrutura unitária e autóctone da intencionalidade e, portanto, rejeita os dualismos neste campo. Isto o conduz, contudo, a ter uma posição pouco clara em suas análises a respeito dos esquemas de apreensão e dos aspectos simbólicos e sógnicos da experiência social. Schütz, por outro lado, censurava Gurwitsch por restringir a uma esfera muito centrada sobre a sensopercepção e em não dar conta de ligar a sua fenomenologia com uma teoria da ação social, fundamental para o

desenvolvimento de análises sociológicas concretas. Estes dois pontos conduzem, ainda, a uma diferença de posicionamento dos autores, em que Gurwitsch aparece como um fenomenólogo dedicado às investigações transcendentais sobre a consciência constitutiva e Schütz, por sua vez, como uma espécie de psicólogo social de orientação fenomenológica, ancorado na atitude natural. Estas diferenças são fundamentais e válidas para a compreensão dos projetos destes autores. Ao mesmo tempo, implicam nas diferenças de opções metodológicas e epistemológicas de cada um destes autores no tratamento das análises sobre o mundo da vida e sobre as províncias finitas de significado. O que não significa, contudo, que as duas perspectivas não se complementem em algum sentido.

Na sequência, estudamos como o nosso envolvimento temático com o mundo pode ser qualificado de diferentes formas de acordo com aquilo que nos interessa. Podemos, por exemplo, estar dedicados a uma atividade corporal, onde agimos sobre o mundo através de nossos movimentos e o modificamos, ou podemos nos dedicar a um problema matemático ou filosófico que coloca o objeto em uma esfera conceitual e sobre o qual agimos apenas intelectualmente, ou, ainda, podemos fantasiar a respeito de alguma coisa que nos desperta grande interesse e lidar com ela apenas de maneira imaginativa sem poder exercer uma influência mais direta sobre esta coisa, como no caso dos sonhos diurnos. Neste sentido, é possível falar sobre a província do trabalho, dos problemas matemáticos ou filosóficos e da fantasia. Segundo vimos em Schütz, cada ordem de realidade apresenta um “estilo cognitivo”, ou um estilo particular de experiências, que a identifica e distingue das demais. Cada ordem possui um conteúdo singular e forma um contexto significativo a respeito deste conteúdo, com suas regras próprias de apresentação e envolvimento. Além disso, cada ordem de realidade exige de mim um nível diferente de envolvimento consciente, uma determinada intensidade de atenção, ou seja, uma determinada forma de “*attention à la vie*”, que varia em graus que vão desde a plena consciência desperta no mundo do trabalho até o maior relaxamento e inconsciência no caso do mundo dos sonhos. Por fim, apesar destas variações, todos os âmbitos de realidade se perfilam segundo as mesmas categorias estruturantes.

Uma conclusão geral destas investigações é, primeiro, que o mundo da vida é aberto em todas as suas dimensões, múltiplo, e que a atenção pode dirigir-se a diferentes contextos de significação sem se restringir, exclusivamente, ao domínio da vida prática e perceptiva. Uma teoria ampliada da contextualidade da experiência

atentiva foi exigida para dar conta destes fenômenos. Pode-se, a este respeito, colocar a questão, pertinente aos estudos psicológicos e fenomenológicos sobre a atenção, sobre qual é o contexto de realidade específico para a qual o sujeito dirige a sua atenção, como este contexto se estrutura e qual é o nível de envolvimento deste sujeito com o mundo da vida compartilhado naquele momento de sua vida. Para tanto, contudo, aprendemos que é fundamental considerar os critérios para analisar as indicações às quais se referem estas questões. Especificamente, nas diferentes análises conduzidas, pode-se concluir que, por um lado, os critérios de Schütz são, de fato, predominantemente, subjetivos (grau de tensão da consciência, forma de espontaneidade, atitude específica, socialidade específica, perspectiva de tempo e autoexperiência). E que, por outro lado, os critérios de Gurwitsch são predominantemente formais (princípio de relevância e índice existencial) e permitem uma análise de outro nível e de outro interesse – muito mais ontológico.

Também é possível fundamentar as investigações de psicologia fenomenológica tendo em conta a multiplicidade do mundo da vida e partindo do reconhecimento de que as ordens de realidade (1) referem-se a uma visada temporal finita, distribuída em um fluxo subjetivo finito, com diversas variações no que diz respeito à consciência intencional em suas correlações noético-noemáticas, e (2) apresentam uma unidade estrutural particular, garantida pela “relevância” e pelo “índice posicional” (ou existencial) de seus objetos no sentido de Gurwitsch. Desta forma, é possível falar de um índice de significatividade que torna possível com que as províncias sejam internamente consistentes e comensuráveis com todas as outras perspectivas intencionais; e, ao mesmo tempo, que elas apresentam uma variação no que diz respeito à perspectiva singular do agente. Apesar das diferenças metodológicas entre as teorias, elas podem se complementar na medida em que jogam luz sobre diferentes aspectos do mesmo fenômeno e alcançam diferentes profundidades em seu estudo.

As premissas destas formulações podem, aliás, ser bem utilizadas para uma análise mais adequada de casos patológicos como o chamado “mundo delirante”, por exemplo. Embora sem se aprofundar, exatamente, na leitura de Gurwitsch e de Schütz, Van Duppen (2016) desenvolveu uma análise própria do que chamou de “hipo-“ e “hiper-realidade” dos casos de delírio psicótico. Em suas análises, são pressupostos importantes a diferença entre o mundo perceptivo (mundo da vida) e o mundo fantasiado e as possibilidades de comunicação e de choque entre eles e o

mundo delirante. Desenvolve, desta forma, a sua compreensão de que, enquanto o mundo percebido é constituído passivamente, o mundo fantasiado é constituído, ao menos em parte, ativamente; ou, ainda, quanto à experiência do tempo, o mundo fantasiado tem amplas variações temporais e não está sujeito à experiência contínua do tempo. Este esquema é paradigmático para a dualidade destes mundos. Porém, uma diferença entre o mundo imaginativo/fantasiado e o mundo delirante deve ser mencionada: o mundo imaginativo é caracterizado pela “neutralidade ôntica”, ou seja, a existência efetiva do conteúdo imaginado é colocada de lado, neutralizada, quer ele seja verdadeiro ou falso. No mundo delirante, esta neutralidade está ausente, posto que ele seja real, às vezes até mesmo mais real do que a realidade compartilhada. Ambos os mundos podem ser experienciados em diferentes graus de realidade. Nestes casos, o fenômeno da “dupla contabilidade” (*double book-keeping*), a ironia e a ambivalência sugerem que uma experiência de clara distinção entre as duas realidades está ausente. Além de distinguir a estrutura fenomenológica da hiporrealidade e da hiper-realidade, o autor elenca seis fatores para analisá-la. Estes fatores são, respectivamente: (1) a continuidade da experiência subjetiva; (2) a materialidade e resistência da experiência da espontaneidade; (3) a unidade ou multiplicidade desagregada de sensações e percepções; (4) a intensidade das afecções; (5) a independência e o senso de agência; e (6) a intersubjetividade. Uma aproximação entre estes critérios e aqueles fornecidos por Schütz e Gurwitsch poderia conduzir ao desenvolvimento de uma fenomenologia sistemática das correlações noético-noemáticas envolvidas no mundo delirante, de fundamental interesse para a psicopatologia. Este é um exemplo de como estas investigações podem contribuir concretamente com a pesquisa empírica.

Existe, contudo, ainda um aspecto teórico importante que ainda não foi aprofundado e que é correlativo ao que foi estudado neste capítulo. Ao tratar-se do direcionamento atencional do agente às diferentes províncias de significado, evidenciou-se as suas variações de perspectiva e de cognição. Porém, sempre que o agente toma em perspectiva uma das províncias de significado supõe-se que as demais províncias de significado tenham sofrido uma alteração e tenham, meramente, uma conexão marginal com o que é temático naquele momento. Mas, dado que há mudanças bruscas na significação de objetos por meio das províncias finitas de significado e que podemos nos envolver com diferentes realidades

simultaneamente, fica aberta a questão sobre como se dá essa apreensão ou focalização da multiplicidade. Estes problemas se dirigem, precisamente, à formulação de uma teoria do Eu quanto às diferentes miradas da atenção. Schütz (2011) se referiu a estes problemas através dos conceitos de “teoria do eu esquizofrênico” e de “estrutura contrapontual da mente”. Gurwitsch (2010b) abordou o problema ao se aprofundar no estudo das dimensões marginais da consciência. Husserl, por sua vez, também apresenta algumas contribuições importantes para a compreensão do fenômeno em sua obra tardia, com as suas investigações genéticas em fenomenologia. Vamos nos dedicar ao estudo destas questões no próximo capítulo a fim de nos prepararmos para uma compreensão da atenção na contemporaneidade.

6 A DUPLA FACE DO EU: IRRELEVÂNCIA E PASSIVIDADE

Estudamos nos capítulos anteriores diferenças importantes entre os projetos de Gurwitsch e de Schütz. Inclusive, chegamos a vislumbrar, no capítulo anterior, uma importante diferença na concepção de “relevância” dos dois autores. Ao mesmo tempo, a partir de uma crítica de Walton (2003) a Gurwitsch, ampliamos o quadro de formulação da teoria da relevância e, por conseguinte, dos problemas relativos à segregação do tema em uma fenomenologia da atenção. Com esta ampliação, ficou-nos claro que as análises de Schütz, em algum sentido, correspondem a um aprofundamento das categorias relativas ao que Gurwitsch (1964/2010a; 2010b) conceituou como “margem”. As características fenomenológicas da margem apresentadas por Gurwitsch (1964/2010a) consistem, basicamente, na concomitância, na contingência e na interferência dos itens marginais com relação à atividade temática, sem, com isso, apresentarem qualquer conexão de pertinência material para com o tema. Em outros termos, os dados marginais são irrelevantes para a configuração de sentido do tópico. Mostramos, nesta direção, como a consideração das habitualidades da consciência intencional amplia consideravelmente a noção de relevância no sentido daquilo que contribui para a segregação do tópico a partir de um fundo de história de intencionalidades sedimentadas. Com isso, outro papel possível a estes itens relativos à margem do campo de consciência foi mostrado. Portanto, trata-se de uma relevância relativa não ao tópico e sua estrutura noemática, mas ao próprio Eu no sentido das *noeses* e das posses habituais de conhecimento; e é possível dizer, curiosamente, que esta concepção de relevância é marginal com relação à relevância no sentido gurwitschiano.

Ao mesmo tempo, contudo, a ampliação da noção de horizonte da consciência de forma a incluir a pluralidade de mundos correlatos dos atos de visada intencional colocou importantes questões sobre a própria estrutura da consciência intencional. Isso se dá porque, justamente, se a estrutura horizontal da consciência é plural, parece-nos justificado indagar se a própria estrutura da consciência não exige, também, uma pluralidade. Trata-se, mais ou menos, de uma re colocação das deduções transcendentais de Kant (1996), sobre a unidade do múltiplo e a sobre a unidade do Eu, embora de forma modificada. Neste sentido, as análises conduzidas por Gurwitsch (2010b) em “*Consciência marginal*”, que têm uma direção mais

predominantemente noética, parecem fornecer um caminho interessante. Ali, o autor passa a falar de uma “consciência marginal” que pode ser formulada no sentido de uma intencionalidade marginal, diferente da intencionalidade temática. Por conseguinte, a margem – enquanto correlato noemático do campo temático e de seu núcleo – deixa de ser concebida simplesmente como periferia das atividades temáticas e, se nossa compreensão estiver correta, ganha o estatuto de correlato de outra forma de intencionalidade. Ao mesmo tempo, as análises sobre as províncias finitas de significado levam Schütz (2011) a considerar a possibilidade de a consciência se ocupar, simultaneamente, de dois tópicos concomitantes, sendo um temático e outro marginal. Segundo ele, é necessário analisar os múltiplos envoltórios simultâneos do Eu com relevâncias tópicas atuais e relevâncias tópicas marginais, em um aparente contrassenso. Pode-se, com isso, aventar a possibilidade de serem dados tópicos simultaneamente em dois níveis diferentes de intencionalidade, mas, para tanto, é necessário justificar a possibilidade de assumir esta divisão no interior do Eu (COX, 1978).

Certamente, considerar esta intencionalidade própria à margem, e paralela à intencionalidade marcada pela tematização – ou seja, pela segregação de um tema, pela formação e estabilização de figuras –, permite o desdobramento de interessantes caminhos metodológicos para o estudo fenomenológico da atenção e prenuncia uma fenomenologia da margem que, porventura, poderia sair das dependências de uma metodologia reflexiva ou tematizante, conforme o pretende Merleau-Ponty (2001)⁵⁷. Note-se, também, a proximidade entre esta discussão a respeito da intencionalidade marginal e as análises sobre as sínteses passivas em Husserl (1966a; 1966b; 2006). Em última instância, isto permite afirmar que a organização autóctone do campo de consciência repousa sobre as camadas de constituição de sentido das sínteses passivas, assim como as camadas geológicas de uma superfície repousam sobre camadas basais. Da mesma forma, é possível correlacionar estas questões com as análises de Schütz sobre a estrutura do estoque de conhecimento, sobretudo no que diz respeito às dimensões da posse passiva de conhecimento e de sua conexão com as relevâncias chamadas de marginais. E talvez seja permitido afirmar, também, que a coerência desta tese com

⁵⁷ O texto de Merleau-Ponty aqui referido consiste em notas e comentários de sua leitura de “*O campo de consciência*”, publicado em francês em 1952. Este ensaio servirá para esclarecer algumas questões neste capítulo. Contudo, não poderemos adentrar profundamente nas contribuições singulares de Merleau-Ponty para o desenvolvimento destas questões.

as análises de Gurwitsch se mantêm, sobretudo, pelo fato de que, mesmo aqui, nenhuma agência do Eu é necessária. E é justamente aqui que o próprio Husserl, criticado por Gurwitsch, mostra estar em acordo com o fato de que, para a emergência de um tema segregado acontecer, nenhum ato do Eu é estritamente necessário.

Com base nestas questões, e com o propósito de trazer à tona uma análise do Eu a partir das problemáticas estudadas até aqui em torno da atenção e da relevância, procuramos, neste capítulo, construir um raciocínio sintético a partir de Gurwitsch, Schütz e Husserl. Para fins de clareza, contudo, começamos com um problema apresentado por Colombetti (2011) quanto à concepção de irrelevância de Gurwitsch. A partir do quadro ampliado do conceito de relevância desenvolvido no capítulo anterior com base em algumas críticas de Walton (2003) a Gurwitsch, compreenderemos, ao mesmo tempo, o equívoco desta crítica e sua riqueza para a presente discussão. Contudo, será necessário reformular o quadro de questões de maneira a poder determinar o papel das afecções do Eu e de seu lado passivo e a conexão destes temas com a consciência marginal. Com base nesta primeira parte, teremos elementos para ampliar a noção de sistemas de relevância e levantar questões importantes sobre a consciência marginal. Na segunda seção, abordamos a questão da dupla intencionalidade da consciência em Gurwitsch e em Schütz. Apresentamos, primeiro, as análises de Gurwitsch sobre a “consciência marginal” e, na sequência, as teorias de Schütz sobre a “teoria do eu esquizofrênico” e sobre a “estrutura contrapontual da mente”. Na terceira seção, abordamos as implicações desta divisão da consciência intencional para a elaboração de uma teoria sobre o eu somatopsíquico e sobre a intersubjetividade no correlativo nível de uma intencionalidade marginal. Na quarta e última seção, correlacionamos estas análises com a fenomenologia genética de Husserl, tomando-se por base sua concepção de passividade e, em especial, de “protoesfera de intencionalidade”. É possível identificar alguns desdobramentos das teses de Gurwitsch e de Schütz que entram em acordo com a obra tardia de Husserl.

6.1 Problematizações sobre a irrelevância e o Eu somatopsíquico

Em seu estudo sobre a experiência marginal, Colombetti (2011) critica a noção de irrelevância de Gurwitsch (2010b). Particularmente, para Colombetti

(2011), o que há de problemático na concepção de Gurwitsch (2010b) é a tese de que a autopercepção corporal (*bodily awareness*), embora seja copresente ao processo temático (apesar de fugidia), não o influencia. Em outros termos, o problema é a premissa de ausência de conexão entre o tema e a margem, baseada na noção de que não há relação entre os conteúdos de um e de outro, exceto no caso em que os conteúdos da margem podem “interferir” no processo temático e, assim, tornarem-se, eles próprios, temáticos. O contraexemplo paradigmático fornecido pela autora são as experiências emocionais e os “sentimentos corporais de fundo” (*background bodily feelings*) (COLOMBETTI, 2011, p. 299) a elas relacionados, algo que não foi efetivamente sistematicamente discutido por Gurwitsch com relação à teoria do campo de consciência. Tome-se o exemplo concreto do medo de um cachorro:

Se nós aplicarmos a triparção de Gurwitsch [...] o tema é o cachorro, ou, antes, os sons que ele faz atrás de mim; o campo temático compreende os pensamentos de que ele pode me morder, que eu posso sangrar ou cair da bicicleta etc.; a margem é composta por um número indefinido de pensamentos conscientes copresentes, ainda que não relacionados, de percepções, sensações corporais etc., incluindo a consciência de meu corpo rígido e pronto para ser atacado. Estes elementos são, pois, contingentes e irrelevantes para o tema, i.e., eles não podem influenciar os seus conteúdos; no máximo, o corpo pode entrar no foco da atenção e se tornar temático, assim interferindo com o tema inicial. (COLOMBETTI, 2011, pp. 299-300).

Os casos de pessoas que sofrem cronicamente com ansiedade podem exemplificar um processo de vigilância constante dos próprios sentimentos corporais, portanto de um constante processo de “tê-los” como temáticos, quando elas se defrontam com determinadas situações (“ansiogênicas”). Colombetti (2011) busca demonstrar que a significação do objeto ou evento percebido é muito mais ampla e envolve ainda mais dimensões da personalidade do que o mero direcionamento do ato atetivo:

Esta abordagem negligencia, contudo, o fato de que o tema, no exemplo, não consiste apenas nos sons feitos pelo cachorro, mas no *medo* que eles significam para mim. Eu tenho medo e, no medo, o que eu estou focalizando é o perigo. Neste sentido, o que absorve a minha mente *não* é indiferente a como eu sinto o meu corpo no plano de fundo. Caso eu sinta o meu corpo como imune a mordidas de cachorro ou como forte o suficiente para chutá-lo caso ele me ataque (e assumindo que eu não seja cinofóbico), a minha experiência da qualidade da situação seria diferente. Eu poderia não experienciá-la mais como perigosa; ou eu poderia continuar a experienciá-la como

perigosa, mas com um sentido muito diferente das capacidades de enfrentamento de meu corpo – as quais, eu gostaria de sugerir, mudariam a qualidade de meu medo. (COLOMBETTI, 2011, p. 300, *itálicos da autora*).

A tese da autora consiste, pois, em que os sentimentos corporais de fundo, que compõem a “autoconsciência corporal não atendida vagamente sentida e indistinta [*unattended dimly felt and indistinct bodily awareness*]” (COLOMBETTI, 2011, p. 300), não podem ser relegados a um “fundo marginal” do campo de consciência sem conexão com o tema, mesmo que estes sentimentos possam ser fugidios e contingentes. Isso porque, segundo a autora, eles contribuem para a constituição da “qualidade afetiva de uma situação” (COLOMBETTI, 2011, p. 300) e, assim, afetam o processo temático de maneira essencial.

De nosso ponto de vista, a crítica de Colombetti (2011) à teoria do campo da consciência de Gurwitsch está apenas parcialmente correta. Por um lado, não está totalmente correta porque a formulação de Gurwitsch sobre a relevância está centrada sobre a conexão material entre o tema e os dados que são vivenciados juntamente com ele. Portanto, a relevância diz respeito a uma descrição noemática da experiência subjetiva. A descrição que Colombetti (2011) fornece, contudo, é ambígua. Em sua descrição, ela coloca, claramente, uma relação entre a relevância e o Eu empírico, sobretudo quando diz: “o *perigo* que eles [os barulhos] significam para mim” (COLOMBETTI, 2011, p. 300, *itálicos da autora*). Como vimos, a descrição noemática de Gurwitsch é, ademais, não-egológica. O seu nível de análise não se dirige a uma explicitação das habitualidades do Eu. Por outro lado, está correta porque, sim, é possível avançar importantes análises fenomenológicas dos afetos que subjazem aos atos atentos a partir da teoria do campo de consciência e da teoria da relevância, mas considerando-se, sobretudo, o que significa, mais precisamente, a asserção: “o que absorve a minha mente não é indiferente para como eu sinto meu corpo no fundo”. Desta forma, coloca-se em cena um conjunto de habitualidades – neste caso, de matiz afetivo – que constituem o fundo da experiência subjetiva e atenta, dando, ademais, relevo aos princípios de conexão entre corporeidade e afetividade. Embora Gurwitsch tenha fornecido subsídios para a consideração da corporeidade, são poucos os seus comentários sobre a afetividade e as emoções, talvez mais restritos a sua análise da teoria não-egológica da consciência de Sartre (1936/2015), onde restringe à margem o Eu empírico com

todas as suas determinações transcendentais: ações, estados e qualidades (GURWITSCH, 1941/2009c). Quanto à Schütz, também os seus comentários para uma teoria da afetividade são bastante escassos, ainda que forneça algumas indicações sobre como interpretá-las no que diz respeito à sua conexão com os sistemas de relevância.

Em defesa de Gurwitsch, vale sublinhar que a teoria do campo de consciência elaborada pelo autor, e também a sua teoria da relevância a ela vinculada, embora seja presente consequências bastante frutíferas no estudo da atenção (ARVIDSON, 2003), centra-se nas “invariantes formais” do campo experiencial e, além disso, consiste em um recorte noemático do *continuum* ego-cogito-cogitatum (EMBREE, 2015). O ponto destacado por Colombetti (2011) não diz respeito, portanto, à relevância material – ou pertinência – da qual trata a teoria de Gurwitsch. Por um lado, a teoria de Gurwitsch trataria a dimensão afetiva como um contexto temático a partir do qual se destaca o tema, em sua vinculação de pertinência material. De maneira semelhante a Sartre (1936/2015), consideraria o tópico a partir de seu significado noemático “cachorro-perigoso”, o aspecto afetivo podendo contribuir diretamente para a significação do tema, embora sem ser ele mesmo temático. É desta forma que Schlimme (2013), por exemplo, concebe, baseando-se em Husserl e outros autores, que todo núcleo noemático de uma vivência é emocional, visto que todo objeto é percebido com uma coloração afetiva. Segundo ele, isto denota que todo objeto percebido é percebido como possuindo uma determinada “qualidade”, como, por exemplo, ser ruim, elegante, fabuloso, atrativo etc., o que está em conformidade com a teoria de Gurwitsch⁵⁸. Por outro lado, em uma direção mais própria à teoria da relevância de Schütz, é possível abordar outros aspectos marginais da constituição da significação afetiva ou emocional. Também a partir de Schlimme (2013), compreende-se que esta qualidade da experiência subjetiva pressupõe uma abstração (ou seleção) pré-reflexiva e imediata nas apreensões de valor e é prescrita por “interesses pré-reflexivos”, enraizados em sua

⁵⁸ Veja-se o que o autor diz, em concordância, sobre a “qualidade” da vivência: “O mundo no qual nós vivemos e agimos é povoado com itens dotados não apenas de cores, temperaturas, cheiros, formas, etc., mas, também, com qualidades como atratividade, repulsividade, agradabilidade, desagradabilidade, beleza, apto para dado propósito ou outro, e assim por diante. Neste mundo, há ações feitas e para serem feitas, e estas ações depositam a si mesmas como qualidades sobre as coisas com as quais estão conectadas. Todas as qualidades do tipo mencionado pertencem às coisas nas quais elas aparecem; elas contribuem para moldar o aspecto sobre o qual as coisas com as quais nós lidamos em nossa vida cotidiana nos são dadas e existem para nós.” (GURWITSCH, 1929/2009a, p. 322).

história de vida e em suas disposições afetivas desenvolvidas ao longo da vida, portanto constituintes de nosso “estoque de conhecimentos”. Neste sentido, pode-se falar de “propriedades não-axiológicas” de um objeto ou situação ou “sênticas”, conforme Cox (1978) e, também, Drummond (2008). E, como se referem tanto a propriedades que ajudam a definir a situação, referem-se, pois, aos sistemas de relevância, sobretudo interpretativos e motivacionais.

Ao mesmo tempo, entendemos que este ponto não esgota a questão. Pois trata-se de investigar, também, as conexões entre esta coloração afetiva e as capacidades corporais. Ora as “capacidades de enfrentamento de meu corpo”, destacadas por Colombetti (2011), de fato, seriam dados marginais, assim como tudo o que diz respeito ao Eu empírico (GURWITSCH, 1941/2009c). Neste aspecto, a teoria de Gurwitsch repousa sobre o princípio de que o campo imediato de consciência, pré-reflexivo, não apresenta vinculação necessária com um Eu, se tomado como Eu puro. A vivência de perigo deve referir-se ao Eu empírico, ou, nos termos de Schütz (1962a), ao “*ego agens*”, ao Eu atuante sobre o mundo. A crítica de Colombetti (2011) direciona-se, portanto, para o aspecto *ego-cogito* do *continuum* mencionado por Embree (2015). Esta pontuação fornece algumas indicações quanto àquilo que Sartre (1939/2008; 1936/2015) nomeia como um “vínculo mágico” existente entre os estados emocionais e a vivência particular. Embora não seja o nosso objetivo desenvolver um aprofundamento de uma fenomenologia das emoções, importa, contudo, explorar as conexões entre a esfera passiva de doação de objetos – com suas nuances afetivas – e a consciência temática. Como veremos nas próximas seções, isto exige uma análise da consciência marginal e de suas implicações para o estudo da participação da corporeidade, do eu psíquico e da afetividade para as atividades temáticas do agente. Por esta razão, importa reformular o quadro de questões da teoria fenomenológica da atenção e da relevância de maneira a poder determinar o papel das afecções do Eu e de seu lado passivo e a conexão destes temas com a consciência marginal.

6.2 A problemática da intencionalidade não-temática e a divisão do Eu

Estudamos, nos capítulos anteriores, diferentes formas pelas quais a intencionalidade temática, ou seja, modificada atencionalmente, pode ser concebida

fenomenologicamente a partir de Gurwitsch e de Schütz. Mas, as questões abertas neste capítulo exigem que tanto a “margem” quanto as “relevâncias marginais” sejam correlacionadas com uma forma de intencionalidade específica. Esta forma de intencionalidade, por sua vez, parece exigir a formulação específica de uma teoria do Eu. Certamente, esta problemática funda todo um conjunto de preocupações científicas e filosóficas quanto aos fenômenos conhecidos como “inconscientes” (FUCHS, 2012; HOLENSTEIN, 1972). Em todo caso, é útil para nosso presente propósito atestar que esta relação entre o temático e o não-temático constata a duplicidade da consciência, isto é, o fato de que ela não é totalmente transparente a si mesma. Isso implica dizer que a consciência temática aponta, por meio de referências indicativas, para um conjunto de experiências que não são conscientes de si mesmas, no sentido de não serem temáticas, mas de, mesmo assim, apontarem para “temas potenciais” ou “marginais”. O aparente contrassenso que surge daí merece ser tratado fenomenologicamente por meio de uma investigação adequada. Gurwitsch e Schütz se aproximaram de maneira diferente da questão. E, por conseguinte, oferecem soluções diferentes.

6.2.1 A consciência marginal e seu duplo sentido

Vimos anteriormente que Gurwitsch (1964/2010a; 2010b) distingue os dados temáticos dos dados marginais. De fato, ao mesmo tempo em que postula que a margem corresponde a um domínio de irrelevância, definida sob a égide do tema, desenvolve uma leitura dos dados marginais como “temas potenciais”. Segundo ele, “por sua própria existência, toda atividade temática necessariamente implica a existência de, ao menos, um dado marginal” (GURWITSCH, 2010b, p. 454). Para serem considerados como parte do campo de consciência, supõe-se, contudo, que deve haver uma forma de estes dados serem conscientes. E, ademais, esta consciência não pode ser idêntica à consciência temática, pois esta se ocupa de um dado singular e atual de ordem diferente. A este respeito, um comentador chega a formular a seguinte questão: “Então, o campo de consciência pode ser concebido de tal forma que a atividade *posicional* da atenção é marginal e aquilo que é apresentado por esta atividade é temático?” (ARVIDSON, 2003, p. 125-126, *itálico do autor*).

A fim de resolver esta questão, Gurwitsch (2010b) recorreu à distinção feita por Brentano (1995) entre “objeto primário” e “objeto secundário”. De acordo com a teoria de Brentano, a consciência possuiria um objeto que seria o foco de sua ocupação atual, o objeto primário, e uma consciência concomitante da consciência do objeto primário – uma “autoconsciência”, portanto –, cujo direcionamento foi chamado por Brentano de “objeto secundário”. Então, a vida consciente seria estruturada por uma “dupla intencionalidade” básica, o direcionamento da consciência a um objeto de percepção e o direcionamento concomitante à própria consciência⁵⁹. De tal forma, todo ato intencional seria, ao mesmo tempo, objetivante e autoconsciente, sem, com isto, implicar a existência de um segundo ato intencional, este inconsciente. Na teoria de Gurwitsch, analogamente, o objeto primário é entendido como correlativo à consciência temática, ao passo que o objeto secundário é correlativo à consciência marginal em uma forma de autoconsciência implícita. A autoconsciência é, para Gurwitsch, uma “condição *a priori* para a consciência” (GURWITSCH, 2010b, p. 453). Com isso, o autor amplia e enriquece o sentido de “objeto secundário” através das noções correlativas de margem e de consciência marginal. Ao mesmo tempo, pressupõe a existência de duas atividades:

Há, ao menos, duas principais atividades sempre operativas simultaneamente no campo atencional. Uma atividade distingue o que pertence ao tema e o campo temático. A outra atividade distingue o que pertence ao tema e à margem (ARVIDSON, 2003, p. 126).

As duas atividades apresentam conteúdos objetivos ao campo atencional, ainda que de forma distinta. A segunda atividade, que distingue tema e margem, nas palavras do comentador, apresenta, também, conteúdos subjetivos ao campo atencional, nomeadamente: (a) o sentimento de meu próprio corpo, de minha existência encarnada, que transcende a minha ocupação atual; (b) um segmento de meu fluxo temporal, de meu eu psíquico, que se prolonga quase que indefinidamente ao passado; ou (c) de meu campo perceptivo, que também se prolonga a dimensões invisíveis e inclui outras pessoas, muitas das quais são anônimas. Para o autor, existe uma autoconsciência permanente destas constantes da margem. Não há uma única experiência em que estes itens não estejam presentes, ainda que de maneira difusa e apenas implícita.

⁵⁹ Pra um estudo aprofundado, deste assunto em Brentano, remetemos o leitor ao trabalho de Chrudzimski (2001), especialmente cap. 3, §3.2, “Die Doppintentionalität des Bewusstseins”.

Com isso, é possível afirmar que forma de consciência, marginal, é tácita, baseada nas referências indicativas de um determinado tema em um determinado momento para além de si mesmo. A consciência marginal não é, então, uma consciência temática. A autoconsciência marginal é “segmentária”, segundo o Gurwitsch (2010b). Pois, se ela se projeta a partir do tema e de suas referências indicativas, que compõem o horizonte do campo temático, ela pode seguir a continuidade deste horizonte que, contudo, é difuso, “vago”, “indistinto”, “indeterminado” (GURWITSCH, 2010b, p. 479). Sendo um horizonte difuso, esta consciência deve seguir aquilo que se apresenta por referências indicativas de maneira construtiva. O que conduz um indivíduo a explorar estes itens marginais é a sua motivação a refletir sobre eles em um determinado momento da vida, assim servindo como ponto de partida para a apreensão de um daqueles segmentos supracitados. Portanto, a autoconsciência marginal é, ao mesmo tempo, “difusa” e “segmentária”.

Mas, além disso, já que “consciência marginal é consciência temática potencial” (GURWITSCH, 2010b, p. 506), parece que a sua concepção remonta, de alguma forma, à própria consciência temática. Por exemplo, em um trecho no qual o autor aborda a referida “potencialidade” da consciência marginal, ele afirma:

A atualização desta potencialidade depende inteiramente do sujeito, que pode escolher atualizar ou não uma ou outra destas potencialidades, mas ele pode atualizar apenas uma delas de uma vez e, para fazê-lo, deve abandonar a atividade temática do momento (GURWITSCH, 2010b, p. 506).

Por mais que este trecho pressuponha a capacidade do sujeito de manter algo em posse, marginalmente, para dedicar-se a ela em outro momento, é o processo de tematização que está no centro e, com ele, a própria atividade do sujeito. Disto, pode-se concluir que os avanços de Gurwitsch para compreender a consciência marginal parecem exigir uma dialética entre esta intencionalidade marginal, associada a uma autoconsciência tácita, porém pouco analisada por ele mesmo, e a própria intencionalidade temática. Ademais, parece que, conforme seus pressupostos caminham na análise, sub-repticiamente, observamos a reentrada de um Eu ativo, que pode “escolher” dentre os temas potenciais a serem atualizados ou não. Veremos, adiante, como isto impacta a sua concepção de existência encarnada. Por ora, vamos nos dedicar a entender como Schütz concebe esta dualidade da intencionalidade.

6.2.2 A teoria do “eu esquizofrênico” e a “estrutura contrapontual da mente”

Vimos que a análise da relevância de Schütz refere-se, em resumo, a uma análise do estoque de conhecimento e, por conseguinte, desdobra-se a partir do esteio das habitualidades do Eu. O campo de questões para a sua problemática da relevância é muito diferente e, por conseguinte, a delimitação da fronteira entre o relevante e o irrelevante passa por outros caminhos. Inclusive, o autor concebe a possibilidade de haver “relevâncias marginais”, o que seria um paradoxo para a teoria de Gurwitsch, como vimos no capítulo anterior. Ora, para Schütz (2011), a margem apresenta um tipo de relevância especial, a saber, a do “poder ser reativado” e a do ser “neutralizado”. Trata-se aqui da diferença entre “estar ao alcance” (*in grip*) e de ser “abandonado” (*released from grip*). O autor fala de “relevâncias marginais” no sentido de relevâncias neutralizadas. Dentre elas, inclui até mesmo as relevâncias motivacionais, como “planos marginais”. Ou seja, como aqueles planos que já foram uma vez pensados, mas foram superpostos por novos planos e, assim, acabaram “neutralizados”, deixados para depois. Nas palavras do autor, “[...] o conjunto completo de relevâncias motivacionais (que podemos chamar de plano) não atualmente em operação podem ser interpretados como um tópico marginal” (SCHÜTZ, 2011, p. 160). Por exemplo, ao perceber-me diante do prazo de concluir um projeto importante, mas dispendioso, do trabalho, posso ter de deixar o meu plano de ler “*As mil e uma noites*” para após a conclusão do primeiro plano. E, ao retomar a leitura, posso continuar de onde parei e retomar o tópico com a sua significação. O plano foi deixado para depois, mas não esquecido, “aniquilado”. Neste sentido, a leitura do livro constitui relevância motivacional marginal e que pode ser reativada caso tenha a motivação necessária envolvida.

Para Schütz (2011), existe uma diferença entre duas situações de abandono do tema, conforme a sua teoria posterior das “vacâncias” (*Leerstelle*). Uma vacância corresponde a uma posição vazia no interior de um sistema de relevâncias. Por um lado, o autor cita a situação em que um tópico é abandonado e deixa de pertencer ao campo de consciência, mesmo à margem, de modo que deixa uma “vacância”, à qual se liga um novo sistema de relevâncias, que, por sua vez, encontra-se ligado ao tópico atual, diferente daquele ligado ao tópico original. Cabe aqui o exemplo de

deixar a leitura de “*As mil e uma noites*” para me ocupar de passear com meu cachorro. Por outro lado, a situação em que um tópico é abandonado por ser “coberto” por um novo tópico, de tal modo que há uma conexão entre os dois tópicos, o último expandindo ou restringindo o alcance do primeiro. Por exemplo, quando me deparo com uma expressão que acho engraçada na leitura de “*As mil e uma noites*” e que passa a ser o tópico privilegiado de minha atenção, deixando o enredo do livro à margem. O tópico deferido é mantido em uma apreensão marginal, de modo que não há vacância que poderia servir como origem para um sistema de relevâncias heterogêneas, e o tópico marginal não está conectado com o atual por uma forma de superposição. Há uma competição entre os tópicos marginal e atual e os seus sistemas de relevância.

Nestas análises, vê-se que Schütz assume, por um lado, a possibilidade de haver tópicos marginais, “neutralizados”, e, por outro lado, derivado daí, a possibilidade de que nossa consciência possa alternar entre o que é temático e o que é marginal. Assim, de maneira mais ou menos semelhante ao que Gurwitsch (2010b) explorou nos termos da dupla intencionalidade da consciência, Schütz (2011) assume haver uma forma de dupla intencionalidade. Desenvolveu, nesta direção, o que chamou de “hipótese do eu esquizofrênico” e de “estrutura contrapontual da personalidade”. Vejamos o que o autor busca indicar com estes conceitos. Para o primeiro, o autor enuncia diretamente: “o fato de que, a fim de tornar algo temático e outro algo horizontal [i.e., marginal], nós temos de assumir uma divisão artificial da unidade de nossa personalidade” (SCHÜTZ, 2011, p. 99). Assume, assim, que a subjetividade não é unitária, mas plural ou dividida. Nas palavras de Schütz (2011, p. 161-162),

[...] nós estamos envolvidos [ao mesmo tempo] na relevância tópica atual e em muitas relevâncias tópicas marginais com múltiplas camadas de nossa personalidade em diferentes níveis de profundidade.

Embora o autor não deixe explícito em seu trabalho a que se referem estes diferentes níveis de personalidade (COX, 1978), fica claro, à luz da leitura de Gurwitsch e de Husserl, que o autor faz referência às sínteses passiva e ativa e, também, aos aspectos imposto (involuntário) e intrínseco (voluntário) dos sistemas de relevância dados para o agente. Desta forma, pode-se falar de níveis mais automatizados de realização intencional e de menor grau de tensão da consciência

nas atividades de rotina, tais como comer, vestir-se, andar, dirigir, ler, dentre outras. Da mesma forma, pode-se falar de níveis que exigem maior envolvimento e maior grau de tensão da consciência do agente conforme a complexidade e a novidade do tópico. Mas, eu posso, por exemplo, pensar sobre problemas práticos ou teóricos de grande complexidade ou até mesmo novidade enquanto ando, como, faço a barba, fumo um cigarro, e assim por diante. Isso significa que os níveis de personalidade dizem respeito a intencionalidades distintas, mas que ocorrem simultaneamente e estão entrelaçadas como condição uma da outra. Por conseguinte, a tese do eu esquizofrênico assevera que podemos estar envolvidos em diferentes esferas de realidade simultaneamente, embora apenas uma possa seja ativa e temática a cada momento.

Quanto à tese da “estrutura contrapontual da personalidade” (SCHÜTZ, 2011, p. 99), ela serve de complemento à anterior. Esta tese corresponde à capacidade de uma pessoa em manter a posse de temas atuais e marginais ao mesmo tempo e de alternar entre eles conforme a “propulsão”, a “pulsação característica” ou o “ritmo” de minha própria “existência autobiográfica” (SCHÜTZ, 2011, p. 147). Schütz (2011, p. 161) compara esta estrutura intencional à nossa capacidade de escutarmos uma música polifônica: “dois temas independentes simultaneamente acontecendo no mesmo fluxo, tomando um como foco central e o outro como marginal, e vice-versa”. Esta hipótese auxilia a guiar a análise da sedimentação de experiências no estoque de conhecimento com a sua alternância entre os dois níveis de intencionalidade e a cada momento da vida subjetiva, com as transformações próprias de seu devir experiencial. Conforme o autor,

A interrupção do processo de sedimentação do conhecimento (oscilação rítmica entre relevâncias atuais e marginais) é de fundamental importância para a estrutura do estoque de conhecimento à mão. Isso porque as possessões habituais de conhecimento emergem dos sistemas alternantes de relevâncias atuais e marginais em diferentes níveis da organização da vida mental. E o movimento de uma camada a outra se torna algo dado como óbvio e, também, permanecem sem serem questionados os sistemas de relevância pertencentes a um conjunto particular de atividades (SCHÜTZ, 2011, p. 162).

Por conseguinte, isto implica que alguns tópicos visados pela consciência intencional sejam temáticos, ao passo que outros sejam marginais (ou horizontais) e que ambos ocorram simultaneamente. Por exemplo, ao escrever e pensar sobre o que escrevo, estou exercendo duas atividades simultâneas. E eu me encontro

envolvido com ambas simultaneamente, porém em diferentes “níveis de intimidade”, pois são atividades diferentes “no que diz respeito à sua proximidade ou distância do que é, mais intimamente, o núcleo de minha personalidade” (SCHÜTZ, 2011, p. 97). Ou seja, por mais que possa me concentrar em diferentes tópicos ao mesmo tempo, alguns sendo marginais e outros temáticos, eles se organizam conforme o meu interesse predominante no momento.

Os princípios analíticos cobertos pela hipótese do eu esquizofrênico e da estrutura contrapontual da personalidade permitem compreender a automatização de algumas atividades rotineiras, que, então, passam a se tornar óbvias e serem base para a aquisição de novos conhecimentos. Esta automatização pode se dar de duas formas principais. Primeiro, pela naturalização através da formação do estoque de conhecimento e sua preservação nas posses habituais de conhecimento, mas com abertura a novas interpretações e novas conexões destes conhecimentos com novas situações. Schütz (2011) chama de “tópico à mão” (*topic at hand*) este conjunto de experiências e objetos com os quais já adquiri certa familiaridade e que me permitem continuar ganhando familiaridade com o mundo, ao mesmo tempo em que me permitem novas avaliações sobre eles mesmos, criar novas relações entre meios e fins ou mesmo determinar novos fins. Schütz (2011) chama de “tópico-na-mão” (*topic in hand*) todo aquele objeto de atenção cujos horizontes internos e externos foram “cortados” porque se tornaram rotineiros. Estes horizontes mostram-se adequados até que algo interrompa a atenção rotineira. Este tópico-na-mão, do ponto de vista estrutural, não ocupa o núcleo temático, mas, antes, encontra-se na margem. Ele apresenta um índice de familiaridade suficiente para o propósito à mão do agente. Neste sentido, familiarizar-se com coisas, eventos e relações significa adquirir uma quantia de conhecimento adequada para lidar com ou explorar o propósito à mão. Objetos tomados como conhecidos suficientemente para os propósitos à mão não exigem mais investigação, a não ser quando necessário.

Para Schütz (2011), neste sentido, o conhecimento pode ser “estocado” e “preservado” como posse habitual de conhecimento em meu estoque de experiências, ou seja, como neutralizado e dormente, ainda que pronto para ser reativado e usado novamente, caso necessário. Isto é válido para uma série de posses habituais: desde saber como movimentar o corpo, engolir a comida, pronunciar as palavras de meu idioma e andar de bicicleta até operar uma máquina de torneamento mecânico, realizar um cálculo matemático ou pensar conforme uma

ideologia. Porém, segundo o autor, nem todos os elementos de nosso estoque de conhecimento são simplesmente estocados para serem usados posteriormente. Alguns não estão dormentes, embora estejam neutralizados. Ou seja: estão permanentemente presentes e nunca são abandonados da apreensão, ainda que não estejam presentes no núcleo do campo temático da consciência, mas sim na margem. Dentre estes elementos, o próprio Schütz (2011) cita alguns muitos similares àqueles que foram destacados por Gurwitsch (2010b), ainda que sem fazer uma referência direta ao autor, a saber: (a) o conhecimento do nosso próprio corpo, (b) o conhecimento do mundo externo, (c) o conhecimento de outras pessoas. Segundo ele, estes conhecimentos marginais não nos são dados na forma de uma familiaridade adquirida e estocada, mas como “conteúdo permanente”, ou como “pré-requisito” da experiência subjetiva (SCHÜTZ, 2011, p. 175). Mas, além destes, Schütz (2011) cita, também, a “rotina” enquanto campo do que é habitualmente possuído em termos de relações entre meios e fins. Trata-se, neste sentido, para usar uma metáfora, de uma “segunda natureza” que passa a equipar o agente e constituir aquilo que foi “padronizado” e “automatizado” em suas atividades e, correlativamente, no mundo à sua volta. Segundo o autor, estes conhecimentos de rotina “parecem ser objetos que pertencem ao mundo da vida como tal, no interior do qual eles possuem o seu lugar e a sua função bem definidos” (SCHÜTZ, 2011, p. 176). São conhecimentos “na mão”, incorporados enquanto recursos prontos para uso, embora não se abram, facilmente, para uma inspeção reflexiva. Ou seja, são itens que se tornam invisíveis para o olhar atento, embora contribuam para os significados que ele, em sua visibilidade, é capaz de apreender e constituir.

Disto, poder-se-ia estender toda a compreensão das invariantes da margem para todos os hábitos e seus acoplamentos – objetos, instrumentos, próteses, padrões de ação etc. – que me são necessários em minha rotina na vida social. Podem ser citadas, aqui, uma série de “extensões” de meu ser-no-mundo, como o uso de uma bengala, de um teclado, dentre outros, que dão como certas ou ampliam as extensões daquilo que está dentro de meu alcance atual. Normalmente, na minha vida cultural habitual me relaciono, também, com máquinas e instituições (sociais e técnicas), tenho conhecimento para produzir os efeitos suficientes (manipulando os dispositivos necessários) para os meus propósitos (fins desejados), porém permaneço sem saber como estes efeitos são produzidos. Geralmente, sabe-se apenas “de alguma forma”, “no geral”, “de maneira vaga” etc. As tipificações relativas

a este conjunto de itens são intencionadas de maneira automática e habitualizada, formando-se sem uma participação totalmente consciente do agente. Conto com elas sem, necessariamente, ter a possibilidade de explorá-las e desenvolver um “conhecimento sobre” elas, detalhado e reflexivo.

6.3 A existência encarnada e seu caráter marginal

As questões anteriormente estudadas conduzem à questão de como algumas das constantes da margem podem ser concebidas, então, em cada abordagem. Na atividade temática, estamos absorvidos pelo tema, pelo objeto da atenção. O sentido do meu corpo, de minha existência encarnada, é atendido de maneira apenas marginal. A existência encarnada pode se tornar temática, mas de maneira reflexiva, ou, então, está disponível como um conhecimento constante e habitualizado, embora sempre invisível. “O ponto é que nós estamos focados, na maior parte do tempo, no tema que não é a nossa existência encarnada, ainda que nós atendamos a ele marginalmente”, segundo Arvidson (2003, p. 125). Porém, veremos que a Gurwitsch e a Schütz a maneira de conceber este corpo marginal é diferente. E que isto se deve a questões metodológicas e filosóficas centrais em seus projetos investigativos. Basicamente, são delineadas duas maneiras distintas de interrogar a existência.

6.3.1 A existência encarnada em Gurwitsch

No escrito póstumo de Gurwitsch (2010b), o autor desenvolve a sua concepção sobre o entrelaçamento entre percepção e experiências cinestésicas. Estas suas análises podem servir de base para compreendermos tanto a sua concepção de existência encarnada quanto o seu conceito de Eu marginal e, por conseguinte, podem nos ajudar a precisar os contornos da irrelevância e da consciência marginal. O princípio de sua análise é o fato de que as aparências perceptivas nos são dadas, sempre, de maneira parcial e, ao mesmo tempo, como um objeto completo, que eu posso inspecionar a partir de outros ângulos, movendo o meu corpo. Este exemplo já havia sido formulado por Husserl (1913/1976) em sua teoria dos “esboços” (*Abschattungen*) perceptivos. Para Gurwitsch (2010b), este tipo

de experiências revela que as percepções e as experiências cinestésicas não apenas ocorrem simultaneamente, como que por sobreposição, mas que elas mantêm uma relação de imbricação estrutural: “as experiências cinestésicas possuem uma certa referência às apresentações perceptivas; as últimas intervêm sobre as primeiras” (GURWITSCH, 2010b, p. 507).

Contudo, a maneira como Gurwitsch (2010b) desenvolve a sua análise desta imbricação, que, para ele, não é de “entrelaçamento”, mas de “intervenção”, com base na ideia de que aparências perceptivas e experiências cinestésicas formam “ordens de dados [...] coerentes e fechados” (GURWITSCH, 2010b, p. 508), uma ordem se referindo às coisas externas a outra, ao corpo próprio, de modo que a sua relação só pode ser posta através de uma atitude especial, reflexiva, que coloca os objetos para uma consciência tética. Antes disso, não há uma “consciência” desta intervenção, mas apenas um ajustamento automático dos movimentos às aparências perceptivas. Antes de adotar esta atitude reflexiva, a coordenação e o ajustamento sensoriomotores existem apenas na forma de uma experiência “uniforme” (*smooth*) e de “prontidão” (*promptness*) (GURWITSCH, 2010b, p. 488).

Ainda, o ponto de vista de Gurwitsch (2010b), embora favoreça uma aproximação entre percepção e movimento, permanece na relação unilateral pela qual a percepção motiva e guia os nossos movimentos corporais, o que ele chama de “intervenção” da percepção sobre o movimento, de modo que os movimentos podem estar ajustados aos objetos do mundo circundante. Para ele, a percepção fornece “pontos de orientação” que “permitem” diversas formas de movimento, como aproximação, afastamento, esquiva, etc. Certamente, ele considera a dinâmica envolvendo novas percepções que, por conta dos movimentos antes realizados, regulam os movimentos seguintes.

A orientação que a percepção dá aos movimentos consiste em que os movimentos tomam lugar sobre a base de e em acordo com o que é oferecido pela percepção. A função que a percepção tem para as experiências cinestésicas como experiências de movimento corporal também consistem em fornecer a base para os nossos movimentos, e a ‘intervenção’ da percepção nas experiências cinestésicas deve ser definida em acordo com isto. Para ser realizado [*performed*], o movimento requer e se refere a pontos de orientação que apenas pode ser encontrados na percepção. Neste sentido, a percepção prova ser uma condição e um pressuposto para o movimento. O elemento nas experiências cinestésicas através do qual nós usualmente nos tornamos cientes [*aware*] da referência em questão é a prontidão de nossos movimentos quando eles são realizados [*performed*] em relação a objetos familiares. Então, os movimentos

são experimentados como ajustamentos aos objetos; aqui, ajustamento não significa tanto um processo como uma característica descritiva dos movimentos, i.e., eles serem ajustados a um objeto de tal forma que ajustamento designa um processo que inclui fases de experimentação [*phases of trial*]; a referência dos movimentos ao objeto como ponto de orientação é ainda mais conspícua. (GURWITSCH, 2010b, p. 509).

Esses movimentos não são movimentos intencionais ou voluntários, no sentido de conterem um propósito como orientação. Mas, eles contêm uma “consciência de horizonte” (*horizontal awareness*) de que os movimentos vão em uma certa direção e podem continuar nesta direção ou modificá-la e de que, ao agir desta forma, as aparências perceptivas terão desenhado um determinado estilo. Com isso, as cinesteses sempre implicam uma referência, para além de si mesmas, em direção ao mundo perceptivo circundante que desempenha o papel de um “enquadramento [*framework*] para os nossos movimentos” (GURWITSCH, 2010b, p. 510). Por conseguinte, em sua teoria, o mundo perceptivo aparece como a base de todas as atividades corporais e, por isto, de nossa existência encarnada, em confronto com o qual experimentamos mesmo o poder de nosso corpo e de seus órgãos em agir. Este mundo circundante é, pois, uma referência implícita, um “horizonte confuso” (GURWITSCH, 2010b, p. 515), que desempenha o papel de englobar toda a percepção como seu contexto e de englobar, também, o nosso próprio corpo. Ademais, o corpo é considerado por Gurwitsch (2010b, p. 515) como um “objeto especial”, que não apenas está “integrado ao mundo perceptivo”, mas é, também, o ponto de orientação do eu neste mundo, desempenhando o papel de um “ponto zero” a partir do qual todas as coordenadas são desenhadas: “perto”, “longe”, “acima”, “abaixo”, “atrás”, “diante”, etc. Em outros termos, este objeto especial, dado imediatamente e sempre como uma constante, organiza a própria estrutura do mundo perceptivo ao desempenhar este papel de núcleo em tensão com o horizonte do mundo⁶⁰.

⁶⁰ Citamos o autor: “Expounding the permanent awareness of the perceptual world, we have characterized the world phenomenon as an horizon crystallizing around and extending beyond a certain nuclear sector. This horizon is experience as a continuation of the nuclear sector along the lines of at least the most schematic and typical features of this sector. Those objects of which we have only an horizontal awareness, i.e., which are experienced to be found somewhere in the horizon, are given as located behind and at some distance, whereas the nuclear sector, which delineates the style and type of the horizon, consists of objects which are found ‘in front’ or in the rather immediate surroundings. *Near and far* as well as *in front* and *behind* refer obviously to an orientational system. This system has its center and origin in our body, i.e., for everyone his own body” (GURWITSCH,

A principal tese de Gurwitsch é a de que as condições corporais são apenas “dados marginais e concomitantes” (GURWITSCH, 2010b, p. 481), que “não entram no processo temático”. Seu exemplo é o de que essas condições corporais, como a minha postura ou o movimento de minha glote, não afetam um problema matemático, que pode ser meu tema atual. Segundo o autor:

Nenhuma característica, coloração [*tinge*], ou aspecto do tema (o último tomado tal como ele se coloca diante de nossas mentes numa fase do processo temático) deriva da condição corporal atual ou é modificada por uma alteração desta condição. Esta condição, ainda que seja dada o tempo todo com um grau de distinção maior ou menor, é, contudo, experimentada como não sendo de nenhuma pertinência material [*material concern*] ou possuindo qualquer relevância para o tema; ele é *concomitante com*, mas não *integrado* ao processo temático. A razão pela qual a condição corporal é excluída do processo temático é apenas esta falta de relevância para com o tema; o processo temático [...] é caracterizado pela unidade sistemática na complexidade e esta unidade está fundada sobre a significância que todas as fases deste processo possuem para o tema e, então, um para o outro. (GURWITSCH, 2010b, p. 482, *itálicos do autor*).

A existência encarnada analisada por Gurwitsch (2010b) demonstra ser, deste modo, apenas um dado marginal sempre presente com as atividades temáticas. Em sua teoria, ele em nada contribui para a significação do tema e para a sua formação. Os exemplos escolhidos pelo autor colocam a corporeidade apenas na ordem do que pode vir a ser tematizado (relaxamento ou tensão corporal, sensações de frio ou calor etc.), jamais da ordem da habitualidade. Ao mesmo tempo, a existência encarnada somente pode ser estudada pelo mesmo método pelo qual o autor aborda a consciência temática, ainda que ampliando um pouco o seu alcance através do conceito de “referências indicativas”. O corpo é apreendido apenas através de uma referência indicativa, transcendente, assim com as demais invariantes do campo, a saber, um segmento de meu fluxo de consciência e um segmento de meu campo perceptivo. Porque, de outro modo, ele me aparece apenas como uma sombra desfigurada vista à periferia a partir da qual deduzo minha própria existência apenas de forma reflexiva e construtiva. Pode-se dizer que

2010b, p. 516). “Owing to the specific mode of awareness which we have of our body, the latter is immediately experienced as the center of the referential and orientational organization of the perceptual world. In this regard the body, although a mundane object, is a privileged mundane object, the only one to exhibit for each of us the mentioned distinctions and peculiarities. [...] Variations in the orientational characters of objects refer to changes in their position with respect to the body.” (GURWITSCH, 2010b, p. 517).

Gurwitsch assume uma forma de intenção marginal apenas para delimitá-la diferencialmente com relação à atividade temática e não para estudá-la em direito próprio. O seu foco é a percepção enquanto campo de doação de objetos. A sua concepção de atenção e de relevância são orientadas por esta delimitação metodológica, a qual, aliás, terá o seu significado clarificado com as próximas seções.

6.3.2 O corpo e o tempo como condição ontológica em Schütz

Para Schütz (2011), a análise da situação do agente leva, também, a uma análise não somente do mundo enquanto sistema de referência natural, mas, também, do corpo próprio (*Leib*). Segundo ele, o corpo pode ser tomado, por um lado, como “um objeto privilegiado” e que está constantemente presente, no sentido das relevâncias marginais concebidas como “na mão”, ocultas pelo hábito. Neste sentido, o corpo pode ser concebido como o veículo ou o instrumento da atividade do Eu, que “conta” com o corpo para efetuar as suas negociações com o mundo e que pode se voltar a ele em circunstâncias específicas e privilegiadas. Porém, por outro lado, ainda segundo o autor, faz-se necessário ir além das metáforas do corpo como “portador”, “veículo” ou “instrumento” e considerar o corpo como condição ontológica da experiência subjetiva. Nesta direção, Schütz afirma: “Eu *sou* o meu corpo e as minhas percepções sensíveis, eu *sou* a minha mão que apanha este ou aquele objeto” (SCHÜTZ, 2011, p. 193, *itálicos do autor*). E acrescenta: “O nosso ponto de partida deve ser o fato de que, para cada um de nós, o seu próprio corpo e o seu funcionamento habitual é o primeiro conjunto de experiências dado por óbvio sem questionamento” (SCHÜTZ, 2011, p. 193). Ele assume, desta forma, em acordo com Merleau-Ponty (1945/2006), que o corpo é que torna possível o espaço, que o constitui como espaço de orientação e de abertura para o movimento. Analisa o corpo, por esta via, como condição ontológica da experiência e como constituinte prévio da familiaridade por meio da qual habitamos o mundo – também em sentido próximo ao de Heidegger (1927/2012) em sua análise sobre o “ser-em”, aspecto do “ser-no-mundo” (*in-der-Welt-Sein*). Ora, na leitura da teoria de Schütz (2011), é possível vislumbrar o corpo sempre implícito em suas tematizações da familiaridade com o tópico, através das metáforas de “tópico na mão”, incorporado e assimilado às habitualidades, e de “tópico à mão”, disponível para ser apreendido ou explorado.

É neste sentido que pode-se compreender que, para o autor, é a partir do corpo que se recortam o “*hic*” (aqui) e o “*illic*” (lá) e que se desdobra a estruturação do “mundo dentro de meu alcance” e do “mundo além de meu alcance” (SCHÜTZ, 2011, p. 195), que são base do alcance de meus sistemas de relevância enquanto agente. O corpo coloca, desta forma, os limites por meio dos quais algo se define como meu e como não-meio e daquilo que se refere às minhas possibilidades, enraizadas na minha capacidade de mover-me, agir e perceber. Segundo o autor, o corpo e a temporalidade formam as condições ontológicas de minha existência e, por esta razão, formam também a origem de minhas relevâncias tópicas, interpretativas e motivacionais. Ora, a finitude também se coloca como parte de nossa condição humana e, portanto, como relevância imposta, mas que coloca o nosso plano de vida – ou seja, o conjunto de nossos planos, de nossas relevâncias motivacionais – em perspectiva. Nas palavras de Schütz (2011, p. 198),

Em certo sentido, nós podemos dizer que a relevância imposta de nossa condição humana – a de que nós nascemos em um mundo e uma situação que não é nosso produto [*not of our making*], que nós inescapavelmente envelheceremos juntos, que, dentro desse fato essencialmente indeterminado de nosso futuro, uma simples certeza se destaca, nomeadamente a de que nós vamos morrer, incerto quando e como –, nós podemos dizer que estas relevâncias impostas são a fundação da estrutura contrapontual de nossa consciência [...]. Todo o nosso interesse na vida, a construção de planos, as nossas tentativas de compreender o mundo e a nossa condição nele, em resumo, todo o sistema de nossas relevâncias tópicas, interpretativas e motivacionais, podem ser concebidas como sendo intrínsecas com relação a estas relevâncias impostas.

Desta forma, percebe-se que a posição de Schütz é bastante diferente da de Gurwitsch quanto à análise do Eu empírico e, em particular, da existência encarnada. Enquanto Gurwitsch se orienta pelas referências indicativas colocadas a partir do tema e centra a sua compreensão mesmo da margem a partir das capacidades reflexivas da consciência transcendental, Schütz, por sua vez, abre espaço para uma consideração ontológica e hermenêutica da situação do agente. Desta forma, para Schütz (2011), considerar a “estrutura contrapontual” da consciência implica em analisar a consciência a partir de sua situação mundana, de seu enraizamento em relevâncias impostas e cujos correlatos ontológicos só podem ser mais bem estudados através de indicativos indiretos que se referem ao solo existencial de todas as vivências concretas. Neste mesmo sentido, pode-se, ao mesmo tempo, discordar de Gorman (1979), que censura Schütz por acabar caindo

em uma “contradição metodológica” ao abraçar a fenomenologia transcendental e a pesquisa empírica, e concordar com ele, quando propõe que um método hermenêutico seria mais adequado para lidar com alguns problemas sociofenomenológicos propostos por Schütz. Contudo, a concordância vem do fato de que a própria teoria de Schütz nos fornece as direções para uma apropriação ou reapropriação hermenêutica e existencial da sociofenomenologia (TOLEDO, 2007).

6.3.3 Direções diferenciais

A metodologia de Gurwitsch recebeu, de fato, uma severa crítica de Merleau-Ponty (2001). E esta crítica de Merleau-Ponty à metodologia que Gurwitsch utilizou em “*O campo da consciência*” (MERLEAU-PONTY, 2001) nos parece ser muito instrutiva para avançar a temática aqui estudada. De acordo com Merleau-Ponty, as investigações de Gurwitsch orientaram-se por um “método eidético-temático-reflexivo” (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 189). Por conta de seus limites, esta metodologia teria impossibilitado a Gurwitsch superar os preconceitos de uma filosofia racionalista e, assim, de considerar, pela análise fenomenológica, uma multiplicidade de temas que se referem à dimensão “passiva” da consciência, o que inclui a temática da afetividade e mesmo da corporeidade⁶¹. No centro da crítica de Merleau-Ponty ao “racionalismo analítico” de Gurwitsch, encontra-se a noção de “horizonte”. Para Merleau-Ponty, o horizonte não pode ser concebido a partir da noção de consciência clara e distinta, como positividade, sobre a qual as noções de *noesis* e de *noema*, segundo ele, se forjam, mas deve ser concebido como “abertura” e “indeterminação”, como o meio de cristalização de tais estruturas, como

⁶¹ É neste sentido que vai a análise de Wehrle e Breyer (2016, p. 56) sobre a fundação da atenção sobre processos passivos de habitualização: “Em um sentido amplo, a noção de passividade é útil para descrever níveis não-temáticos da experiência atencional (ou de processos atencionais), como reações corporais espontâneas em direção a estímulos ou formas de atenção que não são nem explícitas nem temáticas para o agente executante. Ainda que tal comportamento atencional pertença a um nível ‘subpessoal’, na medida em que funciona sem controle consciente, ele está, contudo, conectado à individualidade da pessoa. Para que determinados mecanismos subpessoais sejam operativos, a estrutura de preferência do sujeito deve estar pré-configurada de tal maneira que apenas seja possível como resultado de habitualizações da pessoa como um todo. A fim de adquirir habilidades motoras especializadas, que, em um determinado estágio de automatização, funcionariam sem supervisão consciente, uma pessoa teria de decidir, por exemplo, entre tornar-se um jogador de futebol ou um bailarino. Aqui, a decisão da pessoa e a mudança subsequente de estilo de vida é a base para o desenvolvimento de rotinas que seriam sedimentadas, mais tarde, no campo de processos subpessoais”. A “individualidade da pessoa” e a “estrutura de preferência do sujeito” podem ser lidas através da noção de “sistemas de relevância” de Schütz.

um campo pré-intencional global no qual as diferenciações de sentido surgem. Na origem do sistema eidético-reflexivo, com efeito, Merleau-Ponty (2011) encontra o campo do “*Vorsein*”, ou “ser bruto”, que associa ao conceito de “mundo da vida” (*Lebenswelt*)⁶². O *Lebenswelt* é unitário e é o fundamento da constituição de todas as conexões significativas, especialmente de todo o campo eidético. Não há nele camadas (tempo subjetivo, tempo objetivo, espaço objetivo, etc.), mas “[...] há raios de tudo ao mesmo tempo na Presença” (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 186). Neste campo, é mais fundamental a “coexistência individuada de tudo”, a “inerência do ser” (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 189); os invariantes se constituem, pois, apenas através da sedimentação e da cristalização de suas possibilidades, em um processo de crescente diferenciação e de recuo da desdiferenciação deste horizonte total primário. A diferença surge do *Lebenswelt*.

O problema da consideração gurwitschiana dos componentes marginais do campo de consciência é que ela se orienta pela consciência tética, isto é, exclusivamente pelo campo gravitacional da intenção perceptiva e cognitiva, que se projeta em torno do tema (o centro). Ao considerar o “eu somático”, leva em conta a intencionalidade prática e afetiva apenas sob o prisma do “método eidético-temático-reflexivo”, baseado no primado da consciência tética⁶³. A vantagem da metodologia proposta por Merleau-Ponty (2001) seria, conforme ele o propõe, orientar-se pela ambiguidade da percepção e, assim, tornar possível uma abordagem dos entrecruzamentos da consciência tética com a multiplicidade de intenções que compõem a vida concreta. Sem compreender adequadamente esta ambiguidade constituinte, qualquer tentativa de compreender os fenômenos inconscientes tenderia ao fracasso. Mesmo a compreensão de nossa existência encarnada, tornaria-se enviesada. Compare-se a concepção da “vida” em Husserl, quando afirma, em *Ideias I*, o seguinte: “eu sou, esta vida é, eu vivo: *cogito*” (*Ich bin, dieses Leben ist, Ich lebe: cogito*) (HUSSERL, 1913/1976, p. 97;). Esta concepção é, certamente,

⁶² Merleau-Ponty (2011, p. 186) caracteriza o “*Lebenswelt*” como um fundo existencial das tematizações e idealizações: “Este mundo como Ser, a experiência e o *In der Welt Sein* como fundação da idealização ‘mundo’, é o *Lebenswelt*, que, então, não é constituído, mas que é fonte do mundo eidético.”

⁶³ Em sua consideração sobre o mundo da vida, Gurwitsch (1974), de fato, posiciona-se a favor de uma fenomenologia transcendental e de sua orientação gnosiológica, diferenciando-a de uma orientação “antropológica”. Segundo ele, o aspecto somático da existência foi investigado, sobretudo, por Sartre e Merleau-Ponty, caracteriza as suas orientações existenciais como “antropológicas” (no sentido ontológico, e não empírico), diferenciando-as da orientação gnosiológica da fenomenologia transcendental. Propõe o retorno às “raízes” da fenomenologia, em vez de “fascinar-se” com os frutos colhidos de sua árvore. Ao fazê-lo, contudo, deixa clara a sua orientação metodológica.

prévia a toda objetivação – e, portanto, não depende de qualquer construção regional eidética, como a biologia ou a ciência da natureza –, mas depende do olhar objetivante. O “sou” e o “vivo” são o preenchimento intuitivo do ato reflexivo que se volta para a própria vida consciente, como “autodoação” da consciência que apreende e que é, ao mesmo tempo, apreendida. São, pois, correlativos à consciência tética. Da mesma forma, a investigação de Gurwitsch sobre a existência encarnada (*embodied existence*) só pode realizar-se projetando as dimensões existenciais ao redor da consciência temática (portanto, seguindo o “cogitocentrismo”) e construindo as suas ligações em um domínio puramente racional e construtivo, isto é, o domínio eidético (por este motivo, Gurwitsch fala de “índices de pertencimento ao domínio da corporeidade”, seguindo-se a sua teoria das ordens da existência).

Com certeza, as análises feitas por Gurwitsch, sobretudo por sua crítica à teoria do eu puro (GURWITSCH, 1941/2009e), fornecem importantes caminhos quanto a uma fenomenologia desta dimensão do campo de consciência que não envolve qualquer atividade do eu. Husserl chama este campo, que está aquém dos atos do eu, de “passividade” (HUSSERL, 1966ba) ou mesmo de “receptividade” (HUSSERL, 1991). Nas palavras de Husserl, este campo corresponde a um “nível inferior de atividade” (HUSSERL, 1939 p. 83), mas que não está atrelado à atividade do eu e que, portanto, está à margem do *cogito*. Não há, pois, relação com o “*intellectus agens*” (HUSSERL, 1991). Assim, por exemplo, conforme se pode ler através da crítica de Merleau-Ponty (2001), a teoria do campo de consciência permite reavaliar as modalidades de consciência da retensão e da protensão e, além delas, também o ato de “manter algo em vista” (o “*im Griffe behalten*”) a partir da margem. Importante para esta reavaliação é a concepção de que a zona marginal da consciência é composta pela temporalidade fenomênica pura (HUSSERL, 1966b; 2006). As análises de Schütz (2011), por colocarem-se de maneira um pouco distinta quanto à metodologia de análise e quanto aos conceitos que derivam de suas análises sobre a consciência temática e a consciência marginal, talvez tenham mais proximidade com as investigações de Husserl e alguma vizinhança com o campo indicado por Merleau-Ponty (2001)⁶⁴. Contudo, ainda assim, será importante entender como as análises de Husserl sobre a passividade podem contribuir para

⁶⁴ Certamente, uma investigação mais pormenorizada sobre estas vizinhanças continua sendo um desiderato, posto que, no que segue, não a exploraremos em detalhes.

clarificar a dualidade da consciência intencional e como a afetividade pode entrar em uma consideração fenomenológica da atenção e de relevância.

6.4 A passividade em Husserl

O acento da noção fenomenológica de vivência não recai sobre a relevância vital (*Lebensrelevanz*), factual, de determinados estados de coisa (*Sachverhalte*), isto é, o que é vivido (*das Erlebte*), mas sobre a composição (*Verfassung*) da consciência e as condições de sua relação com objetos, isto é, o próprio ato de experimentar (*das Erleben*) (STAITI, 2009). Na obra inicial de Husserl, sobretudo em *Investigações Lógicas* e em *Ideias I*, a análise das vivências coincide não com aquilo que é e que pode ser experimentado como pertencendo à consciência e que pode ser temático para a experiência interna (*innerer Wahrnehmung*), mas com a classe das vivências intencionais nas quais a objetividade aparece (*ercheint*) para a consciência. Além da distinção entre a vivência e a coisa que aparece na vivência, Husserl (2012b) distingue, também, o conteúdo intrínseco (*reellem Inhalt*) e o conteúdo intencional (*intentionalem Inhalt*) da vivência. Enquanto o conteúdo intrínseco consiste, primariamente, de “material de sensação” (*Empfindungsmaterial*), o conteúdo intencional refere-se à intenção que visa o objeto, e não o material de sensação. Por exemplo, na percepção de um lago, o azul brilhante da água compõe o conteúdo *reelle*, ao passo que o objeto intencional que é visado, “o lago”, corresponde ao conteúdo intencional. Mas, essa experiência tem um estatuto diferente quanto ao perfilamento de azuis individuais (*die einzelnen Blauabschattungen*) e nenhum destes últimos está contido “genuinamente” (*reell*) no ato. No conteúdo genuíno (*reelle*) da vivência, Husserl (2012b; 1913/1976) reconhece, além do momento de sensação (*Empfindungsmoment*), os momentos noéticos (*noetische Momente*), que, por sua vez, não devem ser confundidos com o conteúdo intencional. Há não apenas os dados sensoriais de múltiplos azuis cambiantes, mas o sentido “azul” que passa por eles, e que não é uma mera sensação. Ainda, este sentido não corresponde ao objeto intencional do ato global “lago” e é, também, apenas experimentado (*erlebt*).

Esta compreensão geral da vivência e de sua estrutura interna, definida pela dialética noético-noemática, repousa sobre a definição das sensações como meros

materiais (*Stoff*) para a intenção vivificante, noética, e como “inócuas” (*Tot*) em si mesmas, sem contribuir, com isso, para a formação de tais intenções (HUSSERL, 1913/1976). Esta tese sobre o papel desempenhado pelo “material de sensação” na vivência evidencia o comprometimento de Husserl com uma família de conceitos filosóficos que remonta ao empirismo inglês e ao sensualismo, algo que foi explicitado e denunciado por Gurwitsch (1929/2009a; 2010a), como já apresentamos no primeiro capítulo. Contudo, conforme o comentário de Staiti (2009), isto acontece porque Husserl ainda não havia integrado o resultado de suas investigações sobre o “fluxo da experiência”, que, no contexto de *“Ideias I”* (HUSSERL, 1913/1976), não estava no centro do foco de suas análises estruturas estáticas da experiência. A revisão que decorre de suas investigações sobre a temporalidade e sobre as sínteses passivas implica na tese, mais ou menos homóloga à de Gurwitsch, segundo a qual nenhuma vivência existe isoladamente: toda vivência integra o todo concreto de um fluxo de consciência, ou, nas palavras do autor, “toda vivência singular ‘reflete’ o contexto global das vivências” (HUSSERL, 1996, p. 318). Esta nova formulação, que vem a reboque da “descoberta” do tempo fenomenológico (STAITI, 2009), abandona qualquer assimilação do fluxo de consciência ao princípio da causalidade natural.

Com isso, não apenas a classe das vivências intencionais é acessível à investigação da fenomenologia pura, mas, com efeito, toda a vida da consciência. Por consequência, as investigações fenomenológicas se abrem para interrogações de ordem genética sobre leis não-causais inerentes ao fluxo de experiências e que podem ser concebidas por meio das sedimentações de sentido nas camadas de habitualidades e sínteses passivas de constituição de sentido (HUSSERL, 1966a; 1966b; 2006). Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de colocar a questão da relevância também a partir deste novo horizonte de questões. O exame dessas camadas da consciência torna possível que a vida da consciência e, especialmente, o ato intencional sejam inspecionados sobre a base da análise do tempo. Os fluxos mostram, constantemente, que o conteúdo das vivências genuínas (*reellen*) – isto é, a *hylé* – não é mais interpretado como meramente um material amorfo e inerte, mas, antes, é tomado como uma “dimensão” (STAITI, 2009, p. 97) que está sendo “preparada” nos cursos passivos da referência ao conteúdo intencional. A análise destas camadas de constituição de sentido faz referência à dimensão da consciência pré-reflexiva, que tem uma proximidade significativa com a consciência

marginal em Gurwitsch, embora lhe seja, também, diferente. A questão da segregação do tema, do destaque da saliência perceptiva, pode ser abordada fenomenologicamente por outra via e outro método. Vejamos isto mais de perto.

Na elaboração ulterior das investigações de Husserl, a caracterização da consciência pré-reflexiva, da vivência em geral, exige a introdução do conceito de “consciência primordial” (*Urbewusstseins*) (HUSSERL, 1966b). A possibilidade da própria reflexão está enraizada nela. Esta consciência primordial deve ser distinguida de toda “consciência coisal” (*dinglichen Bewusstseins*) e de toda “consciência de fundo” (*Hintergrundbewusstsein*). O ser pré-reflexivo, não-temático, da consciência e a sua possibilidade de tornar-se temático não têm o mesmo caráter de alguma coisa que permaneça no fundo (*Hintergrund*) e que, a qualquer momento, pode ser refundida ao campo temático por meio de um foco de atenção apropriado. Em vez disso, é possível afirmar que a vivência apresenta uma consciência de caráter peculiar da “consciência primordial” (*Urbewusstseins*), que é diferente do caráter da consciência da vivência do aparecer de coisas. Esta é a “autoconsciência pré-reflexiva” e que apresenta íntima conexão com as afecções do Eu. Desta forma, a maneira de determinar a essência de cada vivência intencional também se modifica. Husserl (1966b; 2006) passa a conceber que cada vivência intencional particular não consiste apenas na direcionalidade explícita da consciência a uma objetividade que aparece, mas, também, a uma direcionalidade implícita, potencial, a tudo que é horizontalmente codado, o que, em última instância, refere-se ao mundo como um “quadro” transcendental de toda experiência e de todo correlativo “mundo da experiência” da totalidade da subjetividade transcendental.

6.4.1 O método regressivo em Husserl

Em Husserl, é o método regressivo e genético que permite a abordagem desta dimensão da experiência do mundo. Em um fragmento póstumo, Husserl caracteriza o procedimento regressivo como a “mostração [*Aufweisung*] da diferença entre o funcionamento anônimo do eu da afecção e da ação contra o [que é] temático” (HUSSERL, 2006, p. p. 183)⁶⁵, enquanto que o método reflexivo pode apenas identificar o “eu operante e temático” (*fungierendem und thematischem Ich*)

⁶⁵ “Regressiv: Aufweisung des Unterschiedes zwischen anonym fungierendem Ich der Affektion und Aktionen gegenüber dem thematischen”.

(HUSSERL, 2006, p. 184). A “pergunta em sentido contrário” (*Rückfrage*), essencial para o procedimento fenomenológico regressivo, conduz, pois, à “afecção última” dos dados imanentes da consciência, ao fluxo primitivo da “protoapresentação” (*Urgegenwärtigung*) (HUSSERL, 2006, p. 183). Procedimento este que foi adotado por Husserl amplamente em sua obra tardia e que permite endereçar o questionamento fenomenológico ao que está implícito no que já está constituído na tematização explícita do eu ativo, às afecções passivas que subjazem à atividade do eu (HUSSERL, 1966a; 1966b; 2006); à sedimentação de sentido que o eu realiza continuamente por meio de suas decisões que constitui o solo de seus atos nas camadas superiores (as habitualidades) (HUSSERL, 1939; 1973a; 1991), ao solo de sentido originário que está na base das sedimentações de sentido da cultura (HUSSERL, 2008; 2012a). É por esta via que a análise fenomenológica pode chegar ao “pré-existente” (*Vorseiende*) (HUSSERL, 2006), ao “campo das pré-doações [Vorgegebenheiten] passivas” (HUSSERL, 1939, §16), ao “mundo da vida” (*Lebenswelt*) (HUSSERL, 2008; 2012a)⁶⁶. Em outros termos, o método genético e regressivo permite a investigação do que torna possível a própria noção de “ato” de consciência e traz a lume a questão da afecção e da afetação do eu, do lado “estrangeiro” ou passivo do eu.

O uso deste método permite uma reavaliação profunda do conceito de “margem” e de “consciência marginal”. Gurwitsch caracteriza, como vimos, a margem por dados concomitantes, contingentes e interferentes com relação ao processo temático. Contudo, como o método de Gurwitsch é reflexivo e analítico, voltada ao processo temático e ao eu operante e tematizante, ainda que analisado sem pressupor uma estrutura egóica transcendente, a característica descritiva principal que ele atribui aos dados marginais é baseada no modo de determinação da consciência temática (ou “atentiva”). Assim, ele considera os dados marginais como “implícitos”, “vagos”, “imprecisos”, “indeterminados”, “indistintos”, “não-tematizados”, “inarticulados” etc.; em suma, como o negativo da consciência temática (MERLEAU-PONTY, 2001). É preciso dizer que, para Gurwitsch, isto não significa que os dados marginais sejam “caóticos”. Pelo contrário, e aqui ele está em acordo com Husserl (1939), há uma estrutura na margem. Mas, ao passo que o método genético e regressivo permite investigar o princípio de organização da

⁶⁶ Estes conceitos vão ao encontro das indicações dadas por Merleau-Ponty (2001), que, inclusive, os emprega em sua crítica a Gurwitsch.

margem, o método de Gurwitsch não permite este aprofundamento. A crítica de Merleau-Ponty (2001) é bastante acertada neste ponto, que, aliás, permite um enriquecimento das questões levantadas pelo autor.

Outra característica da consideração da margem por Gurwitsch é o fato de que ele considerada a dinâmica dos dados marginais a partir do eixo exclusivo do “processo temático” (GURWITSCH, 2010b, p. 487), que corresponde à organização e à reorganização do campo de consciência por uma conexão sistemática de complexidade a partir do tema e do campo temático. Por um lado, eles são considerados como “temas *potenciais* que aparecem nos campos temáticos *potenciais*” (GURWITSCH, 2010b, p. 506, *itálicos do autor*). Porém, como vimos, as análises gurwitschianas da margem apelam, novamente, à noção de ato de consciência e de sujeito do ato, que entra pela porta dos fundos, sem, contudo, dar indícios de uma consideração da “protoesfera da intencionalidade” (*Ursphäre der Intentionalität*) (HUSSERL, 1991, p. 335), densamente analisada por Husserl em sua obra tardia, relativa à passividade. Por outro lado, Gurwitsch considera que os dados marginais possuem a característica marcante de serem “intrusivos” (GURWITSCH, 1964/2010a, p. 405) e de, assim, interferirem no processo temático. Assim, por exemplo, uma dor é subitamente noticiada enquanto eu me dedico a refletir sobre uma teoria, de modo que ela passa a ocupar o lugar do antigo tema, o qual, por sua vez, passa a ocupar a dimensão marginal da consciência. Esta é uma via que permite indagar a conexão da margem e da consciência marginal com a esfera da gênese passiva.

6.4.2 A dupla face do eu

Ao que tudo indica, um princípio fundamental que está ausente das formulações de Gurwitsch e parcialmente nas de Schütz e que, contudo, permite reendereçar tais questões é a distinção entre um polo ativo e um polo passivo do eu (HUSSERL, 2006)⁶⁷. Neste sentido, Husserl distingue duas faces na vivência: o “lado do eu” (*Ich-Seite*) e o “lado do estrangeiro ao eu” (*Ichfremde*) (HUSSERL, 2006, p. 183). Zahavi (2015) compara estes dois lados do eu a uma fita dupla face, posto que eles sempre são dados em conjunto, embora voltem a sua face a direções

⁶⁷ Em especial, C 10, Nr. 48, “Das Ich als Pol der Affektionen und Aktionen” (p. 183-184).

diferentes. A afecção diz respeito a algo que afeta o eu como “estrangeiro”, algo que ainda não lhe é “próprio”. Em *“Ideias II”*, Husserl (1991) descreve as coisas da “mera natureza” (isto é, do mundo circundante⁶⁸), enquanto objetos não-pessoais, como possuindo “a máxima distância do eu”, como “estrangeiras ao eu” (HUSSERL, 1991, p. 379). Como tais, as coisas da natureza possuem o verdadeiro sentido de “*Gegenstand*”: aquilo que tem uma posição “contrária” ao eu, que o confronta (HUSSERL, 1991, Beilage XIV) ⁶⁹. Assim, a natureza designa o horizonte aberto daquilo que é “estranho”, “não-familiar”: “O mundo circundante genericamente familiar das pessoas tem, para todos, um horizonte aberto de não-familiaridade” (HUSSERL, 1991, p. 379). Este horizonte aberto do estrangeiro ultrapassa todo o horizonte limitado (ainda que aberto) do familiar, que diz respeito àquilo que é “próprio” (esfera do “*Habe*”) ao eu, que constitui a esfera de suas “posses habituais”, e ao seu círculo estendido de familiaridade (os círculos sociais próximos, por exemplo). Aqui, abre-se, na própria objetividade intuitiva, toda a dimensão horizontal aberta e infinita do desconhecido e da infinitude: a possibilidade de encontrar coisas e pessoas até então desconhecidas ou de me deparar com a desapareição daquilo que até então era conhecido e familiar (HUSSERL, 1991). Estas análises estão em acordo com aquelas de Schütz (2011) citadas acima, embora forneçam novas e mais profundas distinções analíticas, assim estendendo o alcance do estudo sobre o estoque de conhecimento.

Com esta distinção, o campo de consciência pode ser reconsiderado como sendo constituído por diferentes camadas (HUSSERL, 2001, §21), organizadas por princípios diferentes, e que apenas a camada superior corresponde ao processo temático propriamente dito. Somente pelo reconhecimento deste fato, supomos, é possível caminhar-se na direção da “análise intencional de um novo gênero”, da qual nos fala Husserl (2001, p. 185-186). Neste texto, Husserl menciona, aliás, uma intencionalidade da corporeidade, que se apresenta como unificada em um “sistema global” intencional. Trata-se de uma noção próxima àquela de “arco intencional” desenvolvida por Merleau-Ponty (1945/2006) em *“Fenomenologia da percepção”*. Fuchs (2010b), por exemplo, interpreta esta noção de Merleau-Ponty como a

⁶⁸ É preciso distinguir entre o conceito fenomenológico, intuitivo, de natureza e o conceito de natureza da ciência moderna.

⁶⁹ Lê-se: “Das sind die ‘sinnlicher’ Gegenstände, die ‘blosse Natur’, die dem Geiste als geistesfremd gegenübersteht” (HUSSERL, 1991, p. 379).

“estrutura implícita” da “incorporação” (*embodiment*) de nossa intencionalidade de nível superior, reflexiva, e a sintetiza da seguinte forma:

O arco intencional de nossa percepção ou de nossa ação está dirigido ao que está no foco de nossa atenção. [...] o corpo forma o arco intencional de cada percepção e ação de uma maneira tácita e implícita. (FUCHS, 2010b, p. 240).

Para Husserl, com efeito, esta intencionalidade implícita envolve não apenas as funções perceptivas e pragmáticas, mas, também, a “tonalidade afetiva da corporeidade carnal” (HUSSERL, 2001, p. 188).

Importa para a análise intencional deste novo tipo a consideração do que está “implícito no tema”, dos “momentos implícitos de afetação” (HUSSERL, 2006, p. 184). A análise puramente temática fornece apenas o tema explícito e, por isso, dado como relativamente “neutro” com relação aos seus momentos de afetação. A face temática de nossa relação com o mundo esconde, pois, a sua face implícita. Neste sentido, é possível até mesmo requalificar a crítica de Colombetti (2011). Contudo, na análise regressiva e genética, esta análise Husserl encontra um fundo mais complexo do que aquele constatado na mera “fratura” da percepção total entre o que é temático, visado por uma intenção salientadora positiva, e o que é não-intencionado ou não-noticiado, isto é, o “marginalizado”⁷⁰. Husserl (2006) encontra e destaca no próprio fundo do campo da consciência: (a) o “absolutamente inconsciente”, o zero absoluto das afecções da consciência; (b) a afetação não-noticiada, mas que pode ser noticiada; e (c) as orientações afetivas do eu, “aquilo que o eu tem de fazer” (HUSSERL, 2006, p. 184)⁷¹. Com isso, um vasto e complexo cenário para as novas análises fenomenológicas se abre.

É importante sublinhar que, nas análises de Husserl (1939; 1966a) sobre a síntese passiva, o autor coloca a associação como princípio fundamental da constituição das saliências perceptivas. De acordo com esta teoria, as saliências de nosso campo perceptivo se formam sobre a base de afinidades e de estranhezas que se combinam por coincidência no fluxo vivente da consciência. Esta “síntese”

⁷⁰ Husserl (2004) propõe que toda intenção salientadora positiva (isto é, todo ato atencivo) implica um fundo. Para Husserl, há, pois, duas esferas de possíveis diferenças de notificação (*Bemerkbarkeit*), uma de relevamento (*Abhebens*) e de maior ou menor relevamento (*Abhebens*) ou de emergência (*Hervortretens*) e outra de um plano de fundo (*Hintergrundes*) vago. De certo modo, estas três qualidades do campo perceptivo, em termos de sua notificação temática, assemelha-se à de Gurwitsch (1929/2009a; 1964/2010a).

⁷¹ “Verschiedene Begriffe von Hintergrund: 1) das absolut Unbewusste, das absolute Null; 2) das „Unbeachtete“, obschon „Merkliche“, affizierend, nicht mit seiner Stimme durchdringend; 3) das, womit das Ich zu tun hat, nicht primär, sondern nur „noch“ zu tun <hat>.” (HUSSERL, 2006, p. 184).

forma, pois, o campo passivo de pré-doação sobre o qual os objetos determinados se configuram e destacam e podem ser visados pelo olhar atento, que é ativo em sentido forte. Além disso, as sínteses de coincidência possuem o que Husserl chama de “poder afetivo”; em outros termos, uma “tendência afetiva em direção ao eu” (HUSSERL, 1939, §17). Husserl se refere a estas sínteses pelo conceito clássico de “associação”, mas interpretando-o não como lei psicofísica senão de maneira puramente fenomenológica: “A associação é indagada, neste contexto, exclusivamente como a *conexão puramente imanente do ‘isto lembra aquilo’*, ‘um chama a atenção para o outro’.” (HUSSERL, 1939, p. 75). Com isto, o problema da relevância enquanto segregação de um tópico de um fundo ganha um novo alcance. A segregação remete a um campo anterior àquele analisado por Gurwitsch (1964/2010a) e do qual Schütz (2011) pôde se aproximar em sua obra tardia, a saber: a associação. Este campo, por sua vez, tem profunda conexão com a afetividade.

6.4.3 A dimensão da afetividade

É interessante notar um paralelo entre os temas estudados nas seções anteriores e a forma como Husserl (1939, §§16-17) concebe o campo de pré-doação perceptiva, aquele sobre cujo solo formam-se as figuras perceptivas às quais podemos voltar a nossa atenção. De acordo com Husserl, este campo é constituído, sobretudo, por uma “combinação associativa” que coloca valores a partir da semelhança e da dessemelhança (HUSSERL, 1939)⁷². Dessa perspectiva, é importante distinguir da esfera de atos objetivantes, em que algo de objetivo é apreendido pelo olhar atento, uma esfera de atos não-objetivantes, que, por mais que possam ter correlação com “objetos”, não constituem objetos, mas “constituem” o próprio campo perceptivo enquanto um “campo de saliências para mim” (HUSSERL, 1939, p. 74)⁷³. Este último caso diz respeito, precisamente, a toda a dimensão da afetividade. Ao lado da percepção ativa, da apreensão ativa de objetos que se destacam no campo perceptivo que se estende além deles, há, pois, “o

⁷² Antes disso, há uma “síntese temporal”, mais básica e, por isso, mais condicionante, que permite com que diversas vivências “se encaixem” em um único fluxo de vivências, formando um tecido com dimensões temporais.

⁷³ Ver, também, a este respeito Liangkang (2007).

simples ter-em-consciência” (*Bewussthaben*), em que um “campo de percepção inteiro é colocado diante de nós” (*vor Augen gestellt*), em sua carnalidade (*Leibhaftigkeit*), em que algo, mesmo uma memória, “incide sobre nós” (*was uns einfallt*) (HUSSERL, 1939, p. 83). A esfera das pré-doações passivas constitui, pois, um campo de “possessões” (*Habe*) do eu total e ao qual o eu ativo pode voltar-se e apreender algo. Sem dúvida, a temporalidade imanente da consciência desempenha, aqui, um papel crucial, sobretudo para aqueles objetos que são “mantidos na consciência” (*in griffe behalten*). É esta possessão ou manutenção do objeto à consciência que permite, aliás, que um mesmo objeto ou evento seja tema da consciência em um momento e em outro mesmo que entre os dois haja uma interrupção do processo perceptivo-atentivo, algo que estudamos acima a respeito da teoria de Schütz.

No caso das afecções, o eu é solicitado, mas a sua resposta não é da ordem da necessidade no sentido causal e linear. Pelo contrário, a análise que Husserl (2006) faz da solicitação do eu pelo estímulo é bastante complexa. Da parte do estímulo, analisa a atração exercida pela afecção sobre o eu em termos de “irrupção” (*Eindringen*) e de “força tensional” (*Spannungstärke*). Da parte passiva do eu, analisa este fenômeno, por um lado, em termos da “concessão” (*Nachgeben*), de “permissão” (*Hingabe* ou *Einlassenheit*), de “estar-atraído” (*Gezogenensein*), de “ser-afetado” (*Affiziertsein*), de “ser-capturado” (*Hingerissensein*), de “distração” (*Abgelenktheit*), de “complacência” (*Folgeleisten*) do eu, variável, é certo, de acordo com a intensidade da afecção; e, por outro lado, da tendência ativa do eu ao objeto, de seu “voltar-se-para” (*Zuwendung*), que exige, de sua parte, um “esforço” (*Streben*), que, contudo, pode ser impedido ou não impedido (HUSSERL, 2001, p. 185). De acordo com esta concepção, a afecção prepara e condiciona a “ação” do eu, que é, pois, uma resposta às solicitações do mundo circundante ou da própria esfera de vivências (por exemplo, uma memória pungente). Em “*Ideias II*”, Husserl (1991, p. 337) afirma:

a sensação é o que vem antes, na medida em que um eu operativo só pode existir se ele tem uma possessão, e apenas na medida em que a possessão deve, primeiro, afetá-lo, ao qual o eu, então, reage: toda atividade do eu pressupõe a afecção, mesmo se – no sujeito desenvolvido – não se trate, exatamente, daquela da sensibilidade primária.

A sensibilidade primária não “surge” através da associação como uma lei de produção psíquica. O seu modo de ser e de doação é o da disponibilidade imediata. Do ponto de vista fenomenológico, também a atividade primária, intelectual, surge “de um raio que emana do eu” (HUSSERL, 1991, p. 335), e não de uma produção psíquica. A constatação fenomenológica fundamental é, precisamente, a de que a sensibilidade, enquanto afecção do eu, é uma necessidade para toda sensibilidade secundária; em outros termos, antes de qualquer ato, é necessário que o eu tenha “possessões” (*Habe*). Acrescenta, ainda, que

A sensibilidade primária é a sua possessão primária. Uma segunda possessão é o conteúdo intencional da reprodução (reprodução originária enquanto memória) e da transformação na fantasia tomando lugar na reprodução, [na] transformação passiva, [na] auto-estruturação com uma doxa (HUSSERL, 1991, p. 335).

Neste sentido, a protossensibilidade é uma “protoesfera de intencionalidade” (*Ursphäre der Intentionalität*) (HUSSERL, 1991, p. 335). Em tal caso, contudo, o conceito de intencionalidade necessita ser modalizado. De acordo com Husserl (1991), trata-se, aqui, de uma concepção “inautêntica” de intencionalidade, porque ela não envolve o “dirigir-se para” – ou “intenção de” – que, em sua teoria, é relativo ao eu ativo. Mas, ao passo que isto não está contido na protoesfera da intencionalidade, está contido o fato de haver a “apresentação de” (“*Vorstellung von*”) alguma coisa. E acrescenta, ainda, a constatação de que este nível primário de intencionalidade também envolve a atividade do eu, mas uma atividade de nível inferior:

A espontaneidade ou atividade do eu de nível mais baixo é a ‘receptividade’; e, por este termo, eu designo que, de fato, mesmo a constituição do espaço (e, então, também a constituição do esquema) pressupõe esta espontaneidade inferior; mas a unidade, que surge como dóxica, não é uma unidade espontaneamente posta, mas uma unidade receptiva (HUSSERL, 1991, p. 335).

Husserl (1991) considera a possibilidade de a unidade intencional ser relativa à mera receptividade, de modo que

aquilo que é intencional no nível dos sentidos seria apenas um sistema de linhas no qual a visada [*Blick*] espontânea da receptividade pode penetrar e pode ser operativa enquanto uma consideração do objeto intencional, tal como na consideração reflexiva dos aspectos etc. (HUSSERL, 1991, p. 335).

O poder afetivo da receptividade apresenta, pois, uma direcionalidade que vai da afecção ao eu que é o centro do campo de consciência. Nesta intencionalidade centrípeta, destaca-se aquela característica que Gurwitsch atribui à margem: a intrusividade, ou incidência, do dado marginal. Com efeito, em suas análises, Husserl utiliza o conceito de “*Aufdringlichkeit*” (HUSSERL, 2006, p. 184; 1939, § 17), que poderíamos traduzir por “intrusividade”, para caracterizar um dos modos da abertura pática da consciência ao que a afeta⁷⁴. Este conceito designa, precisamente, a maneira como algo do campo de saliências exerce uma tendência afetiva em direção ao eu, de maneira mais ou menos abrupta e com mais ou menos força; um modo de “vir-à-proeminência” (*Abhebung*) no campo de consciência, mas que não parte da atividade do eu e, sim, do próprio objeto que o afeta, como um “estímulo”.

Nas análises de Husserl (1991; 1939), a afecção é descrita como possuindo uma “direcionalidade” ao eu e como exercendo um efeito sobre ele. A afecção possui, em um primeiro momento, uma posição no plano de fundo do eu e, depois, por meio de um processo de transformação desta experiência de fundo, o confronta e exige que ele se volte para o próprio objeto e o apreenda pelo contato⁷⁵. Husserl admite, neste sentido, que a tomada de posição ativa do eu se dá apenas por meio de uma transformação gradual do eu, que vai desde o ser afetado, ao conceder ao que o afeta no contato e, então, ao tomar uma posição e direcionar-se ativamente ao objeto. Transformação que consiste, portanto, na passagem de uma intencionalidade de fundo, ou marginal, para o plano temático de uma intencionalidade de primeiro plano. Mesmo os atos atentos do eu, a intencionalidade em sentido autêntico (i.e., do “direcionamento” do olhar do eu, *intentio*) (HUSSERL, 1991, Beilage XII), exige reconhecer o fato de que o objeto

⁷⁴ Maldiney (2007) oferece uma abordagem interessante à questão da afetividade. É dele o conceito de “abertura pática” e é a partir dele que tiramos a inspiração para conduzir parte destas análises.

⁷⁵ “Se o ego cede [folgt] ao estímulo, um novo elemento entra. O estímulo exercido pelo objeto intencional em sua direcionalidade ao eu atrai o último com mais ou menos força, e o ego cede a ele. Uma tendência gradual liga os fenômenos, uma tendência do objeto intencional passar de uma posição no plano de fundo do eu a uma de confrontar o eu. Esta é uma transformação que, correlativamente, é uma transformação de toda a experiência intencional de fundo [Hintergrunderlebnis] em uma vivência de alto relevo [Vordergrunderlebnis]: o eu se volta [wendet] ao objeto. Este ‘voltar-se-para’ [Zuwendung] é, ele próprio, um processo intermediário: o ‘voltar-se’ [Hinwenden] culmina com o eu estando próximo do objeto e o apreendendo pelo contato [berührenden]. Com esta concessão [Nachgeben] do eu, uma nova tendência aparece: uma tendência vinda do eu em direção ao objeto” (HUSSERL, 1939, p. 81).

intencional exerce uma atração, de força afetiva variável, sobre o eu desperto⁷⁶. Aqui, há uma rítmica: no ocupar-se com algo (processo temático), há sempre um novo algo que desperta o interesse, através de sua força afetiva, e que surge, como objeto intencional, do campo temático ou da margem do campo de consciência. Esta concepção está em acordo com os pressupostos de uma divisão do eu e da distinção entre relevâncias impostas e intrínsecas, que estudamos.

6.5 Conclusões parciais

Neste capítulo, partimos de uma problemática apontada por Colombetti (2011) quanto à noção de irrelevância em Gurwitsch. Sugerimos que a recolocação desta problemática no quadro de uma concepção mais ampla de relevância, informada pelos estudos de Schütz (2011), implicou que a principal limitação da teoria de Gurwitsch não era, talvez, o seu conceito de relevância, em si, mas os limites metodológicos pelos quais o autor o delimitou e traçou. Utilizamos esta crítica como um caminho para investigar a concepção de Gurwitsch e de Schütz sobre a intencionalidade não-temática, ou seja, sobre a consciência marginal, e sobre a aplicação desta concepção na investigação da existência encarnada. Através de uma crítica de Merleau-Ponty (2001) a Gurwitsch, encontramos, ainda, um caminho para colocar as contribuições de Gurwitsch e de Schütz em face das investigações tardias de Husserl sobre o tempo, sobre o aspecto passivo do Eu e sobre a esfera de protointencionalidade. Com isso, pudemos identificar, em Husserl, uma formulação original a respeito do problema da relevância – em torno da seletividade da mente – e que aponta para camadas sedimentadas prévias e montadas a partir de sínteses mais primitivas do tecido vivo da consciência intencional. Encontramos, aliás, uma justificativa para manter duas formas de intencionalidade, uma doadora de objetos e outra, a esfera das pré-doações passivas, pré-objetiva. É por meio desta camada que se formam as habitualidades do Eu e, voltando-se para a teoria de Schütz (2011), o cabedal do mundo da rotina.

⁷⁶ “Zu allen intentionalen Erlebnissen gehört dieser wesensmäßige Unterschied im Modus der Tendenz, daß entweder „in“ dem Erlebnis das Ich tätig lebt, in ihm auf die intentionale Gegenstandlichkeit gerichtet, mit dieser beschäftigt ist, oder aber daß dies nicht der Fall ist; wobei günstigenfalls von dem Erlebnis aus — Modus des Hintergrunderlebnisses bzw. dem darin intentionalen Gegenstand ein weckender Zug auf das Ich hin statt hat, ein weckender Reiz in verschiedener affektiver Kraft auf das (im Falle der Wachheit anderweitig schon tätige) Ich hingeht” (HUSSERL, 1939, p. 85-86).

Em seu estudo sobre a fenomenologia da atenção, Depraz (2004) destaca que a posição adotada por Husserl a respeito do assunto pressupõe uma demarcação entre uma descrição orientada aos atos de consciência e uma descrição orientada aos conteúdos experienciais. Do ponto de vista desta posição, toda psicologia da atenção que a descreve em função das experiências sensíveis de prazer ou desprazer e dos sentimentos, como o interesse, seria pré-fenomenológica, ou seja, carente dos conceitos de intencionalidade, de redução e de constituição de sentido. Isso se aplicaria às descrições de W. James e de C. Stumpf. Contudo, do ponto de vista de Depraz (2004), esta oposição se sustenta apenas em um tipo de análise em que se ignora, dentre outras coisas, a gradação do tornar-se atento a alguma coisa e, portanto, a gênese da atenção a partir de processos passivos, que incluem, também, uma camada afetiva. Por esta razão, à luz sobre os estudos tardios de Husserl a respeito da gênese passiva, não há nenhuma contradição com o corpo teórico e metodológico da fenomenologia considerar a atividade atencional como entrelaçada a camadas de outros processos que estão destituídos do caráter acional (ou ativo) da intencionalidade. Porém, considerar a perspectiva sobre a gênese afetiva da atenção implica um olhar para a conexão entre as saliências perceptivas (*Abhebungen*), o centro da teoria da relevância, e as protoimpressões (*Ur-impressionen*) e as afecções (*Affektionen*) (ZHOK, 2012). Nesta camada da passividade primária, estamos diante de um “substrato anônimo” da experiência subjetiva, ou seja, de uma camada sem relação com um Eu. Esta formulação nos leva a reconsiderar as posições de Gurwitsch e de Schütz, ao mesmo tempo em que nos permite recolocá-las em um quadro mais amplo sobre a teoria da consciência.

Da mesma forma, talvez possamos reavaliar a crítica de Colombetti (2011) à luz destas investigações. Em uma leitura mais completa da relevância, as “capacidades de enfrentamento de meu corpo”, conforme sua expressão, permeiam os sistemas de relevância e os constituem. A “autoconsciência corporal não atendida vagamente sentida e indistinta [*unattended dimly felt and indistinct bodily awareness*]” (COLOMBETTI, 2011, p. 300) constitui, de fato, uma intencionalidade marginal sem pertinência para com o tema (relevância no sentido de Gurwitsch), sendo, ademais, um item permanentemente presente na vida consciente do agente. Porém, para conceber que esta autoconsciência possa constituir a “qualidade afetiva de uma situação” e determina o sentido do tópico, é necessário que a afetividade seja concebida em conexão com os sistemas de relevância. Então, por um lado,

deve ser conceituada através da habitualidade e, portanto, como constituinte do estoque de conhecimento do agente, ou seja, no sentido em que Magrì (2018), por exemplo, concebe a correlação entre os motivos e os afetos. Segundo esta autora, as motivações passivas – ou, na terminologia de Schütz, “impostas” – formam um “fundo afetivo dentro do qual nós apercebemos eventos, gestos e expressões como emocionalmente salientes ou relevantes para nós” (MAGRÌ, 2018, p. 239). E, por outro lado, a afetividade deve ser conceituada de modo que ela possa exercer um poder sobre o Eu, requisitando-o a exercer uma transformação, que consiste em uma tomada de posição ativa. Nisto, consistem as “solicitações afetivas”, que constituem a “atmosfera afetiva e sensível” (MAGRÌ, 2018, p. 238) de nossa experiência subjetiva. Sem dúvida, desta forma, a abertura e as intersecções entre os sistemas de relevância e as diferentes ordens de realidade podem ser mais claramente exploradas em conexão com a facticidade do Eu empírico.

Certamente, chegamos a uma conclusão importante sobre a fenomenologia da atenção. Concebendo-se que a fenomenologia da atenção se orienta, também, por uma teoria da percepção, pode-se dizer que uma teoria mais completa necessita contemplar a dimensão afetiva do corpo vivido (BOWER; GALLAGHER, 2013). Para Bower e Gallagher (2013), deve-se incluir aspectos proprioceptivos e cinestésicos, a dimensão motivacional que anima a interação corpo-mundo, uma “sintonização atenta” (BOWER; GALLAGHER, 2013, p. 80), “os vetores ou valências latentes que dotam um engajamento sensoriomotor potencial com algum grau de desejabilidade” (BOWER; GALLAGHER, 2013, p. 80), que dá uma direção determinada, em proveito de outras, a este engajamento, entre outros aspectos afetivos, que contribuem para o conhecimento prático das contingências sensoriomotoras. Segundo Gallagher e Bower (2014), esta proposta poderia ser levada a cabo, por exemplo, através de uma consideração mais adequada de temas como a afetividade e a intersubjetividade e de uma teoria sobre a sintonização dinâmica da função cerebral.

Com isso, pode-se partir da tese presente na atual literatura filosófica (MAIESE, 2012; BOWER; GALLAGHER, 2013; GALLAGHER; BOWER, 2014) segundo a qual muitas teorias da percepção e da atenção carecem de uma formulação precisa a respeito da dimensão afetiva da existência humana. Particularmente, é interessante a aproximação que pode ser feita entre os resultados deste capítulo e a teoria do “enquadramento afetivo” (*affective framing*) desenvolvida

por Maiese (2012)⁷⁷. A tese principal desta última teoria é a de que a saliência do processo atento (e, além dele, virtualmente, toda ação, percepção e cognição humana) repousa em uma organização afetiva, pré-reflexiva e não-conceitual, encarnada em sistemas corporais que vão além do circuito nervoso. Esta parece ser uma via promissora para destacar aspectos importantes da existência encarnada e, especificamente, para o desenvolvimento de uma teoria da atenção mais rica do que a teoria tradicional que enfatiza os “centros executivos” localizados nos lobos frontais (COHEN, 2014). Segundo Maiese (2016, p. xiv) as capacidades que constituem o ser vivo

não podem estar restritas ao cérebro, mas estão, antes, devem estar espalhadas através de nossos corpos como um todo e estar, também, formatadas e estruturadas pelo fato de nossa encarnação [*embodiment*] (MAIESE, 2016, p. xiv).

Acreditamos que os caminhos percorridos até aqui através das investigações de Gurwitsch, de Schütz e de Husserl nos forneçam subsídios importantes para compreender como este enquadramento pode ser compreendido fenomenologicamente e qual é a relevância de seus estudos para as investigações interdisciplinares atuais. Queremos, desta feita, desenvolver os princípios mais gerais destas investigações a partir de uma análise concreta de um recorte de nossa cultura contemporânea. No próximo capítulo, estudaremos brevemente o cenário de crise da atenção na contemporaneidade, elencaremos alguns de seus fenômenos sociais centrais e os correlacionaremos à perspectiva em primeira pessoa no que tange à otimização da atenção e outras tipificações que podem ser aplicadas a indivíduos com TDAH ou com diagnóstico de TDAH. Com isto, poderemos enxergar mais claramente o alcance da teoria até aqui estudada e que gostaríamos de compreender como uma psicossociologia fenomenológica da atenção.

⁷⁷ Em outro texto, a autora define o conceito como um “dispositivo pré-reflexivo de viés (*biasing*) que está fundado na consciência corporal (*bodily awareness*) e nos sentimentos emocionais e envolve vários padrões de discriminação, de foco, e de saliência” (MAIESE, 2016, p. xii). Em outro trecho: “Os vários enquadres afetivos de um sujeito vêm a constituir um tipo de mapa egocêntrico, contornado por interesses, que o ajuda a navegar através do complexo mundo a seu redor e que dirige a sua atenção a determinadas características de suas circunjabências e não a outras.” (MAIESE, 2016, p. xii).

7 O MUNDO DA VIDA NA MODERNIDADE TARDIA E OS REGIMES DE ATENÇÃO: UMA VARIEDADE DE EXPERIÊNCIAS ATENTIVAS

Neste capítulo, pretendemos desenvolver uma análise do mundo da vida na modernidade tardia, ou contemporaneidade, através do destacamento da variedade de experiências atentivas que são moduladas pelos processos de modernização, ou seja, de especialização e diferenciação dos sistemas sociais (SCHIEMANN, 2014; ROSA, 2018). A modernidade tardia pode ser caracterizada, sociologicamente, por uma dialética entre a ação local e a estrutura global, como uma instanciamento particular do princípio teórico geral de estrutura dialética entre agência e estrutura (PETERS, 2011). É o acoplamento do local e do global que caracteriza, neste jogo de presença e ausência da estrutura, a experiência do capitalismo tardio e que molda a nossa cognição e os nossos afetos neste processo tarso-moderno de socialização. Diferenciam-se, assim, duas estratégias metodológicas principais para a análise desta dinâmica (PETERS, 2011). Por um lado, um exame macroscópico e de largo escopo temporal e espacial do surgimento, da reprodução e da transformação de traços estruturais dos sistemas sociais, de suas instituições. Por outro lado, um exame microscópico, de escala temporal e espacial circunscrita, do uso que os atores fazem dos traços estruturais em interações situadas, onde são contempladas as regras destas interações e os recursos por eles mobilizados. Neste terreno, abre-se a importância dos estudos sobre os esquemas de pensamento, de percepção e de ação, na linguagem de Bourdieu, e como eles se relacionam com sistemas de disposições duráveis (identidade, caráter etc.).

Desta forma, em coerência com o nosso referencial teórico-metodológico desenvolvido nos capítulos anteriores, o conceito de mundo da vida será colocado como ponto de partida para nossas análises. Contudo, o conceito de mundo da vida de Gurwitsch e mesmo de Schütz são baseados em esquemas ideal-típicos que fazem abstrações das concreções históricas e concretas que são efetivamente vividas pelos agentes situados⁷⁸. Os seus modelos carregam uma conotação supratemporal, como todo discurso eidético (SOWA, 2009; 2014). Sendo assim, uma reformulação do conceito de mundo da vida de acordo com uma visão pluralista da possibilidade de mundos e províncias de significado que possa incluir as dimensões

⁷⁸ Mantemo-nos, neste trabalho, restritos à concepção de mundo da vida destes dois autores.

das transformações da experiência moderna será abordada em um primeiro momento. Compreenderemos, desta forma, que a experiência cotidiana da modernidade tardia envolve choques atencionais que podem ser compreendidos à luz da fenomenologia social. Aqui, deixa-se notar que a principal contradição deste sistema de produção e gerenciamento político-econômico que é o capitalismo neoliberal enraíza-se, por fim, na própria subjetividade, a qual é a apropriada por novos mecanismos e tecnologias centrados sobre a atenção. Este é um diagnóstico que é compartilhado por uma diversidade de autores (CRARY, 2016; HAN 2015; PETERS, 2018; ROSA, 2018; TÜRCKE, 2016). Sendo assim, na segunda seção, analisamos as conexões entre a subjetividade tardo-moderna e a transformação da lógica monetária por uma lógica atensiva que se busca apreender conceitualmente por meio dos conceitos de “economia da atenção” e “regimes de atenção” (CALIMAN, 2008b. 2012; VERISSIMO, 2019a; 2019b). Com isso, colocaremos no centro a tematização sobre o processo de temporalização da modernidade que o conceito de “aceleração” (CRARY, 2016; ROSA, 2018) permite vislumbrar. Por fim, veremos outra forma como as tipificações próprias ao contexto tardo-moderno podem ser assimiladas pelos agentes de acordo com o processo de individualização e sua dinâmica de interiorização e autotematização (BURKART, 2006; HAN, 2015; SCHIEMANN, 2014, ROSA, 2018). As noções de “cultura” e “sujeito do desempenho” serão fundamentais a este respeito.

Assim, defendemos que estes eixos de subjetivação contemporânea podem ser aclarados pela fenomenologia social, em especial pela teoria da relevância que abordamos nos capítulos anteriores. Como vimos, esta teoria reporta-se às saliências perceptivas quanto à sua constituição e forma de organização na experiência subjetiva e quanto às molduras de significado de teor social e cultural, as quais são interiorizadas por uma pessoa ao longo de seu percurso existencial. Esta exploração nos servirá de base e de contextualização para, no capítulo seguinte, podermos analisar, com maiores detalhes, (1) como as normas de desempenho atensivo são incorporadas pelos agentes sociais que habitam o capitalismo tardo-moderno, sejam eles pessoas que experienciam dificuldades no manejo de sua própria atenção ou pessoas que buscam melhorar o seu desempenho produtivo; e (2) como se pode, a partir disto, desenvolver uma análise fenomenológica do TDAH, a fim de complexos fios que constituem esta possível

variação estrutural da experiência. A este respeito, consideramos o princípio enunciado por Türcke (2016, p. 78):

É óbvio que esse fenômeno difuso, para o qual o “TDAH” é mais uma designação do que um diagnóstico patológico seletivo, em absoluto não pode ser compreendido adequadamente sem uma perspectiva teórico-cultural abrangente.

Acreditamos que uma exploração do cenário contemporâneo, em diálogo com as ferramentas desenvolvidas nos capítulos anteriores, pode nos ajudar a compreender este “fenômeno difuso”. Assim, é necessário começar por uma compreensão de como os processos de modernização das sociedades ocidentais coloca algumas questões específicas para a fenomenologia social, em especial no que diz respeito ao conceito de mundo da vida. Que lugar tem este conceito em uma sociedade cujo modo experiencial responde a processos de transformações institucionais estruturantes?

7.1 Os processos de modernização e o mundo da vida

Com efeito, a modernização ocidental trouxe junto de si uma série de mudanças nas esferas sociais e nas experiências subjetivas. É possível citar notáveis processos de diferenciação e de especialização dos sistemas sociais que atingem as sociedades ocidentais em todas as suas dimensões. Tensões no mundo do trabalho, com a sua crescente mecanização e automatização e consequente domínio do trabalhador pelas máquinas; na esfera científica, com a divisão cada vez mais abstrata e segmentada dos conhecimentos e procedimentos; na esfera pública e política, com vários conflitos sociais que permeiam a vida cotidiana etc. Destaca-se como eixo de leitura deste complexo processo de modernização os processos, ou subprocessos, de profissionalização e de desenvolvimento de tecnologias, que estão fortemente associados ao que é chamado de “aceleração social” (ROSA, 2018). Sendo assim, estes processos colocam-nos em uma posição na qual é impossível ignorar o seu impacto sobre a experiência subjetiva e sobre a consideração a respeito do mundo da vida. O “mundo da vida” normalmente é conceituado como o espaço pré-científico, pré-judicativo e pré-conceitual sobre o qual desenvolvemos os nossos afazeres cotidianos, como vimos nos capítulos anteriores. Mas, esta concepção significa, também, que o mundo da vida corresponde ao fundo dos

espaços não-especializados ou não-profissionalizados da existência (SCHIEMANN, 2014), contra o qual desdobram-se todos os processos de profissionalização e especialização da modernidade. Para além de sua significação eidética e aparentemente supratemporal, é necessário, portanto, compreender o mundo da vida em sua constituição e significação histórica concreta.

A partir disto, é possível entender o lugar de diferentes estilos cognitivos, analisáveis fenomenologicamente, que se originam deste processo de diferenciação e de especialização. Schiemann (2014) destaca, em especial, o próprio mundo da vida não-especializado, o estilo cognitivo da ciência experimental e o estilo cognitivo da subjetividade. A sua compreensão é desenvolvida sobre a base da teoria das províncias finitas de significado de Schütz (1962a) e sobre a teoria da estratificação do mundo da vida de Schütz e Luckmann (1974; 1989). Segundo ele, o mundo da vida não-especializado é aquele que começa pelo mundo da percepção e os mundos da vida subjetivo e compartilhado, formados nos estreitos laços familiares e, depois, sustenta-se como pano de fundo da profissionalização moderna. É somente em nossa cultura ocidental moderna que é possível dizer que o mundo da vida adquire esta função:

[...] a integração do mundo da vida a uma multiplicidade de domínios diferentes de significado oferece as possibilidades para conceber-se o mundo da vida como um fenômeno cultural que surge apenas no interior de uma pluralidade de mundos da vida historicamente cambiantes. O processo cultural-histórico de diferenciação da experiência leva a uma multiplicação de estilos cognitivos não relacionados ao mundo da vida [*non-lifeworldly*] (SCHIEMANN, 2014, p. 42).

O estilo cognitivo da ciência experimental e seus impactos sobre a experiência social moderna também são notáveis (CRARY, 1992). Com a presença de instrumentos de laboratório capazes de destacar, com cada vez maior precisão, o lado escondido das coisas, tem-se um novo lugar social para o observador (CRARY, 1992; CALIMAN, 2012). A partir deste estilo cognitivo eminentemente moderno, surgirão conceitos-chave como a cientifização e a tecnologização. Por meio destas transformações, o escopo científico para o mundo conduz a uma definição especializada do fenômeno enquanto

eventos, processos ou estados que se espera ou que foram demonstrados admitir descrição conceitual, aparecer regularmente em condições apropriadas e serem acessíveis à explicação teórica (SCHIEMANN, 2014, p. 44).

Como demonstrou Crary (1992; 2001), o desenvolvimento das preocupações científicas sobre a percepção e a atenção estiveram conectados ao contexto histórico de desenvolvimento do capitalismo, em particular da mecanização e otimização do trabalho. Ao mesmo tempo, compreende-se que as tecnologias e o processo de modernização introduzem modificações importantes no mundo da vida e o diferenciam em domínios cada vez mais especializados e restritos. Segundo Schiemann (2014), o mundo da vida moderno se encontra estratificado por conta de importantes especializações e diferenciações oriundas das transformações da modernidade. Estas estratificações são colocadas, primariamente, como uma forma de estratificação espacial, que “especifica a espontaneidade *prevalente* da ação direta, que é característica do mundo da vida e que assume o primeiro lugar de significância em mundo de percepção” (SCHIEMANN, 2014, p. 39, *italico do autor*). As estratificações temporal e social confirmam as características estruturais da estratificação espacial e fornecem a ela definições adicionais (ROSA, 2018). O ponto central desta estrutura espacial é o lócus da presença corporal: a “zona primária de eficácia” (*primäre Wirkzone*), cuja influência se dá apenas por meio do movimento corporal, que inclui mesmo o uso de aparatos tecnológicos. Como tal, está totalmente dentro da esfera perceptiva. A “zona secundária de eficácia” inclui o uso de aparatos técnicos para alterar corpos fora de nossa zona primária. Estas duas zonas constituem o “mundo atualmente dentro de meu alcance” (*Welt der aktuellen Reichweite*), o qual, por sua vez, faz fronteira com o “mundo potencialmente dentro de meu alcance” (*Welt der potentiellen Reichweite*), que inclui não somente os objetos presentes, mas também os futuros (SCHÜTZ, 2011; 1962a). Nas palavras de Schiemann (2014, p. 40):

Na medida em que aparatos tecnológicos estão sendo considerados, o mundo da vida é um mundo de apertar o botão. Ele está preocupado apenas com os inputs e outputs relevantes e não se estende, normalmente, além da superfície dos aparatos técnicos.

Em um mundo povoado de aparatos tecnológicos que reconfiguram as nossas relações com o mundo da vida e no qual são redistribuídos os pesos do que está dentro de meu alcance atual e o que está dentro de meu alcance potencial, prevalece o acesso a um mundo inteiro “através de um botão”. Assim, parece se fazer essencial uma fenomenologia desta província de realidade correspondente às

tecnologias digitais e mesmo as analógicas. É possível, aliás, compreender nitidamente a reconfiguração que se deve à presença de determinados aparatos tecnológicos em nosso mundo da vida moderno através de uma análise dos impactos de nosso engajamento com os aparelhos televisivos. Conforme o relato de Crary (2016, p. 66),

[...] a competência adquirida com cada aplicativo ou ferramenta particular na verdade potencializa a harmonização com as exigências funcionais intrínsecas que visam reduzir continuamente o tempo de cada troca ou operação. Os dispositivos solicitam um tipo de manuseio, destreza e conhecimento aparentemente ininterruptos, que além de gratificantes podem impressionar pela habilidade de fazer uso eficiente ou recompensador de recurso tecnológicos.

O uso dos aparatos tecnológicos passa a compor, portanto, a esfera reificada e rotineira de nosso mundo da vida, no sentido de Schütz (2011). Assim, ao mesmo tempo, torna mais automática e familiar a nossa relação com estes dispositivos e desfaz os laços de significação intencional que nos permitiriam compreender o seu funcionamento particular e sistêmico. Tornam-se meros meios para o alcance de determinados fins. Neste sentido, a televisão e outros dispositivos tecnológicos passam a desempenhar um papel de normalidade e de coerência de um novo mundo, de uma nova práxis, centrada sobre a tela e o manuseio remoto de informações e de conhecimentos (CRARY, 2016). No sentido de Schiemann (2014), esta nova forma de colocar-se perante a realidade poderia, muito bem, ser conceituada como um estilo cognitivo ao lado do modo científico e do mundo da vida não-profissionalizado. Afinal, introduz uma mudança importante no acento de realidade que o agente pode atribuir às coisas que assim lhe apresentam, na própria “*attention à la vie*”, na temporalidade, na socialidade etc. Há importantes modificações do mundo à mão e do mundo potencialmente disponível por meio da internet e das mídias interativas. Colocando-se desta forma, torna-se possível compreender fenomenologicamente a passagem da atenção do mundo cotidiano a esta província de realidade e o “choque” experiencial que esta passagem acompanha, que apresenta o caráter de uma perda de um referencial anterior, conforme preconiza Schütz (1962a) em sua teoria das províncias finitas de significado.

Uma experiência análoga é descrita por Crary (2016, p. 98) no seguinte trecho:

Dos primórdios da televisão a, sobretudo, os últimos vinte anos, viemos nos familiarizando com os momentos de transição, quando desligamos um aparelho depois de horas imersas em ambiente televisivo ou digital. Há, inevitavelmente, um breve átimo *antes* que o mundo se recomponha por completo em sua familiaridade impensada e invisível. É um momento de desorientação, durante o qual o ambiente que nos rodeia – por exemplo, uma sala e seus objetos – parece ao mesmo tempo vago e opressivo em sua materialidade desgastada pelo tempo, seu peso, sua vulnerabilidade ao estrago, mas também em sua resistência inflexível a desaparecer instantaneamente com um clique.

Este “átimo” a que se refere Crary (2016) pode ser compreendido, com mais rigor, através da teoria de Schütz sobre as províncias finitas de significado, justamente, como o referido “choque” ou uma quebra na continuidade e na consistência de uma província de significado no momento da passagem da atenção do agente a outra província, diferente da primeira. Com efeito, Crary (2016, p. 98) acrescenta ainda à sua descrição o fato de que “agora vivemos a experiência de passar, súbita e frequentemente, da imersão num casulo de controle e personalização à contingência de um mundo compartilhado cujo cerne resiste ao controle”. E mais adiante: “as relações interpessoais que constituem a base do espaço público se tornam irrelevantes para nosso isolamento digital fantasmagórico” (CRARY, 2016, p. 99). Neste sentido, os regimes de atenção contemporâneos (CALIMAN, 2012) podem ser compreendidos à luz da teoria de Schütz (2011; 1962a), de modo que se torna possível compreender as suas regras internas no sentido schütziano. Eles formam, portanto, um “campo temático estendido” com uma organização própria em termos de coerência e de relevância.

Esta consideração sobre as modulações de nosso mundo da vida em função da tecnologia é fundamental para compreender o cenário contemporâneo. Além dela, contudo, também é fundamental compreender a intersecção entre estes modos de experiência integrados à tecnologia e os padrões temporais das sociedades capitalistas ocidentais da modernidade tardia, conforme o desdobramento de seus princípios de progresso, de exploração e de acumulação capitalista. Conforme Crary (2016, p. 49),

O único fator consistente dessa sucessão, de resto incoerente, de produtos de consumo e serviços, é a crescente integração de nosso tempo e nossa atividade aos parâmetros de intercâmbio eletrônico. Gastam-se bilhões de dólares em pesquisas dedicadas a reduzir o tempo de tomadas de decisões, a eliminar o tempo inútil de reflexão

e contemplação. Essa é a forma de progresso contemporâneo – o encarceramento e o controle implacável do tempo e da experiência.

Vejamos mais de perto esta intersecção da experiência fática nestas sociedades com os seus sistemas de relevância de ordem mais ampla e que permitem organizar a experiência subjetiva. Há que se lembrar, a respeito, que, para Schütz, os sistemas de relevância social organizam os sistemas de relevância individuais, nos termos dos tópicos possíveis, esquemas de interpretação e motivações ou interesses predominantes em um dado momento histórico. Neste sentido, veremos que o conceito de “aceleração” talvez nos permita apreender, por um lado, parte do que é dominante nos sistemas de relevância compartilhados destas sociedades e, por outro lado, este serviço deve ser feito, também, pela predominância da reflexividade, a qual, contudo, não deixa de estar associada com o fluxo de aceleração moderna (ROSA, 2018).

7.2 O entrelaçamento da subjetividade tardo-moderna com a economia e os regimes de atenção

Para dar conta de transformações importantes na sociedade ocidental moderna, o conceito de “economia da atenção” passou a ser empregado nos estudos culturais e sociais sobre a atenção (CALIMAN, 2012; CELIS, 2017; FRANCK, 2013; VERISSIMO, 2012a; 2012b). O conceito de “economia da atenção” foi introduzido, pela primeira vez, por Herbert A. Simon em sua palestra de 1969, *“Designing Organizations for an Information-rich World”*, conforme contextualiza-o Celis (2017). Termos como “conhecimento” e “informação” passaram a ser, paulatinamente, integrados ao vocabulário dos estudos sociais como uma tentativa de explicar a crise do capitalismo industrial e as mudanças radicais ocasionadas por ela. Passou-se a falar, também, de “sociedades pós-industriais” em um capitalismo tardo-moderno. Conhecimento e informação tornam-se fontes de valor, reformatando a maneira como o lucro é produzido e explorado nestas sociedades. De acordo com a leitura de Simon, citada por Celis (2017), a economia passa a se orientar pelo conhecimento e pela informação e, com isso, a atenção necessária para processar o conhecimento e a informação coloca-se como um valor central. Coloca-se uma relação seletiva entre a quantidade de informação e a qualidade do conhecimento que pode ser obtido. A atenção desempenha o papel de um funil seletivo desta

equação e, portanto, também de organizador, tanto em termos de desempenho quanto também em termos morais, das decisões estratégicas no mundo corporativo e comercial (CALIMAN, 2012). Por conseguinte, a questão administrativa central é de como melhorar a conexão entre informação e atenção.

Diante da superabundância de informação, a atenção é vista como um recurso raro e finito e, portanto, valioso (CALIMAN, 2008b; CELIS, 2017; CSIKSZENTMIHALYI, 2014). No âmbito comercial, este recurso é vastamente explorado pelas estratégias da propaganda e do *marketing*, que passam a se endereçar à captura da atenção dos consumidores, mesmo no paradigma industrial da sociedade de consumo. Mas, com as transformações sociais das sociedades pós-industriais, sobretudo no que tange aos dispositivos tecnológicos emergentes, a atenção passa a ser disputada em novos territórios. A internet é um território privilegiado para a troca desta mercadoria valiosa, sobretudo em razão de sua capacidade de gerar e distribuir a informação audiovisual e por dispor de mecanismos poderosos de mensuração da atenção capturada (Web 2.0 e 3.0, *big data* etc.) e de, assim, criar e cultivar audiências segmentadas e especializadas. O estatuto da atenção nas sociedades capitalistas pós-industriais é a de fonte de valor e de mercadoria (CELIS, 2017).

Observa-se, portanto, uma mutação importante nas relações econômicas do capitalismo tardo-moderno. Alguns autores nomeiam esta variação de um capitalismo baseado no conhecimento e na informação de “capitalismo cognitivo” (CELIS, 2017; FRANCK, 2013). O progresso técnico, de acordo com esta visão, não deve ser considerado como a causa, mas como ingrediente dos fatores sistêmicos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo (CELIS, 2017), de tal forma que o conhecimento e a informação passam a obedecer às leis da acumulação capitalista. Desta forma, a atenção se destaca como elemento relevante no contexto em que o conhecimento e a informação se tornam aspectos relevantes do próprio processo produtivo. A atenção desempenha, por isso, o papel de mercadoria, mas, também, de elemento ativo do antagonismo entre capital e trabalho. Torna-se um mecanismo de exploração do trabalho não-pago e da geração de lucro a partir das próprias preferências, interesses e hábitos de consumidor, anteriormente constituintes do lastro da vida privada e não subsumida ao capital. A distinção entre tempo de trabalho e tempo de lazer são, com isso, borradas. Segundo Crary (2016), o próprio tempo foi monetizado, de tal forma que se vive, hoje, um “trabalho interminável”.

Neste contexto, a subjetividade é um território de produção e de exploração das novas relações e formas do capitalismo. As operações cognitivas e, também, as forças afetivas e libidinais dos agentes não são mais capacidades de um sujeito autônomo e capaz de se desconectar do mundo do trabalho (CRARY, 2016). A economia da atenção não é, neste sentido, nada diferente de um contexto objetivo de captura de interação ocular voltada para o consumo. A direção do olhar, anterior tema de investigação psicológica e filosófica, passa a desempenhar um novo tipo de âncora para processos sociais complexos, como “local de controle” ou “atividade motora que pode ser submetida a direção e estímulos externos” (CRARY, 2016, p. 85) e ser mensurada e monetizada no contexto da atual cultura de consumo.

As modificações temporais e espaciais da modernidade, analisadas por um grande volume de pesquisas em teoria social (VERISSIMO, 2019b), modificam, de maneira indelével a tessitura que constitui o mundo da vida compartilhado e o mundo da vida particular (SCHIEMANN, 2014). Trata-se de uma modificação profunda no “espaço da experiência” no sentido de sua privatização, ou seja, de uma apropriação tecnológica para a exploração comercial e capitalista (FRANCK, 2013). Rosa (2018), aliás, identifica na aceleração o vetor fundamental para a compreensão da direção dos processos de transformação da modernidade, nos termos de suas estruturas espaciais e temporais. Estas mudanças e sobreposições de esferas temporais e políticas é comentada por Crary (2016, p. 84):

O alinhamento temporal do indivíduo com o funcionamento de mercados, em desenvolvimento há dois séculos, tornou irrelevantes as distinções entre trabalho e não trabalho, público e privado, vida cotidiana e meios institucionais organizados.

A modernização trouxe mudanças significativas para o campo social no que diz respeito à atenção pelos eixos da esfera do trabalho e da esfera pública (CALIMAN, 2012; VERISSIMO, 2012a). De um lado, os imperativos sociais e as urgências advindas das mudanças nas relações de trabalho colocaram normas e regras que determinam o tipo de controle que o trabalhador pode exercer sobre o seu mundo da vida fabril e, em especial, sobre as máquinas. Há, segundo o registro de Verissimo (2012a), um afastamento entre o poder atencional do trabalhador e o enquadramento atencional e mental que a fábrica exige dele. O seu campo de liberdade de direcionamento de atenção é bastante restrito e monótono. Ocupam-se de suas atividades laborais em um estado de “atenção alienada” (VERISSIMO,

2012a) ou mesmo “fabricada” (VERISSIMO, 2012b; WALDENFELS, 2010). Conforme o comentário de Csikszentmihalyi (2014, p. 13) em seu estudo sobre a atenção:

A ‘liberdade interna’ é, provavelmente, a última defesa das pessoas que, por uma razão ou outra, são forçadas a alienar o foco de sua atenção. [...]. Enquanto a fantasia, os sonhos diurnos e a imaginação são uma parte vital da vida psíquica de qualquer pessoa [...], eles formam, provavelmente, uma função adaptativa ainda mais essencial para aqueles que não podem se concentrar voluntariamente naquilo que estão fazendo.

Observa-se, com isso, que os modos de atenção na contemporaneidade são marcados por contornos rígidos e impostos (VERISSIMO, 2012a), dando pouca ou limitada margem aos desdobramentos da atenção criativa ou voluntária (WALDENFELS, 2010), em sua linha de exploração intrínseca da experiência que sempre, a cada momento, nos é colocada (SCHÜTZ, 2011). Este é o sentido do regime de atenção no contexto laboral. Mas, ao mesmo tempo, com o desdobramento das relações de trabalho e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação, surgem ainda novas formas de se relacionar com o trabalho, com as demais pessoas e com as narrativas. Configura-se um contexto bastante significativo em que a atenção é capturada e atraída por um caleidoscópio de imagens e de estímulos diferentes.

Nota-se, neste sentido, que a configuração das relações dos agentes com, por um lado, as tecnologias e, por outro, os outros é bastante marcada por uma “cultura de estimulação” (TÜRCKE, 2016, p. 48), centrada sobre o poder das imagens e das sensações voláteis. O novo “regime de atenção” exige do agente uma capacidade da qual ele não dispõe, coloca diante dele um sistema normativo ao qual é incapaz de responder adequadamente. Segundo Crary (2016, p. 114),

O empobrecimento sensorial, a percepção reduzida ao hábito e as respostas programadas são resultados inevitáveis de nosso alinhamento aos inúmeros produtos, serviços e “amigos” que consumimos, administramos e acumulamos durante a vigília.

Segundo Türcke (2016), o modelo experiencial da cultura pós-industrial, da imagem, consiste não em uma “partição da atenção”, esta condição da própria partilha atencional que constitui a experiência social humana em situações de interação face a face, mas em uma “repartição” da atenção a diferentes objetos em uma suposta igualdade de condições. A este respeito, a televisão desempenha um

papel paradigmático deste cenário de captura atencional da cultura contemporânea. Rosa (2018) menciona que entre os sujeitos e a experiência televisiva, passiva, há uma “descontextualização”. O que aparece de maneira descontextualizada é a desintegração temporal da constituição experiencial de uma unidade de sentido: são diversos estímulos, isolados entre si e sem integração. Em posição passiva de telespectador diante da multiplicidade de imagens e estímulos, o agente não pode contar com a possibilidade de unificar estas saliências em uma narrativa, ou seja, em um contexto de sentido. Vive-se, por conseguinte, um fluxo de tempo acelerado, posto que as apreensões significativas garantiriam a sua amarração ao estoque de conhecimentos e, por conseguinte, a qualidade da experiência vivida. A dificuldade consiste, precisamente, em “conferir duração” a esta multiplicidade sensorial, o que, isoladamente, é impossível, diagnostica o autor. Por conseguinte, este modelo

leva a atenção a uma crise existencial, exige dela sabidamente algo impossível: fazer frente a uma multiplicidade de estímulos que, de modo concomitante, invade o sensorio humano requerendo atenção (TÜRCKE, 2016, p. 63).

Comparativamente, se no contexto da sociedade disciplina, é exigido do agente que mantenha uma atenção concentrada, sustentada, e, ao mesmo tempo, pareada com uma subjetividade livre e criativa, nos diversos domínios de sua vida (trabalho, educação, família, consumo etc.), na sociedade pós-disciplinar, correlata às reorganizações das relações de consumo e trabalho do capitalismo tardio, coloca-se a exigência de que realize a adaptação necessária para dar conta destas demandas por uma atenção difusa, fragmentada e dispersa, porque ágil para acompanhar a fluidez e a velocidade das transformações sociais. Trata-se da exigência normativa da cultura contemporânea por uma “múltipla atenção” (TÜRCKE, 2016) ou “atenção multitarefa” (HAN, 2015), que obedece, contudo, a uma “lógica da interrupção” (TÜRCKE, 2016, p. 49), que dificulta a organização coerente da experiência e a estabilização da formação do objeto. Os sistemas de relevância aí formados envolvem um interesse continuado e incessantemente imposto pelo novo e pelo diferente, embora sem fornecer a eles contextos de sentido mais amplos e ricos. É neste sentido que se trata de tópicos repetitivos e governados por uma regra de “mais do mesmo” (HAN, 2015).

Esta lógica está, pois, intimamente conectada com os ritmos de funcionamento do trabalho e da vida privada, cujas fronteiras, como vimos,

esfumaçaram-se. As transformações sociais que Crary (2016) toma por objeto e analisa em termos do ritmo 24/7 é caracterizado por “processos de homogeneização, redundância e aceleração” (CRARY, 2016, p. 43). Por meio de suas análises, o autor traz à tona uma “diminuição das capacidades mentais e perceptivas em vez de sua expansão e modulação” (CRARY, 2016, p. 43). Afinal, trata-se de uma atenção responsiva e pouco aberta às elaborações do tópico como experiências integradas ao contexto existencial da vida e à criatividade das interrogações e novas elaborações (WALDENFELS, 2010). Nesta direção, Crary (2016) destaca uma experiência, comum à população mundial do capitalismo tardio, de “alheamento e derrota” na “relação perceptiva e cognitiva da maioria das pessoas com as tecnologias de informação e comunicação” (CRARY, 2016, p. 46), em função da velocidade que é imanente à sua forma de produção. O autor destaca uma forma de uma experiência de desencaixe com a ordem e com um mundo de experiências coerentes e estáveis, de uma perda de familiaridade ou, conforme o esquema de Peters (2018), da perda de segurança, confiança e estabilidade, que estão na base experiência de insegurança ontológica. O mais importante, contudo, é que a experiência do sujeito contemporâneo é estruturada conforme estas demandas e tipificações. Elas são ingredientes da experiência contemporânea. Nas palavras de Crary (2016, p. 108),

A tese, porém, não seria a permeabilidade entre uma vida interior imaculada e técnicas e processos externos, mas sinalizaria a tendência mais generalizada de repensar todas as facetas da experiência individual como contínuas e compatíveis com as exigências do acelerado consumismo 24/7.

Crary (2016) fala, ainda, de um “aprimoramento” que é imanente à lógica da produção de sistemas, modelos e plataformas do mercado tecnológico contemporâneo e que se reflete na “reinvenção do sujeito e na intensificação do controle” (CRARY, 2016, p. 51). Esta interpretação é semelhantemente sustentada por Han (2015) e Rosa (2018), em seus estudos. Estes autores circunscrevem, com isso, a experiência de um “encarceramento” e “controle” do tempo e da experiência subjetivas, que andam lado a lado com a perspectiva de progresso contemporânea. Veremos mais abaixo que estas tipificações são, precisamente, incorporadas pelos agentes e vividas como um vislumbre próprio de liberdade e de autorregulação.

Também se nota uma mudança significativa nas três esferas de tempo que os atores têm de ser capazes de estruturar, segundo Rosa (2018). Primeiro, na rotina

cotidiana, nos ritmos de trabalho, de descanso, na vigília, no sono, e assim por diante. Segundo, no tempo de vida e na elaboração de planos para a vida individual, delimitada pelos dois marcadores existenciais do nascimento e da morte. E, terceiro, pela imbricação de seu tempo cotidiano e de vida com o tempo própria época, geração e era. Isto coloca, precisamente, o problema dos efeitos das transformações sociais na sincronização entre os ritmos individuais e os ritmos coletivos e socialmente impostos. Nas palavras de Rosa (2018, p. 20-21),

os indivíduos são forçados [...], sob pena de exclusão, a definir seu engajamento nas respectivas esferas sociais de forma exata e sequenciada, com a ajuda de planos horários, diários, semanais, mensais e anuais e sincronizá-los correspondentemente ao modelo específico de cada área.

O que predomina, nas sociedades contemporâneas, segundo o autor, é um tempo abstrato, cujas unidades de sentido são segmentadas por um “espaço de tempo” delimitado segundo determinadas regras e convenções, em proveito do tempo do evento e da experiência. Isso, sem dúvida, cria a experiência que Fuchs (2013b) conceitua como uma “dessincronização” entre o tempo subjetivo e o tempo compartilhado, no sentido de uma quebra da continuidade temporal subjetiva em proveito de sua redefinição segundo critérios externos, mas que é condição para a adequação social do agente. Mas, ao mesmo tempo, o direcionamento contrário também é verdadeiro. Rosa (2018, p. 22) nomeia como “refração secundária” as negociações de sentido que os agentes operam sobre as categorias temporais impostas. De acordo com Rosa (2018, p. 36), os modelos e perspectivas temporais institucionalizados de forma sistêmica e os modelos e perspectivas dos atores podem divergir, de tal forma pode-se chegar “a um desencaixe e, com isso, a uma dessincronização de ambas as estruturas temporais”⁷⁹.

As normativas sociais de modulação atencional podem ser lidas, também, na esfera da cultura das imagens e do espetáculo, em que “quem causa maior sensação tem oportunidade de ser percebido” (VERISSIMO, 2012a, p. 8). Na cultura da atenção, também predomina a imagem, a aparência, o visível, uma “cultura visual” (CALIMAN, 2012). Ao mesmo tempo, estas preocupações pela imagem impactam, diretamente, a esfera do trabalho e estão atreladas à predominância da figura do sujeito empreendedor e dos valores associados à autogestão de si e do

⁷⁹ Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

culto ao desempenho (CALIMAN, 2012). Certamente, estes dois eixos de subjetivação parecem se cruzar no “sujeito do desempenho”, que está associado a valores – e ilusões – quanto ao desempenho e à competitividade no trabalho. “Os ritmos do consumo tecnológico são inseparáveis das exigências de autoadministração contínua”, conforme diz (CRARY, 2016, p. 54). Observa-se, aliás, nesta situação, o uso difundido de remédios como o metilfenidato, destinado ao tratamento do TDAH, para que se possa alcançar estes ideais (CALIMAN, 2008a; 2012). Estas maneiras de existir e de se autointerpretar estão ancoradas no funcionamento do mercado global e resultam em uma “uniformidade generalizada” (CRARY, 2016, p. 64), pois

é obtida [...] pela redução ou eliminação de diferenças, pelo estreitamento do espectro de comportamentos que pode funcionar de maneira eficiente ou bem-sucedida em grande parte dos contextos das instituições contemporâneas. (CRARY, 2016, p. 64).

Na sequência, voltaremos o nosso olhar para como estas maneiras eficientes e bem-sucedidas de existir, uniformizadas pelo funcionamento das instituições, também implicam a criação de uma série de valores pessoais que formam a identidade dos agentes neste cenário. A hiperreflexividade que é comum a determinados esquemas psicopatológicos de interpretação do mundo (FUCHS, 2010b) passa a ser uma necessidade exigida para o funcionamento social assim compelindo o indivíduo a um limite tênue entre a possibilidade e a impossibilidade de confiar no mundo e se sentir seguro e familiarizado com as suas rotinas (PETERS, 2018).

7.3 A “autotematização” como parte do processo de individualização

As exigências de uma “sociedade da performance” (BURKART, 2006) e do capitalismo renovado parecem cativar novos valores, como a autonomia, a autenticidade, a criatividade, que, basicamente, substituem a disciplina, a paciência e a dedicação. Tem se feito cada vez mais presente no mundo do trabalho e da formação das subjetividades individuais a “autotematização” (BURKART, 2006) enquanto uma estratégia de voltar-se a atenção a si com a finalidade de explorar a própria subjetividade e individualidade e alcançar, com isto, maior prestígio no mundo social. Nas configurações anteriores do mundo corporativo, eram conceitos-

chave a concentração, a autonomia e a flexibilidade. A crescente necessidade, em setores econômicos e campos ocupacionais, de indivíduos com uma identidade profissional autorreflexiva, que separa menos do que antes o profissional do privado. São esperadas virtudes, que antes eram contrárias à ética do trabalho, como criatividade, hedonismo e autorrealização (BURKART, 2006; CALIMAN, 2012). Nas seções sobre “carreira” nos jornais, encontram-se, por exemplo, indicações do quanto é importante a autogestão e existem anúncios para seminários de *auto-coaching*.

Caliman (2012) comenta, a este respeito, sobre a predominância, no cenário contemporâneo, dos eixos da autogestão da atenção, onde se destaca a figura do empresário executivo como modelo de subjetividade, e da atração da atenção do consumidor, por meio de estratégias de propaganda e de *marketing*. Neste contexto, “a gestão ineficiente da atenção passa a ser o signo mais fiel do fracasso” (CALIMAN, 2012, p. 7). A atenção deve ser bem manejada e garantir uma proveitosa organização da informação em proveito da produtividade comercial e empresarial. Do lado contrário, qualquer desvio à norma é visto como irresponsabilidade ou como uma “deficiência” que deve ser tratada para garantir uma melhor adaptação ao mundo organizacional.

Segundo Rosa (2018), com as transformações da modernidade tardia, a própria formação e sequenciação identitária é reconfigurada pelas novas relações temporais da sociedade capitalista da modernidade tardia. Os agentes devem estar mais abertos às reconfigurações e à flexibilização de suas posições sociais e, por conseguinte, de suas identidades conforme a própria estrutura social não pode garantir a estabilidade e a previsibilidade comuns à modernidade e à pré-modernidade. Isso envolve planejar a vida para curtos períodos e apresentar abertura para mudanças imprevistas ou para a realização de múltiplos planos e tarefas simultâneas. Por exemplo, na esfera corporativa, observa-se a crescente valorização de carreiras não-lineares ou profissionais “*slash*”.

A sociedade moderna parece necessitar de sujeitos autônomos e reflexivos (BURKART, 2006, p. 26). Os sistemas funcionais da modernidade e a sua diferenciação funcional permitiram novas possibilidades de ascensão e transição entre as esferas sociais, anteriormente menos porosas e mais rígidas, assim permitindo uma nova forma de localização dos indivíduos. Também, segundo Burkart (2006, p. 17), a cultura exige uma semântica da individualidade, “uma

retórica do sujeito e do si mesmo”, por meio da qual os eventos sociais podem ser atribuídos a motivos e ações individuais, algo que os agentes passam a aplicar às suas próprias auto-observações e autodescrições. Isso pode ser limitado à saída do fluxo cotidiano da atitude natural onde se adota uma atitude reflexivo-situacional para pensar sobre os motivos da própria ação. Mas também pode assumir o caráter de uma avaliação biográfica, da própria identidade. O autoconhecimento não é, aqui, um fim em si mesmo, mas serve para se apresentar aos outros como indivíduo, ou seja, na autoapresentação cotidiana. Envolve tornar-se objeto de conhecimento para outra pessoa, que pergunta quem você é, como você é etc.. Sendo assim, o processo que é chamado por Burkart (2006) de “autotematização” demonstra ter, em sua leitura funcionalista, uma importante função social. Com o predomínio das tecnologias de imagem, contudo, a autorreflexão está sendo substituída pela autoexpressão visual, de tal forma que indica “a subjetivação na busca por atenção” (BURKART, 2006, p. 26). Trata-se de um aglomerado de fenômenos sociais que podem ser tratados a partir de um eixo comum: a luta por atenção (TV e internet), a busca pela eficácia (desempenho), a autorreflexão burguesa, o jogo de identidade pós-moderno etc.

Compreendida desta forma, a autorreflexão ou autotematização é uma das dimensões que se destaca como parte do processo de individualização moderna (BURKART, 2006; ROSA, 2018). Segundo Burkart (2006), a democratização e a generalização de tecnologias podem ter favorecido isto, de tal forma que este processo penetrou na sociedade atingindo até mesmo o mundo do trabalho. “Onde alguns veem um aumento na autonomia de decisão, outros se concentram no aumento da importância da intimidade ou da ideia de autorrealização”, afirma Burkart (2006, p. 9). O autor distingue, a este respeito, três dimensões do individualismo e da individualização, processos característicos da modernidade, por meio dos quais as relações interpessoais ou os vínculos tradicionais de comunidade e as estruturas fixas são desfeitos. São eles: (1) a autonomia (autonomia de ação e de autodeterminação através de processos de liberação), (2) a singularidade (peculiaridades individuais através de processos de distinção) e (3) a autorreflexão (através de instituições de autotematização). Com o desfazimento de várias estruturas pré-modernas, os agentes sociais passam a experienciar um aumento do escopo de ação e de tomada de decisão, mas isto repercute na obrigação pela tomada de iniciativas e pela autoafirmação. Este é o prelúdio do sujeito de

desempenho de Han (2015). Ao mesmo tempo, esta liberação reforça a diferenciação de indivíduos e grupos, como, por exemplo, na estrutura de classes, que se torna, pouco a pouco, mais permeável e móvel. “Blocos grandes e homogêneos, como as classes”, diz Burkart (2006, p. 10), “são substituídos por meios (*milieus*), subculturas e grupos de estilos de vida”. O individualismo, como esforço para alcançar distinção e classificação, torna-se mais significativo. As diferenças passam a ser individualizadas e justificadas por razões psicológicas, biológicas ou por estilos de vida. A desigualdade, por sua vez, é, também, individualizada e naturalizada. A distinção se torna mais patente conforme o padrão de vida é maior e conforme o estilo de vida “consumidor” mais claramente se configura em um grupo ou indivíduo. A liberação e a distinção conduzem, então, ao aumento de reflexividade por parte dos agentes sociais e aumentam e intensificam, com isso, a autopercepção dos indivíduos como sujeitos. O “eu” e a identidade passam a se tornar, cada vez mais, temáticos. Em retorno, isto também inclui perguntas sobre a autodeterminação e a singularidade: “como posso garantir a minha autonomia? O que há de especial em mim; eu difiro suficientemente dos outros?” etc. A história de vida se torna, então, um objeto de reflexão e de culto, o que é fundamental para compreender esta linha de subjetivação contemporânea.

Burkart (2006) argumenta, ainda, que a autorreflexão só se torna possível se houver padrões culturais, assegurados institucionalmente, de autotematização e de autoatribuição (*Selbstzuschreibung*). Em suas palavras,

A cultura fornece meios e técnicas para isto [a autorreflexão], a partir de rotinas simples de pensamento reflexivo (centradas na pergunta: quem sou eu?), de padrões narrativos e formas escritas de expressão (diário, carta, blog), certos tópicos como a autodescoberta e a autorrealização e até mesmo arranjos institucionais complexos (BURKART, 2006, p. 11).

As instituições de autotematização são “geradores de biografia”: diários, psicanálise, novas terapias, grupos de autoconhecimento, *talkshows*, confissão etc. Burkart (2006, p. 11) compreende esta cultura de autotematização no contexto de uma “psicologização geral da cultura” que tem seu auge na década de 1960, quando uma cultura de terapia e aconselhamento se estabelece. A conversa terapêutica descortina aspectos ocultos ou até então não reconhecidos da vida interior do agente, tais como os seus afetos, paixões e desejos sexuais, mas cujo modo de colocação é muito diferente da autorreflexão no sentido filosófico-cognitivo.

Considere-se, por exemplo, o modelo da transferência, dentro do qual a conversa aparece como uma relação afetiva.

Nota-se, pois, neste processo de diferenciação e especialização da subjetividade contemporânea, um deslizamento de sentido da reflexão cognitivo-racional (“quem sou eu?”) ou da reflexão moral (“como vivo uma boa vida?”) para reflexões sobre a expressão, os sentimentos e corporeidade ou mesmo sobre o desempenho (BURKART, 2006; HAN, 2015). Surgem, para os agentes, novas preocupações que incluem, com mais vigor, a questão da corporeidade (terapias que envolvem dança, movimento e música) e do bem-estar (onde incluem-se formas diversas de autodescoberta e de autorrealização, como a meditação ou *mindfulness*). Ao mesmo tempo, a conversa terapêutica desempenha o papel de um modelo básico que coloca em cena a relevância da narrativa para a pesquisa social qualitativa, para as teorias narrativas sobre a identidade e a biografia e para a reflexão biográfica e as histórias de vida mesmo na cultura cotidiana. Contudo, a transparência parece se alastrar no tecido social: autoconfissões públicas nos meios de comunicação de massa, em entrevistas, *talk shows*, *reality shows* e na *internet* são cada vez mais comuns dentro do paradigma contemporâneo do “choque da imagem” (VERISSIMO, 2019a). Nos meios de comunicação em massa, diferentemente da terapia e da pesquisa social, trata-se de uma divulgação para uma audiência e, portanto, de estratégias de “destilação” da subjetividade, com certas regras de dramatização e de encenação, em vez de manifestações mais autênticas ou genuínas das emoções. O importante é o que é mostrado para ser consumido pela atenção dispensada pelos telespectadores.

As instituições clássicas de autotematização – a confissão, a psicanálise etc. – parecem estar cedendo lugar, na vida cotidiana, a outras formas de o eu ser, também, um tópico/tema, como, por exemplo, por meio das redes sociais ou *reality shows* de televisão. E isto favorece a sedimentação de um novo sentido para as experiências de si. “Quando pessoas suficientes têm experiência em terapia e em entrevistas, ocorre uma rotinização da autorreflexão”, diz Burkart (2006, p. 11). “Presumivelmente”, escreve o autor, “o repertório padrão de normas de reciprocidade já inclui a norma de autotematização mútua, inclusive de autorrevelação” (BURKART, 2006, p. 13). Fala até mesmo de uma “sociedade da experiência subjetiva” (*Erlebnisgesellschaft*), onde a orientação interior está em primeiro plano, alcançado a esfera do consumo, em que a dimensão psicológica das

vivências ganha relevância (na autoexperiência estética e expressiva). A cultura da autotematização também alcança o mundo do trabalho, onde se encontra uma demanda crescente de autorreflexão e de encontro com o equilíbrio entre autoanálise e autoapresentação. “Estratégias de autoapresentação controlada, por exemplo, em entrevistas de emprego, exigem autorreflexão intensificada” (BURKART, 2006, p. 14). Há um cruzamento de tarefas: cumprir o dever, mas, buscando se apresentar e permanecer autêntico, contribuir para o progresso econômico por meio da autorrealização. Desta forma, o autor julga possível dizer, de maneira semelhante à de Han (2015), que o “novo espírito do capitalismo” corresponde a uma exploração do potencial de autorrealização dos sujeitos, uma psicologização e emocionalização da economia. Em suas palavras, “[...] se você deseja ser autônomo e criativo, se deseja ter sucesso individualmente, precisa dominar as técnicas de autorreflexão, mas também precisa obter ajuda – conselhos, avaliação e, se necessário, terapia” (BURKART, 2006, p. 15). Para tanto, a imposição de padrões de normalidade e a atenção aos desvios é necessária e permite a expansão do aconselhamento para áreas onde a terapia seria considerada uma “doença”. “Na fase atual do capitalismo”, diz Burkart (2006, p. 16), “[...] o autocuidado está frequentemente relacionado com a autogestão econômica enquanto uma autogestão de si”.

7.4 Conclusões parciais

Com base nos temas apresentados neste capítulo, é possível formular a compreensão de que o mundo da vida contemporâneo é marcado por importantes processos de diferenciação e de especialização que nos colocam em contato com tópicos e estilos cognitivos que são os seus produtos. A tecnologia foi tematizada como uma destas modulações fundamentais do mundo da vida não-especializado e não-profissionalizado – analisado de maneira ideal-típica por Gurwitsch e por Schütz – para a compreensão de seu caráter contingente em função das relações do modo de produção capitalista predominante na contemporaneidade. Em outros termos, a relação com a tecnologia modifica a nossa relação com o mundo da vida que é dado com um acento sobre a percepção e as relações perceptivas. Inclusive, nas transições entre a experiência acoplada à tecnologia e a experiência cotidiana,

podem ser notados “choques” e suas respectivas reconfigurações no acento de realidade, na socialidade, na “*attention à la vie*”, etc., do agente. Este primeiro ponto nos abriu a possibilidade de uma investigação de cariz fenomenológico sobre as conexões entre a subjetividade – ou o agente que direciona a sua atenção e as suas ações no mundo da vida – e a economia e os regimes de atenção da modernidade tardia.

Por esta via, talvez possamos concluir que, por um lado, os regimes de atenção favorecem o controle e a definição da atenção do grande contingente populacional por meios externos, representados pelos mais diversos aparatos tecnológicos (TVs, *smartphones*, computadores etc.). Pode-se dizer, em uma interpretação schütziana, que este controle e definição da atenção consistem em relevâncias impostas de origem social cuja pessoalidade está, basicamente, ausente e escondida no funcionamento autônomo e familiar da própria tecnologia. O indivíduo tem, basicamente, a opção de explorar aquilo que lhe está à mão como o “novo seriado”, “o novo produto da moda”, “a interessante vida de tal ou qual famoso” etc. São estes os tópicos que se destacam deste fundo de familiaridade da cultura contemporânea da atenção. E destacam-se com uma variância quantitativa de tamanha magnitude, tanto nos termos de sua multiplicidade quanto nos termos de sua duração, que se torna muito dificultoso para o sujeito adotar uma instância reflexiva distinta frente a esta opacidade. Apelando-se à teoria de Gurwitsch, poder-se-ia dizer que se trata de um contexto em que se favorece a intrusividade da margem e, assim, dificulta a estabilização e formação do tema e sua apreensão em contextos de significação mais amplos, correlativos ao contexto de vida do agente.

Porém, de outro lado, e justamente na linha da reflexividade, os regimes de atenção contemporâneos também contribuem para a formação de sistemas de relevância que delineiam interesses específicos quanto à própria individualidade e subjetividade. Não se trata, apenas, de um contexto externo à subjetividade do agente, mas de um ingrediente essencial de sua maneira de sentir o mundo e de perceber a si mesmo. Neste sentido, os sistemas de relevância da ordem social aparentam, ambigualmente, colocar-se como possibilidades de exploração do próprio ser, de maneira autônoma e livre (HAN, 2015), mas que, de fundo, consistem em relevâncias impostas que reproduzem os esquemas sociais de interpretação por meio dos quais o mundo à nossa volta é compreendido como sempre mais explorável e nós mesmos como sempre aprimoráveis para nos desempenharmos

melhor. Nisto consiste a aparelhagem de nossa cultura, que torna tão natural e rotineira a experiência da aceleração, que se acopla, desta forma, aos horizontes externos de nossas relações com as coisas e com as pessoas de nosso entorno. E, desta forma, a reflexividade se torna, ao mesmo tempo, uma forma de autoexploração contínua e com a finalidade de se adequar aos sistemas de relevância predominantes em seu grupo de referência.

Crary (2001) entende o déficit de atenção como um correlato de uma crise da subjetividade na modernidade tardia e as falhas do sujeito atento permitem desmascarar as tipificações encobertas no anonimato da estrutura da rotina, constituinte do mundo da vida. O diagnóstico de Han (2015) é o de que formas de sofrimento tipicamente contemporâneas, como a depressão, a síndrome de *burnout* e mesmo o TDAH, refletem os imperativos de uma pressão por desempenho. Diagnóstico semelhante é ofertado por Rosa (2018, p. 33), que cita, também, a depressão e o esgotamento como sintomas das “exigências da aceleração impossíveis de serem satisfeitas”. O enquadre fenomenológico, descritivo, destas exigências normativas, contudo, é bastante variada na experiência individual. Conforme a literatura citada até aqui, envolve a percepção de um tempo rápido demais, ou, pelo viés contrário, tedioso; a sensação de estar acelerado; a sensação de estar, pelo contrário, atrasado ou aquém da velocidade do entorno social; a sensação de não ter tempo para nada; a sensação de não estar em acordo com as exigências de produtividade de seu tempo; o correlato medo de perder oportunidades; a compulsão a se adaptar ao mundo do trabalho e da imagem; a obrigação de ser um bom gestor da própria atenção e vontade, dentre tantas outras. No próximo capítulo, estas experiências serão consideradas à luz de uma exploração fenomenológica a respeito de como estas normas sociais são interiorizadas e constituem os próprios processos experienciais e a teorização sobre o TDAH.

8 PARA UMA PSICOPATOLOGIA DAS EXPERIÊNCIAS DE DESENCAIXE ATENCIONAL: NORMALIDADE, OTIMIZAÇÃO E DESSINCRONIZAÇÃO

No capítulo anterior, procuramos compreender alguns dos eixos organizadores da experiência moderna, em especial no que diz respeito aos regimes de atenção e ao processo de aceleração das sociedades pós-industriais. Procuramos, com isso, fornecer o contexto para uma consideração mais aprofundada das experiências de desatenção no cenário contemporâneo, objetivo deste capítulo. De fundamental importância para esta tarefa é a questão sobre a possibilidade de, dado o contexto contemporâneo e seus imperativos, operar-se uma distinção entre as patologias da atenção e desatenção e a otimização ou maximização das capacidades ativas dos agentes sociais (CALIMAN, 2008a). Observa-se, associado a isto, o uso indiscriminado de metilfenidato e o uso de outras drogas cosméticas para a melhoria do desempenho atencional (CALIMAN; DOMITROVIC, 2013; CALIMAN, 2012; 2008a). Estes estimulantes “são drogas que prometem aumentar as capacidades de concentração, de memória e de atenção, necessárias ao desenvolvimento da *performance* produtiva”, diz Caliman (2008a, p. 564), analisando o seu contexto de consumo. Ademais, considerando-se a dificuldade de separar-se, de maneira precisa, indivíduos acometidos por TDAH e “indivíduos normais insatisfeitos com o seu baixo rendimento profissional e acadêmico” (CALIMAN, 2008a, p. 564), estas drogas parecem se aplicar, com alguma eficácia, a ambos os casos.

Estas práticas de desempenho e a própria significação do TDAH estão, portanto, enredadas a um sistema de relevâncias social predominante nas sociedades pós-industriais, como estudamos no capítulo anterior. Conforme Caliman (2008a, p. 565),

O diagnóstico do TDAH se constituiu no cerne de uma sociedade na qual o indivíduo bem-sucedido, produtivo e feliz é o autogestor atento, consciente, racional e prudente. Nesta economia, não há limites para as exigências da atenção e, na busca pela sua maximização, todo indivíduo será um pouco desatento.

A este respeito, autores tão distintos como Crary (2001; 2016), Han (2015), Türcke (2016) e Waldenfels (2010) defendem que o TDAH seja mais do que um mero transtorno biológico ou cerebral e seja muito mais bem entendido como um

transtorno cultural ou social. O que autoriza TÜRCKE (2016), por exemplo, a falar de uma “cultura do déficit de atenção”.

Pode parecer curioso que tantos diagnósticos sociais se encaminhem para a tematização de diagnósticos psicológicos e psiquiátricos. Afinal, em uma concepção segundo a qual a subjetividade está intimamente conectada e integrada aos sistemas sociais, é impossível não pressupor uma correspondência entre as transformações macrossociais ou estruturais e as mudanças no tecido da vida subjetiva, em sua dimensão microscópica. Contudo, a maneira como a subjetividade participa das estruturas sociais e simbólicas não é facilmente formulada, na teoria, através de uma direção direta, como a de um reflexo. Antes, e consistentemente com a teoria sociofenomenológica de SCHÜTZ (2011), os sistemas de relevância estruturantes são apropriados e reconstruídos de maneira muito particular pelos agentes. Existe uma “lógica da tradução”, segundo expressão de ROSA (2018, p. 52), dos imperativos sociais em ingredientes experienciais que precisa ser explicitada a fim de possamos analisar, com maior minúcia, a dinâmica dos encaixes e desencaixes da experiência temporal na modernidade tardia e os seus efeitos sobre a experiência do déficit atencional.

Sendo assim, vamos abordar, em um primeiro momento deste capítulo, a problemática de como as normas, normalmente concebidas como sendo de origem social discursiva, “traduzem-se” como ingredientes da experiência perceptiva e atenta. Para tanto, vamos explorar uma teoria fenomenológica da normalidade e da anormalidade, que servirá de base para as nossas discussões posteriores. Em um segundo momento, vamos abordar a própria constituição da percepção de anormalidade quanto à atenção e ao desempenho, segundo os critérios que são fornecidos pela cultura contemporânea. Em um terceiro e último momento, vamos abordar a psicopatologia da desatenção, por três vieses, conectados por uma orientação fenomenológica. Primeiro, vamos estudar alguns relatos em primeira pessoa de indivíduos com TDAH, conforme coletados e analisados por LADD e CHURCHILL (2012). Segundo, vamos estudar algumas perspectivas sobre o TDAH dentro do cenário da psicopatologia fenomenológica e delimitar aquelas contribuições que são mais relevantes para nosso propósito. Buscamos os elementos que nos permitem afastar de um “‘atencionismo’ tarefista das funções e localizações cerebrais” (CALIMAN, 2008b, p. 643). Por fim, vamos analisar alguns fenômenos de anomalias temporais e de dessincronização que, conforme

entendemos, nos ajudam a entender melhor o que se passa na experiência temporal do agente desatento.

Começamos, assim, pelo estudo das normas na percepção e na atenção a fim de subsidiar o conceito de normalidade utilizado, para, depois, incorporar uma visão em primeira pessoa sobre as experiências relacionadas ao TDAH e, então, estudar os possíveis organizadores psicopatológicos associados a tais experiências.

8.1 As normas na percepção e na atenção

A partir de nossas experiências intersubjetivas de mundo, as nossas experiências subjetivas conformam-se a normas compartilhadas e que nos permitem nos guiar por referenciais comuns dos grupos sociais aos quais pertencemos. “A intersubjetividade [...] constitui uma forma básica de confiança em minhas próprias experiências subjetivas do mundo”, diz Van Duppen (2016, p. 435). Vimos algo a respeito disso nos capítulos anteriores, quando estudamos sobre Schütz. De acordo com este autor, a nossa experiência atencional se orienta pelos sistemas de relevância que compartilhamos socialmente e que são por nós mesmos internalizados. Estas relevâncias nos são dadas, primordialmente, de forma imposta, passiva; e somente então podemos explorar estes direcionamentos de maneira mais própria e criativa. Existem, portanto, duas formas básicas pelas quais a atenção se estrutura, a saber, uma imposta ou normativa e outra voluntária ou criativa (WALDENFELS, 2010). Aquilo que é desconhecido só pode ser conhecido, neste sentido, por meio de referenciais culturais do que é dado como conhecido e como horizonte do que pode ainda ser conhecido. Ao mesmo tempo, o conjunto de interesses sociais permeiam os meus próprios interesses perceptivos e atencionais quanto à exploração que eu posso empreender quanto aos horizontes internos e externos dos tópicos que se me apresentam a partir de meu entorno social. Tudo isto forma um “contexto referencial” (BREYER, 2009) que constitui meu sistema de relevâncias singular e que é de origem social e histórica.

Porém, esta ideia de exploração do mundo à nossa volta parece ter um significado particular no contexto social e histórico das sociedades capitalistas contemporâneas. Em outros termos, as normas que enquadram e direcionam o nosso processo de “exploração” e de conhecimento do mundo apontam para um

determinado ideal. Esta exploração pode ser enfatizada, por exemplo, como em Jean Piaget no sentido do desenvolvimento progressivo e cumulativo da criança quanto a uma maior aquisição de conhecimento sobre o mundo e sobre as suas regras de funcionamento (PIAGET; INHELDER, 1992). Mesmo aí, certamente, a exploração tem o sentido de aprofundar-se nos horizontes internos e externos das coisas, dos tópicos de nosso mundo circundante. Porém, o que define o *optimum* não é, simplesmente, a coisa objetiva, que perfilo e que transcende as minhas adombrações, mas é uma regra que me é colocada de forma intersubjetiva. Neste sentido, explorar é ir cada vez mais a fundo e tirar cada vez mais consequências das coisas de nosso mundo. É aí que têm lugar, por exemplo, a observação da natureza, o uso de instrumentos como o microscópio, o telescópio, as técnicas de imagem cerebral, dentre outros (CRARY, 1992; 2001; LEDER, 1992).

É fundamental, portanto, conduzir uma análise da normatividade da percepção para compreender-se, precisamente, como estas regras de origem social e histórica e imbricadas a valores e juízos (LACEY, 2009) constituem os enquadramentos de nossa atenção, ou seja, os nossos sistemas de relevância. Para tanto, deve partir de uma consideração histórica da constituição das normas e de um ponto de partida que reconheça o entrelaçamento entre experiência e discursividade (WEHRLE, 2015). Em uma abordagem fenomenológica, a objetividade e a identidade são constituídas em processos passivos e ativos da consciência e da subjetividade encarnada (HUSSERL, 1939; 1991; 2008). A experiência pela qual a objetividade e a identidade são constituídas é a “experiência normal” (HUSSERL, 2008). Com isto, pode-se distinguir entre uma experiência normal no sentido de (1) concordância (*Einstimmigkeit*) entre os seus conteúdos ou (2) optimalidade (*Optimalität*). Começemos pelo primeiro critério geral.

De acordo com este critério, concebe-se como normal toda percepção que é concordante com o contexto temporal prévio da experiência subjetiva e com os seus pressupostos implícitos, como, por exemplo, de que o ser e a aparência coincidem. Aqui, “normal” não é o médio ou o estatisticamente mais frequente: “normal é o que contribui para a constituição de sentido e anormal é aquilo que desfaz as treliças de sentido” (HEINÄMAA; TAIPALE, 2019, p. 285). Esta normalidade perceptiva e fundada sobre o funcionamento normal do corpo garante que todas as adombrações, ou percepções parciais, sejam vistas por mim como contínuas e coerentes de um mesmo objeto ao longo do tempo. Quer seja em uma mudança

temporal ou em uma mudança de perspectiva quanto ao objeto, garante-se que as aparências sejam concordantes entre si e que se refiram a um mesmo objeto. A experiência coerente pressupõe a operação da concordância no nível da organização passiva da consciência e é assim definida como um pré-requisito formal da experiência. “Uma experiência é dita normal no sentido da concordância se ela é coerente com outras experiências enquanto mantêm a identidade do objeto experienciado”, conforme Heinämaa e Taipale (2019, p. 289). Trata-se de uma norma autóctone à percepção e à corporeidade. Ela pode ser, inclusive, identificada em casos como a “cegueira atencional” (*inattentional blindness*) e a “cegueira de mudanças” (*change blindness*) (WEHRLE, 2015, p. 131). Nas palavras de Wehrle (2015, p. 132), “a concordância é [...] necessária para garantir uma maneira estável de ser-no-mundo, por um lado, e o estabelecimento de um ambiente familiar, um mundo da vida [...], por outro”.

Ora, cada mundo da vida é um ambiente ou um meio concreto no interior do qual as pessoas vivem, trabalham e jogam ou brincam, enfim, onde desenvolvem as suas mais diversas atividades. Em uma linguagem heideggeriana, é possível dizer que, neste ambiente, os entes vêm ao encontro e se mostram para nós, em cada caso. O mundo da vida é, neste sentido, uma totalidade de entidades relevantes para um dado projeto de vida, que, aliás, só ganha sentido no interior de um amplo escopo histórico e social. Para Haugeland (2013), aquilo que vem primeiro a nosso encontro no mundo da vida é a “parafernália” referente ao mundo cotidiano do trabalho e do jogo e que ganha relevância a partir de nosso projeto vital e que vêm primeiro e mais imediatamente ao nosso encontro na vida cotidiana. O modo de acesso primário a esta parafernália não é a evidência empírica – não é o conhecimento de suas propriedades e qualidades através da observação –, mas o seu uso prático e a finalidade de uso de cada ente. Com a parafernália, nós nos relacionamentos em termos de “transações” (*Umgang*). Obviamente, isto envolve a percepção, mas em uma forma de abertura que é chamada por Heidegger (1927/2012) de “circunvisão” (*Umsicht*). Nela, o sentido prático de cada objeto aparece diretamente no campo de consideração do indivíduo. Trata-se de uma preocupação não-focal com a situação prática, de um perguntar-se pelo que se passa e pela forma de lidar com ela. Tome-se como exemplo o teclado do piano. Ele não está no foco do pianista. Como um ente, ou como um tópico na mão, ele “está no caminho” da atividade do pianista que é tocar, digamos, a 7ª Sinfonia de

Beethoven. Prestar atenção no teclado interferirá na atividade e quebrará a sua estrutura unitária e global de sentido. Deste ponto de vista, é correto afirmar que equipamento “desaparece” da percepção explícita quando está servindo a uma atividade. O equipamento possui atribuições e papeis que ganham relevância no contexto de uma atividade, que, por sua vez, ganha sentido no interior de um projeto de vida: eles são apropriados para algo, pertencem a uma ocupação.

A percepção de uma experiência anormal, por sua vez, ocorre dentro do curso habitual-concordante de experiência, porém como uma modificação. Neste sentido, a anormalidade só pode ser reconhecida em referência ao quadro geral da experiência normal. O anormal diz respeito a um desvio quanto a um sistema de aparências que é tomado por adequado ou coerente em meu fluxo de consciência. Por exemplo, se estou em um teatro escuro, assistindo uma peça, e as luzes são, abruptamente, acesas, eu não vejo nada em um primeiro momento. Esta experiência é “anormal” com referência ao fluxo temporal concordante de experiências anteriores. Ou, ainda, em uma troca de óculos de grau com a de um amigo, que usa lentes diferentes das minhas, tenho, também, uma experiência de “choque” que exige uma reorganização do fluxo de percepções. Ou seja, tomados dois sistemas de aparências distintos, um no momento A’ e outro no momento A’’, que não são coerentes entre si, há, para mim, sujeito da experiência, uma quebra na coerência e harmonia das aparências. Com isto, por um momento, eu falho em dar sentido ao ambiente. A anormalidade é o desvio da normalidade, requisito da experiência concordante. Eu não terei a mesma experiência de uma superfície lisa, por exemplo, se eu a tocar com o meu dedo queimado.

Uma pessoa com um sistema corporal diferente também pode possuir uma concordância no nível individual e contar com uma série de coisas como seus equipamentos ou “tópicos na mão”. Entretanto, esta concordância não necessariamente possui validade no nível intersubjetivo ou de acordo com a “optimalidade”. A experiência do cego, por exemplo, desvia, de maneira consistente, com o mundo “provado” da experiência de outrem sem a mesma condição e, por conseguinte, inaugura outro mundo da vida, outra forma de ser-no-mundo. A normalidade pode ser concebida, deste ponto de vista, (a) segundo a escala de uma percepção ótima do mundo ou (b) como concordância intersubjetiva. Os dois critérios são fundamentais para a teoria de Husserl, segundo Wehrle (2015). De acordo com o primeiro critério, “[...] uma experiência é dita normal no sentido da

optimalidade se ela contribui para a riqueza e a diferenciação da experiência com respeito ao objeto intencionado” (HEINÄMAA; TAPALE, 2019, p. 289). Segundo Wehrle (2015), imagina-se, por exemplo, que, no momento, em que uma população de pessoas cegas a cores encontrarem um grupo de pessoas que enxergam as cores, eles reconheceriam que a percepção com cores seria mais adequada a uma percepção verdadeira e diferenciada do mundo. Isso porque, para Husserl, a percepção tenderia a um *optimum* geral, um objetivo normativo de uma percepção adequada (HEINÄMAA; TAPALE, 2019; WEHRLE, 2015). Isso pressuporia uma constituição corpórea normal ou mais adequada. Husserl chega a falar de um “optimum biofísico” e de uma “teleologia orgânica” (*apud* WEHRLE, 2015, p. 132).

É importante distinguir esta noção de *optimum* ideal de Husserl e a noção de uma norma intersubjetiva que pode se entrelaçar à percepção (WEHRLE, 2015). Segundo a primeira ideia, o *optimum* é o ideal de uma percepção adequada. Isso exige condições subjetivas ou circunstâncias objetivas que permitam a percepção mais diferenciada e compreensiva – portanto, “melhor” – de um objeto. Esta seria a meta intencional de toda percepção, segundo esta teoria. O que determina a optimalidade é o próprio objeto intencional. Este conceito de normalidade fornece critérios para capturar o sentido normativo da normalidade implícito tanto no senso-comum quanto no discurso científico. Isso porque a optimalidade coloca a relação de qualquer aparência com um mundo (possível) mais claro e distinto. É a partir deste critério que, por exemplo, o mundo sem óculos de uma pessoa com miopia pode ser avaliado como “confuso” e o mundo com os óculos corretos mais claro e distinto. Ainda, em casos de transplantes, para pessoas cegas ou surdas de nascença, o campo perceptivo é enriquecido como novos tipos estranhos de elementos e de relações, e as reações emocionais a estas novidades podem ser muito variadas (alegria ou terror, por exemplo). Segundo Heinämaa e Tapale (2019, p. 291),

A integração destas [novas aparências] e o estabelecimento de uma nova coerência demanda reorganização com o todo do campo perceptivo e as suas diferentes modalidades: visuais, auditivas, táteis e cinestésicas.

Segundo Wehrle (2015), a concepção de optimalidade em Husserl parece estar associada à sua crença na capacidade humana de orientar-se pela razão e no progresso, mesmo através da tecnologia. E este conceito parece ter sido importante para Husserl julgar a diferença entre a percepção normal e a anormal. Para Wehrle

(2015), o ideal objetivo possui uma relatividade fenomenológica, em nível individual ou grupal, que deve ser considerada mais de perto. Segundo ela, o “melhor” quanto à percepção de um objeto pode variar tanto no que diz respeito a interesses particulares quanto no que diz respeito a preocupações práticas comuns. Nas palavras da autora,

Na experiência individual, este aspecto da optimalidade se expressa mais comumente na forma de um *optimum* relativo, relativo com respeito às ações atuais do sujeito, a seus interesses ou a seu estilo habitual de experiência. Os *optima* relativos em um nível intersubjetivo também se baseiam em interesses e metas de ação comuns, por um lado, e em um estilo culturalmente formatado de experiência, por outro (WEHRLE, 2015, p. 134).

Assim, por exemplo, a percepção de uma casa pode variar de acordo as normas associadas ao percipiente: se ele é um arquiteto ou um matemático, se ele pertence a uma cultura tal ou qual etc. Ou seja, o *optimum* da experiência varia de acordo com os sistemas de relevância predominantes em um dado momento da vida de uma pessoa ou de acordo com os sistemas de relevância dominantes em uma cultura e sociedade. Em consonância com este ponto de vista, a teoria das relevâncias de Schütz permite demonstrar a relatividade sistêmica destes estilos de experiência.

O fundo histórico e cultural que formata a matriz da experiência subjetiva influencia tanto a meta da percepção, seu *optimum*, quanto, também, as condições e motivações para a sua exploração. Isso implica reconhecer que há uma conexão profunda entre a percepção individual e os horizontes experienciais relativos ao contexto social e histórico ao qual pertence o agente. E isto implica que, em sua experiência, normalidade e normas estão entrelaçadas, ou, nas palavras de Wehrle (2015, p. 135), “os horizontes intersubjetivos da normalidade contêm normas culturais específicas que, por sua vez, geram expectativas específicas na percepção”. Estas normas intersubjetivas permitem garantir a evidência de que a percepção de Pedro e a de Paulo, comunicadas através de determinados esquemas expressivos, referem-se ao mesmo mundo. Por trás do véu dos *optima* ideais, escondem-se, portanto, *optima* ou normas relativos à cultura, mas que se tornaram tão naturais e incorporados que passam a constituir o mundo da rotina, no sentido de Schütz (2011), aparecendo, portanto, como reificados e anonimamente impostos.

Isso significa que as normas intersubjetivas são incorporadas por nós e, ao sê-lo, compõem a nossa forma típica de perceber o mundo, o que abrange “habilidades corporais, habitualidades e a história experiencial do sujeito” (WEHRLE, 2015, p. 136), de maneira concordante ao que diz Schütz (2011) sobre os sistemas de relevância. A organização de nossa forma de percepção e sentir o mundo, neste sentido, não é neutra e a sua seletividade demonstra possuir um profundo enraizamento social e histórico. O estilo individual de nossa experiência e das seleções operadas experiencialmente, de tal forma que nos atentamos àquilo que é mais relevante em cada situação, repousa em um “estilo cultural global” (WEHRLE, 2015, p. 136). Desta forma, as normas dominantes de nossa vida cotidiana influenciam implicitamente a normalidade perceptiva, ou seja, aquilo que percebemos como concordante ou discordante e se a nossa experiência é vivida como ótima ou deficiente com relação às nossas ações. “As normas estão tão profundamente inscritas enquanto hábitos em nossa experiência corporal”, diz Werhle (2015, p. 137), “que algo novo, inesperado ou não-familiar é, de fato, sentido como estranho ou anormal por nós”. Ora, a norma constitui e, ao mesmo tempo, se mistura com a familiaridade habitual de nossa vida com o mundo, outorgando à nossa maneira de ver as coisas uma transparência inquestionada.

Mas, o que é mais importante neste aspecto é que o que garante a continuidade da experiência, em termos de sua concordância e optimalidade, é que o agente – enquanto sujeito encarnado – “deve estar constantemente sincronizado com o mundo através das interações” (WEHRLE, 2015, p. 137). Em outros termos, a continuidade da relação adequada com a minha própria experiência e com a experiência dos outros envolve a integração de contextos temporais e espaciais próprios e culturais e históricos. A normalidade é um processo contínuo de criar e estabilizar a concordância experiencial, mas, como tal, ela é frágil, pois está aberta a “rupturas” e a “quebras” (WEHRLE; 2015; FUCHS, 2010a). É isto o que permite que participemos dos contextos de sentido compartilhados da cultura e da sociedade e que elaborem as nossas narrativas particulares em torno de nossas próprias experiências (FUCHS, 2013b).

A partir disto, como compreender as possibilidades de sincronização do agente com um mundo social que coloca densas expectativas quanto à maximização da produção e da exploração das coisas e de si mesmo como um sujeito produtivo?

8.2 A percepção diferencial do próprio desempenho

A forma tardo-moderna de atenção a si talvez possa ser interpretada como uma modificação da experiência pré-reflexiva, que é mais primordial no sentido de Sartre (1936/2015) e de Gurwitsch (1941/2009e). É a partir desta atenção que se destacam minhas próprias atitudes e qualidades (enquanto Eu empírico); e é também a partir dela que posso avaliar a minha própria experiência, objetivada, e interpretá-la, no sentido de Schütz (1932/2018; 2011). Pois é por meio da visada reflexiva que a minha própria experiência se destaca como correlato posicional, ou seja, como objeto. E, neste caso, mesmo a minha atenção pode ser objetificada e se tornar um objeto de consideração. Mas, como o meu estoque de conhecimentos, que permite a interpretação de qualquer tópico que desponte em meu campo de consciência, é, também, de origem social, deve-se considerar que a aplicação recursiva das habitualidades sedimentadas envolve as tipificações de origem social. A partir daí a atenção deixa de operar como uma modulação da experiência subjetiva, nas realizações da consciência intencional⁸⁰, e pode passar a ser considerada como uma função psicológica cujo desempenho é deficitário, médio ou superavitário. O que a pesquisa fenomenológica nos ajuda a enxergar, a este respeito, é que a estabilização e fixação da experiência subjetiva em termos de “déficit de atenção” exige a mobilização de determinados recursos conceituais que modificam, em segundo grau, a experiência do agente e edificam sobre ela um conjunto novo de referenciais. Por esta razão, é possível afirmar que, em certo sentido, a experiência do déficit de atenção não é, simplesmente, a deficiência da experiência atenta descrita fenomenologicamente, tal como foi apresentada nos capítulos anteriores, embora esteja também ancorada em uma modulação desta experiência e, para dar conta destas modulações, seja exigida, também, uma “fenomenologia da interrupção” (HAUGELAND, 2013). Isso porque, ancorada em valores sociais, a experiência do déficit atencional envolve, também, uma experiência teórica e teorizante, vista por um observador externo ou pelo próprio sujeito que se julga deficitário ou aperfeiçoável, portanto, como objeto manuseável.

⁸⁰ Este assunto foi abordado no capítulo 2.

Vejamos mais de perto como estes valores, imbricados à autointerpretação do agente, podem conduzir à percepção de si como deficitário.

A este respeito, parece-nos importante a retomada proposta por Zahavi (2015, p. 150) de uma formulação de Husserl (1973b, p. 62-63) sobre a objetivação do corpo próprio e imanente (*Leib*) enquanto corpo fisionômico e transcendente (*Körper*). Segundo Husserl, o meu corpo é objetivado por intermédio da percepção que outro sujeito tem de meu corpo, uma percepção que, aliás, pode ser superior e mais ampla do que a minha própria, por exemplo, ao poder enxergar a minha nuca ou os meus próprios olhos (HUSSERL, 1986a). Apropriando-me desta perspectiva transcendente é que posso formular uma apreensão objetivante e abstrata de meu próprio corpo – enquanto um objeto dentre outros, parte do mundo e de suas relações causais. Uma consequência importante desta formulação, segundo nos parece, consiste em que, deste ponto de vista, é impossível separar a objetivação das práticas sociais que exerço em relações face a face. Por um lado, esta formulação somente é possível por meio de uma relação com o outro, assim me permitindo uma apreensão de mim por meio da transcendência. É um contexto relacional primordial para este tipo de apreensão que opero sobre mim. Por outro lado, este tipo de apreensão objetivante e abstrata me é comunicado e transmitido culturalmente por meio de uma relação com meus predecessores e contemporâneos que já operaram este tipo de apreensão sobre eles próprios. Neste sentido, objetivações mais complexas por meio das quais o meu próprio comportar-se pode ser apreendido como “anormal” ou “errado” derivam desta relação com a alteridade (MERLEAU-PONTY, 1945/2006) e pressupõem a sedimentação de sentidos histórica e socialmente compartilhados dentro de um determinado grupo social.

É mais ou menos semelhante à experiência que Schütz descreve em seus ensaios que têm por tema a aculturação de um indivíduo estranho a um grupo ou um indivíduo que se estranha de um grupo ao qual pertencia, mas do qual se afastou por um determinado período. Esta experiência de estranhamento se refere à diferença dos estoques de conhecimento particular e social, ou seja, dos sistemas de relevância. Aquilo que é relevante para mim não é, necessariamente, para o outro. Embora partindo de referenciais distintos da fenomenologia, Goffman (1998), em seu estudo sobre o estigma, destaca que um indivíduo pode ser estigmatizado em razão de atributos discriminatórios, geralmente negativos, que são salientados por membros de seu grupo em razão das “expectativas normativas” que constituem

a sua percepção. Constitui-se, portanto, uma “linguagem de relações” em que “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem [...]” (GOFFMAN, 1988, p. 13). A partir de traços identificáveis de natureza física, psicológica ou sociocultural, algumas pessoas são julgadas “fora da norma” e criam-se, a seu respeito, relações de tratamento desigual e de exclusão. O estigma se aplica a traços físicos, como deficiências; morais ou de caráter, como a homossexualidade ou diversos transtornos mentais; e socioculturais, como o pertencimento a uma minoria étnico-racial. Ora, na linguagem aqui adotada, trata-se de todo um sistema de relevâncias compartilhado que se aplica ao tratamento dado entre os indivíduos de um mesmo grupo social e que constitui tipificações sobre estas pessoas, na formação de estereótipos, e atitudes cognitivas e afetivas sobre elas, no preconceito (JODELET, 2001).

Importa destacar, também, o dinamismo do estranhamento no que é chamado de “autoestigma” (LÓPEZ et al., 2008; VIEIRA et al. 2018). Neste processo, as pessoas que são estigmatizadas passam a manifestar atitudes que se assemelham à da população geral e assumem os estereótipos negativos que são aplicados a elas próprias. As tipificações ou esquemas de interpretação do grupo geral são interiorizadas pelos indivíduos em seu processo de socialização, em que se forma o seu próprio autoconceito, de tal forma que o indivíduo passa a se interpretar tal como os outros o interpretam (CONTRERAS-PULIDO; MARTIN-PENA; AGUADED, 2015). Ora, a percepção de uma “diferença” ou de “déficit” em si mesmo, com as suas penosas experiências emocionais, advém desta aplicação recursiva do estoque de conhecimento de origem social. Conforme Johnstone e Boyle (2018, p. 6):

Ao dar sentido a nossas experiências de angústia [*distress*], nós somos convidados a comparar nós mesmos contra os discursos sociais dominantes, o que resulta em vergonha social quando nós falhamos em alcançar estes ideais. Nós também podemos nos deparar com narrativas diagnósticas de diferença e de déficit individual.

Os efeitos de qualquer diagnóstico sobre o paciente devem ser, portanto, considerados no interior deste processo (SILVA; BRANDALISE, 2008). Desta forma, a autointerpretação – ou “identidade” – do sujeito deve ser considerada com relação à matriz de pensamento social e de suas normas do que é aceitável e desejável (GOFFMAN, 1998; 2002) e, também, em relação às capacidades reflexivas e de

ação dos sujeitos em sua constante negociação com o seu entorno social (COSTALAT-FOUNEAU, 2008).

Não devemos ignorar que a própria atenção do psicólogo ou do psiquiatra é emoldurada por um sistema de relevâncias particular que se origina de seu sistema teórico, circunscrito social e historicamente (TEO, 1999). Sendo assim, aquilo que se destaca para ele como relevante, como tópico de sua atenção, tanto em âmbito teórico quanto em âmbito prático, depende deste contexto de princípios teóricos e de regras práticas. O destaque de algo como “disfunção” ou como “déficit” participa desta matriz disciplinar. Os limites daquilo que se encaixa ou deixa de se encaixar dentro da consideração da disfuncionalidade ou do déficit dependerão, portanto, das “isoípsas” de relevância particulares a este contexto. Em outros termos, é possível considerar a própria maneira de pensar da terapêutica psicológica e psiquiátrica como associadas aos processos de modernização, estudados no capítulo anterior. Os sistemas de relevância do qual participa o psicólogo, enquanto observador externo, também estão assentados sobre os sistemas de relevância social – das tipificações, dos valores, conceitos e discursos – das sociedades ocidentais modernas.

As referências indicativas à intersubjetividade – às tipificações sociais, às relações sociais e aos vínculos afetivos – demonstram ser fundamentais para a compreensão das autointerpretações do agente, sobretudo se o que está em questão é um processo de estigmatização ou de orientação subjetiva pelo que é socialmente aprovado como normal-típico. Normalmente, para garantir a coerência da experiência, as tipificações oriundas dos sistemas de relevância social são assumidas como óbvias, familiares, e, portanto, normalizadas pelo agente. Acreditamos que tanto a percepção de si enquanto “deficitário” atencional quanto no caso da busca por otimizar a si mesmo no que tange à atenção podem ser casos deste processo, posto que participam de um sistema de relevâncias predominante nas sociedades pós-industriais em que a própria corporeidade entra, neste caso, como item explorável e de rendimentos maximizáveis, inclusive dentro de expectativas que parecem ir contra pressupostos de outras ordens de realidade – e, por isto, parecem absurdas – como, por exemplo, a de eliminar a experiência do sono, tão bem estudada por Crary (2016). A autorreflexividade está correlacionada, como vimos, no capítulo anterior, a processos sistêmicos da cultura da imagem e do rendimento. Os seus imperativos são incorporados e assumidos como óbvios pelos

agentes, os quais, contudo, parecem apresentar uma resistência própria, enraizada em sua corporeidade, que, à sua revelia, não os permitem serem fontes inesgotáveis de rendimento e, por isto, esgotam-se como na “síndrome de *burnout*” (HAN, 2015; TÜRCKE, 2016). Porém, como ainda veremos na sequência, talvez as experiências de desencaixe e de ruptura na coerência experiencial possam ser tematizadas de maneira diferente para cada caso.

8.3 Da psicopatologia da desatenção à psicopatologia dos desencaixes temporais e atencionais

A psicopatologia fenomenológica, apesar de colocar-se criticamente aos conceitos padronizados de normalidade, pressupõe, também, um conceito normativo de saúde e de doença, sem o qual uma psicopatologia jamais poderia operar. Nesta abordagem metodológica, pode-se seguir uma via pela descrição das rupturas da existência ou mesmo uma via de análise das formas particulares típicas e individuais de existência e de experiência, guiada por uma descrição das estruturas gerais do ser-no-mundo (TÖPFER, 2013). A psicopatologia fenomenológica fornece, portanto, “organizadores psicopatológicos”, ou seja, conceitos que “conectam características singulares” e, assim, ajudam a “definir os transtornos mentais sobre a base de suas características estruturais experienciais, conectando fenômenos aparentemente desconexos” (FUCHS, 2010a, p. 248-249). Ou, conforme Hainämaa e Taipale (2019, p. 291-292),

Com os seus métodos em primeira pessoa de variação, desconstrução, construção, interpretação e clarificação hermenêutica, a fenomenologia oferece informação crucial sobre as maneiras pelas quais as pessoas que sofrem de transtornos mentais experienciam o mundo e sobre as estruturas de sua experiência – informação que permanece inacessível desde uma perspectiva em terceira pessoa.

Dado isto, é importante considerar a relação entre a posição da psicopatologia fenomenológica e a preponderância de uma perspectiva neuropsicológica (“em terceira pessoa”) nos estudos sobre a atenção. Aqui, é importante determo-nos sobre os fundamentos epistemológicos desta questão. Parece-nos correto afirmar que, neste terreno, iludimo-nos sempre que acreditamos ter resolvido a questão da autoexperiência e da autodeterminação humanas

atribuindo ao cérebro um papel que solucionaria a maior parte dos problemas associados ao uso de uma linguagem que designa estados subjetivos. Esta é uma pretensão bastante frequente nos estudos sobre a atenção e, em particular, sobre o TDAH. Acontece que este papel atribuído ao cérebro corresponde a características que dizem respeito à pessoa e que, não fosse a referência ao cérebro, seriam julgadas subjetivas e, portanto, desprovidas de evidência (TÖPFER, 2013; FUCHS, 2018). Porém, fazendo-o desta forma, as características subjetivas e pessoais, associadas à agência e à autoconsciência, são apenas colocadas em outro plano, supostamente mais “material”, porém, em última instância, apenas mais teórico e condizente com algumas das expectativas da comunidade de pesquisadores da área (em uma linguagem especializada). Longe de dizer que as experiências de TDAH não estão ou não podem estar correlacionadas a fenômenos neurobiológicos, apenas afirmamos que, já que a substituição da descrição das experiências subjetivas por estados neuroquímicos do cérebro não passa de um erro de categorias (FUCHS, 2018), o estudo destas experiências tem sua própria legitimidade e fornece um rico campo de exploração para as descrições fenomenológicas. É somente ao estudo destas experiências que nos dedicamos aqui, suspendendo qualquer preocupação, neste momento, sobre as correlações entre estas descrições e os fenômenos neurobiológicos, analisáveis no nível das disfunções “moleculares” e a partir de métodos experimentais.

Começemos pelo estudo da experiência em primeira pessoa.

8.3.1 A autoexperiência dos indivíduos com TDAH

Um dos problemas fundamentais com os quais se depara o psicólogo de orientação fenomenológica na questão de uma compreensão do TDAH é que as interpretações de algumas variações do comportamento atencional como “disfuncionais” ou “deficitárias” não ficam restritas ao grupo dos especialistas e cientistas. Antes, elas compõem, também, as autointerpretações dos próprios agentes em sua vida diária e determinam sua maneira de ver o mundo, de verem a si mesmos e de elaborarem os seus planos e projetos de vida. O estudo de Ladd e Churchill (2012), baseado em relatos de crianças, adolescentes e adultos diagnosticados com TDAH, informa-nos com uma perspectiva em primeira pessoa sobre o assunto. Os relatos obtidos e comunicados neste estudo podem ser

analisados como, ao mesmo tempo, tipificações particulares de determinadas experiências vividas por estas pessoas e como entrelaçadas a tipificações mais gerais e compartilhadas com outros de sua cultura e sociedade. Com efeito, este cruzamento de tipificações fica bastante evidente na questão da autointerpretação destes sujeitos como “anormais”. Vejamos mais de perto as considerações deste estudo.

Os autores destacam que os sujeitos qualificavam a sua própria dificuldade, predominantemente, como “alguma forma de condição física” (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 37). Acreditavam que a “desorganização, a pressão de outrem e as diferenças biológicas faziam deles *inquietos*” (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 37, *itálicos dos autores*). Os indivíduos classificavam a sua experiência como “diferente”. “Eles sentiam aquela inquietude somada a juízos negativos deles enquanto diferentes, desorganizados e não cooperativos” (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 37). Por sua vez, “reagiam a estes juízos negativos com sentimento de culpa, constrangimento, ressentimento ou raiva” (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 37). Ademais, a “*perda de foco* através da distração foi uma das principais razões pelas quais os clientes acreditavam ser percebidos de maneira diferente” (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 37, *itálicos dos autores*). Ladd e Churchill (2012, p. 37) falam até mesmo do relato de estes clientes perceberem-se como “supersensitivos” a uma ampla esfera de sensações de seu entorno. A este respeito, pode-se compreender, de fato, que a maneira de as coisas se colocarem para estes sujeitos é diferente, sobretudo no que diz respeito à esfera passiva das pré-doações, na qual se colocam as saliências primeiras da experiência subjetiva. Algumas coisas se destacam com maior “poder” sobre eles, que podem ser “atacados” por elas com maior ímpeto e mesmo se desorganizar com esta intrusão.

Ademais, Ladd e Churchill (2012) comentam que a percepção de falta de controle é mais comum dentre observadores externos do que dentre os próprios clientes. As tipificações de hiperatividade, de preguiça, de problemas de controle do impulso e de mudanças rápidas de humor derivam, em sua maior parte, desta percepção. Segundo os clientes, as dificuldades com o controle costumavam ser geradas em razão das interpretações equivocadas dos outros de suas dificuldades em organizar e focar. As “pressões” derivadas dos juízos externos foram consideradas pelos clientes como um fator importante para comportamentos que se encaixam nestas interpretações alheias. Mas, o organizador interno destes

comportamentos é, para eles, muito diferente, centrado no foco e na organização. “A dificuldade em organizar-se, a perda de foco, ou ser julgado como tendo problemas de controle estavam todos imbuídos com a emoção”, esclarecem Ladd e Churchill (2012, p. 38). Os equívocos de interpretação dos clientes que apresentam estes sintomas conduzem a uma espécie de ciclo no qual as dificuldades aumentam e a autoestima e a autoconfiança diminuem.

Ladd e Churchill (2012) apontam, ainda, que os clientes apresentavam uma dificuldade quanto à transição de tarefas. Passar de uma tarefa a outra era, para eles, uma experiência de muita ansiedade e dificuldade. Desta forma, eles tendiam a “hiperfocar” em uma só coisa, o que lhes era, geralmente, mais confortável. “Eles achavam mais fácil hiperfocar do que fazer várias coisas em um curto período (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 38). No geral, o tempo insuficiente para o cliente completar diversas tarefas de seu dia a dia é fator destacado pelos autores como contribuindo para a inquietude, sem, com isso, indicar qualquer problema de ansiedade mais grave. Neste sentido, Ladd e Churchill (2012) falam da quantidade de “expectativa de tempo” que é colocada sobre estes clientes, que pode ultrapassar consideravelmente as suas capacidades, e falam, também, da flexibilidade de respeito às diferenças individuais. Rotinas fixas, prazos curtos e impostos, grande quantidade de tarefas e de informações, tudo isto era vivido por estes clientes como relevâncias impostas sobre as quais não tinham nenhum controle e que lhes colocavam sérias dificuldades. Estas diferenças dizem respeito, precisamente, a maneira como estes clientes habitam o tempo.

Embora se destaquem destes relatos e análises as categorias de foco e desorganização, bastante centradas em fatores genéticos ou biológicos, também se dá destaque para o fato de que “a experiência concreta do TDAH é muito mais social do que biológica” (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 49). Parte-se, é claro, desta dicotomia, mas também para permitir uma investigação cuidadosa sobre a desorganização de uma experiência subjetiva cuja estrutura temporal parece indicar uma variação significativa da norma. A coerência da experiência subjetiva destes indivíduos talvez apresente algum indício de “anormalidade”, no sentido estudado acima. Porém, o que é mais relevante é que sobre esta coerência se misturam, também, normas de origem social. Estamos diante de sistemas de relevância sociais e culturais para os quais está no centro a aceleração temporal e, por conseguinte, a dessincronização. Nas palavras dos próprios autores,

Em um mundo acelerado de expectativas aceleradas, de horários agendados e desempenhos de tempo, os profissionais da saúde mental podem estar em uma posição de desacelerar o ritmo para clientes com um padrão de TDAH e reconhecer que uma sociedade acelerada faz as transições para os clientes que experienciam o TDAH ainda mais difíceis e devastadoras (LADD; CHURCHILL, 2012, p. 50).

Em outros termos, como veremos melhor mais abaixo, embora seja possível e de fundamental importância o desenvolvimento de uma fenomenologia da desatenção, é tão fundamental quanto ela uma fenomenologia dos desencaixes temporais produzidos pelo capitalismo da modernidade tardia. A sobreposição destes sistemas de relevância deixa indiscernível quando se trata de uma “ruptura” do processo constitutivo da atenção e quando se trata de um “desencaixe” o ritmo subjetivo e objetivamente imposto por nossa sociedade. Antes de passarmos para este ponto, vamos analisar mais de perto as contribuições da psicopatologia de orientação fenomenológica para a compreensão da desatenção.

8.3.2 Da psicopatologia do TDAH à psicopatologia fenomenológica

Segundo Hughes (2019, p. 445), “a atenção e a concentração são afetadas por uma enorme variedade de transtornos”. O autor se vale de uma fenomenologia da atenção baseada nas ideias de distração, de atenção e desatenção, de concentração e de flexibilidade cognitiva para cobrir a sintomatologia de transtornos tão diferentes como a epilepsia, a demência, a mania, a esquizofrenia, a depressão, a ansiedade generalizada, o transtorno de pânico, os transtornos fóbicos, o transtorno do estresse pós-traumático, dentre outros. Apenas poucos parágrafos de seu artigo se referem ao TDAH ou às “desordens hiperkinéticas”. Retomando a definição da CID-10, o autor sublinha a “quebra prematura de tarefas” que é assignada aos indivíduos acometidos pelo transtorno, mas não se aprofunda no assunto. Não há uma compreensão da atenção a não ser como signo de outra coisa. No caso, o autor fala da contribuição da fenomenologia da atenção para uma “transnosografia” (HUGHES, 2019, p. 448). De fato, os motivos ou causas por meio das quais pode-se identificar, clinicamente, uma alteração da atenção são muito variados. À fenomenologia correlata a tal visão cabe apenas um papel muito restrito, mesmo que o autor faça referências ao “ser-no-mundo”. Uma fenomenologia da atenção, tal como empregada por Hughes (2019), é apenas uma semiologia, uma

propedêutica à prática clínica psiquiátrica, à qual, por sua vez, caberia reunir os sintomas em um quadro compreensivo para construir um diagnóstico.

Em sua análise sobre a distração infantil, Ceron-Litvoc (2012) parte de um lugar semelhante ao de Hughes (2019). Ela objetiva uma compreensão do sintoma da “distração” por meio da distinção de Ribot entre o “distraído-dissolvido” e o “distraído-absorvido”. Para tanto, compreende a atenção como uma forma de abertura estável ao mundo, com o qual o sujeito mantém um contato vital. De um lado, o distraído-dissolvido descreve uma forma de atenção em que não há “presença” da criança em suas divagações; há uma “falta de intencionalidade” (CERON-LITVOC, 2012, p. 152) correlativa a uma “realidade fragmentada” em que a “consciência não assume forma”. Entende-se, de fato, que se trata de uma experiência constituída sem a coerência temporal que permitiria a estabilização de um tema no campo de consciência. Segundo Ceron-Litvoc (2012, p. 153), “o distraído não conseguirá remontá-la [uma história contada], porque ele não consegue remontar a linha temporal dos fatos”. Este é o caso de uma criança, curiosamente, sem história. De outro lado, a criança distraída-absorvida está direcionada para um mundo subjetivo e desconectado do mundo “externo”. “O seu pensar”, diz Ceron-Litvoc (2012, p. 153), “está focado em questões que são para ela essenciais”. Aqui, o tempo interno da criança continua a se desenrolar e constituir-se de maneira ininterrupta, embora direcionada para outro lugar.

A formulação desta autora é bastante interessante e, ao mesmo tempo, curiosa. As suas interrogações levam-na a algumas questões fundamentais da fenomenologia da distração, mas, talvez, a ausência de uma terminologia bem fundamentada nos estudos fenomenológicos da atenção conduz, por outro lado, a algumas aporias conceituais. Por exemplo, pode um sujeito “perder a intencionalidade”? É uma maneira curiosa de formular a questão que se quer responder. A intencionalidade que “falta” no caso do “distraído-dissolvido” é a intencionalidade que posiciona os objetos, tética, mas deduzir disto que não há intencionalidade e não há “presença” é uma forma, talvez, muito drástica de abordar a resposta. Uma abordagem sobre as sínteses temporais passivas da constituição de sentido poderia complementar estas análises de forma bastante rica. A teoria de Schütz (1962a) sobre as províncias finita de significado também poderia demonstrar que a criança “distraída-absorvida” pode bem direcionar-se a outras esferas de realidade que não uma realidade única e correlativa ao significado de “mundo

externo”. Além disso, a autora também traz uma contribuição importante ao dizer que a criança, ao longo de desenvolvimento, adquire a possibilidade de parear o tempo cronológico e o que chama de “tempo/desempenho” (CERON-LITVOC, 2012, p. 155). Contudo, a autora não mostra como estas temporalidades estão imbricadas com a temporalidade intersubjetiva e como as categorias do tempo intersubjetivo se impõem sobre o agente e podem até mesmo criar-lhe “embaraços”.

Em um estudo sobre a teoria do TDAH, Maiese (2012) destaca que há dois modelos predominantes nas teorizações sobre a etiologia e o quadro sintômico do transtorno. De um lado, situa-se o modelo de Barkley (1997), centrado na hiperatividade (hipercinesia) e cujo conceito operatório central é o de inibição central, que se encontra prejudicada no transtorno. Para este autor, o controle inibitório se encontra na base das funções executivas, dentre as quais estão o autocontrole e a atenção dirigida. Em sua visão, a inibição facilita a internalização do comportamento ao suprimir os acompanhamentos motores observáveis, permitindo, desta forma, o autocontrole e a antecipação. De outro lado, o modelo de Brown (2005), que tem por foco a desatenção e formula a sua compreensão com base no entendimento de que o prejuízo central se encontra nas funções executivas, das quais o controle inibitório é apenas uma parte. Segundo esta teoria, as funções cognitivas dos sistemas executivos do cérebro seriam os mais afetados. A atenção é destacada pelo autor como uma função executiva “administrativa”. Desta forma, manifestam-se para os indivíduos com o transtorno dificuldades de organizar, priorizar e atividade tarefas, além de focar, manter e modificar a atenção e de lidar com a frustração, modular as emoções, utilizar a memória de trabalho e de longo prazo, de monitorar e guiar a ação. Em comum às duas abordagens, conforme destaca Maiese (2012), encontra-se a concepção de que o TDAH é uma “ruptura” no funcionamento executivo, dos sistemas de controle interno do sistema nervoso central.

Maiese (2012) aponta alguns problemas centrais destas concepções sobre o TDAH. Segundo ela, um primeiro problema consiste na falha destas teorias em demonstrarem a conexão essencial entre o “conter-se” e o “engajar-se”, ligado ao contexto de ação. O segundo problema diz respeito à explicação da maneira pela qual o cérebro posiciona valências (significações afetivas) e da importância teórica da história pessoal para a percepção e a significação do “*Umwelt*”. Ora, este problema remonta ao da relevância, estudado ao longo de nosso trabalho. A autora

pontua que uma solução adequada para a questão deve levar em conta uma teoria bem fundamentada sobre a função do tempo na coordenação de tarefas e sobre a função integral do cérebro em um sistema mais amplo que inclui o corpo com os seus padrões de interação incorporados. Propõe, assim, uma releitura da noção de “central executiva” do cérebro como (i) não sendo um sujeito (um “homúnculo”), (ii) nem uma coisa, mas (iii) algo que nós fazemos sobre o mundo. Trata-se de um funcionamento imediato e pré-tético de nosso direcionamento ao mundo. Este funcionamento é o que garante a formação de saliências perceptivas. Aqui, o terreno sobre o qual a autora assenta a sua proposta é o mesmo do campo de pré-doação de objetos, que estudamos no capítulo anterior a partir de Husserl. Segundo ela, este funcionamento corresponde ao que nomeia como “enquadramento afetivo” (*affective framing*) (MAIESE, 2012), que articula (a) corpo e espaço, (b) corpo e tempo e (c) as normas vitais do organismo (por exemplo, a manutenção da vida). Ela propõe, portanto, que o TDAH resulta de uma

deficiência nas capacidades de enquadramento afetivo que normalmente permitem agentes humanos a limitados dados e sistematicamente simplificar processos cognitivos de acordo com considerações de relevância, saliência e contexto (MAIESE, 2012, p. 901).

Os sintomas do TDAH repousam, portanto, nas camadas mais basais da constituição dos sistemas de relevância, em “um contorno do mundo pré-reflexivo, não-conceitual e refinado, de tal forma que nós podemos, de imediato, mirar e focar a nossa atenção” (MAIESE, 2012, p. 901). Acrescenta, ainda, que “um enquadramento afetivo opera, de fato, como um *mapa egocêntrico contido* que ajuda o sujeito a definir os pontos, as linhas e os contornos de saliência no mundo complexo de seu entorno” (MAIESE, 2012, p. 902, *itálicos da autora*). Trata-se de um fundo estruturante de todas as nossas experiências subjetivas que está sempre coadunado com as capacidades corporais e afetivas, tais como o esquema corporal, a memória de trabalho e a ressonância afetiva do corpo.

Segundo a autora, os processos cognitivos de ordem superior e mais complexa são orientados e modulados por este enquadramento afetivo. Com base nisto, ela lê as dificuldades de organização do agente desatento como uma ruptura na sintonia entre os estímulos e sentimentos corporais, tornando-o mais suscetível ao “poder” do contexto imediato. Também nota uma ruptura no processo passivo de constituição temporal dos objetos, de tal modo que contar com a produção

automática de saliências e com a manutenção de um significado na apreensão são dificultadas, como, por exemplo, a dificuldade de manter o significado de um texto em mente enquanto o professor formula questões. Ao mesmo tempo, destaca uma dificuldade na orientação quanto às motivações intrínsecas do sujeito, ou seja, ao estabelecimento de relevâncias intrínsecas, no sentido schütziano.

Talvez tenha ficado evidente que a questão fundamental relativa ao TDAH tem a ver com uma forma de sensibilidade – um enquadramento de mundo – singular, variante, que é, ao mesmo tempo, mais suscetível e vulnerável aos poderes dos estímulos do mundo da vida, um mundo, aliás, caracterizado pelo bombardeio de informações e imagens da atual economia da atenção, como vimos no capítulo anterior, e aos descarrilamentos da temporalidade, aqui, novamente, em um mundo marcado por um vertiginoso processo de aceleração social, por meio do qual sobrepõem-se temporalidades e ritmos determinados sobre a variedade da vida temporal subjetiva. Enquanto o primeiro ponto já foi abordado por Verissimo (2019a; 2019b), dedicar-nos-emos a explorar as dimensões do segundo ponto.

8.3.3 Anomalias temporais e dessincronização

Baseando-se nos trabalhos de Zerubavel, Flaherty (1987) cita uma multiplicidade de experiências de anomalias temporais, nem todas psicopatológicas. Cita, por exemplo, a experiência de violência ou de desastres, em que o tempo tende a retardar-se; a espera e o tédio; o sofrimento e a intensa mobilização de emoções; a depressão; as experiências prazerosas; a concentração e a meditação; o choque da surpresa e da novidade; os estados alterados de consciência. O que há em comum em todas estas experiências é que elas violam as expectativas de fundo que formam, em conjunto, o padrão normativo da temporalidade. Este padrão normativo se refere à continuidade do mundo da vida, ao padrão cultural compartilhado por um grupo social e aos seus pressupostos implícitos.

Ora, já vimos com Schütz que existe um aspecto normativo na sobreposição de sistemas de relevância particulares e compartilhados. Devemos nos encaixar com as expectativas sociais para que sejamos capazes de interpretar e definir as nossas próprias condutas e as condutas de outrem, assim nos permitindo participar do fluxo contínuo das relações interpessoais. No momento em que há rupturas do aspecto

normativo da familiaridade com o mundo da vida, os agentes são motivados a dar sentido a estas irrupções estranhas e lutam para apreender o significado interpessoal destas experiências. De acordo com Flaherty (1987), o agente precisa traduzir a sua duração vivida em termos convencionais de temporalidade, como segundos, minutos, horas, dias etc., para poder fixar o sentido de sua experiência em esquemas de interpretação coletivos. O critério coletivo fornece a medida dos sentimentos da situação e de sua estranheza. Permite, assim, avaliar a divergência temporal diretamente vivida pelo agente. Porém, esta circunstância coloca o agente em uma posição de hipervigilância – ou, nos termos de Fuchs (2010b), de “hiperreflexividade” – quanto à dinâmica de sua própria experiência disruptiva. Aquilo que era tomado por óbvio, “na mão”, o encaixe regular entre a temporalidade subjetiva e a regularidade intersubjetiva, passa a ser um tópico de reflexão e de inspeção pelo agente. Implica, desta forma, um alargamento de seus sistemas de relevância e a exploração dos horizontes pelos quais a realidade é compreendida. Por exemplo, a experiência do “tempo vazio”, colocada em situações de confinamento solitário ou de eventos significativos (como situações de violência), refere-se a uma ruptura que abre uma preocupação com tópicos que não eram relevantes até então, nos encontros típicos e de rotina da existência. O agente fica mais vigilante dos ritmos de sua existência corpórea, fisiológica.

A vida cotidiana é regulada por normas quanto à quantidade de tempo que é alocada em cada situação. A referência da experiência temporal está nos encontros ordinários e face a face da situação cotidiana, segundo Flaherty (1987). Pois é a partir do controle atencional mútuo que os esquemas interpretativos da temporalidade são apreendidos e internalizados pelos agentes. Certamente, cada agente percebe, de início, que não há uniformidade entre as unidades regulares de tempo, sancionadas socialmente, e o volume de experiência contido por elas, contingente a cada situação. Dominar o procedimento interpretativo de quanto volume de experiência é necessário para uma efetividade interpessoal, pois esta é uma faceta fundamental da conduta normativa dos encontros cotidianos. Se estas normas não forem respeitadas, o agente pode ser considerado “rude” (por exemplo, não dedicando tempo suficiente às suas relações de maior intimidade) ou “desajeitado” (por exemplo, no desrespeito de horários definidos para determinados compromissos). É, aliás, por meio destas regras que o envolvimento mútuo é regulado em termos de normal, excesso ou falta. Assim é regulado, também,

“volume típico de experiência interativa por unidade padronizada de tempo” (FLAHERTY, 1987, p. 324). Cada compromisso ou atividade pode ter uma duração objetiva estipulada de acordo com os sistemas de relevância sociais.

A convivência no mundo social pressupõe uma normatividade de adequação dos sistemas de relevância particulares a sistemas de relevância compartilhados. Há uma experiência de “encaixe” que permite a continuidade do mundo da vida por meio da qual podemos interpretar e definir as nossas próprias condutas e as de outrem e participar das relações sociais (PERREAU, 2012), ou seja, um cumprimento das expectativas de fundo que, juntas, formam o padrão normativo da experiência temporal (FLAHERTY, 1987).

Em seu estudo sobre temporalidade e psicopatologia, Fuchs (2013b) destacou dois níveis de constituição da temporalidade e que são diferentemente impactos em variados casos de psicopatologia. O autor indicou estas expectativas de ordem social sobre o tempo por meio do conceito de “tempo explícito”. Este tempo é organizado por meio de objetividades intersubjetivamente colocadas, no mesmo sentido acima explorado com Flaherty (1987). Por meio destas tipificações intersubjetivas, a própria biografia é constituída. Por outro lado, o autor indicou uma experiência temporal de ordem passiva, referida às sínteses transcendentais da experiência do tempo, nas sínteses da protensão e da retenção e da dinâmica conativo-afetiva. A coerência e a continuidade básica da experiência subjetiva pré-reflexiva é garantida por esta temporalidade que o autor nomeou como “tempo implícito”. Psicopatologias como a esquizofrenia e a depressão melancólica apresentam uma ruptura na dimensão do tempo implícito.

Importante para a nossa discussão é, também, a teoria que o autor desenvolve sobre como a agente organiza, em sua experiência, as duas dimensões de tempo. Segundo a teoria de Fuchs (2013b), o agente necessita operar uma “dessincronização” de seu tempo implícito e subjetivo para adequar-se ao tempo social, compartilhado. Formula-o como um “poder independente” que “nos encara de fora” e que é de origem primordialmente social. Na terminologia da fenomenologia da atenção que utilizamos até aqui, trata-se de uma relevância interpretativa imposta, cujas tipificações são utilizadas pelo agente para segmentar e ordenar as suas próprias experiências subjetivas e construir planos de vida que, inclusive, podem ser compartilhados com outros seres humanos. Uma dificuldade na

organização da temporalidade implícita, contudo, pode afetar, também, as chances de o agente participar da vida comum e de sua história.

Certamente, a organização básica da temporalidade é pressuposta para todas as categorias das análises intersubjetivas de Schütz (1932/2018), em *“A construção significativa do mundo social”*. A constituição de sentido das relações sociais – relações tu, relações nós e relações eles – está fundada na capacidade de o agente organizar a sua experiência temporal, de dirigir a sua atenção para o outro e, então, reorganizar o seu estoque de conhecimento. As relações sociais são marcadas, para Schütz, por modificações atencionais específicas, de tal modo que a orientação de um agente a outro requer reorganizações específicas da experiência subjetiva. Assim, por exemplo, a relação tu é marcada pela “postura atencional fundamental” (SCHÜTZ, 1932/2018, p. 252) de estar voltado para o mundo circundante, onde o contato com o outro se dá por meio do olhar, seja ele unilateral ou recíproco. Nesta forma de relação intencional, o outro é-me dado corporalmente como um “campo de expressão”, que comigo compartilha o tempo e o espaço. A relação-nós, por sua vez, baseia-se na relação tu, porém inclui uma referência ao mundo transcendente. O que é comum é a simultaneidade de fluxo de experiências, ou seja, uma experiência de sincronização da temporalidade implícita, conforme a teoria de Fuchs (2013b). Assim, Schütz (1932/2018) distingue a relação-nós em que o voltar-se para intencional é focado nos índices de corporeidade do outro da relação-nós em que a atenção é voltada para o próprio nós. Pois o sentido constituído do nós se dá em fases mais complexas de relação com o tu – percebido como um fluxo de vivências concreto e atual. As suas análises, sem dúvida, vão muito além disso. Mas, o que importa dizer é que a constituição da intersubjetividade perpassa experiências de sincronização, em nível afetivo e passivo da experiência, e de dessincronização, no nível compartilhado das tipificações, de tal forma que tipificações compartilhadas se sobrepõem à minha experiência subjetiva de tempo.

Porém, Rosa (2018) conceitua a “dessincronização” de forma bastante diferente. O seu foco não está na dessincronização entre o tempo subjetivo e o tempo compartilhado. Mas, nas estruturas institucionalizadas de tempo, com os seus sistemas de relevância dominantes, e a possibilidade de o agente entrar ou não entrar em acordo com elas. Como vimos no capítulo anterior, Rosa (2018, p. 22) nomeia como “refração secundária” estas negociações de sentido que os agentes operam sobre as categorias temporais impostas e que podem, aliás, divergir.

Segundo ele, a experiência de fracasso deste acordo corresponde a um “desencaixe” temporal. Ora, segundo esta teoria, este desencaixe pode ocorrer em casos psicopatológicos, como na depressão, citada por ele, mas também pode se suceder segundo uma fenomenologia heteróclita correspondente à multiplicidade de sistemas de relevâncias particulares que podem ser sustentados em um dado momento de tempo em uma sociedade, sobretudo em função dos processos de aceleração moderna⁸¹.

8.4 Conclusões parciais

Ao final deste capítulo, gostaríamos de esboçar duas hipóteses sobre o nosso objetivo, que foi o de construir uma aproximação para a compreensão do TDAH na contemporaneidade, a partir das sociofenomenologia da atenção que procuramos fundamentar nos capítulos anteriores. Uma primeira hipótese sobre o TDAH é que ele consiste em uma variação de ser-no-mundo com rupturas importantes na coerência e na continuidade de sua experiência subjetiva, sobretudo na dimensão das sínteses conativo-afetivas do tempo implícito (FUCHS, 2013b) ou, conforme a terminologia de Maiese (2012), no espectro do “enquadramento afetivo”. Dada a compreensão de que a atenção pressupõe a realização de sentido do “arco intencional” (FUCHS, 2010b), ou uma “contextura em níveis” (*scaffolding*) (DEPRAZ, 2004), as dificuldades de organização e de focalização de pessoas com TDAH encontraria um fundamento. Esta primeira hipótese tem a ver com a normalidade enquanto coerência habitual de sentido, ou, recordando-nos da expressão de Heinämaa e Taipale (2019, p. 285), “normal é o que contribui para a constituição de sentido e anormal é aquilo que desfaz as treliças de sentido”. As questões diagnósticas teriam um caminho promissor caso considerassem esta hipótese e poderiam superar as eventuais limitações de uma orientação centrada sobre as funções executivas (MAIESE, 2012).

⁸¹ Lê-se uma sugestão de tal caminho no seguinte trecho, por exemplo: “Uma sociedade altamente dinâmica como a tardo-moderna leva, assim, a uma correspondente dinamicidade nas autorrelações subjetivas e nos modelos de identidade dos indivíduos por meio de uma premiação da flexibilidade e da disposição para a transformação, contra a inércia e a continuidade: os sujeitos devem, desde o princípio, conceber-se como abertos, flexíveis e simpáticos a mudanças, caso contrário correm o risco de sofrer permanentes frustrações sempre que suas concepções identitárias ameacem fracassar em um ambiente em rápida transformação” (ROSA, 2018, p. 298).

Uma segunda hipótese coloca-se como possibilidade, ainda que ela não seja totalmente contrária à primeira. Ela não foi, contudo, considerada com profundidade por Maeise (2012) ou Fuchs (2013b). Esta hipótese consistiria em que, mesmo que se reconheça haver, como foi proposto, uma diferença significativa na constituição das camadas experienciais de agentes com TDAH, ainda assim continuaria muito difícil de distinguir entre os agentes que apresentam dificuldades de organizar-se e de concentrar-se em razão de uma ruptura no enquadramento afetivo (ou seja, em função dos organizadores psicopatológicos do TDAH) e aqueles que apresentam estas mesmas dificuldades, mas em razão do desencaixe com os ritmos e processos de aceleração da sociedade contemporânea. Isto se deveria ao fato de que ambos compartilhariam os mesmos sistemas de relevância predominantes nas sociedades ocidentais modernas. Estariam, neste sentido, sujeitos aos mesmos dilemas e questões existenciais frente à “crise da atenção” (VERISSIMO, 2019a; 2019b). Ora, se o que garante a continuidade da experiência, em termos de sua concordância e optimalidade, é que o agente “deve estar constantemente sincronizado com o mundo através das interações” (WEHRLE, 2015, p. 137), como vimos, então, o processo de aceleração das sociedades pós-industriais coloca aos agentes condições de experiência com os mesmos riscos de descarrilhamento.

Caso aproximássemos as duas hipóteses, poderíamos vislumbrar uma maneira integrada e sistêmica de considerar esta maneira de habitar o mundo que corresponde ao TDAH na sociedade contemporânea. Ora, se, de acordo com a teoria de Schütz, a familiaridade refere-se não a propriedades do objeto, mas a formas de se comportar ou ser no mundo e se, sendo assim, ela é adquirida e pode, a qualquer momento, romper-se ou diluir-se, então as muitas novidades que são impostas aos agentes no enquadramento das sociedades contemporâneas podem ser razões para a sua perda ou quebra de familiaridade. Contudo, normalmente, uma tal “explosão” da familiaridade não indica, no seu aspecto subjetivo, a perda total e completa da capacidade de familiarizar-se com o mundo. Antes, ela envolve a necessidade de uma reavaliação ou reorganização do estoque de conhecimentos, de tal forma que o antigo é ressignificado em função da novidade que exige uma solução, uma nova forma de engajamento com o mundo. Os agentes que habitam o limiar da desatenção são, portanto, estes mais propensos às dificuldades de reorganizar-se em sua temporalidade subjetiva, implícita e encarnada, a fim de dar

conta da contínua sobreposição de novidades da cultura contemporânea. Encontram-se, por razões impostas, na condição de Sísifo.

Além disso, parece-nos importante enfatizar um ponto teórico sobre a teoria fenomenológica da normalidade discutida neste capítulo. Embora o ideal da optimalidade da experiência perceptiva tenha relevância na fenomenologia da percepção, ao se chocar com as exigências de otimização da percepção e da atenção na contemporaneidade, ele parece nos deixar um pouco embaraçados e, talvez, com poucos recursos para avaliar os fenômenos estudados neste capítulo. Cabe, neste sentido, compreender que o *optimum* de percepção e de atenção é relativo a uma determinada cultura e sociedade historicamente circunscrita. Este é um dos pontos fundamentais pelos quais passamos e que é necessário compreender a fim de avaliar, justamente, os crivos que permitem traçar as linhas entre o déficit, o normal e o maximizável.

CONCLUSÃO

A atenção é revestida de um valor especial em nossa cultura. Se bem utilizada em acordo com as expectativas sociais, está associada às capacidades de autodomínio e, portanto, ao sucesso na socialização dos agentes. Se, por outro lado, são apresentados indícios de um fracasso em atender às expectativas sociais de concentração e organização, encontra-se o correspondente indício de um fracasso nas capacidades morais e no processo de socialização do agente. Contudo, surgem questões importantes se considerarmos a pulverização do diagnóstico de TDAH nas sociedades ocidentais modernas (CALIMAN, 2012; 2008a). A questão que nos serviu de ponto de partida e nos permitiu abordar uma série de questões fundamentais sobre a fenomenologia e a teoria da atenção foi a de saber como é desempenhar-se atentivamente e qual é a estrutura fenomenológica da atenção. As teorias da atenção, da relevância e do mundo da vida de Gurwitsch e de Schütz nos permitiram abordar algumas questões fundamentais nesta direção e de concluir por uma visão sistêmica da atenção, da desatenção e da dessincronização.

A partir disto, podemos concluir, especificamente, a partir de Gurwitsch, que o problema da seletividade da mente não precisa exigir uma função atenta correlata a um Eu e diferente da função perceptiva. Não é necessário que um “homúnculo” realize um trabalho de interpretação para que um objeto (tema) seja segregado de nosso fundo experiencial e se estabilize como um objeto com significado. Na verdade, a nossa consciência já apresenta uma organização estrutural autóctone que permite que toda experiência seja internamente coerente e recortada pelas fronteiras de relevância contextual, por meio das quais distinguem-se tema, contexto temático e margem. Com isso, a atenção também não pode ser vista meramente como uma atividade que dirige um “ponto focal” a um objeto, mas como uma atividade constante de organização e reorganização da significação imanente à experiência.

Concluimos, também, que, nas investigações de Schütz, a dimensão temporal da atenção recebeu um tratamento especial e permitiu dar outros contornos à problemática da atividade seletiva da consciência. A ação do agente no mundo social exige que ele interprete os tópicos que para ele se destacam. Mas, esta interpretação depende de esquemas interpretativos formulados por ele ao longo de sua biografia e a partir de tipificações sociais e depende, também, de sua motivação

para fazê-lo, a qual, por sua vez, está conectada aos seus planos de vida e à sua posição na tessitura social. Com base em sua teoria dos sistemas de relevância, Schütz pôde demonstrar que a atenção está sempre ligada à situação existencial do agente – nos sistemas tópico, interpretativo e motivacional – e a um fundo de familiaridade e padrão cultural que o conecta à sua sociedade e cultura. Existe sempre uma matriz cultural pressuposta aos atos atentos.

Concluimos, ainda, a partir da teoria das províncias finitas de significado, que a análise do mundo da vida revela que os atos atentos podem se dirigir a diferentes domínios de realidade, que possuem coerência e estrutura próprias. Não é apenas a vida perceptiva e prática que coloca tópicos aos quais o agente deve dirigir a sua atenção para se regular com os seus pares. Estes tópicos podem vir de qualquer uma destas esferas do mundo da vida. Ao mesmo tempo, estas considerações nos levaram a perceber que a ideia de contextualidade da experiência atenta requer uma ampliação a fim de cobrir esta multiplicidade que anima os atos atentos. Gurwitsch e Schütz propuseram critérios diferentes, ainda que complementares, para o estudo fenomenológico desta multiplicidade. Correlativa a esta multiplicidade objetiva, também pudemos estudar uma multiplicidade subjetiva que foi abordada pelos autores nos termos de uma dialética entre o tópico e aquilo que é marginal. Com isso, pôde-se ampliar o problema da relevância através de algumas indicações de que alguns itens “marginais”, concebidos então à luz da teoria da passividade, contribuem para a segregação do tema. A partir de Husserl, a esfera das pré-dações passivas permitiu abordar as questões da corporeidade e afetividade e ligá-las ao estudo da relevância e da atenção. Vê-se, então, que o “magma” que constitui o campo de possibilidades dos atos atencionais refere-se ao mundo da vida, no sentido de Merleau-Ponty (2011), ou seja, a um sentido diferente daquele de Gurwitsch e de Schütz e mais fundamental do que ele⁸². Acolchoa-se, portanto, nas estruturas de entrelaçamento da percepção no geral, da afetividade, da memória e do estoque compartilhado de conhecimentos da cultura.

Através da aplicação destes estudos às questões contemporâneas sobre a economia e os regimes da atenção, pudemos concluir, por fim, que o agente é requisitado atencionalmente de múltiplas formas nos contextos das sociedades

⁸² A este respeito, indicamos o artigo de Silva (2019).

ocidentais tardo-modernas. Os sistemas de relevâncias e as tipificações predominantes nestas sociedades – de aceleração, uso da tecnologia, exposição e exploração de si – são incorporados pelos agentes e passam a compor, como ingredientes, as suas experiências de si e de mundo. Desta forma, passam a orientar de maneira normativa as suas interpretações e ações em vários níveis que atravessam os atos atentos. Ao mesmo tempo, os horizontes deste cenário social colocam a questão de se é possível discernir entre as experiências de desatenção correlacionadas a rupturas psicopatológicas no processo de organização experiencial e sujeitos que buscam melhorar o seu desempenho atento ou que não estejam em condição de acompanhar as exigências de uma sociedade do desempenho. Neste sentido, desenvolvemos uma exploração fenomenológica sobre os “enquadramentos afetivos” ou a “temporalidade implícita” e aventamos a possibilidade de interpretar o TDAH a partir de uma ruptura destas estruturas ou, então, a partir da experiência de dessincronização social. A experiência fundamental destas questões é, fenomenologicamente, o tempo.

É talvez difícil de reconhecer a diversidade de posições e experiências atencionais em nossa sociedade e de, com isso, traçar uma linha clara entre um diagnóstico clínico fundamentado e uma demanda por desempenho (CALIMAN, 2008a). Neste sentido, vale sublinhar as palavras, inspiradas em Canguilhem, de Heinämaa e Taipale (2019, p. 239): “[...] o patológico não é simplesmente o anormal no sentido de falta de norma ou divergência das normas comuns ou oposição a elas; ele também estabelece a sua própria normalidade”. É uma consequência do fato de que, experiencialmente considerada, a patologia não é, simplesmente, o que desvia da norma. Ela envolve uma posição de sentido própria e, por conseguinte, todo o sistema de relevâncias para uma pessoa situada na ordem existencial da patologia carrega consigo a marca da singularidade. Deve considerar-se, portanto, que o processo de constituição de sentido é dinâmico, e não estático, de modo que os conceitos fenomenológicos de normalidade e anormalidade são, também, dinâmicos. Como esperamos ter mostrado neste trabalho, isto abriria a uma consideração da diversidade de experiências atentas.

Gostaríamos de finalizar com um breve comentário sobre as implicações éticas do que foi estudado. Verissimo (2019a) propõe que os estudos psicossociais sobre a atenção integrem as dimensões funcional, moral e ética em suas análises. Em outro estudo, dá direcionamentos para uma ética da atenção preocupada com

as possibilidades de desenvolvimento de uma “competência ética” (VERISSIMO, 2019b, p. 13) da percepção baseada na sensibilização para o espanto. Segundo o autor,

Talvez, a melhor perspectiva para se alcançar a referida competência envolve a sensibilização para o espanto, considerando-se o campo de forças que marcam, hoje, a nossa experiência social. Na atitude de interrogação que caracteriza o espanto, permanecemos permeáveis e disponíveis para os objetos, sem abandonar nossa responsabilidade pela ação perceptiva.

Em diálogo com Verissimo (2019a; 2019b), podemos finalizar nosso estudo apontando para a ideia de que a ética da atenção pode implicar, também, uma ética do tempo, conforme Rosa (2018, p. 63):

[...] a questão ética fundamental sobre a vida bem-sucedida é, portanto, a questão sobre como as pessoas querem ou devem despendar ‘seu’ tempo, modelos e horizontes de tempo, que são sempre de natureza social, estão no centro da ética.

A problemática da atenção e, com ela, a fenomenologia da atenção e da relevância estudadas neste trabalho apontam, portanto, para problemas marcadamente existenciais sobre a perspectiva de tempo em uma sociedade acelerada. A possibilidade de ampliar e multiplicar os encaixes temporais entre pessoas em nosso tempo depende, talvez, de uma postura ética que contemple estas indagações ou, pelo menos, mantenha-se na abertura meditativa de acolhê-las e, com elas, de abrir possíveis outros caminhos.

REFERÊNCIAS

AMESEDER, R. Über Vorstellungsproduktion. In: MEINONG, A. (Ed.). *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*. Leipzig, 1904, p. 488.

ANTONELLI, M. *Die Experimentelle Analyse des Bewußtseins Bei Vittorio Benussi*. Amsterdam; Atlanta: Rodopi, 1994.

ARVIDSON, P. S. A lexicon of attention: from cognitive science to phenomenology, *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, n. 2, p. 99-132, 2003. DOI: 10.1023/A:1024895827774

ARVIDSON, P. S. *The sphere of attention: context and margin*. Dordrecht: Springer, 2006.

ARVIDSON, P. S. Restructuring attentionality and intentionality, *Human Studies*, n. 36, p. 199-216, 2013. DOI: 10.1007/s10746-012-9250-0

BARKLEY, R. A. *ADHD and the nature of self-control*. New York: Guilford Press, 1997.

BARROS, M. O apanhador de desperdícios. In: BARROS, M. *Memórias inventadas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

BAUM, W. From molecular to molar: A paradigm shift in behavior analysis. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 78, pp. 95–116, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 36 ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERGSON, H. Matière et mémoire. In: BERGSON, H. *Oeuvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963a, p. 161-382. Trabalho originalmente publicado em 1896).

BERGSON, H. L'énergie spirituelle. In: BERGSON, H. *Oeuvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963b, p. 813-979.

BERGSON, H. L'effort intellectuel, *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, t. 53, p. 1-27, 1902.

BOWER, M.; GALLAGHER, S. Bodily affects as prenoetic elements in enactive perception, *Phenomenology and Mind*, v. 4, n. 1, pp. 78-93, 2013.

BRENTANO, F. *Psychology from an empirical standpoint*. Transl. Antos C. Rancurello, D. B. Terrell, Linda L. McAlister. New York: Routledge, 1995. (Original de 1874).

BREYER, T. Attention and Language: Preliminary Remarks on a Philosophically Important Connection, *Intuitio*, Porto Alegre, v. 2, no. 1, pp. 245-256, Jun. 2009.

BROWN, T. *Attention deficit disorder: the unfocused mind in children and adults*. New Haven: Yale University Press, 2005.

BURKART, G. Einleitung: Selbstreflexion und Bekenntniskultur. In: BURKART, G.; HEIDEL, M. (Hrsg.). *Die Ausweitung der Bekenntniskultur: neue Formen der Selbstthematisierung?* Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften; GWV Fachverlage GmbH, 2006.

CALIMAN, L. V. O TDAH: entre as funções, disfunções e otimização da atenção, *Psicol. estud.* Maringá, v. 13, n. 3, p. 559-566, Sept. 2008a. DOI: 10.1590/S1413-73722008000300017.

CALIMAN, L. V. Os valores da atenção e a atenção como valor, *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, dez. 2008b. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812008000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jul. 2020.

CALIMAN, L. V. Os regimes da atenção na subjetividade contemporânea, *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 02-17, abr. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jul. 2020.

CALIMAN, L. V.; DOMITROVIC, N. Uma análise da dispensa pública do metilfenidato no Brasil: o caso do Espírito Santo, *Physis*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 879-902, set. 2013. DOI: 10.1590/S0103-73312013000300012.

CAMPO, E. Relevance as social matrix of attention in Alfred Schutz, *Società Mutamento Politica (Rivista Italiana di Sociologia)*, v. 6, n. 12, pp. 117-148, 2015.

CELIS, C. *The Attention Economy: Labour, Time, and Power in Cognitive Capitalism*. London: Rowman & Littlefield International, 2017.

CERON-LITVOC, D. Análise fenomenológica da distração infantil, *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 2012, v. 1, n. 1, p. 149-157, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37067/rpfc.v1i1.1047>

CHARBONNEAU, A. Perception, aperception et conscience chez Leibniz, *Ithaque*, 15, p. 1-24, 2014.

CHRUZIMSKI, A. *Intentionalitätstheorie beim frühen Brentano*. Dordrecht: Springer, 2001.

COHEN, R. A. *The neuropsychology of attention*. 2nd. ed. New York; Heidelberg; Dordrecht; London: Springer, 2014.

COLOMBETTI, G. Varieties of Pre-Reflective Self-Awareness: Foreground and Background Bodily Feelings in Emotion Experience, *Inquiry*, v. 56, n. 3, p. 293-313, June 2011.

CONTRERAS PULIDO, Paloma; MARTIN-PENA, Daniel; AGUADED, Ignacio. Derribando el autoestigma: Medios de comunicación en prisiones como aliados de la inclusión social, *Cuad.inf.*, Santiago, n. 36, p. 15-26, jun. 2015 . <http://dx.doi.org/10.7764/cdi.36.708>.

COSTALAT-FORNEAU, A.-M. Identité, action et subjectivité: Le sentiment de capacité comme régulateur des phases identitaires, *Connexions*, v. 89, n. 1, 2008.

COX, Ronald R. *Schutz's Theory of Relevance: A phenomenological critique*. The Hague; Boston; London: Martinus Nijhoff, 1978.

CRARY, J. *Techniques of the observer: on vision and modernity in the nineteenth century*. Cambridge: MIT Press, 1992.

CRARY, J. *Suspensions of perception: attention, spectacle, and modern culture*. Cambridge: MIT Press, 2001.

CRARY, J. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Attention and the holistic approach to behavior. In: CSIKSZENTMIHALYI, M. (Ed.). *Flow and the foundations of psychology*. Dordrecht: Springer, 2014, p. 1-20.

DEPRAZ, N. What is the phenomenology of attention that Husserl intended to perform? A transcendental pragmatic-oriented description of attention, *Continental Philosophy Review*, 37, 5-20, 2004. <https://doi.org/10.1023/B:MAWO.0000049309.87813.f7>

DEPRAZ, N; VARELA, F. J.; VERMERSCH, P. A redução à prova da experiência, *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 75-86, jun., 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 maio 2020.

DREHER, J. Fenomenologia do poder, (Trad. Tomás da Costa), *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 3, p. 474-490, 2011.

DRUMMOND, J. J Moral phenomenology and moral intentionality, *Phenomenology and Cognitive Science*, n. 7, p. 35-49, 2008. <https://doi.org/10.1007/s11097-007-9064-0>

EMBREE, L. A natureza e o papel da psicologia fenomenológica em Alfred Schütz, *Civitas*, v. 11, n. 3, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2011.3.10058>

EMBREE, L. Everyday relevancy in Gurwitsch and Schütz. In: EMBREE, L. *The Schutzian theory of cultural sciences*. Dordrecht; New York: Springer, 2015, p. 109-123.

ERIKSEN, C. W.; SCHULTZ, D. W. Information processing in visual search: A continuous flow conception and experimental results, *Perception & psychophysics*, n. 25, p. 249-63, 1979.

FLAHERTY, M. G. Multiple realities and the experience of duration, *The Sociological Quarterly*, v. 28, n. 3, p. 313-326, 1987.

FOURCHER, L. A. Human Ethology and Phenomenology Part II, *Behaviorism*, v. 7, n. 2, p. 85-95, Fall, 1979.

FRANCK, G. Capitalisme mental, *Multitudes: revue politique, artistique, philosophique*, v. 54, n. 3 p. 199-213, 2003. <https://doi.org/10.3917/mult.054.0199>

FUCHS, T. Phenomenology and Psychopathology. In: SCHMICKING, D.; GALLAGHER, S. (Eds.). *Handbook of Phenomenology and Cognitive Science*, Springer Science, 2010a, p. 547-575.

FUCHS, T. The psychopathology of hyperreflexivity, *Journal of Speculative Philosophy*, v. 24, no. 3, pp. 239-255, 2010b. DOI: 10.1353/jsp.2010.0010

FUCHS, T. Existential Vulnerability: Towards a Psychopathology of Limit Situations, *Psychopathology*, (transl. Alexander T. Englert), *Psychopathology*, v. 46, n. 5, p. 301-308, 2013a. DOI:10.1159/000351838

FUCHS, T. Temporality and psychopathology, *Phenomenology & Cognitive Sciences*, v. 12, p. 75-104, 2013b. DOI 10.1007/s11097-010-9189-4

FUCHS, T. *Ecology of the Brain*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

GALLAGHER, S. Mutual enlightenment: Recent phenomenology in cognitive science, *Journal of Consciousness Studies*, v. 4, n. 3, p. 195-214, 1997.

GALLAGHER, S.; BOWER, M. Making enactivism even more embodied, *AVANT*, vol. V, n. 2, 2014.

GALLAGHER, S; ZAHAVI, D. *The phenomenological mind: an introduction to philosophy of mind and cognitive science*. London; New York: Routledge, 2008.

GENDLER, T. S. Thought Experiments Rethought – and Reperceived. In: GENDLER, T. S.. *Intuition, Imagination and Philosophical Methodology*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

GENIUSAS, S. “Multiple realities” revisited: James and Schutz, *Human Studies*, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10746-020-09548-1>

GOETTLICH, A. Power and powerlessness: Alfred Schutz's theory of relevance and its possible impact on a sociological analysis of power, *Civitas*, v. 11, n. 3, p. 491-508, Set-Dez. 2011.

GOFFMAN, I. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

GOFFMAN, I. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2002.

GORMAN, R. A. *A visão dual: Alfred Schutz e o mito da ciência social fenomenológica*. Trad. Livia Neves de Holanda Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GRATHOFF, R. (Ed.). *Philosophers in Exile: The Correspondence of Alfred Schutz and Aron Gurwitsch, 1939-1959*. Transl. J. Claude Evans. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

GURWITSCH, A. The Life-World and the Phenomenological Theory of Science. In: GURWITSCH, A. *Phenomenology and the Theory of Science*. Evanston: Northwestern University Press, 1974, pp. 3-32.

GURWITSCH, A. *Die mitmenschlichen Begegnungen in der Milieuwelt*. Berlin: Walter de Gruyter, 1977.

GURWITSCH, A. Phenomenology of Thematics and of the Pure Ego: Studies of the Relation Between Gestalt Theory and Phenomenology. In: KERSTEN, F. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), II: Studies in Phenomenology and Psychology*. Dordrecht: Springer, 2009a, p. 193-317. (Trabalho originalmente publicado em 1929).

GURWITSCH, A. Some Aspects and Developments of Gestalt Psychology. In: KERSTEN, F. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), II: Studies in Phenomenology and Psychology*. Dordrecht: Springer, 2009b, pp. 1-61. (Trabalho originalmente publicado em 1936)

GURWITSCH, A. The Phenomenological and the Psychological Approach to Consciousness. In: KERSTEN, F. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), II: Studies in Phenomenology and Psychology*. Dordrecht: Springer, 2009c, p. 99-118. (Trabalho originalmente publicado em 1955).

GURWITSCH, A. On the Intentionality of Consciousness. In: KERSTEN, F. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), II: Studies in Phenomenology and Psychology*. Dordrecht: Springer, 2009d, p. 77-98. (Trabalho originalmente publicado em 1940).

GURWITSCH, A. A Non-Egological Conception of Consciousness. In: KERSTEN, F. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), II: Studies in Phenomenology and Psychology*. Dordrecht: Springer, 2009e, p. 319-334. (Trabalho originalmente publicado em 1941).

GURWITSCH, A. William James's Theory of the "Transitive Parts" of the Stream of Consciousness. In: KERSTEN, F. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), II: Studies in Phenomenology and Psychology*. Dordrecht: Springer, 2009f, p. 335-369. (Trabalho originalmente publicado em 1943).

GURWITSCH, A. The Field of Consciousness. In: EMBREE, L.; ZANER, R. M.. *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973). Volume III. The Field of Consciousness: Theme, Thematic Field, and Marginal Consciousness*. Dordrecht; Heidelberg; London; New York: Springer, 2010a. Trabalho originalmente publicado em 1964).

GURWITSCH, A. Marginal Consciousness. In: EMBREE, L.; ZANER, R. M. (Eds.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973), III: The Field of Consciousness: Theme, Thematic Field, and Margin*. Dordrecht; Heidelberg; London; New York: Springer, 2010b, p. 413-537.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAUGELAND, J. *Dasein Disclosed: John Haugeland's Heidegger*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2013.

HEIDEGGER, M. Qu'est-ce que c'est la métaphysique? In: HEIDEGGER, M. *Questions I et II*. Paris: Gallimard, 1968, p. 21-84.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Trad. Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. (Trabalho originalmente publicado em 1927).

HEINÄMAA, S.; TAIPALE, J. Normality. In: STANGHELLINI, G.; BROOME, M.; RABALLO, A.; FERNANDEZ, A. V.; FUSAR-POLI, P.; ROSFORT, R. (Eds.). *Handbook of Phenomenological Psychopathology*. Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 284-296. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780198803157.013.30

HOLENSTEIN, E. *Phänomenologie der Assoziation: Zu Struktur und Funktion eines Grundprinzips der passiven Genesis bei E. Husserl*. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1972.

HOLZHEY-KUNZ, A. *Daseinsanálise: o olhar filosófico-existencial sobre o sofrimento psíquico e seu tratamento*. Trad. Marco Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

HUGHES, J. C. Attention, concentration, memory, and their disorders. In: STANGHELLINI, G.; BROOME, M.; RABALLO, A.; FERNANDEZ, A. V.; FUSAR-POLI, P.; ROSFORT, R. (Eds.). *Handbook of Phenomenological Psychopathology*. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 442-449. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780198803157.013.49

HUSSERL, E. *Erfahrung und Urteil: Untersuchungen zur Genealogie der Logik*. Prag: Academia; Verlagsbuchhandlung Prag, 1939.

HUSSERL, E. *Analysen zur passiven Synthesis: aus Vorlesungs- und Forschungsmanuskripten 1918-1926*. Husserliana (GW), Bd. XI (Hrsg. Margot Fleischer). Den Haag: Martinus Nijhoff, 1966a.

HUSSERL, E. *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewußtseins*. Husserliana (GW), Bd. Band X (Hrsg. von Rudolf Boehm) Den Haag: Martinus Nijhoff, 1966b.

HUSSERL, E. *Cartesianische Meditationen und pariser Vorträge*. Husserliana (GW), Bd. I (Hrsg. S. Strasser). Den Haag : Martinus Nijhoff, 1973a.

HUSSERL, E. *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität : Texte aus dem Nachlass, Zweiter Teil (1921-1928)*. (Hrsg. I. Kern). Den Haag : Martinus Nijhoff, 1973b.

HUSSERL, E. *Ideen zur einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie, Ersters Büch: Allgemeine Einführung in die Phänomenologie*. Husserliana (GW), Bd. III/1 (Hrsg. Karl Schumann). Den Haag : Martinus Nijhoff, 1976. (Trabalho originalmente publicado em 1913).

HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Drittes Buch: Die Phänomenologie und die Fundamente der Wissenschaften. Husserliana, Bd. V (Hrsg. U. Eingeleitet von Karl-Heinz Lembeck). Hamburg: Meiner, 1986a.

HUSSERL, E. Nachwort. In: HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Drittes Buch: Die Phänomenologie und die Fundamente der Wissenschaften. Husserliana, Bd. V (Hrsg. U. Eingeleitet von Karl-Heinz Lembeck). Hamburg: Meiner, 1986b. (Trabalho originalmente publicado em 1931).

HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Zweites Buch: Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution. Husserliana, Bd. IV (Hrsg. Marly Biemel). Dordrecht: Springer, 1991.

HUSSERL, E. *Erste Philosophie (1923/24)*, Teil 2: Theorie der phänomenologischen Reduktion. Husserliana (GW), Bd. VIII (Hrsg. Rudolf Boehm). Dordrecht ; Boston ; London : Kluwer Academic Publishers, 1996.

HUSSERL, E. *Psychologie phénoménologique(1925-1928)*. Paris: J. Vrin, 2001.

HUSSERL, E. *Wahrnehmung und Aufmerksamkeit: Texte aus dem Nachlass (1893-1912)*. (Herausgegeben von Thomas Vongehr und Regula Giuliani). Dordrecht: Springer, 2004.

HUSSERL, E. *Späte Texte über Zeitkonstitution (1929-1934): Die C-Manuskripte*. Husserliana (GW), Bd. VIII (Hrsg. Dieter Lohmar). Dordrecht: Springer, 2006.

HUSSERL, E. *Die Lebenswelt: Auslegungen der vorgegebenen Welt und ihrer Konstitution. Texte aus dem Nachlass (1916-1937)*. Husserliana (GW), Bd. XXXIX (Hrsg. Rochus Sowa). Dordrecht: Springer, 2008.

HUSSERL, E. *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. Trad. Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

HUSSERL, E. *Investigações Lógicas, segundo volume, parte I: Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento*. Trad. Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

JAMES, W. *The principles of psychology*, v. 1. New York: Holt, 1950a. (Trabalho originalmente publicado em 1890).

JAMES, W. *The principles of psychology*, v. 2. New York: Dover Publications, 1950b. (Trabalho originalmente publicado em 1890).

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes 2001a, p. 53-66.

JOHNSTONE, L.; BOYLE, M. *The Power Threat Meaning Framework: Towards the identification of patterns in emotional distress, unusual experiences and troubled or troubling behaviour, as an alternative to functional psychiatric diagnosis*. Leicester: British Psychological Society, 2018.

KANT, I. *Critique of Pure Reason: Unified Edition*. Transl. Werner S. Pluhar. Cambridge: Hackett Publishing, 1996.

KASSAB, E. S. "Paramount reality" in Schutz and Gurwitsch, *Human Studies*, n. 14, p. 181-198, 1991.

KATZ, D. *Psicología de la forma*. Trad. José M. Sacristán. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.

LACEY, H. The interplay of scientific activity, worldviews and value outlooks. *Science & Education*, v. 18, n. 6-7, p. 839-860, 2009. doi: 10.1007/978-90-481-2779-5_10

LADD, P. D.; CHURCHILL, A. Attention Deficit Hyperactive Disorder. In: LADD, P. D.; CHURCHILL, A. *Person-centered diagnosis and treatment in mental health: a model for empowering clients*. London; Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2012, p. 36-55.

LANDGREBE, L. Reflections on the Schutz-Gurwitsch correspondence, *Human Studies*, n. 2-3, v. 14, p. 107-127, 1991. DOI 10.1007/bf02205598

LANGSDORF, L. Schutz's Theory of Relevance: Review of Schutz's Theory of Relevance: A Phenomenological Critique by Ronald L. Cox, *Human Studies*, v. 3, n. 4, In Memory of Talcott Parsons, p. 403-410, Oct. 1980

LEDER, D. *The absent body*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LÓPEZ, M.; LAVIANA, M. FERNÁNDEZ, L.; LÓPEZ, A.; RODRÍGUEZ, A. M.; APARICIO, A. La lucha contra el estigma y la discriminación en salud mental: una estrategia compleja basada en la información disponible, *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.*, v. 28, n. 101, p. 43-83, 2008.

LIANGKANG, Ni. The problem of the phenomenology of feeling in Husserl and Scheler. In: LAU, K.-Y.; DRUMMOND, J. J. (Eds.). *Husserl's Logical Investigations in the New Century: Western and Chinese Perspectives*. Dordrecht: Springer, 2007, p. 67-82.

MAGRÌ, E. Emotions, motivation, and character: a phenomenological perspective, *Husserl Studies*, v. 34, n. 3, p. 229-245, 2018. <https://doi.org/10.1007/s10743-017-9221-4>

MAIESE, M. Rethinking attention deficit hyperactivity disorder, *Philosophical Psychology*, v. 25, n. 6, 2012. DOI: 10.1080/09515089.2011.631998

MAIESE, M. *Embodied Selves and Divided Minds*. New York: Oxford University Press, 2016.

MALDINEY, H. La dimension du contact au regard du vivant e de l'existant. In: MALDINEY, H. *Penser l'homme et la folie*. 3^e ed. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007, p. 137-182.

MERLEAU-PONTY, M. Reading notes and comments on Aron Gurwitsch's The Field of Consciousness, (Transl. Stéphanie Ménasé & Ted Toadvine), *Husserl Studies*, 17, 173-193, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Trabalho originalmente publicado em 1945).

MILLER, J. The flanker compatibility effect as a function of visual angle, attentional focus, visual transients, and perceptual load: a search for boundary conditions, *Perception & Psychophysics*, n. 49, p. 270-288, 1991. DOI: <https://doi.org/10.3758/BF03214311>

MORAN, D. Intentionality: Some Lessons from the History of the Problem from Brentano to the Present, *International Journal of Philosophical Studies*, v. 21, n 3, p. 317–358, 2013. DOI:10.1080/09672559.2013.812605.

MUZZETTO, L. Time and meaning in Schütz, *Time & Society*, v. 15, n. 5, 2006. DOI: 10.1177/0961463X06061334

NATANSON M. The Problem of Anonymity in the Thought of Alfred Schutz. In: BIEN, J. (Ed.) *Phenomenology and The Social Science: A Dialogue*. Springer, Dordrecht, 1978, pp. 60-73. https://doi.org/10.1007/978-94-009-9693-9_4

PERREAU, L. Attention et pertinence chez Alfred Schütz, *Alter*, n. 18, p. 79-92, 2010. <https://doi.org/10.4000/alter.1572>

PERREAU, L. Définir lês situations: Le rapport de la sociologie d’Erving Goffman à la phénoménologie sociale d’Alfred Schütz. In: CEFAÏ, D.; PERREAU, D. (Org.). *Erving Goffman et l’ordre de l’interaction*. Paris: CURAPP-ESS/CEMS-IMM, 2012, p. 139-160.

PETERS, G. Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica, *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 85-97, jan./abr. 2011.

PETERS, G. Entre o excesso e o déficit: hiper-reflexividade e sintomas negativos. In: PETERS, G. *A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo: Anna Blume, 2017, p. 291-330,

PIAGET, J.; INHELDER, B. *Psychologie de l’enfant*. Paris: PUF, 1992.

PORTA, M. A. G. *A filosofia a partir de seus problemas*. 3a. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

RAMSTEAD, M. J. D. Naturalizing what? Varieties of naturalism and transcendental phenomenology, *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 14, n. 4, p. 929-971, 2014. doi:10.1007/s11097-014-9385-8

RESCHER, N. *Philosophical Dialectics: An Essay on Metaphilosophy*. Albany: State University of New York Press, 2006.

RICOEUR, P. Existência e hermenêutica. In: RICOEUR, P. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. M. F. Sá Correia. Porto: Rés Editora, 1988, p. 5-26.

RICOEUR, P. L'attention: étude phénoménologique de l'attention et de ses connexions philosophiques. In: RICOEUR, P. *Anthropologie philosophique: écrits et conférences 3*. Paris: Seuil, 2003, p. 51-93.

ROSA, H. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SANTOS, H.P. *A teoria da intencionalidade nas obras de Husserl e de Gurwitsch: entre fenomenologia transcendental e Psicologia da Gestalt*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2015. 268f.

SANTOS, H.P.; VERISSIMO, D.S. Aron Gurwitsch, intérprete de Kurt Goldstein: a intencionalidade categorial, *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 1-2, jun., 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 12 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.24879/2017001100100210>.

SARTRE, J.-P. *Esboço para uma teoria das emoções*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SARTRE, J.-P. *A transcendência do ego*. Trad. João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. (Trabalho originalmente publicado em 1936)

SCHIEMANN, G. One cognitive style among others: towards a phenomenology of the lifeworld and of other experiences. In: BABICH, B.; GINEV, D. (Eds.). *The multidimensionality of hermeneutic phenomenology*. Dordrecht: Springer, 2014, (pp. 31-48).

SCHLIMME, J. E. Depressive habituality and altered valuing: the phenomenology of depressed mental life, *Journal of Phenomenological Psychology*, v. 44, n. 1, p. 92-118, 2013. DOI: 10.1163/15691624-12341246

SCHÜTZ, A. On multiple realities. In: NATANSON, M. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers I: The problem of social reality*. The Hague, Martinus Nijhoff, 1962a, p. 207-259.

SCHÜTZ, A. Common-sense and scientific interpretation of human action. In: NATANSON, M. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers I: The problem of social reality*. The Hague, Martinus Nijhoff, 1962b, p. 3-47.

SCHÜTZ, A. Language, language disturbances, and the texture of consciousness. In: NATANSON, M. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers I: The problem of social reality*. The Hague, Martinus Nijhoff, 1962c, p. 260-286.

SCHÜTZ, A. Symbol, reality and society. In: NATANSON, M. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers I: The problem of social reality*. The Hague, Martinus Nijhoff, 1962d, p. 287-339.

SCHÜTZ, A. Type and eidos in Husserl's late philosophy. In: SCHÜTZ, I. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers III: Studies in phenomenological philosophy*. 1970, p. 92-115.

SCHÜTZ, A. The well-informed citizen. BRODERSEN, A. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers II: Studies in social theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976a, p. 120-134.

SCHÜTZ, A. Some equivocations in the notion of responsibility. BRODERSEN, A. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers II: Studies in social theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976b, p. 274-276.

SCHÜTZ, A. Don Quixote and the problem of reality. BRODERSEN, A. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers II: Studies in social theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976c, p. 120-134.

SCHÜTZ, A. The stranger: an essay in social psychology. BRODERSEN, A. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers II: Studies in social theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976d, p. 91-105.

SCHÜTZ, A. The homecomer. BRODERSEN, A. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers II: Studies in social theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976e, p. 106-119.

SCHÜTZ, A. Equality and the meaning structure of the social world. BRODERSEN, A. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers II: Studies in social theory*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976f, p. 226-273.

SCHÜTZ, A. Outline of a Theory of Relevance. In: WAGNER, H.; PSATHAS, G. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers IV*. The Hague: Springer, 1996a, p. 3-4. (Trabalho originalmente publicado em 1928).

SCHÜTZ, A. Relevance: Knowledge on Hand and in Hand. In: WAGNER, H.; PSATHAS, G. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers IV*. The Hague: Springer, 1996b, p. 67-70.

SCHÜTZ, A. The Problem of Social Reality. In: WAGNER, H.; PSATHAS, G. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers IV*. The Hague: Springer, 1996c, p. 71-72.

SCHÜTZ, A. On the concept of horizon. In: WAGNER, H.; PSATHAS, G. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers IV*. The Hague: Springer, 1996d, p. 196-200.

SCHÜTZ, A. Experience and transcendence. In: WAGNER, H.; PSATHAS, G. (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers IV*. The Hague: Springer, 1996e, p. 234-241.

SCHUTZ, A. Reflections on the Problem of Relevance. In: EMBREE, L (Ed.). *Alfred Schütz, Collected Papers V: Phenomenology and the Social Sciences*. Dordrecht; Heidelberg; London; New York: Springer, 2011, pp. 93-200.

SCHÜTZ, A. *A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva*. Trad. Tomas da Costa. Petrópolis: Vozes, 2018. (Trabalho originalmente publicado em 1932).

SCHÜTZ, A.; LUCKMANN, T. *The Structures of the Life-World: volume 1*. Transl. R. M. Zaner & H. T. Engelhardt, Jr. London: Heinemann, 1974.

SCHÜTZ, A.; LUCKMANN, T. *The Structures of the Life-World: volume 2*. Transl. R. M. Zaner & D. J. Parent. Evanston: Northwestern University Press, 1989.

SILVA, C. A. F. A sombra do Eu Puro: Merleau-Ponty e o “último” Husserl, *Revista de Filosofia Aurora*, v. 31, n. 53, ago. 2019. ISSN 1980-5934. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/25106>>. Acesso em: 12 out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/1980-5934.31.053.DS02>.

SILVA, R. S.; BRANDALISE, F. O efeito do diagnóstico psiquiátrico sobre a identidade do paciente, *Mudanças – Psicologia da Saúde*, v. 16, n 2, p. 123-129, jul.-dez. 2008.

SOWA, R. Essences et lois d'essence dans l'eidétique descriptive de Edmund Husserl, (Trad. Véronique Decaix et Claudio Majolino), *Methodos*, 9, 2009. Disponível em :<<http://methodos.revues.org/2214>>. Acesso em 15 dez. 2013.

SOWA, R. Eidetics and its methodology. (Elizabeth A. Behnke, transl.). In: LUFT, S.; OVERGAARD, S. (Ed.). *The Routledge Companion to Phenomenology*. New York: The Routledge, 2014, p. 254-265.

SPIEGELBERG, H. *Phenomenology in Psychology and Psychiatry: A Historical Introduction*. Evanston: Northwestern University Press, 1972.

SRUBAR, I. On the origins of phenomenological sociology, *Human Studies*, 7:163-189, 1984.

SRUBAR, I. *Kosmion: Die Genese der pragmatischen Theorie von A. Schütz und ihr anthropologischer Hintergrund*. Frankfurt: Suhrkamp, 1988.

STAITI, A. Erlebnis. In: GANDER, H.-H. (Hrsg.). *Husserl-Lexikon*. Darmstad: WBG, 2009, pp. 96-98.

STRAUS, E. Prefacio. In: STRAUS, E. *Psicología fenomenológica*. Trad. María Teresa Cevasco. Buenos Aires: Paidós, 1966, pp. 9-15.

TEO, T. Functions of knowledge in psychology, *New Ideas in Psychology*, v. 17, n. 1, p. 1-15, 1999. DOI: 10.1016/S0732-118X(98)00008-7

THINÈS, Georges. *Fenomenología y ciencia de la conducta*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1978.

TÜRCKE, C. *Hiperativos!:* abaixo a cultura do déficit de atenção. Trad. José Pedro de Antunes. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016.

TOLEDO, U. Realidades múltiples y mundos sociales: introducción a la socio-fenomenología, *Cinta moebio*, 30, p. 242-280, 2007. Disponível em: <www.moebio.uchile.cl/30/toledo.htm>.

TÖPFER, F. Conceito de doença e normatividade no pensamento de Ludwig Binswanger e Medard Boss, *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 32-50, 2013. DOI: <https://doi.org/10.37067/rpfc.v2i2.1034>

VAITKUS, S. *How is society possible?: intersubjectivity and the fiduciary attitude as problems of the social group* in Mead, Gurwitsch, and Schutz. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1986.

VERISSIMO, Danilo Saretta. A crise cultural da atenção: repetição maquinal e choque de imagem, *Psicol. USP*, São Paulo, v. 30, e180179, 2019a. DOI: 10.1590/0103-6564e180179.

VERISSIMO, Danilo Saretta. Fundamentos para a problematização da percepção e da atenção na contemporaneidade, *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 31, e183355, 2019b. DOI: 10.1590/1807-0310/2019v31183355.

WALDENFELS, B. Attention suscité et dirigée, *Alter*, n. 18, p. 33-44, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4000/alter.1527>

WALTON, R. J. On the manifold senses of horizonedness. The theories of E. Husserl and A. Gurwitsch, *Husserl Studies*, 19, p. 1-24, 2003.

WEBER, M. *Economy and Society: a new translation*. Trad. Keith Tribe. Cambridge; London: Harvard University Press, 2019. (Trabalho originalmente publicado em 1922).

WEHRLE, M. Normality and Normality in Experience. In: *Normativity in Perception*. DOYON, M.; BREYER, T. (Eds.). *Normativity in Perception: New Directions in Philosophy and Cognitive Science*. London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 128-139.

WEHRLE, M.; BREYER, T. Horizontal Extensions of Attention: A Phenomenological Study of the Contextuality and Habituality of Experience, *Journal of Phenomenological Psychology*, 47, pp. 41-61, 2016.

WERTHEIMER, M. The General Theoretical Situation. In: ELLIS, W. D. *A Source Book of Gestalt Psychology*. New York; London: Routledge, 2013, pp. 12-16. (Trabalho originalmente publicado em 1922)

WILSHIRE, B. *William James and Phenomenology: a study of "The Principles of Psychology"*. Bloomington; London: Indiana University Press, 1968.

ZAHAVI, D. *A fenomenologia de Husserl*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2015.

ZAHAVI, D. *Subjectivity and Selfhood: Investigating the First-Person Perspective*. Cambridge; London: The MIT Press, 2006.

ZAHAVI, D. *Self & Other: Exploring Subjectivity, Empathy, and Shame*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZHOK, A. The ontological status of essences in Husserl's thought, *New Yearbook for Phenomenology and Phenomenological Philosophy*, v. IX, pp. 99-130, 2012. DOI: 10.5840/nyppp2011115